

SCRIPTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Professor Doutor Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação: Sérgio de Moraes Hanriot

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Conrado Moreira Mendes; Édil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev' Ângela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Pedro Paiva Brito; Rodrigo Coppe Caldeira; Rodrigo Villamarim Soares; Sérgio de Moraes Hanriot.

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom José Gaspar, 500 - Subsolo do Prédio 6 (Antiga SEC) Coração Eucarístico • Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4792 • CEP 30.535-901 • E-mail: editora@pucminas.br.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Coordenadora: Terezinha Taborda Moreira

Colegiado: Terezinha Taborda Moreira (Coordenadora) – Área de Literaturas de Língua Portuguesa; Juliana Alves Assis – Área de Linguística e Língua Portuguesa; Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues – Área de Linguística e Língua Portuguesa.

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO BRASILEIROS

Coordenadora: Raquel Beatriz Junqueira Guimaraes

Capa e diagramação: Jefferson Ubiratan de A. Medeiros e Miguel Antunes Caldeira

Imagem da capa: starline/Freeepik

Revisão: Ana Paiva

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 211 • 30535-901.
Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • E-mail: cespuc@pucminas.br ou scripta.pucminas@gmail.com

SCRIPTA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras
e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da
PUC Minas

Consciência e Cognição: perspectivas

Organizada por
Alfredo Pereira Júnior (UNESP)
Hugo Mari (PUC Minas)
José Carlos Cavalheiro Silveira (UFMG)



CESPUC - MG
CENTRO DE ESTUDOS
LUSO-AFRO BRASILEIROS
DA PONTIFÍCA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS



Scripta é uma publicação quadrimestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística, o que se indica no subtítulo: I. Linguística e Literatura. II - Linguística. III - Literatura.

Comissão de publicações:

Presidente: Ivete Lara Camargos Walty

Editora geral da revista **Scripta**: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Editora da revista **Scripta** de Linguística: Juliana Alves Assis

Editora da revista **Scripta** de Literatura: Terezinha Taborda Moreira

Secretárias: Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros

Sandra Maria S. Cavalcante

Conselho Editorial da Scripta:

Acesse: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/about/editorialTeam>

Indexadores: Latindex, Ulrichs, Clase, MLA, LLBA, Icap, Dialnet, Redib, DOAJ, Diadorim, WorldCat, EZB, CIRC, Erihplus, MIAR.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434

Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas,
2022.

E-ISSN 2358-3428

Quadrimestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua
portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa
de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-
brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Sumário

Editorial

Polêmicas em torno da relação consciência e cognição
Hugo Mari e José Carlos Cavalheiro Silveira 9

Controversies surrounding the relation between consciousness
and cognition
Hugo Mari e José Carlos Cavalheiro Silveira 9

Dossiê temático: Perspectivas atuais sobre a mente

Notes on The Guidelines of the 2009 Online Workshop on
Theories of Consciousness
Alfredo Pereira Júnior 34

Sensação e intuição: duas vertentes da percepção
Andreia Souza 66

A consciência (re)sentida
Patrícia Martins e Rodrigo Nicolato 90

Suicide “Intentional” act of Killing Oneself? A Narrative
and Integrative Review of 19 Theoretical Arguments and 58
Definitions in 7 Natural Languages
Roger Vinícius da Silva Costa 101

Autoextermínio: um ato (in)consciente?
Lilian Ramires Costa e Mônica Baêta Neves Pereira Diniz .. 135

Da inteligência aos modos de conhecer por analogias: o conhecer de pessoas com deficiência visual <i>Adriana Gomes Dickman e Amauri Carlos Ferreira</i>	166
---	-----

A construção narrativa da identidade <i>Paulo Henrique Aguiar Mendes e Daiman Oliveira da Costa</i> ...	193
--	-----

On Emotions – Exchanges Between Neurosciences and Literary Studies <i>Aline A. Moura</i>	222
--	-----

Complexidade, priming e mind-reading nas “duas fases” de Machado de Assis (num estudo comparativo entre A mão e a luva e Dom Casmurro) <i>Leonardo Ferreira Almada, Pedro Dolabela Chagas e Anny Clarissa de Andrade Moreira</i>	243
---	-----

Consciência crítica e ética em Paulo Freire <i>André Luiz Boccato de Almeida</i>	278
---	-----

Entrevista

Da Singularidade açoriana: entrevista a Pedro Almeida Maia <i>Susana Maria Antunes</i>	299
---	-----

Resenhas

Sobre a cognição visual <i>Zelinda Albuquerque</i>	324
---	-----

Sobre o conceito de consciência	
<i>Neilane de Souza Viana</i>	332

Sobre a consciência dos seres vivos	
<i>Manoela Moreira Coscarella</i>	339

Seção livre

Temporalizações e temporalidades: sobre o tempo no acontecimento do dizer	
<i>Nadia Dolores Fernandes Biavati e</i>	
<i>Gabriele Cristine Carvalho</i>	349

Editorial

Polêmicas em torno da relação consciência e cognição

Hugo Mari*

José Carlos Cavalheiro Silveira**

Ouçá o som da Nona Sinfonia de Beethoven, deguste o sabor de um expresso forte ou sinta o calor de um dia de verão. Há algo que é ter essas experiências; algo que é como estar consciente. De fato, qualquer coisa que estejamos cientes em um determinado momento faz parte de nossa consciência, tornando a experiência consciente ao mesmo tempo o aspecto mais familiar e mais misterioso de nossas vidas. (VELMANS e SCHNEIDER, 2007, p. 18).¹

1 Preâmbulo: polêmicas quantitativas

Abordar a *consciência*, sob qualquer ponto de vista, não é uma questão simples, ao contrário, ela é qualitativamente complexa e extensamente ilimitada. Afinal, podemos indagar, motivados pela citação acima de Velmans e Schneider, em que circunstâncias da vida a consciência não se faz presente e quão uniforme é a sua presença. Os autores nos lembram três orientações sensoriais distintas, apenas como uma parcela da totalidade do corpo afeita à consciência.

* Professor do Programa de Pós-graduação da PUC Minas e Coordenador do Grupo de Pesquisa – *Complex Cognition*. Sua atividade de pesquisa e docência está voltada para as áreas de semântica, pragmática, cognição e análise do discurso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6267-1542>.

** Professor do Departamento de Saúde Mental, Faculdade de Medicina – UFMG e membro do grupo de pesquisas *Complex Cognition* do CNPq. Áreas de interesse: Ciência Cognitiva, Biosemiótica e Filosofia da Mente.

1 Listen to the sound of Beethoven's Ninth Symphony, taste the flavor of a strong espresso, or feel the heat of a summer day. There is something that it's like to have these experiences; something that it's like to be conscious. Indeed, anything that we are aware of at a given moment forms part of our consciousness, making conscious experience at once the most familiar and most mysterious aspect of our lives. [Todas as traduções realizadas nesse texto provieram do Google Tradutor e ajustes foram realizados pelos autores.]

A sua complexidade evidencia-se não apenas nas abordagens que a isolam como um objeto específico, mas também pela correlação direta que mantém com muitas categorias, talvez tão complexas quanto ela: qualia, atenção, memória, linguagem, intencionalidade, percepção, por exemplo. Quando elencamos um rol de possibilidades teóricas a partir das quais o tema foi abordado, constatamos que **consciência** transita de um objeto delineado no campo da Filosofia (Tye, Block, Dennett, Gallagher, Van Gulick, McLaughlin, Chalmers etc.) para abordagens que caminham para o território das Neurociências (Edelman e Tononi, Ramachandran e Hirstein, Crick e Koch, Plum e Posner), perpassando estágios diversos entre esses dois polos.

Essa partição é uma aproximação imprecisa e visa apenas ressaltar um novo percurso complementar para abordagens da **consciência** voltadas para avanços alcançados por estudos do cérebro. Além do mais, abordagens, mesmo quando se pretendem específicas, cruzam esses dois campos de forma natural, como sugere o capítulo de Pete Mandik, “The neurophilosophy of consciousness” (*The blackwell companion to consciousness* 2007, p. 418).

Na publicação de *The blackwell companion to consciousness*, editado por Max Velmans e Susan Schneider (2007), os editores organizam a obra em cinco partes com a qualificação de diversas subpartes, recobertas por 55 artigos de 70 autores dos mais diversos campos do conhecimento – no total, são em torno de 750 páginas. Provavelmente, ao menos em termos quantitativos, o *Companion* representa apenas uma parcela muito pequena do que seja a produção teórica sobre a *consciência*, ali, porém, está evidenciado o teor diversificado de seu alcance conceitual.

Essa produção teórica, que chega a ser assombrosa à primeira vista, nos oferece um leque essencial das diversas trajetórias percorridas pelos autores em torno da **consciência**. Aqui cabe lembrar uma citação de Sutherland (1989, apud RAMACHANDRAN e HIRSTEIN): “A consciência é um assunto sobre o qual muito se escreveu, mas pouco se sabe”.² Nessa observação do autor, o *muito já escrito* encontra certa ressonância mais consensual com o que se produziu nesse período, mas o *pouco conhecido* parece mais polêmico pelo avanço de compreensão da categoria, propiciado por algumas abordagens. Isso não implica a possibilidade de estarmos hoje diante de uma compreensão global e suficiente da **consciência** que nos permita dizer o que ela representa, como opera e onde acontece na nossa vida diária.

2 Polêmicas: consciência e cognição *dentro/fora*

Quando refletimos sobre os objetos que estão no mundo, que estão supostamente “fora” de nós mesmos, o primeiro movimento costuma ser de trazê-los para “dentro” de nós, isto é, de conhecê-los, de assumi-los sob um ponto de vista que se ajuste à nossa forma de ser, a fim de se tornarem uma parte de nós mesmos. Colocado nesses termos, trata-se de um procedimento controverso por pressupor uma dicotomia em nossos processos de percepção que costumam ser delineados por uma correlação em que o *dentro* corresponde a processos corticais (mente/cérebro) e o *fora* aos objetos do mundo físico. Não existe consenso nesse território: há teóricos que ressaltam a distinção, há outros que a veem com alguma desconfiança e há

² Consciousness is a subject on which much has been written but little is known.

ainda outros, mais recentemente, até mesmo a ressaltam como uma impossibilidade cognitiva. Afinal, como podemos conhecer “x” se não o integramos, via nosso aparelho sensório-perceptivo, ao organismo? Como podemos perceber algo se não faz parte do nosso organismo?

Discutiremos, nos parágrafos seguintes, uma abordagem possível sobre alguns aspectos da cognição sustentada por uma perspectiva que propõe certa relativização entre o *dentro/fora* e, sob que forma, podemos considerar os fatos em análise associados à atividade consciente ou não-consciente. Começamos, inicialmente, por uma citação da filósofa Sheets-Johnstone (2016, p. 24), que tem se dedicado a uma avaliação da questão:

Claramente, a modalidade sensorial da cinestesia e as modalidades sensoriais complexas do cinético-visual e cinético-tátil são básicas para as relações sujeito-mundo e corpo-intercorporal. Além disso, uma dupla realidade prevalece em cada instância em termos da complementaridade dentro-fora do cinestésico e do cinético-visual e/ou cinético-tátil.³

Sheets-Johnstone parte de relações consensuais básicas no mundo da ciência, isto é, sujeito-mundo, corpo/intercorporal, entre diversas outras possibilidades de formular tais relações, para mostrar instâncias que integram a complementaridade do *dentro/fora* nas atividades de um organismo no ambiente. Assim, a dimensão interior de um organismo aparece entrelaçada com aquilo que lhe é exterior e essa tecitura complexa com as coisas do ambiente resulta, no nosso entendimento, num objeto próprio, um objeto da cognição.

³ Clearly, the sense modality of kinesthesia and the complex sense modalities of the kinetic-visual and kinetic-tactile are basic to both subject/world and corporeal/intercorporeal relationships. Moreover, a double reality obtains in each instance in terms of the inside/outside complementarity of the kinesthetic and the kinetic-visual and/or kinetic-tactile themselves.

Assim, quando vemos qualquer objeto do mundo por mais extravagante que seja sua estrutura, sua forma de ser ou de estar nesse mundo, por mais que desconheçamos qualquer funcionalidade a ele atribuída, não podemos afirmar que ele esteja “fora” de nós em sua totalidade, porque o ato de perceber muitos outros aspectos de sua razão de ser implica que esses aspectos já foram por nós absorvidos e que, portanto, deles temos consciência. Eles já foram corporificados, em alguma extensão do nosso organismo, pelo fato de ter cor, forma, tamanho, mobilidade; de ser portátil, ingerível, aromático etc. Enfim, o que supomos *estar* no mundo *está em nós* também de algum modo e a dicotomia *dentro e fora* esvai-se diante do nosso desejo e de nossa capacidade de conhecer.

Podemos nos valer de nossa capacidade perceptiva visual para melhor exemplificar esse fato. Essa capacidade é estimulada por ondas eletromagnéticas que emanam de alguma forma de superfície. Pessoas numa sala de aula podem olhar para a parede à esquerda e dizer que ela é *branca*. É possível que o matiz de *brancura* que cada uma percebe possa conter traços diferenciais em razão de muitos fatores que determinam a sua percepção – angulação, distância, luminância e ainda especificações singulares do seu aparelho visual etc. –, mas ninguém verá essa parede como *vermelha*, *verde* ou *azul*, por exemplo, a não ser por lesões em algum padrão cônico na retina.

A radiação eletromagnética é um objeto do mundo, mas ela é pouco representativa para nós, a não ser quando o organismo a codifica, por exemplo, em termos de ondas cromáticas, provendo mais de 100 milhões de cores. Não temos consciência das ondas cromáticas que a parede irradia, mesmo estando elas no intervalo entre 400nm e 700nm. Todavia, o aparelho ocular é sensível a

elas e juntamente com o cérebro as codifica e nos dá uma resposta do tipo *brancura* para esse processo. Essa *brancura* não é um objeto do mundo, mas um objeto que o organismo sem lesões cônicas na retina produz, algo a que atribuímos um significado corpóreo, a partir da captação de estímulos pelo nosso aparelho sensório-perceptivo visual, juntamente com ramificações do sistema cortical – em especial a região V-4 do córtex visual –, implicado na leitura desses estímulos.

Em síntese, a *brancura* não está nem fora de nós – ela não é apenas um fenômeno do mundo físico – nem dentro de nós de modo isolado – ela não é apenas uma imagem mental aleatória –, mas resulta de um processo que dilui a dicotomia *dentro/fora*. O apagamento dessa dicotomia talvez seja o padrão mais primitivo que um organismo pode configurar em termos de cognição humana, ou seja, a sua capacidade de sintetizar estímulos físicos e procedimentos corticais diversos em um único objeto de compreensão. Os objetos da cognição, em qualquer dimensão sensorial, são objetos próprios, construídos pelo organismo e sobre eles temos consciência plena: somos capazes de lembrar de uma parede branca e de nomeá-la como tal, por exemplo.

Fatos semelhantes, mas também diferenciados, podem ser pensados para todas as outras dimensões da nossa atividade cognitiva: o significado de *lisura* ou de *aspereza* de uma superfície depende de procedimentos do sistema sensorial háptico e complementarmente do sistema visual de um organismo em consonância com mapeamentos corticais que envolvem áreas motoras e visuais do cérebro de modo especial. É o próprio organismo, em sua interação constante com o ambiente, que produz tais significados, valendo-se de uma imbricação entre a atividade sensório-perceptiva háptico-visual e correlatos apropriados do aparatos cerebral.

De modo semelhante ao que argumentamos para a experiência visual, a dicotomia *dentro/fora* dilui-se, a princípio, porque *lisura* e *aspereza* são objetos produzidos pela atividade cognitiva de um organismo: são propriedades que emergem a partir de uma experiencição qualificada e direta com certos objetos. Portanto, não são apenas propriedades físicas nem imagens mentais que colamos nos objetos do mundo, mas algo que se produz na interação do organismo com o ambiente. Qual a extensão de fenômenos dessa natureza? Estamos conscientes do que sejam superfícies lisas e ásperas como temos para paredes brancas? A relação *dentro/fora* é diluída em todas as circunstâncias?

Não são questões simples e uma resposta a elas está condicionada a atrelar aos processos perceptivos categorias como memória e até mesmo como projeções e, nesses casos, a simetria entre os processos que decorrem de atividades operadas a partir de sensores diferentes pode ser rompida. Assim, tanto a *brancura* quanto a *aspereza/lisura* são significados corpóreos, pois é o organismo que “sente” cada uma dessas dimensões do mundo por sua experiência direta com o ambiente. No entanto, como o conjunto das nossas atividades sensorio-perceptivas está sempre implicado com outros fatores (memória, atenção, intencionalidade etc.), a simbiose *dentro/fora* ressoa como mais significativa para experiências primordiais, por caracterizar o momento essencial de nossa experiencição com as coisas do mundo. A partir daí, abrimos espaço para outros processos de que nos valemos para intervir no ambiente.

Desse modo, *aspereza/lisura* podem ser objetos cognitivos que a partir de uma experiência primordial somos capazes de lembrar como também de projetar para alguns objetos. Um

organismo pode detectar a *aspereza* do tronco de uma casuarina em contraste com a *lisura* de um pau-mulato, sem que em ambos os casos ele tenha realizado uma experiência sensório-motora háptica. Ele é capaz de lembrar (e até projetar), por uma antecipação do sistema visual, o que possa ter uma caracterização de *áspero* e de *liso*. Daqui podemos extrair duas questões para uma discussão complementar: (a) temos plena consciência das lembranças ou das projeções que fazemos desses fatos?; (b) a diluição do eixo *dentro/fora* valida casos como esse ou apenas a experiência primordial?

No caso supracitado de (a), a resposta é uma ratificação da consciência plena de nossas ações. Aprendemos uma única vez e temos consciência da aplicação daquilo que aprendemos para novas situações. É lógico que a relação entre *liso* e *áspero* pode ser delineada por um contínuo, onde estados fronteirços podem ofuscar nossas decisões, mas isso não nega nossa capacidade consciente de operar com os dois conceitos. Em (b), a situação é mais complexa, porque a ideia de diluição do eixo *dentro/fora* tenderia a validar apenas a experiência inaugural a partir da qual construímos objetos cognitivos, com uma integração do eixo. Nos demais casos, validamos a aplicação de tais objetos a uma realidade exterior compatível por analogia: ninguém precisa deslizar a mão pelo tronco de uma casuarina para saber que ele é áspero. Se de fato aprendemos os objetos cognitivos uma única vez e, em circunstâncias análogas os aplicamos, projetamos, então, apenas a experiência primordial teria o teor de diluir *dentro/fora*. Os objetos cognitivos têm um estatuto original, onde o interior e o exterior foram dissolvidos em favor de uma unicidade, mas há momentos em que reconhecemos fatos do mundo aplicando tais objetos sobre eles, disponíveis em nossa memória.

É possível que a atividade cognitiva humana esteja sempre apta a dar conta das situações novas que o organismo enfrenta em sua interação com o ambiente, produzindo (continuamente) sentido emergente que oblitera a distinção entre *dentro/fora*. A dúvida que apontamos para essa concepção é a extensão que uma hipótese dessa natureza deva assumir, considerando o diverso da atividade cognitiva. Assim, a *brancura* da parede caracteriza, em nosso entendimento, uma situação diferente da *aspereza*: não podemos projetar por essa *brancura* que outras paredes à esquerda de uma sala de aula serão brancas. O efeito da *brancura* (e de quaisquer outras cores) será sempre computado pelo organismo via estímulo de ondas cromáticas, associadas a redes corticais; esse processo será sempre *online* e dependerá de uma irradiação própria que é única para objetos, em termos de uma qualificação eletromagnética circunstancial.

Tudo isso, grosso modo, difere da *aspereza* que, após uma experiência primordial, pode vir a ser um processo analógico em muitas circunstâncias: não preciso ter uma experiência direta com certas superfícies para deduzir que são *ásperas*; posso projetar-lhes o traço de *aspereza* por uma percepção visual (ainda que exista uma possibilidade de equívoco). Por outro lado, podemos prever um arranjo cultural cromático para muitos objetos do mundo – *táxi*: viatura branca; *luto*: roupa preta (embora para tais objetos artefatos e para quaisquer outros em comunidades ou culturas distintas as cores possam variar). Podemos prever padrões naturais, relativamente universais, para outros objetos – *leite*: branco; *folha*: verde. Assim, é possível que cada um desses pares tenha sido um objeto cognitivo num dado momento da história de um organismo, mas nem por isso deixam de ser projetados – sempre que vistos – para além de

uma experiencição direta. Por fim, nossa hipótese é que, mesmo em tais circunstâncias, em alguns momentos a relação interior e exterior se esvai para produzir tais objetos, mas em outros momentos de projeção a relação de exterioridade se mantém e nós apenas fazemos projeções sobre o mundo.

O apagamento dessa dicotomia pode, no fundo, ser essencial à cognição: *dentro* e *fora* podem ser dois lados implicados necessariamente em operações do organismo sobre o ambiente. Temos consciência da *brancura* de uma parede, mas não temos consciência dos processos implicados na irradiação de ondas cromáticas de tal parede e nem dos percursos e mapeamentos do estímulo captado pelo cérebro. O exterior da irradiação e o interior dos circuitos cerebrais se entrelaçam num único objeto de nossa atividade cognitiva; temos consciência dos objetos e das ações que engendramos nessas condições, mas a irradiação e os circuitos são não-conscientes. Na seção seguinte, ampliamos a discussão sobre alguns pontos até aqui abordados, em especial sobre a consciência.

3. Polêmicas: Consciência e Cognição

A hipótese *dentro/fora*, que tem sido pautada por autores no campo da cognição, implica ainda dificuldades e sobretudo polêmicas – algumas apontadas na seção anterior – não apenas pelo teor diverso da experiencição humana movida pelos cinco sensores e diante dos objetos do mundo, como até mesmo pelos padrões relativos à cognição que não são uniformes. Embora possa existir certa conformidade na forma de o organismo interagir com o ambiente, gostaríamos de colocar em discussão a possibilidade de essa conformidade se estender também

a níveis de consciência que estariam implicados em nossas experiências corriqueiras. Compreendemos aqui níveis de consciência como atividade consciente, não-consciente e automatizada; adiamos, aqui no texto, uma discussão sobre o inconsciente.

Os estados conscientes, ou simplesmente a consciência, costumam ser contrapostos tanto ao inconsciente como ao não-consciente e, em algumas circunstâncias, ao automatismo. Todas essas possibilidades podem se fazer presentes em muitas das ações que realizamos em nosso dia a dia. Todavia, partindo do pressuposto de que grande parte das nossas ações são realizadas em estados conscientes, não há um critério explícito que permita isolar ações que teriam o teor não-consciente, embora algumas abordagens proponham orientações, a partir de algum tipo de categoria que subsidia a consciência. Por outro lado, somos capazes de identificar ações não-conscientes – por exemplo, uma parte dos nossos movimentos oculares. Algum de nós tem consciência de quantas vezes piscamos em um minuto?

A correlação entre ações e movimentos talvez possa nos conduzir a um critério inicial do contraste entre consciente e não-consciente (ou até mesmo automatismo). Há autores que marcam essa distinção, considerando: (a) *movimentos etiológicos* – aqueles concebidos como integrados à natureza de partes de um organismo, ou que dizem respeito à natureza funcional de um órgão: o abrir e fechar dos olhos, o abrir e fechar as mãos etc.; e (b) *ações intencionais* – aquelas que visam a um alvo qualquer para além da extensão primária do corpo ou mesmo na extensão do corpo: trancar uma janela, ligar um computador, coçar a cabeça, lavar as mãos etc. No primeiro caso, estaríamos diante de eventos não-conscientes – mas, é lógico, todo evento

não-consciente pode tornar-se consciente; no segundo caso, estaríamos diante de eventos conscientes. Por exemplo, a ação de trancar a janela é uma ação que visa um alvo, mudar o estado em que se encontra tal objeto; a ação de lavar as mãos implica eliminar impurezas.

Como ações intencionais, elas se estruturam, minimamente, a partir de uma narrativa corporal para que sejam realizadas: por exemplo, o agente precisa mover-se de onde se encontra na direção da janela em questão; pressionar as partes da janela contra o marco; pegar o trinco; movê-lo numa direção apropriada. É possível que não exista nenhuma ação intencional que seja desprovida de uma narrativa corporal: não realizamos ações isoladas, mas ações que se integram a um conjunto de outras ações subsidiárias e ordenadas. É possível também que, dentre o conjunto das ações que compõem tais narrativas, possam existir algumas que tenham o teor não-consciente ou que decorram de automatismos já estruturados no organismo, sobretudo quando se trata de ações que se reiteram em nosso cotidiano. Começemos por uma citação de Sheets-Johnstone (2016, p. 21):

Nossa lavagem de louça e escalada [de escada] são padrões dinâmicos que já foram aprendidos e agora estão arraigados na memória cinestésica com base em sua familiaridade. Eles disparam, por assim dizer, por si mesmos. No entanto, sempre que nos preocupamos em prestar atenção focal à experiência cinestésica contínua de lavar ou escalar, lá está ela: uma dinâmica qualitativa particular.⁴

⁴ Our dishwashing and climbing are dynamic patterns that were once learned and are now ingrained in kinesthetic memory on the basis of their familiarity. They run off, as it were, by themselves. Yet any time we care to attend focally to the ongoing kinesthetic experience of washing or climbing, there it is: a particular qualitative dynamic.

O comentário da autora atrela-se, em grande parte, à discussão dos parágrafos precedentes sobre a natureza das ações humanas. Ela ressalta duas ações rotineiras – *lavar louças e subir [escadas]* –, considerando que já são de domínio amplo de organismos (adultos). Como já dissemos acima, são duas ações alvo (intencionais), implicadas em narrativas com um conjunto de ações (ou posturas) subsidiárias, não mencionadas, mas implícitas e decorrentes de ajustes corporais. Ainda que reconhecendo que cada uma dessas ações represente padrões já “arraigados na memória cinestésica”, elas teriam o caráter de automatismos, até mesmo nos termos da autora, porque “disparam por si mesmas”.

Entretanto, por mais automáticas que sejam muitas de nossas ações, elas não se repetem *ipsis litteris*, há sempre uma “dinâmica qualitativa”, porque não subimos escadas com a mesma tensão muscular em situações diversas, nem lavamos pratos com a mesma intensidade física que lavamos taças. Se a ação de lavar louças, em sua totalidade, se reproduz no cotidiano como automatismo, temos consciência de que não lavamos pratos e xícaras da mesma forma que lavamos tipos diferentes de taças. A consciência que temos de certa fragilidade diferencial dessas louças nos leva à consciência de um emprego diferencial de força em sua lavação.

Há muitas formulações sobre a consciência e seus correlatos que se valem do foco atencional como um critério subsidiário de decisão. GREENWALD (1992, p. 767) apresenta dois critérios para intermediar relações consciente e não-consciente (o autor usa o termo inconsciente em sua formulação), com base nos processos atencionais. Vejamos a primeira citação do autor:

“Sentido 1: Fora da atenção. Se a consciência é interpretada como o aspecto seletivo da atenção (KAHNEMAN, 1973; POSNER e BOIES, 1971), então a pessoa está inconsciente ou desatenta em relação aos estímulos que incidem sobre os receptores, mas que ficam fora do foco metafórico da atenção seletiva. Este sentido da distinção consciente-inconsciente é apoiado por quase 40 anos de pesquisas modernas sobre atenção seletiva e por uma longa tradição na qual a atenção tem sido um tópico central da PSICOLOGIA (por exemplo: JAMES, 1890; PILLSBURY, 1908).

“Sentido 2: Falta ou falha de atenção. Se a consciência é interpretada como a habilidade de relatar experiência de forma válida, então a pessoa está inconsciente ou desatenta da ocorrência, de causas ou de outros atributos de objetos assistidos, eventos ou ações quando não pode relatar essas propriedades de forma válida. Ao contrário do sentido sem atenção, aquele que mantém a atenção presume: (a) um organismo que usa a linguagem, (b) uma capacidade cognitiva reflexiva (autodescritiva) e (c) a existência de uma descrição de referência válida da experiência de alguém.”

Os dois sentidos propostos por Greenwald, como vemos, situam-se em torno da atenção: estar não-consciente, nesse primeiro caso, indica que você se situa fora do foco da atenção. Por exemplo, no que concerne à atenção seletiva para quem está num estádio de futebol com o jogo em andamento: o foco deve estar orientado para acompanhar os percursos da bola, mas é possível que um torcedor perca lances importantes de um jogo por estar fora do foco atencional. Assim, estar fora do foco da bola equivale a estar num estado não-consciente para esta situação específica, conforme o sentido 1.

No segundo sentido (sentido 2), Greenwald menciona a *falta* e a *falha da atenção*, mas de uma forma mais detalhada do que estar fora do foco atencional. Nesse caso, o sujeito não

é capaz de recuperar uma rede de causalidades, propriedades e características de uma ação, de um evento ou de um objeto de forma relevante. Essa é uma característica da cognição não-consciente, envolvendo falhas para lembrar eventos que são conhecidos e que se fazem presentes no evento atual. No exemplo mencionado, o observador pode ter presenciado um gol, mas não é capaz de lembrar a sua origem: um escanteio cobrado da ponta esquerda, o espalmar de um cruzamento na área pelo goleiro ou a cobrança de uma falta. O torcedor pode até “ficar sabendo” que foi gol, mas é incapaz de reconstruir as etapas que resultaram nessa ação final.

Greenwald destaca três condições para o funcionamento de um estado consciente (provavelmente existem muitas outras). A primeira, que reporta à linguagem, é uma formulação excludente – porque restringe atividade consciente aos humanos – e também genérica – por mencionar uso da linguagem, sem especificar. Não cabe aqui entrar no mérito de detalhes envolvendo essa formulação, mas podemos supor que esse uso se traduz, por certa tradição, ao abordar a questão a consciência, pela capacidade linguística de relatar as etapas que integram um determinado evento. Ou seja, exemplificando um estado consciente manifesto: estamos conscientes se formos capazes de relatar etapas conjunturais de um evento.

A segunda condição apresentada por Greenwald, emparelhada com a primeira, destaca a capacidade autorreflexiva do organismo em relação a um evento experienciado no mundo – por exemplo, a sua capacidade de reconhecer detalhes das etapas que convergiram para a percepção desse evento em questão. Essa capacidade avaliativa pode implicar não apenas o lembrar efetivamente das relações implicados no evento,

como até mesmo a possibilidade de sua descrição linguística. E a terceira condição aponta nossa capacidade de compreender parte da experiência vivida pelo *outro*: estou consciente quando sou capaz de fazer referências válidas à experiência do *outro*.

As informações contidas nos parágrafos formulados por Greenwald são indicadores importantes, mas estão longe de ser critérios capazes de justificar o contraste entre consciente e não-consciente. As abordagens sobre a consciência têm, de fato, se pautado por recorrerem a categorias subsidiárias para a sua fundamentação. Nessa formulação, o autor recorre à atenção e à linguagem e, por tratar de algo indiretamente, à memória: há outras dúvidas que têm servido de base para uma fundamentação de processos conscientes e não-conscientes, que apontaremos a seguir de forma epidérmica, tal a extensão e a complexidade que sua discussão alcança. Destacamos para um breve comentário quale intencionalidade.

Num texto recente, Frederic Peters (PETERS, 2014) discute relações entre consciente, não-consciente e quale. Segundo o autor, a discussão sobre a consciência perdurou por muito tempo como uma tentativa de distinguir estados conscientes de estados não-conscientes e, para muitos estudiosos, a demarcação desse território tinha, como um elemento central, o quale. Segue uma citação inicial do autor (PETERS, 2014, p. 63):

Há, no entanto, um problema duplo com a identificação da consciência com os qualia: em primeiro lugar, o conteúdo sensorial, conceitual e emocional que fornecem a qualidade distinta da experiência está disponível tanto em estados inconscientes quanto conscientes; e, em segundo lugar, a percepção da experiência qualitativa que compreende o estado de consciência comum pode, em circunstâncias não excepcionais, se desfazer, revelando uma distinção clara entre percepção e conteúdo qualitativo.

Peters destaca dois problemas implicados nessa tentativa de aproximação dos qualia com a consciência. O primeiro diz respeito ao fato de que os padrões de conteúdo – sensorial, emocional, conceitual – não têm uma partição exclusiva seja para estados conscientes daquele que experiencia, seja para estados não-conscientes. A nossa atividade de experiência do mundo implica uma mesclagem de todos esses conteúdos, sem um mapeamento de territórios exclusivos na sua partição. O fato de que ainda possamos encontrar reflexões atuais que pretendem uma atribuição das emoções ao campo das atividades não-conscientes pode mostrar que essa objeção do autor pode não ser algo consensual.

O segundo me parece um problema mais delicado ainda. Em todas as nossas experiências existe um traço qualitativo, conduzido conscientemente: para descascar uma laranja, o traço qualitativo consciente implica o manuseio correto da lâmina, o deslizamento cuidadoso sobre a casca para não ferir a polpa, entre outras dimensões qualitativas implicadas na atividade motora dos dedos, das mãos. Todos esses procedimentos que nos conduzem a descascar uma laranja são conscientes, mas eles são qualitativamente diferentes daquele que percebe essa ação, que poderia estar atento a outros fatos: por exemplo, se a faca está sendo usada de forma segura. Para Peters a consciência não estaria implicada no domínio de um conteúdo perceptivo, mas na *noesis* da percepção, isto é, no ato instantâneo de perceber. Nessa condição, os conteúdos perceptivos, numa perspectiva noética, deixam de ser uma condição para a consciência, talvez por terem já uma dimensão mnemônica. Vejamos uma citação complementar do autor em relação aos qualia (Peters, 2014, p. 64):

A consciência é melhor compreendida no contexto, como um elemento de um estado de vigília interativo no qual uma parte significativa do processamento cognitivo ocorre de forma inconsciente. Mas se o processamento consciente e o inconsciente são combinados no estado de vigília, o que distingue o primeiro do segundo? Para muitos filósofos, psicólogos e neurocientistas, a resposta é os qualia (forma plural do singular quale), o caráter qualitativo da experiência cognitiva. Qualia são o que torna a consciência consciente.

Peters supõe que grande parte do processamento cognitivo se dê de forma não-consciente. Essa parece ser uma colocação contraintuitiva, pois o conjunto de nossas ações no mundo tem um teor racional, existindo, portanto, uma correlação coerente entre o conjunto de ações-suporte e uma ou mais ações-alvo a serem alcançadas. Assim, o modo como organizamos as relações de causalidade entre ações-suporte e uma ação-alvo e o sucesso alcançado na realização de um evento implicado com essas ações nos leva a admitir um refinamento necessário em sua estruturação, como um produto de nossa consciência.

Por exemplo, a ação de *tomar uma xícara de café* representa uma ação-alvo de uma narrativa extensa que se faz acompanhar de diversas ações-suporte – pegar a xícara, colocar o café nela, elevá-la até a boca, testar a temperatura do café, absorvê-lo etc. Esse processo é válido para qualquer tipo de ação que realizamos: há sempre uma ação-alvo e ações-suporte, ordenadas por relações de causalidade. O que pode ser polemizado com esse exemplo é se, dentre as ações que são suporte, existiriam ações não-conscientes ou se seriam algumas apenas ações que se fundamentam em automatismos, em hábitos pragmáticos já adquiridos?

Será que para *tomar café* não temos consciência da natureza do utensílio, do seu tamanho, tipo etc. de que vou me valer nessa circunstância? É possível que muitas das nossas ações-suporte

possam representar automatismos, mas precisaríamos ter clareza da sua diferença com ações não-conscientes. Talvez a própria sequência de um conjunto de ações-suporte – uma rede de causalidades – não possa fazer de nenhuma delas uma ação não-consciente, porque minimamente fazem parte de uma sequência ordenada e isso requer consciência. Seja em relação às ações-alvo ou em relação às ações-suporte, estamos sempre sob um estado de vigília, como ressalta Peters (2014).

Outro ponto que Peters destaca no artigo é que os qualia seriam a marca essencial da atividade consciente, talvez considerando que só o experienciador é capaz de detectá-los por ser um traço, privativo, único e subjetivo da sua experiência. Peters transfere a questão para alguns autores citados (Nagle (2007), Searle (1993) Crick e Koch (1990), Graham e Horgan (1990)), que discutirá em função de três aspectos sobre a natureza dos qualia – qualidade distintiva, caráter qualitativo, teor da apreensão subjetiva – ainda que seja difícil supor que a nossa atividade consciente se resume a detectar qualia. Ao contrário, talvez possamos admitir que grande parte das nossas experiências no mundo seja marcada pela busca de uma objetividade como um traço mais fundamental da consciência. Nada impede que uma fração das nossas experiências se enquadre na afirmação do autor de que os “qualia são o que torna a consciência consciente”.

O texto de Peters abrange muitos outros aspectos sobre a relação entre consciência e qualia, mas o espaço aqui não comportaria uma discussão mais aprofundada de todos esses outros aspectos. Passemos, então, a um comentário sobre o texto de Menary (2009) que aborda a relação consciência e intencionalidade.

A atividade processual de um organismo envolve um conjunto muito extenso de fatos; em geral, existem três dimensões que são destacadas: a fonte de onde decorrem os estímulos para um dos sensores (olho, ouvido, boca, nariz...); os dados captados e gerados pelos estímulos (ondas cromáticas, sons, gases aromáticos, substâncias saporíferas...); a transdução de estímulos em redes corticais (redes visuais, auditivas, temporais, motoras...). Embora exista um progresso enorme na compreensão desses fatos, umas dimensões mais do que outras, o que é o processamento em cada uma dessas instâncias ainda está longe de uma compreensão depurada, sobretudo porque nesse processamento intervêm categorias como consciência, intencionalidade, atenção, memória etc.

A consciência e a intencionalidade perpassam todo esse conjunto de operações que um organismo realiza, mas elas não estão atreladas a nenhuma dessas operações em particular. O olho não é intencional e nem tudo que ele vê o faz conscientemente; ele vê tudo que está ao seu alcance; mas um *voyeur* – por exemplo – pode se valer do olho intencionalmente e o motorista precisa estar consciente de tudo que vê numa estrada. Nenhum desses órgãos opera apenas consciente e intencionalmente, mas pode ser orientado para essa qualificação pelo organismo.

Passemos a uma citação de Menary (2009, p. 417):

Uma maneira de pensar a relação entre consciência e intencionalidade é que todos os estados conscientes também são intencionais. Quando estou consciente de uma sensação (um som), então essa experiência é certamente fenomenal; mas a experiência também é intencional – porque a sensação (o som) é o objeto ou conteúdo da minha consciência.

Muito autores que trabalharam a relação entre essas duas categorias admitem que todo estado intencional é necessariamente consciente, isto é, não parece razoável que nos orientemos intencionalmente para uma ação “x” e que não tenhamos consciência dessa orientação. Por exemplo, seria factível nos orientarmos para uma viagem “x” e não termos consciência dos trâmites dessa viagem? Todavia, o que ainda nos parece nebulosa é a situação inversa: todas as ações não-intencionais seriam não-conscientes?

Comentamos essa questão nos valendo da expressão não-consciente em sua aproximação a automatismos. É possível que muitas ações nossas decorram de hábitos, cujo automatismo já as integra e que, portanto, teriam um apelo não-consciente. Por exemplo, quando caminhamos um dos nossos pés fica no ar; esse talvez não tenha sido, em nenhum momento, um ato consciente que se tornou um hábito. Provavelmente, há muitas funções orgânicas que têm um teor etiológico: *respirar, espirrar, cochilar, tossir, coçar*; todavia, podem vir a ser ações conscientes em algum momento. Por exemplo, nos tratamentos domésticos para questões respiratórias era comum cheirar pó-de-fumo para *espirrar* e limpar as vias respiratórias; no uso dos talheres, a etiqueta de pegar o garfo com a mão esquerda e a faca com a mão direita pode ter sido um ato consciente no início, depois virou um hábito para quem segue essa etiqueta.

A relação entre os estados conscientes, não-conscientes e automatismos nem sempre nos pareceu algo muito evidente, porque não dispomos de uma “régua” para mostrar quando devemos validar um determinado evento, qualificando-o por um estado consciente e não como um automatismo, já que podemos ter consciência do que seja a maioria dos nossos automatismos.

Por exemplo, movemos a chave numa fechadura à direita para trancar e à esquerda para destrancar; é possível que em algum momento tenhamos aprendido esse mecanismo conscientemente. A maioria dos automatismos teria como origem um estado consciente; eles tornaram-se um hábito em decorrência de sua reiteração (racional) em muitas das ações do cotidiano. Além do mais, as categorias subsidiárias de que nos valem para justificar a consciência não nos parecem dissonantes na explicação dos automatismos: eles não são intencionais, não dependem de memória, não operam com foco atencional? Apenas os qualia, até onde se sabe, estariam na contramão de um automatismo.

Por outro lado, a contraposição que admitimos entre consciente e não-consciente pode ser evidente para movimentos etiológicos puros, mas quando se trata de um conjunto de ações é difícil selecionar aquela(s) que teria(m) o caráter não-consciente. Para além da etiologia, todavia, devem existir ações que tenham um teor de não-consciente, sobretudo aquelas que ratificamos junto aos nossos interlocutores como “foi sem querer”. Um pedido de desculpas nesses termos mostraria que a ação que levou ao pedido tenha sido não-consciente, descontando qualquer forma de fingimento.

4 Polêmicas em Aberto

Nas seções anteriores, apontamos algumas polêmicas sobre o tema da consciência com a opção de ter procurado algumas evidências de sua correlação com outras categorias. De modo especial, destacamos os processos de cognição de um organismo como orientação básica da nossa reflexão, menos do que a aparelhagem conceitual que costuma ser implementada por

muitas teorias que abordam a consciência e seus correlatos. A dimensão conceitual foi inserida no texto apenas como suporte para a discussão de algumas situações específicas. A discussão envolvendo exemplos deixou clara a dificuldade enfrentada ao lidar com nosso agir do dia a dia, quando refletimos se nossos atos são conscientes, não-conscientes ou automatismos.

Os estudos da consciência mostram ser ela um objeto essencialmente complexo, se adotamos o conceito de complexidade definido por Edelman e Tononi (2000, p. 135):

Apenas algo que parece ser ao mesmo tempo ordenado e desordenado, regular e irregular, variante e invariante, constante e mutável, estável e instável merece ser chamado de complexo. Os sistemas biológicos, das células aos cérebros, dos organismos às sociedades, são, portanto, exemplos paradigmáticos de organizações complexas.⁵

Essa colocação de Edelman e Tononi reflete, em grande parte, o que foi o caráter da nossa discussão nas seções precedentes. Quando aproximamos a consciência do eixo *dentro/fora*, notamos quão instável é a atribuição consciente e não-consciente. Quando projetamos esses parâmetros, acrescidos ainda de automatismos, sobre nossas ações, sabemos da consciência (invariante, estável) que domina uma ação-alvo, como também da variância, do instável que perpassam as ações-suporte.

Na presente edição, o leitor da *Scripta* está convidado a avaliar um conjunto de reflexões que partiram da consciência como um *leitmotiv*, mas que fizeram percursos diferentes, seja no campo teórico das abordagens e categorias afeitas a áreas

⁵ Only something that appears to be both orderly and disorderly, regular and irregular, variant and invariant, constant and changing, stable and unstable deserves to be called complex. Biological systems, from cells to brains, to organisms to societies, are therefore paradigmatic examples of complex organizations.

diversas do conhecimento humano, seja em abordagens de teor mais empírico que buscaram nas formas de vida a razão de suas preocupações, e mostraram a implicação da consciência com reflexões que recortam fatos ficcionais como problemas relativos à literatura.

Referências

EDELMAN, G. M.; TONONI, G. Consciousness and complexity. In: *Universe of Consciousness. How matter becomes imagination*. Nova York: Basic Books, 2000.

GREENWALD, A. G. Unconscious cognition reclaimed. In: **American Psychologist**, p. 766-779, 1992.

MENARY, Richard. Intentionality and consciousness. In: BANKS, William P. (ed.). **Encyclopedia of Consciousness**. Volume 1. Oxford: Elsevier, 2009. p. 417-429.

PETERS, Frederic. Consciousness should not be confused with qualia. In: **Logos & Episteme**, v. 1, p. 63-91, 2014.

RAMACHANDRAN, V. S.; HIRSTEIN, William. Three laws of qualia. What neurology tells us about the biological functions of consciousness, qualia and the self. **Journal of Consciousness Studies**, v. 4, n. 5-6, , p. 429-458, 1997.

SHEETS-JOHNSTONE, M. **Insides and outsides. An interdisciplinary perspectives on animate nature**. Imprint Academic, PO Box 200, Exeter EX5 5YX, UK, 2016

VELMANS, M.; SCHNEIDER, S. (ed.). **The blackwell companion to consciousness**. Oxford: Blackwell, 2007.

Controversies surrounding the relation between consciousness and cognition

Hugo Mari*

José Carlos Cavalheiro Silveira**

Listen to the sound of Beethoven's Ninth Symphony, taste the flavor of a strong espresso, or feel the heat of a summer day. There is something that it's like to have these experiences; something that it's like to be conscious. Indeed, anything that we are aware of at a given moment forms part of our consciousness, making conscious experience at once the most familiar and most mysterious aspect of our lives. (Velmans & Schneider (2007, p. 18).

1 Preamble: quantitative controversies

Addressing Consciousness, from any point of view, is not a simple task. Much to the contrary, it is qualitatively complex and boundlessly extensive. In fact, inspired by the above quote from Velmans and Schneider, it is possible to inquire in which circumstances of life consciousness is not present and how uniform its presence may be. The authors remind us of three distinct sensorial guidelines, merely as a part of the totality of the body affected by consciousness.

Its complexity is revealed not only in the approaches that isolate them as a specific object, but also due to the direct correlation that it maintains with many categories, which are

* Professor do Programa de Pós-graduação da PUC Minas e Coordenador do Grupo de Pesquisa – Complex Cognition. Sua atividade de pesquisa e docência está voltada para as áreas de semântica, pragmática, cognição e análise do discurso. Hugomari28@gmail.com.

** Professor do Departamento de Saúde Mental, Faculdade de Medicina - UFMG e membro do grupo de pesquisas Complex Cognition do CNPq. Áreas de interesse: Ciência Cognitiva, Biosemiótica e Filosofia da Mente. Josil148@gmail.com..

possibly just as complex: qualia, attention, memory, language, intentionality, and perception, for example. When we list an array of theoretical possibilities through which the theme was addressed, it is possible to affirm that consciousness moves from one specific object in the field of Philosophy – Tye, Block, Dennett, Gallagher, Van Gulick, McLaughlin, Chalmers, etc. – to approaches that advance toward the realm of Neurosciences – Edelman & Tononi, Ramachandran & Hirstein, Crick & Koch, Plum and Posner, pervading a diversity of stages between these two poles.

This detachment is an imprecise approximation and seeks only to highlight new complementary paths seeking to address consciousness geared toward progress achieved through brain studies. Moreover, such approaches, even when intended to be specific, interconnect these two fields in a natural manner, as suggests Mandik, in his previously mentioned work – *The neurophilosophy of consciousness* (p.418).

In the publication from THE BLACKWELL COMPANION TO CONSCIOUSNESS, edited by Max Velmans and Susan Schneider (2007), the editors organize the work in five parts, with the qualification of a series of subsections, covered in 55 articles from 70 authors, from diverse fields of knowledge, filling nearly 750 pages. Most likely, at least in quantitative terms, the *Companion* represents only a small portion of that which is of theoretical production concerning consciousness. Therein, however, evidence is shown of the diversified content of its conceptual scope.

This theoretical production, which seems rather astonishing at first glance, offers us an essential array of the many paths traversed by the authors concerning consciousness. Here,

is it important to remember a quote from Sutherland (1989, apud Ramachandran & Hirstein): “Consciousness is a subject on which much has been written, but little is known.” In this author’s observation from more than three decades ago, the *much has been written* faces a certain resonance that is more consensual with the works produced in that time period, but the *little is known* seems more controversial due to the advances in the comprehension of the category, brought about by specific approaches. This does not imply the possibility of today facing an overall and sufficient comprehension of consciousness, which allows us to claim what it represents, how it functions, and where it takes place in our daily lives.

2 Controversies: consciousness and cognition – inside/outside

When we reflect on the objects that are in the world, which are supposedly “outside” of us, the first move tends to be to bring it “inside” of us, that is, to understand them, to take them on, from the point of view of adjusting them to our way of being in an attempt to make them an integral part of our being. When put in these terms, what appears is a controversial procedure in the act of presuming a dichotomy in our processes of perception, which tends to be defined by a correlation in which the *inside* corresponds to cortical processes (mind/brain) and the *outside* to the objects of the physical world. There is no clear consensus in this territory: there are theorists who emphasize this distinction, whereas there are others who see this with a twinge of suspicion, and still others, more recently, who view this as a cognitive impossibility. After all, how can we know X, if we do not

integrate it to the organism through our sensory-perception apparatus? How can we perceive something if it is not part of our organism?

In the following paragraphs, we will discuss a possible approach to some aspects of cognition sustained by a view that proposes a certain relativization between the inside/outside dichotomy and under which form can we consider the facts in question to be associated with conscious or non-conscious activities. We will first begin with a quote from the philosopher Sheets-Johnstone (2016, p. 24), who has dedicated herself to the assessment of this question:

Clearly, the sense modality of kinesthesia and the complex sense modalities of the kinetic-visual and kinetic-tactile are basic to both subject/world and corporeal/intercorporeal relationships. Moreover, a double reality obtains in each instance in terms of the inside/outside complementarity of the kinesthetic and the kinetic-visual and/or kinetic-tactile themselves.

The author begins with basic consensual relationships in the scientific world, that is, subject-world, corporeal/intercorporeal, among an array of other possibilities to formulate these relations, to show instances that assimilate the complementarity of the inside/outside dichotomy in the organism's activities within an environment. Thus, the inner dimension of an organism seems to be intertwined with that which is outside of itself, and this complex texture interwoven with the things of the environment results, in our understanding, in an object itself, an object of cognition.

Therefore, when we see any object in the world, no matter how extravagant its structure or its way of being or living in this world may be, even if we are unaware of any functionality

attributed to it, we cannot affirm that it is “outside” of us in its totality, since the act of perceiving many other aspects of its reason for being implies that these aspects have already been absorbed by us and that we, therefore, are conscious of them. They have already been embodied in some extent of our organism, due to the fact that it has color, form, size, mobility; due to the fact that it is portable, ingestible, aromatic, etc. In the end, what we presuppose to be in the world is also, in some way, inside of us, and the inside/outside dichotomy disappears when faced with our desire and our capacity to understand.

We can make use of our capacity for visual perception to better exemplify this fact. This capacity is stimulated by electromagnetic waves that emanate in some way from the surface. People in a classroom can look to the left wall and say it is *white*. It is possible that the hues of *whiteness* that each one perceives may well contain differential traits due to the many factors that determine one’s perception – angle, distance, lighting, and even unique specifications of one’s visual apparatus, etc., but no one will see that wall as *red*, *green*, or *blue*, for example, unless they have some type of conic lesion in their retina.

The electromagnetic radiation is an object of the world, but it does not represent much to us, except when the organism encodes it, for example, in terms of chromatic waves, providing more than 100 million colors. We are unaware of the chromatic waves that the wall irradiates, even if they are within the interval between 400nm and 700nm. Nevertheless, the eye is sensitive to them and, together with the brain, encodes them and provides us with an answer of the type of *whiteness* for this process. This *whiteness* is not an object of the world, but rather an object that the organism, with no conical lesions to the retina, produces;

something that we attribute to a corporeal meaning by capturing the stimuli through our visual sensory-perception apparatus, together with the ramifications of the cortical system – especially the V-4 region of the visual cortex – implied in the reading of these stimuli.

In synthesis, the *whiteness* is not outside of us – it is not merely a phenomenon of the physical world – nor is it inside of us in an isolated manner – it is not simply a random mental image – but rather it results in a process that dilutes the inside/outside dichotomy. The erasure of this dichotomy is possibly the most primitive pattern that an organism can configure in terms of human cognition, that is, its capacity to synthesize physical stimuli and diverse cortical procedures in a single object of comprehension. The objects of cognition, in any of their sensorial dimensions, are objects themselves, constructed by the organism, about which we have full consciousness: we are capable of remembering a white wall and of naming it as such, for example.

Similar, but also differential, facts can be contemplated for all other dimensions of our cognitive activity: the meaning of the *smoothness* or the *roughness* of a surface depends on procedures of the haptic sensory system and fully on an organism's visual system in consonance with cortical mapping that involves motor and visual areas of the brain in a specific way. It is the organism itself, in its constant interaction with the environment, which produces these types of meanings, drawing upon an interconnection between the haptic-visual sensory perception activity and appropriate correlates of the brain apparatus.

Similar to what we argued for the visual experience, the outside/inside dichotomy is, in fact, diluted, considering that

smoothness and *roughness* are objects produced by an organism's cognitive activity: they are properties produced through a qualified and direct experience with certain objects. Therefore, they are not only physical properties, nor are they mental images that we place upon objects of the world, but rather something that is produced through the interaction of the organism with the environment. What is the extension of this type of phenomena? Are we aware that they are smooth and rough surfaces much like we have for white walls? Is the inside/outside relation diluted in all circumstances?

These are not simple questions and any answer to them is necessarily linked to the categories of perceptive processes, such as memory and even projections. In these cases, the symmetry between the processes resulting from activities carried out through different sensors can also be disrupted. Thus, both the *whiteness* and the *roughness/smoothness* are corporeal meanings, given that it is the organism that “feels” each one of these dimensions of the world due to its own direct experience with the environment. However, as the group of our sensory perception activities are always involved with other factors (memories, attention, intentionality, etc.), the outside/inside symbiosis resonates as being more significant for primordial experiences, as it characterizes the essential moment of our experience with things of the world. From that point on, we then open space for other processes that we value to intervene in the environment

In this sense, *roughness/smoothness* can be cognitive objects that, through a primordial experience, we are capable of remembering and projecting for some objects. One organism may detect the *roughness* of the trunk of a *casuarina* tree as

compared to the smoothness of a *pau-mulato* tree, without, in either case, having had a haptic sensory-motor experience. The person is able to remember (or even project), through an anticipation of the visual system, which may well have a characterization of *roughness* or *smoothness*. From this we can extract two questions for a complementary discussion: (a) Do we have full consciousness of the memories or of the projections that we make of these facts? and (b) Does the dilution of the outside/inside axis validate cases such as this or only the cases of primordial experience?

In the case of (a), the answer is a confirmation of the full consciousness of our actions. We learn only once and are conscious of the application of that which we learned for new situations. It is logical that the relation between *smoothness* and *roughness* can be defined by a continuum, where border states can obscure our decisions, but this does not negate our conscious capacity to deal with both concepts. In (b), the situation is more complex, since the idea of the dilution of the outside/inside axis would tend to validate only the inaugural experience from which we construct cognitive objects with an integration of the axis. In all other cases, we validate the application of such objects to an external reality that is compatible through analogy: no one needs to slide their hand down the trunk of a casuarina tree to know that it is *rough*. If in fact we learn the cognitive objects once and, in circumstances analogous to those which we have applied, we then project only the primordial experience, we would have the content to be able to dilute the inside/outside axis. The cognitive objects have an original status, in which the interior and the exterior have been dissolved in favor of a unity, but there are moments in which we recognize facts of the world by imposing

such objects upon them, which are available in our memory.

It is possible that the human cognitive activity is always able to handle new situations that the organism faces through its interaction with the environment, producing (continuously) an emerging sensation that obliterates the distinction between inside/outside. The doubt that we point out for this concept is the extension to which a hypothesis of this nature should assume, considering the diversity of the cognitive activity. Thus, the *whiteness* of the wall characterizes, according to our understanding, a different situation than *roughness*: we cannot project through this *whiteness* that other walls on the left side of the classroom will be *white*. The effect of the *whiteness* (and of another other color) will always be computed by the organism through the stimulus of chromatic waves, associated with cortical networks; it will always be an *online* process; it depends on its own irradiation, which is unique to each object, in terms of a circumstantial electromagnetic qualification.

All of this, in general, differs from the *roughness* which, after a primordial experience, can become an analogous process in many circumstances: I do not need to have a direct experience with certain surfaces to deduce that they are *rough*; I can project upon them the feature of *roughness* through a visual perception (even if there is a possibility of being wrong). On the other hand, we can predict a chromatic cultural array for many objects of the world – *taxi*: white vehicle; *fight*: black clothes (or other color for any object within another culture), or even predict natural patterns, which are relatively universal, for other objects – *milk*: white; *leaf*: green. Hence, it is possible that each of these pairs has been a cognitive object of an organism at a given moment in history, but that we project it every time that we see each of these

objects, beyond the direct experience with these. In the end, it is our hypothesis that, even under these circumstances, at certain moments, the interior/exterior relation disappears in order to produce such objects, but in other moments of projection, the relation with exteriority remains, and we only make projections upon the world.

The erasure of this dichotomy can, deep down, be essential to cognition: inside and outside can be two sides necessarily involved in actions of the organism upon the environment. We are conscious of the *whiteness* of the wall, but we are not conscious of the processes involved in the irradiation of the chromatic waves of this wall, nor of the routes and mapping of the stimulus captured by the brain. The outer portion of the irradiation and the inner portion of the brain circuits are interwoven into a single object of our cognitive activity; we are conscious of the objects and of the actions that we engender in these conditions, but the irradiation and the circuits are non-conscious. In the next sections, we will apply this discussion to some points treated here, especially to consciousness.

3 Controversies: consciousness and cognition

The inside/outside hypothesis, which has been guided by authors in the field of cognition, still implies difficulties and even controversies – some that have been pointed out in the previous section – not only due to the diverse content of the human experience driven by five sensors and faced with the objects of the world, but also because of the relative patterns of cognition that are not uniform. Although there may be a certain consensus – not equivalence – in the sense of the organism interacting with

the environment, we would like to raise the possibility of this consensus also extending to levels of consciousness that would be part of our daily experiences. We understand here the level of consciousness as a conscious, non-conscious, and automatized activity; in this text, we will not discuss the ‘unconscious’.

The conscious states, or simply the consciousness, tend to be opposed to both the unconscious as well as the non-conscious and, in some circumstances, to automatism. All of these possibilities may well be present in many of the actions that we carry out on a day-to-day basis. Nevertheless, working on the assumption that the majority of our actions are carried out in conscious states, there is no explicit criterion that allows us to isolate actions that would have a non-conscious content, although some approaches entail guidance through some type of category that supports the consciousness. On the other hand, we are capable of identifying non-conscious actions, such as part of our eye movements. Are any of us conscious of how many times we blink in a minute?

The correlation between actions and movements may well lead us to an initial criterion of the contrast between the conscious and the non-conscious (or even automatism). There are authors that mark this distinction, considering: (a) *etiological movements* – those understood as integrated to the nature of the parts of an organism, or that refer to the functional nature of an organism: the opening and closing of one’s eyes, the opening and closing of one’s hands, etc. and (b) *intentional actions* – those that seek any target beyond the primary extension of the organism – lock a window; turn on a computer – or even in the extension of the organism – scratch one’s head, wash one’s hands, etc. In the first case, we would be faced with non-conscious events – but it is

clear that every non-conscious event can become conscious, while in the second case, when faced with conscious events. For example, the action of locking the window is an action that seeks a target, that changes the state in which this object is found; the act of washing one's hands implies the elimination of impurities.

Much like intentional actions, they are structured, minimally, through a corporeal narrative so that they can be carried out: the agent needs to move from where he/she is in the direction of the window in question; press the window pane against the window frame; grab the latch; move it in the appropriate direction. It is possible that there is no intentional action that is devoid of a corporeal narrative: we do not perform isolated actions, but rather actions that are integrated into a group of other subsidiary and ordered actions. It is also possible that, within the groups of actions that make up such a narrative, there may well be some that have the non-conscious content or that result from pre-structured automatism in the organism, especially when referring to actions that are repeated in our day-to-day lives. Let us begin with a quote from Sheets-Johnstone (2016, p. 21):

Our dishwashing and climbing are dynamic patterns that were once learned and are now ingrained in kinesthetic memory on the basis of their familiarity. They run off, as it were, by themselves. Yet any time we care to attend focally to the ongoing kinesthetic experience of washing or climbing, there it is: a particular qualitative dynamic.

This author's commentary is mostly linked to the discussion of the preceding paragraphs about the nature of human actions. She highlights two routine actions – *washing dishes and climbing [stairs]* – considering that these are common domains of organisms (adults). As we claimed above, these are two target actions (intentional), involved in narratives with a group of

subsidiary actions (or postures), not mentioned, but implicit, and resulting from corporeal adjustments. Although recognizing that each of these action patterns already is “ingrained in kinesthetic memory”, they would have the character of automatism, or even, according to the author, because they “run off by themselves”.

However, no matter how automatic our actions may be, they do not repeat *ipsis litteris*, there is always a “qualitative dynamic”, because we do not climb stairs with the same muscle strength in all situations, nor do we wash dishes with the same physical intensity that we wash glasses. If the action of washing dishes, in its totality, is reproduced in the day-to-day life as automatism, we are conscious that we do not wash plates and cups in the same way that we wash different types of glasses. The consciousness that we have of a certain differential fragility of these dishes leads us to the consciousness of a different application of force when washing them.

There are many formulations about consciousness and its correlates that draw from the focus of attention as a subsidiary criterion of decision-making. GREENWALD (1992, p. 767) presents two criteria to intermediate the conscious and non-conscious relation (in the formulation of the unconscious author), based on the attention process. Let us take a look at the first quote from this author:

Sense 1: Outside of attention. If consciousness is interpreted as the selective aspect of attention (Kahneman, 1973; Posner & Boies, 1971), then one is unconscious or unaware of stimuli that impinge on receptors but fall outside the metaphorical spotlight of selective attention. This sense of the conscious-unconscious distinction is supported both by nearly 40 years of modern research on selective attention and by a long tradition in which attention has been a central topic of psychology (e.g., James, 1890; Pillsbury, 1908).

Sense 2: Lack or failure of introspection. If consciousness is interpreted as the ability to report experience validly, then one is unconscious or unaware of the occurrence, causes, or other attributes of attended objects, events, or actions when one cannot report those properties validly. Unlike the attentionless sense, this one presumes (a) a language-using organism, (b) a reflexive (self-describing) cognitive ability, and (c) the existence of a valid reference description of one's experience.

The two senses proposed by the author, as we can see, revolve around the attention: being unaware, in this first case, indicates that you are outside of the focus of attention. For example, the selective attention for someone who is inside of a soccer stadium with the game in progress, the focus should be geared toward following the movement of the ball, but it is possible that a fan may miss important moments of the match because he/she is outside of his/her attention focus. Thus, being outside of the focus on the ball is equal to being in a non-conscious state for this specific situation, according to sense 1.

In the second sense, the author mentions *lack* and *failure of introspection*, but in a more detailed manner than merely being outside of the focus of attention. Here, the subject is incapable of recovering a network of causalities, properties, and characteristics of an action, of an event, of an object in a relevant form. This is one feature of the non-conscious cognition, involving failures to remember well-known events which are present in the current event. In the example mentioned above, the observer may have watched a goal being scored, but is incapable of remembering its origin: a corner kick from the left corner, the goalie's defense of the corner kick, and the calling of a foul. The fan may even "find out" that it was a goal, but he/she is incapable of reconstructing the stages that resulted in this final action.

Greenwald emphasizes three conditions for the functioning of a conscious state (there may well be others). The first, which refers to language, is an exclusionary formulation, because it restricts conscious activity to humans, as well as a generic formulation, as it mentions the use of language with no specification. It is not important to discuss the merit of the details involving this formulation, but we can assume that this use can be translated, according to other authors, by the linguistic capacity to report the stages that integrate a specific event. We are conscious if we are capable of doing so.

The second condition, paired with the first, emphasizes the self-reflexive capacity of the organism in relation to an experienced event in the world, for example, one's capacity to recognize details of the stages that converged into the perception of the event in question. This evaluative capacity may include not only the effective memory of the relations involved in the event, but also the possibility of its linguistic description. The third condition points to our capacity to understand part of the experience lived by the other: I am conscious when I am capable of making valid references to the other's experience.

The information contained in the two paragraphs from Greenwald are important indicators, but they are far from being criteria capable of justifying the distinction between conscious and non-conscious. The approaches about consciousness have, in fact, been marked by the recurrence of subsidiary categories for its grounds. Here, the author resorts to attention and language, and therefore to memory: there are others that have also been the basis for the grounds of conscious and non-conscious processes, which we will treat below in an epidermal manner, such as the extension and complexity that their discussion encompasses.

Here, we add a short commentary about qualia and intentionality.

In a recent text, Frederic Peters (Peters, 2014) discusses the relations among conscious, non-conscious, and qualia. According to the author, the discussion about consciousness endured for a some time in an attempt to distinguish states of consciousness from states of non-consciousness and, for many scholars, the demarcation of this territory had, as a core element, the qualia. Below is an initial quote from the author (Peters, 2014, p. 63):

There is, however a double problem with the identification of consciousness with the qualia: first, the sensory, conceptual, and emotional content that provides the distinct quality of the experience is available both in the unconscious and conscious states; second, the perception of the qualitative experience that comprehends the state of common consciousness can, in unexceptional circumstances, come undone, revealing a clear distinction between perception and qualitative content.

Peters highlights two problems involved in this attempt to relate the qualia to consciousness. The first refers to the fact that the patterns of content – sensory, emotional, conceptual – do not have an exclusive separation, be they conscious states of the individual who experiences, be they non-conscious states. Our activity of experiencing the world implies a mixture of all of these contents, without a mapping of exclusive territories in its separation. The fact that we can still find current reflections that intend to offer an attribution to the field of non-conscious activities may well show that this objection made by the author is not something consensual.

The second seems to be an even more of delicate problem. In all of our experiences there is a qualitative state, conducted

consciously: to peel an orange, a conscious qualitative trait involves the handling of a blade, the careful sliding of the blade over the peel so as not to harm the pulp, among other qualitative dimensions involved in the motor activity of the fingers of our hands. All of these procedures that lead us to peel an orange are conscious, but they are qualitatively different from that which perceives this action, which could be aware of other facts, for example, if the knife is being used safely. For the author, consciousness is not involved in the dominion of a perceptive content, but rather in the *noesis* of the perception, that is, in the instantaneous act of perception. In this condition, the perceptive contents, in a noetic perspective, are no longer a condition for consciousness, perhaps because they already have a mnemonic dimension. Let us analyze at the complementary citation of the author in relation to the qualia (Peters, 2014, p. 64):

Consciousness is better understood in the context, as an element of a state of vigilance in which a significant part of the cognitive process occurs unconsciously. But are the conscious and unconscious processings combined in the state of vigilance, what distinguishes the first from the second? For many philosophers, psychologists, and neuroscientists, the answer is the *qualia* (plural form of the term *quale*), the qualitative character of the cognitive experience. *Qualia* is what makes the consciousness conscious.

Peters assumes that a major part of the cognitive processing is done in a non-conscious manner. This seems to be a counter-intuitive collocation, since the harmonious relations between a set of support-actions is a target-action that leads us to think the contrary. The way in which we organize the relations of causality between support-actions and a target-action and the success achieved in the carrying out of an event affected by these actions

leads us to admit a refining in its structuring, a product of our consciousness.

For example, the actions of *drinking a cup of coffee* represents a target-action of an extensive narrative which makes us follow a series of support-actions – getting the cup, placing the coffee in it, taking it to our mouth, testing the temperature of the coffee, pouring it into our mouth, etc. This process is valid for any type of action that we perform: there is always a target-action and support-actions, ordered by the relations of causality. What can be made controversial with this example is if, within the actions that are supported, there are non-conscious actions, or if some are only actions based on automatism, in already acquired pragmatic habits.

Could it be that to drink coffee we are not conscious of the nature of the utensil, of its size, the type, etc. of that which I am going to use in this scenario? It is possible that many of our support-actions can represent automatisms, but we would need to be clear about their difference with non-conscious actions. Perhaps the sequence itself of a group of support-actions – a network of causalities – cannot make use of any of these a non-conscious action, because they are minimally part of an ordered sequence, and this requires consciousness. Be it related to target-actions or to support-actions, we are always under a state of vigilance, as the author claims.

Another point that the author highlights in his quote is that the qualia would be the essential mark of the conscious activity, possibly considering that only the person who experiences is capable of detecting, because it is a primitive, unique, and subjective trait of one's experience. Peters transfers the questions to some cited authors, as will be discussed in three aspects, but

it is difficult to presume that our conscious activity is merely summarized in detecting qualia. Much to the contrary, perhaps we can admit that most of our experiences in the world are marked by a search for an objectivity as a more fundamental trait of our consciousness. Nothing hinders a fraction of our experiences from being accommodated within the affirmation of the author that the “Qualia is what makes the consciousness conscious.”

Peters’ text includes many other aspects about the relation between consciousness and qualia, but the space here does not allow for a more profound discussion on the all of these aspects. Let us pass on, then, to a commentary on the text written by Menary (2009), which treats the relation between consciousness and intentionality.

The processual activity of an organism involves a more extensive group of facts; in general, there are three dimensions that are highlighted: the source from which the stimuli comes to one of the sensors (eye, ear, mouth, nose...); the data captured and generated by these stimuli (chromatic waves, sounds, aromatic gases, stupefying substances...); the transduction of stimuli in cortical networks (visual, auditory, temporal, motor networks...). Although there is an enormous progress in the comprehension of these facts, some dimensions more than others, which is the processing in each of these instances, is still far from a clear understanding, especially since in this processing there are categories that intervene, such as consciousness, intentionality, attention, memory, etc.

The consciousness and the intentionality intertwine all of this set of actions that an organism performs, but they are not linked to any of these actions in particular. The eye is not

intentional and not everything that is seen is done consciously; it sees all that is within its view; but a *voyeur* can take advantage of the eye intentionally; the driver needs to be conscious of everything he/she sees on the highway. None of these organs operate only consciously or intentionally, but they can be guided toward this qualification by the organism.

Let us take a look at the quote from Menary (2009, p. 417):

Onewaytothinkabouttherelationbetweenconsciousness and intentionality is that all of the conscious states are also intentional. When I am conscious of a sensation (a sound), then this phenomenon is certainly phenomenal; but the experience is also intentional – because the sensation (the sound) is the object or content of my consciousness.

Many authors who worked on the relation between these two categories admit that each intentional state is necessarily conscious, that is, it does not seem reasonable that we intentionally guide ourselves to an action X and that we have no consciousness of this guidance. For example, would it be possible to guide ourselves to a trip X and not be conscious of the protocols of this trip? Nevertheless, what still seems unclear is the inverse situation: would all of the unintentional actions be non-conscious?

We bring up this question in order to take advantage of the expression ‘non-conscious’ with a link to automatism. It is possible that many of our actions result from habit, whose automatism is already integrated within us and that, therefore, would have a non-conscious appeal. For example, when we walk, one of our feet stays in the air; this has possibly been, at no moment, a conscious act that became a habit. Most likely, there are many organic functions that have an etiological content:

breathing, sneezing, napping, coughing, itching; however, they can become conscious at some time. For example, in the home treatments for respiratory issues, it was possible to sniff snuff in order to sneeze and clean the airways; in the use of silverware, the etiquette of picking up the fork with the left hand and the knife with the right hand may have been a conscious act in the beginning and later become a habit, at least for those who follow this etiquette.

The relation between conscious states, non-conscious states, and automatisms has not always been so evident, because there is no set ‘rule’ to show when we must validate a specific event, qualifying it as a conscious state or not as an automatism, since we can be conscious of what the majority of automatisms are. For example, we turn a key in a lock to the right to lock it and to the left to unlock it; it is possible that at some moment we learned this mechanism consciously. Most of the automatisms would have an origin in the conscious state; they have become a habit due to their repetition (rational) in many of the day-to-day activities. Moreover, the subsidiary categories that we use to justify the consciousness do not seem to be in dissonance with the explanation of automatisms: are they not intentional, do they not depend on memory, do they not function with an attentional focus? Only the qualia, as far as we know, would run contrary to an automatism.

By contrast, the opposition that we admit between the conscious and the non-conscious may well be evident for pure etiological movements, but when we treat a group of actions, it is difficult to select those that would have the non-conscious feature. Beyond etiology, however, there must be actions that have a non-conscious content, especially those that we confirm

together with our interlocutors as “not on purpose”. An apology in these terms would show that the action that led to the request had been non-conscious, disregarding any form of pretense.

4 Open controversies

In the previous sections of this text, we pointed out some controversies on the theme of consciousness with the option of having searched for some type of evidence of its correlation with other categories. We have especially highlighted the cognitive processes of an organism as the basic guidance for our reflection, less than the conceptual apparatus that tends to be implemented by many theories that treat consciousness and it correlates. The conceptual dimension was inserted in the text only as a support to the discussion of some specific situations. The discussion of many examples clarified the difficulties faced when dealing with our day-to-day activities, be they conscious, non-conscious, or automatisms.

The studies of consciousness show that it is an essentially complex object if we adopt the concept of complexity, according to that defined by Edelman and Tononi (2000, p. 135):

Only something that appears to be both orderly and disorderly, regular and irregular, variant and invariant, constant and changing, stable and unstable deserves to be called complex. Biological systems, from cells to brains, to organisms to societies, are therefore paradigmatic examples of complex organizations.

This collocation by the authors reflects, to a great extent, what was the underlying character of our discussion in the previous sections. When we come closer to the consciousness

of the inside/outside axis, we can note just how unstable the attribution of conscious and non-conscious really is. When we project these parameters, together with automatisms, upon our actions, we understand the consciousness (invariant, stable) that dominates a target-action, as well as the variance, of the instable, which intertwines with the support-actions.

In the present edition, the reader of *Scripta* is invited to evaluate a set of reflections that stem from the idea of consciousness as a *leitmotiv*, but that have traversed quite different paths, be it in the approaches and categories that affect the wide range of human knowledge, be it in the most empirical content through which they sought the underlying reason for their concerns in the forms of life, and revealed the implications of consciousness with reflections that crop out fictional facts as problems relative to the literature.

References

EDELMAN, G. M.; TONONI, G. Consciousness and complexity. In: *Universe of Consciousness. How matter becomes imagination*. Nova York: Basic Books, 2000.

GREENWALD, A. G. Unconscious cognition reclaimed. In: **American Psychologist**, p. 766-779, 1992.

MENARY, Richard. Intentionality and consciousness. In: BANKS, William P. (ed.). **Encyclopedia of Consciousness**. Volume 1. Oxford: Elsevier, 2009. p. 417-429.

PETERS, Frederic. Consciousness should not be confused with qualia. In: **Logos & Episteme**, v. 1, p. 63-91, 2014.

RAMACHANDRAN, V. S.; HIRSTEIN, William. Three laws of qualia. What neurology tells us about the biological functions

of consciousness, qualia and the self. **Journal of Consciousness Studies**, v. 4, n. 5-6, , p. 429-458, 1997.

SHEETS-JOHNSTONE, M. **Insides and outsides. An interdisciplinary perspectives on animate nature.** Imprint Academic, PO Box 200, Exeter EX5 5YX, UK, 2016

VELMANS, M.; SCHNEIDER, S. (ed.). **The blackwell companion to consciousness.** Oxford: Blackwell, 2007.

Dossiê temático:
Perspectivas atuais
sobre a mente

Notes on the Guidelines of the 2009 Online Workshop on Theories of Consciousness

Alfredo Pereira Júnior*

Abstract

The *Online Workshop on Theories of Consciousness* (OWTC), a set of live online (text only) discussions carried out in 2009 at the site *Nature.com*, was an attempt to organize and find minimal agreement on the epistemological bases for scientific and philosophical research on the Theory of Consciousness. This paper covers the guidelines I proposed to the group; some issues discussed after the presentation of the first seminars on “Models of Consciousness”, by Anil Seth, and “Cognitive Theories of Consciousness”, by Vincent de Gardelle; as well as some discussions with the participants about these topics. Following the Concluding Remarks, I added an Epilogue written some years after the Workshop.

Keywords: Consciousness; brain; physiology; epistemology; neurons; astrocytes; explanatory models.

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/São Paulo State University (UNESP), Professor, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Campus de Marília, <https://orcid.org/0000-0002-5960-041X>

Notas sobre o *Workshop Online* sobre teorias da consciência realizado em 2009

Resumo

O Workshop Online sobre Teorias da Consciência (OWTC), um conjunto de discussões online ao vivo (somente texto) realizado em 2009 no site Nature.com, foi uma tentativa de organizar e encontrar um acordo mínimo sobre as bases epistemológicas para a pesquisa científica e filosófica sobre a Teoria da Consciência. Este artigo abrange as diretrizes que eu apresentei para o grupo; algumas questões discutidas após a apresentação dos primeiros seminários sobre “Modelos de Consciência”, de Anil Seth, e “Teorias Cognitivas da Consciência”, de Vincent de Gardelle; bem como algumas discussões com os participantes sobre esses temas. Após as Considerações Finais, acrescentei um Epílogo escrito alguns anos após o Workshop.

Palavras-chave: Consciência; cérebro; fisiologia; epistemologia; neurônios; astrócitos; modelos explicativos.

Introduction

In 2009 the scientific journal *Nature* opened an interactive online platform, in which public or private discussion groups could be formed and conduct online live meetings, in which text messages could be exchanged. The material was saved for some time in the site, but it was deleted a few years later, when the journal decided to close the interactive platform.

The *Online Workshop on Theories of Consciousness* (OWTC), presided by the Swiss Medical Sociologist Dr. Hans Ricke, having the distinguished neuroscientist Dr. Arnold Trehub and myself as coordinators, and the helping hands of Drs. Chris Nunn and Bernard Baars in both the foreground and the background, took place as a private group in this platform.

The debate had begun a year before, in another public online forum in the same *Nature.com* site, created and administered by me: the *Brain Physiology, Consciousness, and Cognition* group, which became the most active forum in the entire site, with around one thousand members, and even appeared in the *News* section of the main *Nature* printed journal.

On the basis of the discussion carried out in this public forum, I accepted an invitation made by Drs. Ram Vimal and Chris Nunn to contribute, in collaboration with Hans Ricke, to the special edition of the *Journal of Consciousness Studies* (JCS) on the theme of *Defining Consciousness* (Pereira Jr. and Ricke, 2009). Building on this collaboration, the OWTC, of which Hans Ricke was the main organizer and moderator, was created, and continued its activities for more than half a year, producing nearly 1,000 pages of presentations and opinion exchanges. The contributors were leading consciousness

theorists.¹ A partial report, first authored by me (Pereira Jr. et al., 2010), was published in the JCS. A final consensus has not been reached during the workshop, and thus no other report has been published. A subgroup led by me continued the discussion in another private *Nature.com* forum, entitled *Consciousness Researchers Forum*, which produced a valuable book published by Cambridge University Press (Pereira Jr. and Lehmann, 2013).

A complete transcription of the OWTC was kindly made by neuroscientist Dr. Jonathan Edwards, and sent to the organizers, but it was never published. Having both these files and my own notes, I registered the guidelines I proposed to the group, together with epistemological issues that arose after the presentation of the first seminars, on “Models of Consciousness”, by distinguished cognitive scientist Anil Seth, and “Cognitive Theories of Consciousness”, by Vincent de Gardelle, building on his work in collaboration with Sid Kouider.

In the Epilogue below, I am also publishing the sketch of the first dialogue of a theater play that echoes the philosophical issues raised during the OWTC. Writing this piece was suggested to me by Hans Rieke after we met personally some years later, in 2016, in a scientific meeting at Lugano. I wrote only the opening dialogue of the intended play, displaying the conceptual framework of the Theory of Consciousness (called *Triple Aspect Monism*) developed after the end of the OWTC.

¹ In alphabetical order: Alfredo Pereira Jr., Alice Kim, Anil Seth, Arnold Trehub, Axel Cleeremans, Bernard Baars, Biyu He, Bjorn Merker, Chris Nunn, David Rosenthal, Dietrich Lehmann, Hans Rieke, Jonathan Edwards, Jean-Pierre Changeux, Lucia Melloni, Max Velmans, Ned Block, Sid Kouider, Stanislas Dehaene, Stuart Hameroff, Sue Pockett, and Vincent de Gardelle

The Guidelines

In the beginning of the OWTC, I wrote the text below.

“Before discussing a theory of consciousness, it may be convenient to clarify what it addresses. There are at least three classes of theories:

- a) Those that address the *vehicle or system* that supports conscious processing, e.g. brain circuits and mechanisms;
- b) Those that address *properties of* (intersubjectively shared) *conscious contents*, e.g. if they are representations and if so, what kind of representation they are, and
- c) Those that address subjective *aspects* of conscious experiences, the singular “*first-person*” experiences that accompany the instantiation of intersubjectively shared contents.

Based on this distinction (or on a correction or improvement of it), we can make a collective effort to establish an agreed taxonomy of published theories in terms of families of theories that address similar aspects of consciousness.

We may also evaluate the scientific status of theories according to current standards. Assuming that there is a common understanding of what is a scientific measurement, we can divide these theories into four classes:

- a) Those that afford the making of direct measurements (according to current standards) that would gather evidence for or against the claims of the theory;
- b) Those that assume that consciousness is a kind of second-order phenomenon (like entropy) that cannot be directly measured but has values that can be calculated from data obtained by means of direct measurements. These theories

bring with them a set of theoretical assumptions about how to make the calculation, often related to concepts of information and complexity; different conceptions are related to different forms of calculation;

c) Those that would afford a direct or indirect measurement with new techniques, to be invented or improved from already existing technologies; and

d) Those that imply that consciousness (or conscious states and processes) cannot in principle be measured. These theories could be considered mainly philosophical (or metaphysical)”.

I also added the following philosophical remarks: “Explanatory problems faced by consciousness models are not limited to the explanation of phenomenal experiences. On the one hand, considering the complexity of brain activity, it is difficult to define any mechanisms responsible for any cognitive (learning, memory formation, attention) or emotional function. On the other hand, describing properties of consciousness (phenomenal or not) would require a powerful tool, such as the kind of state space that Chris Nunn proposes (Nunn, 2007) or the conceptual space developed by Peter Gardenfors [OBS.: later reviewed in Pereira Jr. and Almada, 2011].

I have agreed with Bernard that the discussion should focus on empirical questions in order to achieve remarkable progress. Here in OWTC we will have an opportunity to discuss in detail important empirical findings with their authors. I will only mention two apparent conflicts as examples of the difficulty of adding the results to find a synthesis:

a) Using similar experimental paradigms, some found that conscious visual perception is supported by 100 ms responses, while others found that a 300 ms ERP is responsible for triggering the (gamma) synchrony that supports it;

b) Most neuroscientists have believed for decades that consciousness is correlated with an increase of firing rates and sustained neuronal excitation, but Tononi's theory predicts that silent neurons have an equal participation in the determination of the qualitative conscious state."

The discussion in the seminars focused on these themes, often bringing new epistemological proposals without achieving an agreement in the end.

Discussion with Anil Seth

After Anil Seth's first seminar on "Models of Consciousness", based on his Scholarpedia entry (Seth, 2007), the following discussion took place. He proposed the definition: "The discussion article reviews various 'models' of consciousness. A model of consciousness is a theoretical description that relates brain properties of consciousness (e.g., fast irregular electrical activity, widespread brain activation) to phenomenal properties of consciousness (e.g., qualia, a first-person perspective, the unity of a conscious scene) through some type of mechanism. One can begin by questioning this assumption and, more generally, by asking about the utility of models in consciousness science. Are there any other useful conceptions of scientific modeling that could apply to consciousness? What kind of new understanding can a model of consciousness generate? Do models need to be predictive in order to be useful? What determines – or will determine – the success of any candidate model, where 'success' is construed very broadly?"

On the basis of the proposed guidelines, I asked: "I cannot identify in most (if not all) reviewed theories:

- a) What are the ‘brain properties’?
- b) What are the ‘phenomenal properties’ of consciousness?

Most theoretical proposals seem to try to capture *cognitive functions* of consciousness, instead of providing a detailed description of brain mechanisms and respective properties of consciousness... This is a problem, because there is an ambiguity with the term “function”. A function may be defined for *the system that supports consciousness* (e.g. integration of neuronal activity as a function carried by synchrony) and can also be defined for *the content* (e.g. conscious attention as a selective function). Both kinds of function do not necessarily overlap”.

Anil also wrote: “The IITC proposes a novel measure of the ‘quantity’ of consciousness generated by a system. This measure, *phi*, is defined as the amount of causally effective information that can be integrated across the weakest link of a system (Tononi and Sporns 2003; Tononi 2004).”

I made some questions, answered by Anil:

(Alfredo) Is this Shannon’s (and Weaver’s) concept of information, a modified conception (as in Dretske) or a totally different one?

(Anil) Information theory in Tononi’s sense is not used in the S-W concept of information *transmission*, but rather as a way of characterizing (multidimensional) variance and shared variance, i.e. in a statistical sense. But the underlying concept of *entropy* is shared.

(Alfredo) Is there a (mathematical) relation between this concept of complexity (*phi*) and Chaitin’s?

(Anil) An important difference is that Kolmogorov-Chaitin proposed an ‘algorithmic’ notion of complexity, which is

maximized for random sequences. The premise of *phi*, neural complexity, and causal density is that complexity should be maximized for systems intermediate between complete order and randomness. According to the IITC, consciousness, as measured by *phi*, is characterized as a “disposition” or “potentiality”. The contents of any given conscious scene are specified by the value, at any given time, of the variables mediating informational interactions within the system. According to Tononi, ‘A distinguishing feature of the IITC is that *phi* is proposed to be a sufficient condition for consciousness, so that any system that has a sufficiently high *phi* – whether biological or non-biological – would be conscious’ (Tononi 2004).”

(Alfredo) Is there a (well-defined) relation between *phi* and negentropy? What is the relation (if any) of causal density and the flux of Shannonian information?

(Anil) Lumping these together, *phi* is defined using entropy as a central concept. Relations to negentropy (or equivalent to negentropy) have not been worked out as far as I know. Intuitively, causal density and *phi* and neural complexity are all closely linked. In my lab, we are currently working out how to express causal density in terms of information theory, to allow formal equivalences to be drawn. This can have a practical benefit, since autoregressive models can be easier to derive from data than multivariate entropies.

At the end of the discussion, Anil made these important remarks: “It is worth noting that some of Tononi’s ideas challenge this assumption (that conscious activity depends on brain activity – APJ). In at least one version of his IITC, the possibility is explicitly noted that a brain with no activity at all could nonetheless be conscious, perhaps of nothing! The logic behind this implication is that, in the IITC, the level of

consciousness (in contrast to content) is a function of the *potential* of the brain to enter this-that-or-the-other state. And one can have potential in buckets, without any activity. Tononi's more recent - 2008 - exegesis is perhaps a little more circumspect on this issue, since his quantity *phi* is now determined by the information generated when a system moves from one state to another. While much information could be generated by a system moving to a completely inactive state, considering this (inactive) state as persisting (in a statistically stationary sense) would lead to low *phi* and a zero conscious ness level...For the record, I myself cleave to the idea that high levels of *phi* (or whatever current measure) may be necessary but not sufficient for non-zero conscious ness levels. Whether it is possible to be conscious without particular conscious contents is a provocative question, but one which I think is ill-posed. If indeed we can be conscious without content, such a content-free state then can be said to *have* content precisely in virtue of this property, on the view that content is what distinguishes one conscious scene from another”.

Discussion with Bernard Baars

Bernard commented about Anil's presentation: “‘Yes or no’ decisions are possible in some cases, as extensive lesion studies. If the cerebellum of a human subject is extensively damaged and the subject does not report any change in conscious experiences, it is possible to conclude that the cerebellum does not directly support consciousness, regardless of any particular theory. The situation becomes exponentially more complex when the conclusion is to be inferred from data obtained with

registering or measuring techniques/technologies. I will focus on fMRI. Logothetis and his group demonstrated that Bold fMRI measures correlate well with Local Field Potentials (registered with intercellular microelectrodes) reflecting dendritic electric activities. However, there is an unnoticed theoretical problem with this correlation: as inhibitory transmission causes hyperpolarization of the membrane (physically speaking, an electric field of greater magnitude than the depolarization caused by excitatory transmission), why don't inhibited brain regions light up in fMRI?"

I replied that: "The question of why BOLD fMRI (after subtraction of baseline/unconscious activity) correlates so well with conscious processing, in spite of all the limitations of this imaging technology, has bothered me for more than 10 years. In the beginning I was a skeptic, but I became converted by the evidence. Only recently did I find a convincing reason. The clue came from astrocyte research. First, it has been well established that astrocytes, not neurons, exert direct vascular control (see e.g. the work of Haydon and Carmignoto, 2006). Second, it was shown – in a revolutionary paper by Schummers et al. (2008) – that BOLD fMRI does reflect astrocyte activity. Since then, my favorite hypothesis became the idea that astrocyte global physiological activity (amplitude-modulated calcium waves) is the analog of feeling patterns. Astrocyte coherent calcium waves are triggered only by neuronal excitatory (release of Glutamate), not inhibitory (release of GABA) activity in tripartite – i.e. neuro-astroglial – connections. Inhibitory transmission generates neuronal electric fields, but these fields do not impact BOLD fMRI because blood flow is controlled by astrocytes, and these cells are not activated by a GABA release in the tripartite synapse intercellular space".

Bernard also commented: “Another important study by Fox et al. (2005) shows that the activation of a brain area is accompanied by the deactivation of others, and most of the pairs they mention correspond to the pairs you mentioned in your post (ventral x dorsal; cerebellum x cortical areas). It seems to me that as the deactivation of one region is correlated with the activation of the other, both belong to the same process, and we therefore cannot infer that only the active one is contributing to consciousness. How would the inactive one contribute? Maybe by increasing a signal-to-noise ratio in a global pattern of activity of the whole brain (this seems to be the solution found by Tononi and Koch)”. This issue was addressed by Biyu He, a young brilliant neuroscientist indicated to the OWTC by Stanislas Dehaene, as reviewed in the next section.

Discussion with Biyu He

Biyu wrote: “I have a few half-baked thoughts on some of the physiological questions that have been under discussion on the involvement of the default network in consciousness. First of all, the pair of task-positive and task-negative regions is not really the ‘ventral x dorsal’ or ‘cerebellum x cortical’ areas. There was one specific pair that was found in the original Fox et al. (2005) paper: dorsal attention network (including FEF, IPS, and MT) and the default network (including BA 39, PCC, MPF, superior frontal regions, and parahippocampal gyrus). Later, it was shown that the executive control network (including DLPFC, dorsal parietal regions (more like BA 40) may also be anti-correlated with the default network. The word “default mode” has been somewhat confusing because there

are many other networks (total of about 8 well described) that are spontaneously coherent in the resting state, and the default network, including the regions above, is only one of them. But the default network is special in the sense that it is more involved in a self-referential type of thought, as Bernard has mentioned. A conjecture on the default network's involvement in consciousness was offered in He and Raichle (2009): Not all brain networks contribute to consciousness equally...We speculate that the anterior cingulate and anterior insular cortices, in addition to the default network, might be more pivotal than the sensory and motor networks, and maybe even the dorsal attention network (including the dorsal visual stream and frontal eye field) in the emergence of consciousness. This conjecture mainly comes from a thought experiment comparing the largely unconscious state – slow-wave sleep (SWS), with the conscious states including wakefulness and rapid-eye-movement (REM) sleep. Whereas the sensory and motor regions and the dorsal attention network are as active in SWS as in wakefulness, the anterior cingulate, anterior insular, and midline regions of the default network are deactivated in SWS and reactivated in both REM sleep and wakefulness. To the best of our knowledge, this conjecture is also consistent with existing data from persistent vegetative patients, blindsight patients, and from manipulations of momentary conscious perception”.

She added: “On the relation between inhibitory neuron's activity and the fMRI BOLD signal, I think Alfredo again raised a very important question. Here I think (speculatively) that part of the confusion in the literature might come from equating the fMRI BOLD signal with energy consumption. It is well established that the inhibitory neuron's activity is accompanied

by cost in glucose metabolism and changes in blood flow (Buzsaki, Kaila and Raichle, 2007; Logothetis, 2008), but the fMRI BOLD signal reflects the extra oxygen delivered over and above that consumed, and is specifically linked to glycolysis, not necessarily the total amount of glucose metabolism (a very nice review is provided by Raichle and Mintun, 2006). I agree with Alfredo that the neurovascular coupling mechanisms might differ between glutamate and GABA signaling, including their different involvement of the astrocytes. One intriguing possibility is that GABA signaling uses, proportionally, more oxidative phosphorylation and less glycolysis than glutamate signaling, but this is a total speculation, and I don't know of any existing data that speaks to this. Lastly, on why the fMRI signal, despite being classically considered the “remotest” form of neuronal signaling, correlates so well with conscious perception, and even better than spiking activity in some instances, especially in V1. My own view on this issue is explained in He and Raichle (2009, p. 305-306): fMRI experiments and single-unit recordings often show discordant results during manipulations of consciousness; this disagreement has been most dramatic in V1. These puzzling results are at least partially illuminated when we bring the SCP (Slow Cortical Potential – APJ) and its underlying physiology into the picture...The top-down effect of attention in early sensory cortex is largely invisible to spike recordings, but it is readily seen in the fMRI signal. Consistent with a close correspondence between the SCP and the fMRI signal, as argued here, top-down influence in V1 can be seen with measurements of the SCP, using either optical imaging or field potential recordings...Using a visual illusion task and depth recording in V1,...perceptual suppression was only associated

with changes in the lowest frequencies in upper cortical layers when the Current Source Density (CSD) method (which has much better localizing power than raw field potentials...) was used. Similar to the SCP, the fMRI signal also tracks perceptual changes, whereas spiking activity was unaffected.”

I replied: “Dear Biyu: Many thanks for your highly clarifying and explanatory speculations...Inhibition has two phases that may have a different impact on fMRI and other measuring technologies: the increase in inhibitory transmission, which is obviously related to the excitation of inhibitory neurons, and the result of inhibitory transmission in the target dendrite (membrane hyperpolarization), not to mention another phenomenon: membrane depression. How do neurobiological theories of consciousness account for them? Are some of these states co-determinant of conscious contents, or do only excitatory activities and/or spikes count?” To which she answered: “In general, I think the activated neuronal groups contribute to the content of conscious awareness. However, the quality of such conscious awareness depends on the life experience of the entire system, which is stored in the fine detailed anatomical and functional architecture of the system (and limited by the genetic blueprint). You might ask what I mean by “functional architecture”, which to me is the spatiotemporal structures present in the spontaneous brain activity, which depend on the anatomical structure but have many more “layers” or “dimensions” to it. In this sense, the silent neuronal groups, by their mere existence, may also contribute to the quality of conscious awareness. And I think that is the exact point that Giulio Tononi is driving at when he keeps talking about the photodiode (vs. thermostat)”.

Anil replied to Biyu: “I also welcome the introduction of default networks as a topic, for here one can envisage another use for models as a kind of ‘negative’ proof. As an example, a recent study by Deco et al. (2009) shows how anti-correlated slow fluctuations can arise simply from underlying physiological constraints rather than serving a specific function. Though this does not exclude a positive role for default networks (and indeed the story is more complicated – see the paper!) the model does serve to sharpen the question...Another paper that might be worth looking at is that of Shulman et al. (2009) which attempts to account for the conscious state in terms of physiology *without* appeal to cognitive/functional models of any kind”.

Discussion with Vincent de Gardelle

In his seminar, Vincent presented three types of cognitive theories of consciousness:

- “1) Theories that emphasize on the architecture of the cognitive system that leads to conscious experience. Here come the Global Workspace Theory (Baars), the Intermediate Level Theory/Attended Intermediate Representations Theory (Jackendoff and Prinz), the Information Integration Theory (Tononi). In these accounts, consciousness occurs in a system that has certain architectural characteristics: global broadcasting, intermediate object representations, information integration;
- 2) Theories that highlight that some features of consciousness are illusory. Dennett’s major point in the Multiple Drafts Model is the rejection of a single narrative stream. Wegner points to the possibility that the causal power of consciousness might be illusory;
- 3) Theories defending that consciousness is the result of

learning in the cognitive system. In the Sensory-Motor Theory (O'Regan and Noë) the subject learns to master sensory-motor contingencies and awareness follows from this expertise. In the Radical Plasticity Thesis (Cleeremans) and in the Higher Order Bayesian Perspective (Lau), higher order representations learn about first order representations”.

He also remarked that the theories may be combined: “For instance, an attempt to reconcile the Higher Order Theories with the Workspace Model can be found in the proposition of ‘Higher Order Global States’ by Robert van Gulick. So, in my opinion, to provide a model of consciousness, one agenda could be to agree on basic properties of the cognitive system (e.g. functional specialization, hierarchical models of perception with different levels of processing, the definition of ‘information’ in the brain, etc.); to envision the different accounts as focusing on different parts of the phenomenon, rather than as exclusive theories; to try to merge the different accounts, maybe by relying on a common ground. As a common basis I would suggest considering the workspace theory, which I find to be the most precise account (to my current and limited knowledge)”.

I replied with a long message: “(In the paper referred in the seminar) You classify the theories in three groups:

1) Those that consider consciousness “as result of specific architectural elements within the cognitive system”. This statement seems to imply that this group of theories refers to *properties of the system or vehicle* that supports consciousness, but they are in fact about *properties of the content or the dynamics of the content*. GWT is essentially about content selection and broadcasting, although in several papers and books his author has covered all aspects of consciousness phenomena. Jackendoff and Prinz’

theories are explicitly about representations, focusing on the grammar of conscious contents. Tononi's theory addresses both the content (the process of integration of information) and possible computational mechanisms operating in the brain;

2) Those that consider consciousness as illusory. These theories, of course, do not explain consciousness, but "explain it away" as somebody once wrote;

3) Those that relate consciousness with learning. There are three different approaches (Sensory-Motor, Radical Plasticity and Bayesian Signal Detecting hypotheses) addressing both the content (e.g. it is non-representational; self-consciousness is meta-representational) and aspects of the supporting system (e.g. interaction with the world by means of sensory-motor operations, operating with Hebbian mechanisms).

I found the three proposals complementary to GWT, emphasizing particular computational or non-computational processes that pose constraints on any causal/neurobiological model. However, these theories do not seem to address any specific brain mechanisms or circuits, not even the default candidates (respectively: motor system and corollary discharges; membrane potentiation – as in LTP studies – and associative cortex – mostly PF – functions)".

Vincent replied: "One important consideration when elaborating models is to focus on the relevant level: is a description of ionic channels relevant for consciousness? Where should we put the link between biology and phenomenology? I would say that the level of cognitive functions is the best candidate...It might be that one major difficulty for most people is to be convinced by an explanation of conscious experience in any biological terms. To sketch out, we continue to see an

“explanatory gap” between these two perspectives, one being subjective, qualitative, human-like, the other being objective, quantitative, information-based and computer-like. Should we say that the good old “hard problem” is just a hidden form of dualism that plagues consciousness research? Should we accept without further discussion that conscious experience can be reduced to the relevant level of information processing? I would say yes.”

Then I replied, again with a long message: “The title of the paper is appropriate: you discuss *cognitive* theories of consciousness. The question is: Are these theories really explanatory? According to current standards in natural sciences, explanation is based on causation. If consciousness science follows these standards, electromagnetic patterns produced by the opening of membrane ion channels and related phenomena are the best candidates for the ‘explanans’. Knowing them, we could not only understand the phenomenon but also predict, control, modify, or artificially reproduce it. If consciousness science does not follow this standard, what do the theories afford? “Information processing” as well as “function” are ambiguous terms, since they can refer to brain activity or to cognitive/conscious activity. Both do not necessarily overlap. Psychology is not supernatural or anti-natural. I would agree that the kind of causation that operates in the domain of Human sciences is different from mechanical physical causation. Probably the relation between brain and conscious states/processes is not of this kind, but to deny any causal connection is a problematic Dualist assumption. Anyway, I do not see the *cognitive* theories of consciousness as Dualist, I am more inclined to consider them as “Magical Functionalist”, in the sense that they look for

intermediate functions (mostly computational functions) that create *an illusion of explanation* without really addressing the fundamental issue of the relation of brain/body and conscious states/processes. Epistemologically, we can think of five possible kinds of connection between B (brain activity) and C (conscious activity):

- 1) They are equal;
- 2) C reduces to (is deduced by) B – or vice-versa;
- 3) There is a vague, not quantified correlation between both, as assumed in the NCC approach;
- 4) There is a quantified and statistically relevant correlation between both, as in Wesley Salmon's classical example: "Smoking cause cancer" (the cause is neither necessary nor sufficient to cause the effect, but increases the probability of occurrence of the effect above the "randomness" threshold); this kind of meaningful correlation affords the making of useful analogies;
- 5) They are "separate" (D. Marr 'apud' A. Trehub), statistically independent, or – in Metaphysics – we could say that Substance or Property Dualism characterizes such a relation...

To make a long story short, the crux of the problem is how to treat correlations between brain activities measured with the use of some technological tool (fMRI, etc) and conscious activities/experiences reported by a (human) subject. For instance, just one run of a neurocognitive experiment (e.g. presentation of a visual stimulus and report of the conscious content elicited by the stimulus) does not afford the usage of statistics. How to measure the probability of a brain state and the probability of a conscious state, and then determine the conjoint probability? How many runs with one subject are sufficient,

or what is the required size of a population for a single trial experiment? I have suggested that this task requires sophisticated methodologies, as Physicists have developed in Statistical Mechanics since Ludwig Boltzmann's work in the 19th century. In the Philosophy of Neuroscience and Consciousness Studies, we are still far away from their standards. Experimentally, we cannot prove neither the Identity of brain and conscious states, nor the Dualist views of separation. All we can prove is if their correlation is casual (accidental) or causal (in Salmon's sense = statistically significant). This proof is a very complex one that we are beginning to envisage. In the previous stage of our inquiry (search for the NCC) the issue of measuring the degree of correlation was not on the table. Today – possibly after the results obtained with the “mind reading” paradigm – the controversy has already been raised, and I suggest that we could begin our discussion at this point, instead of returning to metaphysical issues”.

Vincent at this point made a detailed final reply: “Dear Alfredo Thanks for your comment, let me go through it:

1) You say that the ‘architectural theories’ are theories about the properties of the contents. Yes, I agree, but they do more than only that, I would also say that they are theories of the vehicle (‘vehicle’ in the cognitive sense rather than in the biological sense). Indeed, these cognitive theories offer (arguably more than other accounts) a quite precise description of a whole cognitive system which includes different types of units and mechanisms (e.g. the particular role of contexts in the GW). In this complex system, some contents are conscious and others are not. These theories provide propositions for these differences. Of course, this could also be said for other theories: as soon as there is a claim like ‘consciousness is that/conscious contents

are such' there is also an implicit accompanying claim for unconsciousness/unconscious contents. The crucial thing here is that these theories propose the conscious vs. unconscious difference is to be found in the way the cognitive system uses/works the particular content (with vs. without broadcasting/attention/integration). So, my word would be: both content and vehicle,

2) Let me bring some precision here. Neither Dennett nor Wegner say that there is no consciousness. They just remind us that some apparent properties of consciousness (unitary stream of consciousness, causal impact of conscious will) might not be taken as such. In particular, Dennett claims that his theory (*Pandemonium* or *Multiple Drafts* Model) is a theory of consciousness, and that the only problem is to recognize when the explanation is done. You say "These theories of course do not explain consciousness, but 'explain it away' as somebody already wrote". Well, on that issue you seem to disagree with Dennett, while personally I think I would agree with him. This is a very important discussion that won't be settled here. I think we could discuss this in another thread, and importantly rather than having two contradictory claims that are obvious to each of us, could we design a real empirical test?

3) I totally agree that most theories presented here have no particular claim for neural basis. One exception is the GW, for which one correlate (the ERTAS system) has been proposed early on, because of its global connectivity pattern, which was satisfying the constraints set at the cognitive level (broadcasting again). Theories that have been more focused on neural basis are presented by Sid (Kouider – APJ) in the "Neurobiological Theories" chapter, rather than in the present "Cognitive Theories" chapter".

Discussion on the Conscious Feeling Subject

At some point of the discussion I remarked: “We are finally entering the swampy issue of ‘who is the conscious subject?’”. Arnold’s model is clear about who he thinks is the subject (he called it “the I!”) and is compatible with a scientific approach. Damásio’s books indicate another position (that I prefer), but he did not present a scientific model (instead of proposing an experimentally testable model, he calls old Spinoza to support his views). In the Pereira and Ricke (2009) JCS paper, we proposed that the conscious subject is the living individual.

Let me state my disagreement with the popular view that *mapping or representing* events (in physical or phenomenal space) is the fundamental feature of consciousness...This view does not take into account the really fundamental part of consciousness, namely *conscious sensations and feelings* like pain, thirst, fear, pleasure, anger, etc. Mapping or representing a feeling as located in some part of the body map/representation is not the same as describing or explaining the feeling, for two reasons: first, spatial (or temporal) location does not indicate the quality of the phenomenon; and second, maps or representations do not have feelings (it is the individual/body who has them). How could feelings be explained? As in other areas of biological sciences, they can be explained by remote and immediate causes: a) Remote. In the case of pain, there is not much controversy regarding its evolutionary importance for individual survival, as a signal of danger (however, it should be made clear that pain does not *represent* a tissue being damaged or the object that is causing the damage; it is just an icon of danger); b) Immediate. The explanation of pain by means of immediate causes is very

simple, but most theories of consciousness cannot afford it! A nociceptive signal coming from some part of the body goes to two brain circuits, one (somatosensory cortex) where the part of the body that is damaged is detected, and another (e.g. insula) where the feeling is qualitatively generated and then ‘projected’ [according to Max Velmans’ theory, discussed in another seminar - APJ] back to the place of damage (possibly by means of an integration of somatosensory and insular activities). What occurs in the insula or other region responsible for the qualitative aspect of feelings? Of course, it is not a matter of neural connectivity or synaptic weight only. *What and where* is the activity that is *analog* to the form of the pain? How are different kinds and degrees of toothache determined? It seems to me that the theories of the abovementioned authors lack explanatory tools to answer these questions. Jonathan Edwards’s theory has the right kind of conceptual framework for this task, but places the right mechanism in the wrong place (single cells – APJ)”.

Hans Ricke, my co-author in the 2009 JCS paper, commented: “Dear Alfredo, thank you for bringing up this point. Obviously, the qualities of experience are not addressed by a representational theory that is mainly about location. No one would argue against the importance of that approach. It is just lacking too much! It is the qualities of experiences that are relevant for the “what is it like” as well as for the “does the experience have a consequence”, “does an action follow or not”. I wonder if the argument must go further and include recognition. Local kinds of representation are possibly not required for recognition. This is more applicable to the “inner reality”; obviously where people do not ponder visually or otherwise locally oriented, but

human beings can imagine things like – sorry if I repeat myself – the holocaust, which is a concept that does not seem to fit into the retinoid system and representational concepts of that kind. These are the real concerns for Consciousness Science in my opinion. The representational concept reaches as far as life forms that have already existed hundreds of millions of years before, and we must strive for a theory that is up to date!”

Jonathan Edwards commented: “I obviously agree entirely with Alfredo here, except in that I place experience in the right place!! There is a correspondence between local biophysical dynamics and an experiential integration that can make use of elements that encode things like fear as well as red, half meter, behind, and now. The integration giving the sense of pain in the toe must occur somewhere where signals from insula and somatosensory converge, otherwise you have a floating pain and a neutral toe in different places. I am quite happy to allow floating pain and neutral toe experiences to occur in the respective areas *as well*, but they are not the experiences of customary consciousness”.

I tried to find more agreement: “The qualities are recognized by single cells (neuron membrane and/or astrocyte waves... Locating the qualities would involve an integration of somatosensory and (e.g.) insular activities – maybe with an involvement of the retinoid system (Arnold Trehub’s theory – APJ) to frame things in a triplet of Cartesian coordinates. The experiences involve a broad domain of interaction between the quality instantiated in some cells, the impact of this event on other parts of the brain, and the whole brain interacting with the body and environment”.

Concluding Remarks

From the OWTC transcription made by Jonathan Edwards and my own notes, I selected the initial discussion topics that influenced my posterior work on the Theory of Consciousness, and my own comments made in the workshop that indicate the pathway I would follow for more than 12 years in several publications. This material reveals a richness of ideas and different approaches still valuable to read and consider 15 years after the discussion took place.

Regarding the intended agreement between the participants, it is clear now that in spite of the qualification of the contributors, we were not philosophically prepared to reinterpret the neurosciences according to the demands of a Theory of Consciousness. The question remains if the intended Theory of Consciousness is philosophical, scientific or a mix of both – as the whole field of Philosophy of Science tends to be, with the corollary of not being well accepted by both philosophers and scientists. Fortunately, there are a few philosophers who are fond of neuroscience, and neuroscientists who are fond of philosophy working hard to bridge this gap.

With regard to the other, deeper gap, the explanatory one, referring to the distance between neural and mental processes, from my point of view was recently reduced with the new concept of Sentience, and its explanatory role bridging life and consciousness (see also Pereira Jr., 2021).

Epilogue

The “Consciousness Romance” was conceived by me in 2016 as a theater play with three characters, corresponding to

the philosophical theory of *Triple Aspect Monism* (Pereira Jr., 2013), with the intention of bringing this theory to a wider audience. One of the characters (*Natura*), a physicist, represents the material aspect of nature, or “Mother Nature” in the popular image; a second character (*Theo*), a philosopher, represents the ideal aspect of reality, understood as co-existing with the material one, in the context of Aristotle’s *hylomorphism*, or a transcendent *God*, a “Father” in most religions; and the third character (*Pragma*), an androgynous physician, represents the practical ways of feeling and solving problems that emerge from the conflict of the first two characters. The beginning of the play includes the following dialogue:

Pragma - I have not read all these books on consciousness, but I have a basic intuition. Consciousness is a game that requires at least two players, the being that is conscious of an experience and the content that is experienced!

Theo - Yes, your intuition is equivalent to a complex philosophical theory raised by a German philosopher named Edmund Husserl. He wrote that consciousness requires two halves, like the Yin and Yang of ancient Chinese philosophy.

Natura - You may find the conscious being the most mysterious player, but I am more familiar with explanations of things. In physics, we build models of elementary particles and waves that allow us to explain everything that can be observed.

Theo – You’ve got a lot of results about the material world, but what did you find about consciousness?

Natura - If a physicist tries to explain consciousness, she implicitly assumes that consciousness is an aspect of the physical world; otherwise, the explanation would be beyond her reach.

Pragma - In medical sciences, we do not try to explain consciousness, but rather to control it, mostly because we should eliminate or minimize our patient's pains.

Theo - For both of you, the conscious mind and the living body are actually just one reality, right? For the majority of people, however, one is independent of the other, because they believe that the conscious mind (they call it "the soul") can survive the death of the body.

Pragma - Is this the famous Dualist philosophy advanced by Descartes?

Natura - As far as I know the Cartesian approach, the "thinking substance" he mentions is not the soul believed by religious people like Theo.

Theo - You're right, Natura. Descartes' philosophy proposes that the mind and the body are distinct entities that communicate by means of the pineal gland. He probably learned about this gland from esoteric writers of his time.

Natura - I do not agree with an explanation of a phenomenon by means of the invention of an entity that we cannot study scientifically. If I have the right of a choice, I would investigate how a natural phenomenon doubles itself, becoming both the observer and the observed.

Pragma - Natura, your suggestion is intriguing, but to discuss this issue we would need to focus on the whole evolution of the universe, because the existence of these observers seem to be a very late phenomenon, which is known to exist only on our planet!

Theo - There is another possibility: the seeds that grow to the point of becoming conscious people like us may have

been present since the beginning of time, or better, if time has no beginning or end, the seed may be eternal. Conscious beings may appear at every place and time, when and where adequate conditions are fulfilled!

Natura - Good idea! I am happy to agree with you, but I do not think that it implies a supernatural God!

Theo - This is a very subtle issue, Natura. God may be somehow hidden in nature and disclosed only to the human mind, as proposed by another philosopher, Ludwig Feuerbach.

Natura - Yes, but...Even if there is no God at all, there may be a seed of consciousness everywhere; the seed can grow, if local conditions are adequate, or it may remain in a latent state if the environment does not allow it to grow.

Pragma - If you agree on this possibility, the problem is to find what are these conditions. For instance, do we need living cells for the existence of consciousness? Do we need neurons? Or a complete nervous system? Or a brain?

Theo - Good questions, Pragma! However, I'm afraid that this kind of investigation, although interesting to you, is limited if we do not understand what the seed that grows to become consciousness is. Practically all religions assume that this seed is supernatural. I have my own ideas in this regard: just one entity is not enough. To explain the complexity of the world we consciously experience, a plurality of eternal forces and their interactions in time is required.

Natura - Please explain to me why these forces are assumed to be supernatural. Why don't they assume a plurality of physical principles or rules that interact to produce the

complexity of the phenomena we experience?

Theo - To be honest, I don't have an answer to this question, Natura. I just remember that this is the dominant belief at which humanity arrived after thousands of years of evolution on this planet. It cannot be completely wrong – especially since it has been useful to establish social bonds. This belief helps people to build social relations and institutions.

Pragma - I have a challenge for you. We could collectively investigate the conditions that existed on earth for this hypothetical seed to grow, and after an evaluation of these conditions, we could decide if the seed has to contain supernatural powers.

Natura - If you really intend to go on with this kind of project, I can invite some of my university colleagues to give us interviews on their expertise, so that at the end we can figure out the ultimate status of this hypothetical seed!

References

BUSZÁKI G., KAILA K. and RAICHLE, M. (2007) Inhibition and brain work. **Neuron** 56(5):771-83.

DECO, G., JIRSA, V., McINTOSH, A.R., SPORNS, O., and KOTTER R. (2009) Key role of coupling, delay, and noise in resting brain fluctuations. **Proc Natl Acad Sci USA**. 106(25):10302-7.

FOX, M.D., SNYDER, A., VINCENT, J., CORBETTA, M., VAN ESSEN, D.C. and RAICHLE, M.E. (2005) The human brain is intrinsically organized into dynamic, anticorrelated functional networks. **Proc Natl Acad Sci USA**. 102(27):9673-8.

HAYDON, P.G. and CARMIGNOTO, G. (2006) Astrocyte control of synaptic transmission and neurovascular coupling. **Physiol. Rev.** 86, 1009–1031.

HE B.J. and RAICHLE M.E. (2009) Response to Koch: Elaborations on the SCP hypothesis. **Trends Cogn Sci.** 13(9):368-369.

LOGOTHETIS, N.K. (2008) What we can do and what we cannot do with fMRI. **Nature.** 453(7197):869-78.

NUNN, C. (2007) **From Neurons to Notions: Brains, Mind and Meaning.** Edinburgh: Floris Books.

PEREIRA Jr., A. (2013) Triple-aspect monism: A conceptual framework for the science of human consciousness, in Pereira Jr., A. & Lehmann, D. (eds.) **The Unity of Mind, Brain and World: Current Perspectives on a Science of Consciousness**, Cambridge: Cambridge University Press.

PEREIRA Jr., A. (2014) Triple-aspect monism: Physiological, mental unconscious and conscious aspects of brain activity, **Journal of Integrative Neuroscience**, 13, pp. 201–227.

PEREIRA Jr., A. (2021) The Role of Sentience in the Theory of Consciousness and Medical Practice. **Jnl Consc. St.** 28 (7-8), 22-50.

PEREIRA Jr., A. & ALMADA, L.F. (2011) Conceptual Spaces and Consciousness Research, **International Journal of Machine Consciousness** 3, pp. 1–17.

PEREIRA Jr., A. & LEHMANN, D. (2013) **The Unity of Mind, Brain and World: Current Perspectives on a Science of Consciousness.** Cambridge: Cambridge University Press.

PEREIRA Jr., A. & RICKE, H. (2009) What is consciousness? Towards a preliminary definition, **Journal of Consciousness Studies**, 16 (5), pp. 28–45.

PEREIRA Jr., A., EDWARDS, J.C.W., LEHMANN, D., NUNN, C., TREHUB, A. & VELMANS, M. (2010) Understanding

consciousness: A collaborative attempt to elucidate contemporary theories, **Journal of Consciousness Studies**, **17** (5–6), pp. 213–219.

RAICHLE, M.E. and MINTUN, M.A. (2006) Brain work and brain imaging. **Annu Rev Neurosci.** 29:449-76.

SCHUMMERS, J., YU, H., SUR, M. (2008) Tuned responses of astrocytes and their influence on hemodynamic signals in the visual cortex. **Science** **320**, 1638– 1643.

SETH, A. (2007) Models of Consciousness, **Scholarpedia** **2** (1): 1328. Available at: http://www.scholarpedia.org/article/Models_of_consciousness

SHULMAN, R.G., HYDER, F., and ROTHMAN, D.L. (2009) Baseline brain energy supports the state of consciousness. **Proc Natl Acad Sci USA.** 106(27):11096-101.

TONONI, G. (2004) An information integration theory of consciousness. **BMC Neurosci** **5**, 42.

TONONI G. & SPORNS, O. (2003) Measuring information integration. **BMC Neurosci** **4**, 31.

Sensação e intuição: duas vertentes da percepção

Andreia Souza*

Resumo

O presente artigo relata uma análise reflexiva sobre a percepção, destacando seu nível consciente e inconsciente. Nesse sentido, tem-se a sensação como nível consciente da percepção e a intuição, como o nível inconsciente. Destaca-se, neste trabalho, que ambos os níveis da percepção são formas de alcance do conhecimento e da cognição humana, bem como avalia-se a importância cognitiva do corpo, argumentando que o conhecimento não é um processo que ocorre à margem da atividade corpórea. O trabalho se inicia com uma discussão sobre as relações e diferenças entre sensação-percepção, para depois analisar a relação da intuição com os construtos sensação e percepção.

Palavras-chave: Sensação; percepção; intuição; consciência; conhecimento.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (PUC Minas). Doutoranda em Administração. Pesquisadora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5466-6594>

Sensation and Intuition: Two Aspects of Perception

Abstract

This article reports a reflective analysis of perception, highlighting its conscious and unconscious level. In this sense, we have sensation as the conscious level of perception and intuition as the unconscious level. It is highlighted, in this work, that both levels of perception are ways of reaching knowledge and human cognition, as well as evaluating the cognitive importance of the body, arguing that knowledge is not a process that occurs on the fringes of bodily activity. The work begins with a discussion on the relationships and differences of the sensation-perception double, and then analyzes the relationship between intuition and the constructs sensation and perception.

Keywords: Sensation; perception; intuition; conscience; knowledge.

Recebido em: 31/03/2022 // Aceito em: 25/08/2022.

Introdução

A temática da relação entre sensação e percepção constitui-se como um dos pontos que carecem de especificação. Neste artigo é feita uma reflexão teórica acerca da diferenciação entre a percepção e a sensação, bem como a interlocução de tais construtos com a intuição. Parte-se do princípio de que a sensação se refere à experiência sensorial iniciada por um estímulo externo cuja origem está nos mecanismos fisiológicos dos sentidos, tais como a audição e a visão. Diferentemente, a percepção relaciona-se à interpretação que o sistema cognitivo tem da sensação recebida ou que ele mesmo é capaz de produzir. Perceber é reconhecer situações e objetos por meio dos sentidos (PENNA, 1997). A passagem da sensação para a percepção seria um ato realizado pelo intelecto do sujeito do conhecimento - tendo em vista que é o intelecto que confere organização e sentido às sensações (CHAUÍ, 2005).

Pode-se considerar que a sensação e a percepção são as principais formas de produzir conhecimento sensível ou empírico. Para Chauí (2005), a sensação é o que proporciona as qualidades exteriores dos objetos, bem como os efeitos internos dessas qualidades sobre os indivíduos. Através da sensação pode-se ver, tocar, sentir e ouvir as qualidades dos objetos, como cores, odores, sabores, texturas, sons e temperaturas. Nota-se que diversas sensações ocorrem de modo integral. Em outras palavras, ainda que se faça referência a apenas uma característica – água quente, céu azul, alimento amargo – concomitantemente a essa sensação tem-se outras. A percepção seria, então, uma síntese de sensações simultâneas.

Outra forma de acessar e processar informações é por meio da intuição. Para Dane e Pratt (2007), a intuição é um tipo de conhecimento que prescinde do uso do pensamento racional e de conexões lógicas. Esse conhecimento emerge rapidamente por meio de associações mentais não conscientes, cujos conteúdos estão armazenados na memória em função da experiência. A intuição ocorre por meio de abstrações teóricas, associações e conexões entre fatos - baseados em processos inconscientes -, e é reconhecida ao se tornar um julgamento consciente na mente (JUNG, 1971). Conforme Jung (1971), a intuição seria a percepção inconsciente, enquanto a sensação seria a percepção consciente.

Defendendo essa perspectiva de Jung, esse artigo busca realizar uma análise reflexiva acerca da percepção, retratando seu nível consciente e inconsciente como modos de alcance do conhecimento. Ademais, esse artigo avalia a importância cognitiva do corpo, argumentando que o conhecimento não é um processo que ocorre à margem da atividade corpórea e que a intuição é um fenômeno de criação de conhecimento que opera nonexo mente-corpo. Dessa forma, com o avanço da discussão sobre a corporificação do significado, os sistemas perceptivos têm sido cada vez mais destacados, pois é por eles, de forma direta ou indireta, que passa toda a produção de sentido do organismo.

Compreender os modos de percepção contribuirá para o desenvolvimento da literatura sobre sensação, percepção e intuição, bem como promoverá um novo olhar para a relação dos construtos com a intuição, haja vista que a intuição ainda é um assunto tão pouco explorado pelas pesquisas em razão de seu caráter subjetivo e hermético. Para tanto, inicia-se o presente artigo com a discussão das relações e diferenças entre a sensação e a percepção, para depois retratar a intuição.

1 Sensação e percepção: relações e diferenças

Não é clara a demarcação entre sensação e percepção. A diferenciação entre ambas é objeto de estudo de muitos autores que têm como consenso que tanto a sensação como a percepção são formas de alcance do conhecimento. A sensação e a percepção compreendem processos biológicos e psicológicos distintos que permitem o conhecimento da realidade. Por muito tempo, até o século XVIII, muitos autores defendiam que os sensores eram a forma definitiva de conhecimento para um organismo. Todavia, ao longo dos anos, estudos sobre os construtos em questão evoluíram em diferentes perspectivas (RIES, 2004). Berkeley (1984), por exemplo, propõe uma integração entre sensação, percepção e memória na formação do conhecimento. Também para esse autor, a compreensão de algo consiste na integração de elementos captados por diferentes sensores. Hume (1984) apresenta uma visão sem a predominância da sensação e da percepção na forma inaugural de conhecimento. O que está em questão para Hume (1984) é um padrão derivacional contínuo, mesmo quando se trata das formas mais abstratas de pensamento.

Condillac (1984) expõe uma correlação maior da sensação com o conhecimento, reconhecendo os sensores como uma causalidade ocasional, uma vez que é a mente que extrai o conhecimento das sensações. Destacando os operadores dos processos, Peirce (1980) traz os operadores que validam o processo da sensação – sentir – e o processo da percepção – ver, justificando a atividade dos sensores. Para Peirce (1980), o conhecimento é dado por uma experiência fenomenológica sem intervenção de nenhuma instância representativa e sem a presença da memória do sujeito, validando o momento presente,

o imediato. Gibson (1986) considera que tudo o que é percebido é mediante a estimulação dos órgãos sensoriais e cabe à percepção sintetizar estes estímulos, ou seja, o autor concebe a sensação e a percepção como dois movimentos distintos do organismo, mas que se complementam na construção do sentido e do conhecimento.

A percepção se situa entre as abordagens mais antigas da psicologia e configura-se como objeto de estudo em pesquisas até hoje, o que evidencia a sua complexidade. A percepção não pode ser reduzida a um processo fisiológico e, nem tampouco, ser vista independente deste processo. A percepção, conforme aponta Ries (2004), compreende a interpretação de um indivíduo dada aos estímulos que chegam por meio de algum canal sensorial. Nessa perspectiva, a percepção é concebida pelos sensores dos sistemas perceptivos, os quais, de forma direta ou indireta, realizam a produção de sentido pelo organismo. Os sistemas perceptivos dizem respeito a funcionalidades que estão associadas a um organismo, portanto.

Anterior à percepção há a sensação. A sensação é denominada como o processo envolvido na recepção do estímulo, de origem externa ou interna, que tem sua transformação em impulso elétrico e sua transmissão ao córtex sensorial correspondente, sendo manifestada através da atividade dos sentidos (RIES, 2004). Os sentidos realizam uma tarefa crucial que consiste em manter o cérebro informado sobre o mundo que o rodeia, além da formação de imagem corporal e de controle dos movimentos. São cinco os sistemas sensoriais-perceptivos: sistema visual, sistema auditivo, sistema háptico, sistema gustativo e sistema olfativo (GIBSON, 1986).

O sistema visual corresponde ao sistema sensorial melhor compreendido e mais estudado pela neurociência. Esse sistema, representado pela visão, cria a forma e esta envolve mais do que a mera soma das diferentes partes capturadas pelos olhos. Já o sistema auditivo compõe-se pelo ouvido e pelas vias auditivas do cérebro. Eles permitem transduzir ondas de pressão do ar em sons que se situam num espectro que varia de 20 a 20.000 Hz. O sistema háptico é talvez um dos sistemas mais complexos e amplos do organismo humano por dispor de funções diferentes sem que haja um órgão do sentido específico. Seus receptores estariam distribuídos por muitas dimensões do corpo. De algum modo, as mãos exercem um papel importante para o sistema, já que muitas das ações, circunscritas ao sistema háptico, decorrem de ações realizadas pelas mãos. A gustação é possibilitada por receptores localizados em várias partes da cavidade oral e agrupados em órgãos sensoriais conhecidos como corpúsculos gustativos. Esses órgãos compõem-se de quimiorreceptores especializados em quatro qualidades básicas – doce, azedo, amargo e salgado. Os demais sabores resultam da combinação desses receptores. Por último, o sistema olfativo, o qual depende de receptores localizados na cavidade nasal, conta com um epitélio olfatório (GIBSON, 1986; KANDEL, SCHWARTZ e JESSELL, 2000) dotado de células especializadas na captação de odores. Salienta-se que Gibson agrupa olfato e gustação em um único sistema e os distingue através de outras operações, características do órgão. Este sistema destaca-se dos demais por se valer de unidades receptivas de natureza química, embora a gustação, em muitas circunstâncias, se valha de atividades mecânicas, como a trituração e a mastigação de substâncias (GIBSON, 1986). No Quadro 1, a seguir, é apresentada uma síntese dos sistemas perceptivos.

Quadro 1: síntese dos sistemas perceptivos

NOME	Modo de atenção	Unidade receptiva	Anatomia do órgão	Atividade do órgão	Estímulo disponível
SISTEMA AUDITIVO	audição	receptores mecânicos	órgãos cocleares	orientação auditiva	vibrações no ar
SISTEMA HÁPTICO	toque	receptores mecânicos /termo receptores	pele, articulação, ligamentos músculos, tendões	explorações diversas	deformações configuração distensão
SISTEMA OLFATIVO-GUSTATIVO	olfato	receptores químicos	cavidade nasal	cheirar	composição do meio
	gustação	receptores mecânicos e químicos	cavidade bucal	saborear	composição de objetos inseridos
SISTEMA VISUAL	visão	fotorreceptores	mecanismos oculares	acomodação ajuste pupilar fixação	variáveis de estrutura sob a luz

Fonte: Elaborado com base em Gibson (1986)

Conforme exposto no Quadro 1, cada sistema perceptual depende da atividade de partes específicas do corpo. Assim, há orientações e movimentos que sustentam cada forma de funcionamento de um sistema perceptual, no intuito de otimizar suas ações no ambiente. Contudo, os sentidos não atuam de forma isolada. Muitas percepções dependem da integração entre dois ou mais sentidos. O ser humano sofre constantemente um bombardeio de estímulos. Contudo, os receptores não são capazes de ser sensibilizados pela maioria destes estímulos pela

simples razão de que eles não dispõem de estruturas de resposta a todas as frequências sonoras, a todos os campos magnéticos e elétricos, a todos os sabores etc. Além disso, não é possível reagir simultaneamente a todos os receptores, motivo pelo qual considera-se a percepção seletiva, visto que se tem a consciência de alguns receptores em detrimento de outros. Quando há lesão ou patologia em algum órgão sensorial, ocorre um fenômeno perceptivo chamado agnosia, no qual o indivíduo apresenta falhas no processo de reconhecimento do estímulo, sendo incapaz de nomear o que está observando apesar de ver o objeto ou a situação (KANDEL, SCHWARTZ e JESSELL, 2000).

Toda informação que se dá através dos sentidos não pode ser neutra. Ela vem carregada de significados que não se limitam à experiência imediata, mas sim resultam do conjunto de aprendizados existentes na mente. Assim, Ries (2004) esclarece que a percepção está relacionada à estrutura da personalidade de um indivíduo. Existem, por isso, grandes diferenças na percepção de um mesmo objeto, pessoa ou ideia por diferentes indivíduos. Isso porque todo o processo de construção de conhecimentos depende das informações que um sujeito ativo busca e das interações com o meio em que vive (RIES, 2004).

Para os intelectualistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento e a “coisa exterior” seria apenas a ocasião para se ter a sensação ou a percepção. Nesse caso, o sujeito é ativo e a “coisa externa” é passiva, ou seja, sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e para recompor o objeto como um todo, dando-lhe organização e interpretação (a percepção). A passagem da

sensação para a percepção seria, então, um ato realizado pelo intelecto do sujeito do conhecimento – pois é o intelecto que confere organização e sentido às sensações (CHAUI, 1999).

Para o psicólogo Carl Jung, a “função sensação” é a função dos sentidos, a função do real, a que traz as informações (percepções) do mundo através dos órgãos dos sentidos. Também é tarefa da “função sensação”, como função da consciência do indivíduo, identificar o que uma coisa é, pois capta todos os estímulos, recebe e traduz aquilo que é experimentado no mundo. É dela a missão de dizer aquilo que é real e concreto (ANDRADE, 2011). Jung (1971) apresenta como oposto da “função sensação” a intuição, faculdade pela qual a percepção se dá, pela via inconsciente ou não consciente. Como intuição, Jung considera uma forma de processar informações ocasionadas por experiências passadas e objetivos futuros interiorizados no inconsciente (JUNG, 1971). Tal função psíquica será abordada na próxima seção.

2 Intuição e sensação como formas de percepção

A intuição foi negligenciada por muito tempo nas pesquisas científicas talvez pelo fato de há mais de três séculos, o modo prevacente para a busca do conhecimento ser o empirismo científico (SINCLAIR e ASHKANASY, 2005). Entretanto, os antigos filósofos, como Platão e Descartes, já destacavam a importância do conhecimento intuitivo, retratando-o como uma verdade transcendental. No século XVIII, Kant (1983) trouxe a discussão da intuição para os seus estudos, sinalizando dois tipos de intuição: intuição pura e intuição empírica. A intuição pura é a que aproxima o homem de Deus e da verdade. Já a

intuição empírica está subordinada a um aprendizado prévio pelo indivíduo. Para Kant, a sensibilidade seria o primeiro passo para se chegar ao conhecimento e à intuição. Entre os filósofos ocidentais, a intuição era frequentemente percebida como a maneira mais pura e imediata de conhecer, representando o acesso ao conhecimento divino ou inato.

A intuição é reconhecida na literatura como um tipo de conhecimento que prescinde do uso do pensamento racional e de conexões lógicas, e que emerge rapidamente por meio de associações mentais não conscientes, cujos conteúdos estão armazenados na memória em função da experiência (DANE e PRATT, 2007). Embora esse conceito geral seja amplamente aceito tanto pelo senso comum como pela literatura especializada, essa definição, aparentemente simplista, é consequência de uma tortuosa discussão teórica que envolve uma multiplicidade de terminologias usadas para descrevê-la e, principalmente, abordá-la. As várias terminologias empregadas na compreensão do que seja a intuição resultam em definições inconsistentes e até mesmo contraditórias, dificultando o uso de um vocabulário preciso que avance as pesquisas (SINCLAIR e SHKANASY, 2005). Por exemplo, o psicólogo Goldberg (1997) define a intuição como a faculdade de conhecer algo diretamente por meio da experiência. Já na visão de outros autores, a intuição é um modo de processamento de informação não sequencial, que compreende elementos cognitivos e afetivos, resultando em conhecimento sem uso da consciência (SINCLAIR e SHKANASY, 2005).

Henri Bergson é conhecido como o filósofo da intuição. Bergson definiu a intuição como uma espécie de “simpatia intelectual” por meio da qual um sujeito se coloca dentro

de um objeto e modo a coincidir com aquilo que é único nele e, consequentemente, inseparável, podendo conhecê-lo com perfeição e profundidade. Para o filósofo, a intuição é o verdadeiro conhecimento constituído pela apreensão imediata (COELHO, 1999).

Tais definições conceituais do construto mostram as várias nuances que envolvem a intuição – nuances que a tornam um tema difícil de ser pesquisado por ser um fenômeno repleto de características de intangibilidade e de imaterialidade, o que permite concebê-la apenas de maneira subjetiva. Os processos inconscientes, como a intuição, são anteriores ao desenvolvimento do pensamento consciente. Portanto, é provável que sejam centrais para uma série de funções cognitivas e fontes de desenvolvimento humano. No entanto, como esses processos não são facilmente acessíveis por meios conscientes, eles tendem a não ser o foco de trabalho empírico ou de discussão (DANE e PRATT, 2007).

Apesar disso, pesquisas sobre intuição têm se tornado cada vez mais proeminentes em diversas áreas de estudo, principalmente na psicologia, filosofia, neurociência e gestão. Isso porque, desde a década de 90, há a necessidade de enfrentar um mundo de mudanças dinâmicas e ambientes sob pressão e ambiguidades crescentes (AKINCI e SADLER-SMITH, 2012). Outra razão é o avanço das pesquisas sobre a compreensão dos processos cognitivos, comportamentais e neurológicos do indivíduo pela psicologia e neurociência, uma vez que a intuição é certamente o aspecto menos entendido da cognição e sem a compreensão da intuição é impossível desenvolver qualquer conceituação significativa de cognição (HODGKINSON e HEALEY, 2011).

Matemáticos e físicos acentuam a importância do pensamento intuitivo em suas áreas. Na matemática, por exemplo, diz-se que um indivíduo pensa intuitivamente quando, ao trabalhar por longo período sobre um problema, encontra a solução de forma repentina, ainda que tenha que descobrir para o mesmo uma prova formal. Ou quando diante da apresentação de problemas um sujeito é capaz de dar palpites muito bons, de forma rápida, sobre se algo é deste ou daquele modo (BRUNER, 1975). Assim, se faz necessário entender a intuição em todas as suas nuances. Compreender como ela ocorre no indivíduo – e seus vários processamentos no cérebro – constitui um obstáculo (SINCLAIR e ASHKANASY 2005).

O pensamento intuitivo não parece ser constituído de etapas bem definidas ou sistematizadas. Ao contrário, repousa numa percepção implícita da situação que está sendo examinada. A conclusão do pensamento é alcançada com pouca ou nenhuma consciência do processo através do qual ela foi atingida. Alguns autores, como Raidl e Lubart (2001), tentaram descrever o modo intuitivo de processamento de informações. Eles supõem que tal processamento seja favorecido por um contexto ambíguo ou mal estruturado que utiliza quatro tipos de fontes de informação, sendo os (i) estímulos externos – como uma pessoa, um lugar, uma situação – que frequentemente desencadeiam uma intuição; (ii) a memória, em particular a memória implícita, inclui toda a experiência adquirida ao longo do tempo; (iii) as emoções constituem um vasto reservatório de informação; e, por último, (iv) as preocupações subconscientes resultam na ativação de certas representações e podem ter um efeito primário no indivíduo. Para os autores, a intuição, então, seria moldada a partir da conexão entre esses elementos de informação. Pode

ser que apenas um elemento sirva para iniciar uma intuição, por exemplo, uma emoção forte, ou pode ser que vários elementos interajam para produzir uma intuição. Por exemplo, informações externas (o que uma pessoa diz) podem estimular uma reação emocional (ansiedade, tristeza) que ressoa com uma preocupação subconsciente (preocupação com a saúde de outra pessoa) e a associação desses elementos pode levar a uma intuição sobre o estímulo da pessoa (RAIDL e LUBART 2001).

No entanto, raramente se pode ou tenta fazer um relato detalhado desse processo. Assim, muitas vezes aspectos importantes da situação deixam de ser levados em conta ou percebidos. Dessa forma, uma característica substancial da intuição é que ela é inconsciente, ou seja, ocorre fora do pensamento consciente, resultando em uma percepção inconsciente (HODGKINSON e HEALEY 2011). O conhecimento oriundo da intuição, seja ele simples ou complexo, necessita ser verbalizado para seu reconhecimento. Uma maneira de buscar significado e externalizar intuições é por meio de metáforas, já que a intuição é, principalmente, não verbal, mas, em uma investigação mais profunda, poderia ser verbalizada com associações e metáforas (SINCLAIR e ASHKANASY, 2005).

Ao intuir, tem-se inconscientemente um julgamento que se torna uma percepção inconsciente, que poderá ser evidenciada com os órgãos dos sentidos conscientemente, resultando em uma percepção consciente – sensação. Assim, é reconhecida a importância da integração da intuição com a parte racional da mente, já que são sistemas dependentes. Nesse mesmo raciocínio, Kahneman (2011) faz referência a dois sistemas do pensamento, nomeadamente: sistema 1 e sistema 2. O sistema 1 opera automática e rapidamente, originando sem esforços impressões

e sensações que se constituem como as fontes das crenças explícitas e escolhas deliberadas do sistema 2. Dessa maneira, o sistema 1 diz respeito ao lado mais intuitivo do funcionamento do cérebro. Já o sistema 2 diz respeito às atividades mentais laboriosas e mais lentas, sendo mobilizado quando surge uma questão para o qual o sistema 1 não oferece uma resposta. Esse sistema 2 é conhecido como o lado mais racional da mente. Para o autor, os dois sistemas são dependentes e funcionam de forma integrada (KAHNEMAN, 2011).

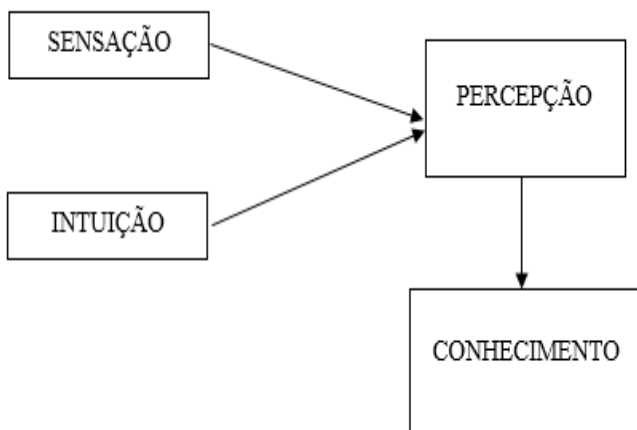
O sistema 1, ou seja, o intuitivo, é mais desenvolvido conforme as experiências vividas por um indivíduo. As pessoas desenvolvem esquemas mentais complexos de domínio relevante por meio da aprendizagem explícita e implícita dentro de uma determinada área de especialização. Assim, a expertise é central para a intuição (DANE e PRATT 2007). A intuição é ainda mais eficaz quando os indivíduos adquiriram experiência em um domínio específico (MEZIANI e CABANTOUS, 2020). Na mesma linha, o trabalho de Klein mostra que a intuição é “uma expressão da experiência à medida que as pessoas constroem padrões que lhes permitem avaliar rapidamente as situações e tomar decisões rápidas sem ter que comparar opções” (KLEIN, 2015, p. 164).

Raidl e Lubart (2001) apresentam três tipos de intuição. A primeira é a intuição socioafetiva: diz respeito às relações interpessoais e opera tipicamente quando se busca entender uma pessoa ou uma situação. Inclui sensibilidade às necessidades e sentimentos de outras pessoas, o gostar ou não gostar imediatamente e a capacidade de entender e gerenciar situações que envolvem parâmetros emocionais. A segunda é a intuição aplicada: direcionada à solução de um problema ou à realização

de uma tarefa. Muitos cientistas, pintores ou escritores famosos relatam ter experimentado esse tipo de intuição. A intuição aplicada ajuda as pessoas na tomada de decisões específicas. Por último, apresenta-se a intuição livre: ela envolve um sentimento de presságio em relação ao futuro. Winston Churchill era conhecido por ter tais precognições – certa vez teve a sensação de que deveria sentar-se no carro do lado oposto ao local onde costumava ficar e, logo depois, uma bomba explodiu sob seu assento habitual (RAIDL e LUBART, 2001). A intuição, então, envolve sensibilidade para seu reconhecimento consciente.

Nesse sentido, pode-se considerar que a percepção possui duas vertentes (Figura 1): a sensação (percepção consciente) e a intuição (percepção inconsciente). Desse modo, cria-se uma oposição entre o visível e o invisível, a existência imediata e a existência latente, aquilo que *é* e aquilo que *está prestes a ser*. A sensação coloca o presente à disposição; a intuição adianta o futuro para o indivíduo. Para Jung, o par sensação-intuição trata de funções irracionais, já que o nosso agir (ou não) não se baseia em julgamentos racionais, mas sim na força absoluta da percepção. Salienta-se que “irracional” não é sinônimo de inconsciente. A “função sensação” age como um intermediário com o mundo concreto que está lá fora, o mundo das coisas, repleto de cheiros, gostos e paisagens, o contato com o corpo, a sensualidade, as impressões sensoriais. De forma psicológica ou biológica, o *eu* toma conhecimento desse mundo sensível a partir das sensações. A “função intuição” ao contrário, age como mediadora dos conteúdos inconscientes. Ela potencializa e dá suporte ao processo simbólico de pensamento, reflexão e amplificação. Faz conexões sem lógica imediata e traz apoio ao conceito de sincronicidade, uma vez que não constrói relações entre as coisas, nem a partir do pensamento formal, nem a partir da existência concreta (ANDRADE, 2011).

Figura 1: vertentes da percepção



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Ao se perceber alguma coisa, consciente ou inconscientemente, inicia-se o processo cerebral da cognição dando origem ao conhecimento do mundo e à capacidade de direcionar a atenção a estímulos externos ou internos, identificando o significado de tais estímulos e planejando respostas significativas (FERRAZ, 2017). Conforme Barsalou (1999), processos cognitivos de alto nível, tais como a linguagem, a memória e o raciocínio, emergem de processos cognitivos de baixo nível, como a percepção e o controle motor.

Por muitos anos, estudiosos da criação de sentido e cognição defendiam a dualidade entre mente e corpo. A partir dessa postura metafísica, mente e corpo são considerados como distintos e separáveis, e fenômenos como a linguagem e a solução de problemas são compreendidos como manifestações na mente. Essa perspectiva amplamente aceita levou os estudiosos a considerar a criação do conhecimento principalmente como

um processo que ocorre dentro da mente, por meio da cognição e da linguagem. Os primeiros estudos de Weick, por exemplo, apresentam a cognição como uma atividade de processamento de informações localizada na mente: as pessoas extraem pistas do fluxo contínuo de atividades em que são lançadas e as associam a esquemas mentais resultantes de experiências passadas. Esses esquemas mentais, que podem incluir dados que permanecem inconscientes, influenciam diretamente o modo como as pessoas interpretam as pistas ambientais. Quanto mais variados os esquemas mentais e as experiências das pessoas, melhor elas podem detectar pistas relevantes no ambiente e, assim, agir adequadamente (MEZIANI e CABANTOUS 2020).

Recentemente, autores como Nemirovsky e Ferrara (2005), baseados na corrente fenomenológica, destacaram a importância cognitiva do corpo, argumentando que o conhecimento não é um processo que ocorre à margem da atividade do corpo. Tais colocações ratificam estudos da neurociência que indicam a relação entre a cognição e o sistema sensorio-motor. Nesse sentido, o conhecimento é resultado da interação com o mundo via corpo e cérebro, o que pode caracterizar a cognição como resultado de um processo intra e interpessoal (GALLESE e LAKOFF 2005).

Essa interação com o mundo via corpo e cérebro permite conceber a cognição como corporificada, permitindo o mapeamento do espaço circundante do corpo, a percepção de objetos manipuláveis e a percepção das ações, emoções e sensações dos outros (GALLESE e LAKOFF, 2005). Outra evidência da ligação entre a cognição e o corpo pode ser obtida a partir da verificação de que o substrato neural utilizado quando um indivíduo realiza uma ação é também ativado quando

um indivíduo imagina realizar a mesma ação ou quando esse indivíduo assiste alguém realizar a ação (GALLESE e LAKOFF, 2005). Isso pode ser relacionado ao que Zeki e Bartels (2021) defendem ao colocar a consciência como uma pré-condição para a percepção, ou seja, não se percebe aquilo do que não se tem consciência.

Avelar (2015) corrobora a ideia de que a mente não está alojada no cérebro, pois, segundo a autora, a mente é construída através de um processo contínuo que possui vários níveis de interação envolvendo o cérebro, o qual opera em um corpo que se encontra envolvido em ambientes complexos. A construção de sentido depende então dessas três dimensões – mente, corpo e ambiente. Porém, apesar dessa necessária interconexão, é inegável o papel do cérebro como o órgão supremo na construção de sentido (AVELAR, 2015).

Uma descoberta importante é que a intuição está associada ao corpo de várias maneiras. Primeiro, o processo pelo qual a intuição é construída é conduzido emocionalmente e mediado por sentimentos de experiências passadas. O trabalho do neurocientista Antônio Damásio apoia essa visão, mostrando o papel das memórias codificadas afetivamente (isto é, marcadores somáticos) na tomada de decisão (MEZIANI e CABANTOUS, 2020). Esses marcadores somáticos, que apoiam a tomada de decisões e operam antes da percepção consciente, sugerem que “o corpo pode saber” antes de saber conscientemente (DANE e PRATT, 2007, p. 47). Em segundo lugar, a pesquisa mostra que a intuição é um julgamento com carga afetiva, pois inclui sentimentos, emoções e sensações corporais (DANE e PRATT, 2007). Ao expressar sua intuição, os indivíduos costumam confiar em metáforas corporais – por exemplo, “sensação

intestinal” ou “sensação estranha no estômago”. De forma mais ampla, os indivíduos também tendem a usar um vocabulário relacionado a sentimentos e sentidos corporais (SADLER-SMITH, 2016). Para Sadler-Smith (2016), todas essas expressões verbais indicam que as intuições podem emergir na consciência como percepção corporal. Nesse sentido, o autor incentiva os estudiosos a localizar o sentido da intuição no corpo por meio do mapeamento corporal (MEZIANI e CABANTOUS, 2020).

Outras pesquisas, com uma orientação pós-cognitivista e enativista, apontaram a intuição como uma forma corporificada de conhecimento – isto é, um tipo de conhecimento tácito que está inscrito no corpo humano e que é utilizado, mas que dificilmente se apresenta na consciência ou pode ser colocado em palavras, necessitando do uso das metáforas (SADLER-SMITH, 2016). Segundo essas pesquisas, à medida que os indivíduos desenvolvem mais experiência por meio da prática extensiva e atingem o status de especialistas, eles ficam melhores em saber intuitivamente o que fazer – ou seja, agindo sem pensamento consciente, recorrendo a regras ou à capacidade de explicar. Mais importante ainda, o progresso em direção à perícia e à intuição só pode ser feito se a experiência for assimilada e sedimentada de uma “forma corpórea e atórica”. A intuição, portanto, captura experiências passadas incorporadas e está inscrita nas habilidades corporais (MEZIANI e CABANTOUS, 2020).

Embora se reconheça a necessidade de mais pesquisas sobre a intuição, há um claro consenso sobre seu caráter cognitivo e corporal (SADLER-SMITH, 2016). Também é aceito que a intuição está ligada à expertise e às formas tácitas e corporais de saber de forma mais geral. Essas características tornam a intuição um fenômeno muito pertinente para examinar, a fim de

desenvolver uma perspectiva mais holística sobre a criação de sentido e do conhecimento, superando o dualismo mente-corpo (MEZIANI e CABANTOUS, 2020).

3 Considerações finais

Procurou-se neste artigo apresentar uma reflexão teórica e analítica sobre a relação dos construtos da percepção, sensação e intuição, o que permitiu tecer importantes considerações a respeito da sensação e da intuição como formas de percepção.

Para tanto, inicialmente foi descrita a percepção e a sensação, destacando seus aspectos conceituais e suas diferenças, visto que são termos de difícil conceituação e compreensão – ainda mais quando relacionados com a intuição. Isso porque são conceitos carregados de subjetividade e hermeticidade. Para a neurociência, sensação e percepção são dois fenômenos distintos, mas que se relacionam. A percepção está intimamente relacionada à sensação, sendo sua primeira etapa realizada pelos sistemas sensoriais, responsáveis por sua fase analítica. A sensação é oriunda da estimulação do mundo físico, enquanto a percepção se concretiza com as atividades neurofisiológicas, sendo a percepção responsável pela estruturação dos dados.

Sequencialmente, o texto definiu a intuição – caracterizada como um tipo de conhecimento não consciente, rápido e holístico. Debateu-se e defendeu-se o construto da intuição, sendo considerada uma percepção inconsciente, a qual resulta em um julgamento que a consciência reconhece sem esforço. No entanto, esse processo carece de sensibilidade e atenção plena. Pela intuição são obtidos conhecimentos difíceis de se expressar, mas que uma vez reconhecidos ou percebidos utilizam-se de metáforas ou da simbologia para sua manifestação consciente.

Assim, a percepção se traduz como o julgamento ou a interpretação dado(a) pelo sujeito com base nas informações da sensação ou da intuição. Ao se perceber alguma coisa, consciente ou inconscientemente, inicia-se o processo cerebral da cognição que dá origem ao conhecimento.

Conclui-se, assim, que a percepção se dá de forma consciente, por meio da sensação, e de forma inconsciente, através da intuição, resultando em conhecimentos sobre o mundo. Foi possível perceber que há um consenso sobre o caráter cognitivo e corporal da intuição, tornando tal faculdade um fenômeno pertinente para pesquisar, a fim de desenvolver uma perspectiva mais holística sobre a criação do conhecimento, superando o dualismo mente-corpo.

Referências

- AKINCI, Cinla; SADLER-SMITH, Eugene. Intuition in management research: a historical review. **International Journal of Management Reviews**, v. 14, n. 1, p. 104-122, 2012.
- ANDRADE, Gustavo. Realidade, criatividade e imaginário na teoria dos tipos psicológicos de Jung. **Psicol. Argum.**, v. 29, n. 64, p. 79-89, 2011.
- AVELAR, Maira. Mente corporificada: mapeamento do conceito, interfaces e possibilidades de aplicação. **A semântica cognitiva em foco**, v.5, n.1, p. 29-54, 2015.
- BARSALOU, Lawrence. Perceptual symbol systems. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 637-660, 1999.
- BRUNER, Junner. From communication to language: a psychological perspective. **Cognition**, v. 3, n. 3, p. 255-287, 1975.

- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- COELHO, Jonas. Bergson: intuição e método intuitivo. **Transformação: Revista de Filosofia**, São Paulo, v. 21, n. 22, p. 151-164, 1999.
- DANE, Erick; PRATT, Michael. Exploring intuition and its role in managerial decision making. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 1, p. 33-54, 2007.
- FERRAZ, Maria. A percepção como premissa para a construção do conhecimento. **Saber Humano**. Edição Especial: Cadernos de Ontopsicologia, p.172-179, 2017.
- GALLESE, Vittorio; LAKOFF, George. The brain's concepts: the role of the sensorimotor system in conceptual knowledge. **Cognitive Neuropsychology**, v. 21, p. 455-479, 2005.
- GIBSON, James. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton-Mifflin, 1986.
- GOLDBERG, Phillip. **O que é intuição e como aplicá-la na vida diária**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- HODGKINSON, Gerard; HEALEY, Mark. Psychological foundations of dynamic capabilities: reflexion and reflection in strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 32, n. 13, p. 1500-1516, 2011.
- JUNG, Carl. **Tipos psicológicos**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1971.
- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Brasil: Objetiva, 2011.
- KANDEL, Eric; SCHWARTZ, James; JESSELL, Thomaz. **Fundamentos da neurociência e do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koohan 2000.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KLEIN, G. Reflections on applications of naturalistic decision making. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 88, n. 2, p. 382-386, 2015.

MEZIANI, Nora; CABANTOUS, Laure. Acting intuition into sense: how film crews make sense with embodied ways of knowing. **Journal of Management Studies**, v. 57, n. 7, p. 1384-1419, 2020.

PENNA, Antônio Gomes. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1997.

RAIDL, Marie-Helene; LUBART, Todd. An empirical study of intuition and creativity. **Imagination, Cognition and Personality**, v. 20, n. 3, p. 217-230, 2001.

RIES, Bruno Edgar. **Sensação e percepção. Em Psicologia e Educação: fundamentos e reflexões**. 1.ed. RS: EdIPUCRS, 2004.

SADLER-SMITH, Eugene. What happens when you intuit? Understanding human resource practitioners subjective experience of intuition through a novel linguistic method. **Human Relations**, v. 69, n. 5, p.1069-1093, 2016.

SINCLAIR, Marta, ASHKANASY, Neal. Intuition: myth or a decision-making tool? **Management Learning**, v. 6, n. 3, p. 53-370, 2005.

A consciência (re)sentida

Patrícia Martins*
Rodrigo Nicolato**

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre o problema da consciência à luz da fenomenologia. A abordagem fenomenológica parte da ideia de que a experiência subjetiva ocorre no momento em que sensações provenientes da interpretação de informações externas, advindas dos órgãos sensoriais e processadas pelo cérebro, geram sentimentos internos, ligados a estados afetivos. Tais sentimentos são entendidos como experiências mentais de estados corporais e podem ser influenciados pelas memórias, experiências pessoais e crenças, fato que requer alguma redundância, ou seja, a repetição de informações acerca dos fenômenos experienciados. Ao questionar se a consciência imanente contraria o princípio da parcimônia e por qual razão isso ocorreria, o artigo avalia como se daria a manutenção da lucidez e de que forma alterações sensoperceptivas interferem no constructo da psicopatologia da consciência. Se a consciência precisa (re)sentir para estar consciente de si mesma e do outro, o ressentimento, base da psicopatologia, figuraria como uma repetição de sentimentos baseada em operações mentais disfuncionais ou no desequilíbrio de processos internos e afetivos, sendo a redundância impeditiva do esquecimento e, por consequência, do fluxo normal da vida.

Palavras-chave: Consciência; fenomenologia; psicopatologia; ressentimento.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Ciências (ICB-UFMG). Grupo de Pesquisa Complex Cognition, ORCID: 0000-0003-3634-8466.

** UFMG-Departamento de Saúde Mental, Faculdade de Medicina, Psiquiatria, Professor Associado-Doutor, ORCID: 0000-0003-1585-7720.

The (Re)Felt Consciousness

Abstract

This article proposes a reflection on the problem of consciousness in the light of phenomenology. The phenomenological approach starts from the idea that the subjective experience occurs when sensations from the interpretation of external information, coming from sense organs and processed by the brain, generate internal feelings linked to affective states. These feelings are understood as mental experiences of bodily states and can be influenced by memories, personal experiences, and beliefs, a fact that requires some redundancy, that is, the repetition of information about the phenomena experienced. Questioning whether immanent consciousness contradicts the principle of parsimony and why this would occur, the article evaluates how awareness would be maintained and how sensory and perceptual alterations interfere in the psychopathology of consciousness construct. If consciousness needs to re-feel to be aware of itself and the other, the resentment, as the basis of psychopathology, would appear as a repetition of feelings arising from dysfunctional mental operations or the imbalance of internal and affective processes, with its redundancy preventing the oblivion and, consequently, the normal flow of life.

Keywords: Consciousness; phenomenology; psychopathology; resentment.

Recebido em 28/09/2022. // Aceito em 07/10/2022.

Introdução

Segundo a Doutrina Eidética, há dois tipos de consciência: uma abstrata, pertencente ao campo das ideias (essência), e outra fenomenológica, expressa na imanência (existência). A fenomenologia abarca a imanência como uma redução ao mundo natural e à transitoriedade dos fenômenos. É nessa perspectiva que a consciência parece estar presente de forma mais pura e concreta.

Assim a essência pode ser vista como um caminho mais parcimonioso em face do longo percurso que o mundo da existência nos impõe. Mas se a consciência é algo que nenhuma *epoché*¹ é capaz de reduzir (ANDRADE, 2013), podemos nos perguntar se a consciência imanente contraria o princípio da parcimônia e por qual razão isso ocorreria.

A abordagem fenomenológica considera que uma experiência subjetiva ocorre no momento em que um organismo, ao perceber um estímulo, identifica nele alguns padrões nos dados sensoriais, passando então a experimentá-lo. Sensações provenientes da interpretação feita pelo cérebro de informações externas, coletadas por órgãos sensoriais, geram sentimentos internos, ligados a estados afetivos. Sentimentos são entendidos como experiências mentais de estados corporais e podem ser influenciados pelas memórias, experiências pessoais e crenças. Para que isso ocorra, é necessária alguma **redundância**, ou seja, a repetição de informações acerca dos fenômenos experienciados. São elas que permitem que o estímulo seja “compreendido”,

¹ Segundo Husserl, “epoché” significa a suspensão do mundo, como que parado no tempo, embora com todas as suas características presentes e, por isso, passíveis de serem analisadas “de fora”, por um observador exterior. Essa ideia (*epoché*) suspende o mundo no tempo e no espaço, permite a quem medita conhecer-se a si próprio e tomar consciência da sua própria essência, e a autoconsciência adquirida desta forma é o “eu puro” de Husserl (ou o “eu transcendental”). HUSSERL, E. *Ideas I- General Introduction to pure Phenomenology*. Nova York: Collins Books, 1972.

relacionando-o com as informações sensoriais coletadas ao longo dos anos e que são processadas em paralelo para a otimização de futuras compressões até a construção de uma autoconsciência, em razão da compressão de suas próprias ações.

Segundo Amaral (2017), “a manutenção da lucidez da consciência implica a capacidade de integrar e associar permanentemente (na linha do tempo) os novos estímulos, experiências e situações com o passado mais recente de alguém (mas também dos ambientes e sentimentos)”. Ainda segundo Amaral, como consequência, a consciência teria sempre um pequeno atraso em relação às experiências atuais, precisando sentir novamente. Isso se dá de forma inconsciente e redundante. A consciência precisa **(re)sentir** para estar consciente de si mesma e do **outro**.

Sensação, percepção e psicopatologias

De acordo com Femi Oyebode (2018), a sensação é apenas o primeiro estágio do recebimento de informações externas ao **eu**. O sistema sensorial abrange as vias visual, auditiva, tátil, olfatória, gustativa, cinestésica. Estas vias se relacionam ao recebimento, à transformação e à transmissão de dados sensoriais primitivos e diferentes ao sistema nervoso central. A transformação de um estímulo primitivo em informação sensorial, que será posteriormente decodificada para uma percepção com significado no nível cortical, será influenciada pela atenção, pelo afeto, pelas expectativas culturais, pelo contexto, pelas experiências anteriores, pela memória e, acima de tudo, pelos conceitos pregressos. Assim, a percepção é um processo ativo, que lida com a construção de uma realidade externa a partir de moldes internos mentais.

Ainda segundo Oyebode (2018), as alterações da percepção permanecem como as experiências mais relevantes que as pessoas podem exibir, referindo-se às estruturas fundamentais do universo perceptivo e aos substratos neurobiológicos que permitem a ocorrência da percepção. A distinção entre percepção e sensação é exemplificada na dissociação entre sensação intacta e prejuízo da percepção na alteração de sensopercepção chamada agnosia. Na agnosia de objetos visuais, com extrapolação para outras vias sensoriais, o sujeito é capaz de perceber um objeto em seu campo visual, com sentido intacto, mas não consegue identificar qual é o objeto ou qual a sua função, denotando a percepção comprometida.

Para Jaspers (1973), é importante, fenomenologicamente, distinguir a ocorrência natural das percepções normais em relação às representações que ocorreriam a partir de lembranças: a percepção normal se correlaciona à realidade objetiva, com espaço externo objetivo, independentemente de nossa vontade, com delineamento sensorial claro e recente, de forma definitiva e sem permitir modificação, a imagem ou o discurso ouvido são reais, bem formatados, bem detalhados, ao passo que a representação mental é subjetiva, com espaço subjetivo interno, incompleta, indeterminada, passível de modificações ou adaptações afetivas mnemônicas, dependendo de nossa vontade, com elementos sensoriais modificáveis. Em correlação, para Pylyshyn (2004), filósofo e cientista cognitivo, existiriam distinções relevantes entre imagens orientadas da retina ou corticais e representações mentais, o que ratifica, neurocognitivamente, as ideias de Jaspers (1973).

Em termos neurobiológicos, áreas corticais semelhantes se relacionam às representações visuais e às percepções visuais (KOSSLYN e THOMPSON, 2003). Para Oyebode (2018), representações são importantes para a psicopatologia porque é necessário compreender suas características ou natureza, a fim de esmiuçar a natureza das percepções e alucinações com estudos neurobiológicos de representações e percepções anormais.

A ilusão, que é a interpretação equivocada de uma percepção normal, e a alucinação, que é a percepção de um objeto na ausência de estímulo, são as duas falsas percepções mais comuns na prática clínica psicopatológica. De acordo com Oyebode (2018), fenomenologicamente, as alucinações são os tipos mais significativos de falsas percepções. De acordo com Waters e Feryhough (2017), para o indivíduo que experimenta percepções confusas, as alucinações podem ter importantes significados pessoais, e para os clínicos, são também significativas de várias formas, incluindo como sintoma de diagnóstico e como fatores factuais que podem ter impacto no funcionamento e prognóstico e, portanto, potencialmente direcionando a necessidade de tratamento.

A formação, a fixação e a manutenção das alucinações dependem de múltiplos determinantes, tais como: cognições relevantes, necessárias para ultrapassar o limiar perceptivo e, conseqüentemente, aflorarem em alucinação; limiar baixo para percepção auditiva exacerbado pelo estresse, isolamento ou fadiga; um viés externalizante que reforça a suposta origem externa das vozes.

A manutenção das alucinações é, por sua vez, determinada por uma série de crenças: delírios sobre um agente externo,

crenças centrais subjacentes e a “relação” percebida com as vozes. Respostas específicas de enfrentamento e comportamentos de busca de segurança também estão implicados. O fator biológico que contribui para as alucinações seria a hiperconectividade, resultante do estímulo excessivo dos neurônios durante a adolescência, o que reduz os recursos disponíveis para o funcionamento cognitivo de nível superior. Isso resulta em testes de realidade reduzidos e dependência de estratégias de raciocínio disfuncional de baixo nível. Além disso, a hiperativação dopaminérgica e excitotoxicidade glutamatérgica se intensificam, propiciando as cognições salientes (auto-avaliativas, intrusivas ou obsessivas), ultrapassando o limiar perceptivo para alucinações.

A ênfase sobre o significado clínico das alucinações requer um exame mais atento, dada a nossa crescente compreensão das alucinações que se manifestam fora da psicose (KELLEHER *et al*, 2014). É cada vez mais reconhecido que as alucinações ocorrem com frequência significativa noutras doenças psiquiátricas (por exemplo, transtorno de estresse pós-traumático e transtornos de personalidade) e condições médicas (doenças neurodegenerativas e doenças oftalmológicas) e que são especialmente preditivas da psicopatologia com comorbidades clínicas, neurológicas e psiquiátricas.

O ressentimento

No processo de construção do **eu**, elaborado a partir do acúmulo de informações provenientes do universo interno e externo do indivíduo, uma parada pode “atrasar” ainda mais esse processo, estagnando o ente que sente.

Ademais, enquanto modelos perceptivos compõem o universo externo ao indivíduo, mecanismos inatos dão forma ao seu universo interno, com vistas à manutenção da vida e à sobrevivência.

O núcleo pré-mamilar ventral (PMv), localizado no hipotálamo, foi recentemente identificado como a área responsável pelo comportamento inato e funcional da agressividade (STAGKOURAKIS *et al.*, 2018). Quando a agressividade torna-se duradoura contra si mesmo, surge um fenômeno conhecido como **ressentimento**.

O ressentimento é uma constelação de afetos que paralisa o sujeito, impedindo-o de seguir adiante. Ressentir não é só uma ação ligada a lembranças amargas e sentimentos de mágoa, mas também um sentir (ou perceber) fortemente. Instaura-se como uma ferida narcísica profunda que impede o ego de lidar com a incompletude e a imperfeição. Aqui, o (re)sentir consiste em repetir sentimentos para os quais não foi possível qualquer domínio, sentimentos que impactam e que o sujeito é incapaz de esquecer. A **redundância** impede o esquecimento e, por consequência, o fluxo normal da vida (LEITÃO, 2007).

Os ressentimentos têm sua origem nos traumas e constituem a base da psicopatologia. Um sujeito adaptado é aquele que apresenta padrões mentais e relações sociais mais funcionais, ou seja, em contínuo aprendizado. Nesse contexto, o ressentimento ocorre como consequência de uma rotina de operações mentais disfuncionais, ou ainda, de um desequilíbrio de processos internos e afetivos (MELLO *et al.*, 2021).

Nesse fenômeno psíquico, um sentimento de culpa é comumente atribuído ao **outro**, visando a que o **outro** sofra o mesmo sofrimento e a mesma agressividade contra si mesmo

experenciada pelo ressentido. Dessa forma, perde-se uma delimitação clara entre o **eu** e o **não-eu**, entre o interno e o externo (KLEIN, 1996), ficando o ressentido fundido ao **outro**, na busca por sobrevivência.

Quando a sua demanda por amor e proteção falha, podem surgir sentimentos de medo e uma ansiedade disfuncional, conhecida como síndrome do pânico, manifesta em sensações físicas como falta de ar, palpitações, dor torácica, fraqueza ou formigamento pelo corpo. Além das **causas imediatas** que desencadeiam o medo, **causas mediadas**, oriundas de mecanismos epigenéticos, e **causas do recurso**, provenientes de traços genéticos comportamentais, podem resultar em um *medo aprendido* ou *apreendido*, cuja gênese encontra-se nas múltiplas experiências, frustrantes ou gratificantes, pelas quais o sujeito passa desde o nascimento até a vida adulta, podendo se perpetuar por uma ou mais gerações futuras (MELLO *et al.*, 2021).

Considerações finais

O ressentimento tem sua origem nos traumas e constituem a base da psicopatologia. O princípio da parcimônia, ao postular que se evite a multiplicação desnecessária de entes teóricos, limitou o sofrimento psíquico a consultas, entrevistas e escalas psicométricas, reduzindo o sujeito a um sopro de voz (*flatus vocis*) (DOUTEL e KATUNDA, 2017; FERREIRA, 2014). Para além do diagnóstico e tratamento, imperativo na ciência positivista, o ressentimento continua a percorrer um longo caminho do qual as repetições não estão excluídas, como um programa constituinte de um sistema complexo, cujo desempenho de processamento se dá em função das próprias redundâncias.

Referências

AMARAL, Márcio. **Psicopatologia: fundamentos e semiologia essencial**. Disponível em: <https://www.ipub.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/11/LIVRO-ATUALIZADO-10-08-2017-2-1-convertido.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ANDRADE, Caio Augusto de. **Superação do psicologismo por meio da Epoché nos textos husserlianos de 1906/7**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/11640/1/Caio%20Augusto%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DOUTEL, Filipe; KATUNDA, Júlia. A navalha de Ockham e o leito de procusto: os problemas do diagnóstico em psiquiatria. **Psychiatry on line Brasil**, v. 22, nov. 2017.

FERREIRA, Danilo F. **Guilherme de Ockham e a invenção do indivíduo: bases para um entendimento do nominalismo ockhamista**. Disponível em: <http://www.revistasapereade.org/index.php/edicoes/anos-anteriores/ano-2-vol-1-12/ano-2-volume-10-maio-2014/send/69-05-2014-ano-2-volume-10/106-guilherme-de-ockham-e-a-invencao-do-individuo-bases-para-um-entendimento-do-nominalismo-ockhamista>. Acesso em: 10 maio 2022.

HOLLIS, James. **Os pantanais da alma: nova vida em lugares sombrios**. São Paulo: Editora Paulus, 1998.

JASPERS, Karl. **Psicopatologia Geral, volumes 1 e 2**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1973.

KELLERHER, I.; DEVLIN, N.; WIGMAN, J. T. *et al.* Psychotic experiences in a mental health clinic sample: implications for suicidality, multimorbidity and functioning. **Psychological Medicine** v. 44, n. 8, p. 1615-1624, jun. 2014.

KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KOSSLYN, S. M. Mental imagery: depictive accounts. In: GREGORY, R. L. (ed.). **The Oxford Companion to the Mind-2nd edn**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LEITÃO, L. M. C. C. **Ressentimento: (im)possibilidades de elaboração**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15575/1/LUISA%20LEITAO.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

MELLO, Paulo de. *et al.* **Ressentimento: neurociências aplicadas à psicanálise, um ensaio teórico transdisciplinar**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 6, edição 11, v. 6, p. 133-146, 2021.

OYEBODE, Femi. **Sims sintomas da mente: introdução à psicopatologia descritiva**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

PYLYSHYN, Z. W. Mental Imagery. In: GREGORY, R. L. (ed.). **The Oxford Companion to the Mind-2nd edn**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

STAGKOURALIS, S.; SPIGOLON, G.; WILLIAMS, P. *et al.* A neural network for intermale aggression to establish social hierarchy. **Nat Neurosci**, v. 21, n. 6, p. 834-842, jun. 2018.

WATERS, F.; FERNYHOUGH, C. Hallucinations: systematic review of points of similarity and difference across diagnostic classes. **Schizophrenia Bulletin**, v. 43 n. 1, 32-43, jan. 2017.

Suicide: “intentional” act of killing oneself? A review of nineteen theoretical arguments and fifty-eight definitions in seven natural languages

Roger Vinícius da Silva Costa*

Abstract

Perhaps intentionality is the most problematic category in the definition of suicide. However, there still seems to be no literature review of relevant theoretical arguments and main dictionaries of different languages. Given this situation, the general objective of this study was to understand how to treat the category of intentionality in the definition of suicide. A qualitative, quantitative, exploratory and bibliographic methodology was used. A narrative review based on 27 authors from different areas included 19 theoretical arguments, organized on a matrix. 7 arguments are applicable in defense of the thesis that suicide is intentional, another 7 to defend the opposite thesis that this phenomenon is not intentional and the remaining 5 apparently in favor of either. Moving forward to an integrative review guided by 8 criteria, 58 definitions of noun and/or verb were extracted from 36 monolingual, digital dictionaries of Portuguese, Spanish, English, French, Italian, German and Russian. 72.22% of the selected dictionaries refer to suicide as intentional, and 27.78%, including all Portuguese ones, do not characterize it as such. In the first group, intentionality was referred to mostly by lexical items equivalent to “intentional”, “voluntary” and “deliberate”, as well as adverbs based on them. The conclusion is that it is not feasible to include intentionality in the definition of suicide,

* Linguistics Doctoral Student at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas). User Experience Writer at Wellz, a mental health benefit by Gympass. ORCID: 0000-0003-2636-2774

because academic and lexicographic sources lack consensus. It is recommended to overcome the qualitative and quantitative limitations of this study, as well as to consult more than one definition of suicide and in different languages.

Keywords: Dictionary; intentionality; meaning; suicidal ideation; suicidology.

Suicídio: ato “intencional” de se matar? Revisão de dezenove argumentos teóricos e cinquenta e oito definições em sete línguas naturais

Resumo

A intencionalidade talvez seja a categoria mais problemática da definição do suicídio, todavia parece ainda não haver, na literatura, uma revisão de argumentos teóricos relevantes e principais dicionários em diferentes línguas. Diante desse quadro, o objetivo geral deste estudo foi entender como tratar a categoria da intencionalidade na definição do suicídio. Utilizou-se uma metodologia qualitativa, quantitativa, exploratória e bibliográfica. Mediante uma revisão narrativa baseada em 27 autores de diversas áreas, incluíram-se 19 argumentos teóricos, organizados em forma de matriz. 7 argumentos são aplicáveis em defesa da tese de que o suicídio é intencional, outros 7 para advogar a tese oposta de que esse fenômeno não é intencional e os 5 restantes aparentemente a favor de qualquer uma das duas. Avançando para uma revisão integrativa orientada por 8 critérios, foram incluídas 58 definições de substantivo e/ou verbo extraídas de 36 dicionários digitais monolíngues de português, espanhol, inglês, francês, italiano, alemão e russo. 72,22% dos dicionários selecionados referem o suicídio como intencional, e 27,78%, incluindo todas as obras de língua portuguesa, não o caracterizam dessa forma. No primeiro

grupo, a referência à intencionalidade foi repetida por itens equivalentes a “intencional”, “voluntário” e “deliberado”, bem como pelos advérbios neles baseados. Conclui-se que é pouco viável incluir a intencionalidade na definição do suicídio, pois não há consenso entre as fontes acadêmicas e lexicográficas. Recomenda-se superar as limitações qualitativas e quantitativas desta pesquisa, bem como consultar mais de uma definição de suicídio e em diferentes línguas.

Palavras-chave: Dicionário; ideação suicida; intencionalidade; significado; suicidologia.

Recebido em 19/03/2022. // Aceito em 30/09/2022.

Introdução

“If you want to kill yourself, how come you don’t want to kill yourself?”: in Fernando Pessoa’s poem (1998, p. 92), the lyrical subject ironizes the reader’s desire to die and presents several arguments for the person to perform the act. While this article recognizes the cathartic potential of art and the artists’ freedom of expression, it does not give itself the right to mock one’s suicidal ambivalence or advise them to take action. After all, inducing or instigating someone to commit suicide would deny any research ethics, and, according to the Penal Code of Brazil (1940, article 122), be a crime.

Depressive people, drug addicts, lovers, terrorists, martyrs, soldiers, careless drivers, terminal patients... If suicide means “the intentional act of killing oneself”, why does not every suicidal person seem to want to die? Why are there some cases categorized as martyrdom, accidents, executions, etc.? Is the relationship between suicide and intentionality as obvious as one might think?

Stating that he depended on the work of linguist Daube (1972) and that comprehending suicide requires understanding this word, psychiatrist Shneidman (1985) devoted an entire book to the definition of suicide and believed that it must be composed of the nucleus “the act of killing oneself” and an indispensable periphery of hypotheses such as accidental ingestion of poison, dangerous driving, being ordered to kill oneself, etc. Later, also in Psychiatry, Silverman (2006) reinforced the importance of relying on some definition and avoiding the indiscriminate use of words in Suicidology. Psychologist Benoit (2016) even proposed a typology of the object, in order to avoid the analytical

difficulties of intentionality. More recently, linguist Costa (2021) analyzed dozens of dictionaries and encyclopedias, concluding that the meaning of suicide ranges from “the act of killing oneself” to the non-lethal, sometimes playful instances of “the act of harming one’s interests”.

However, there seems to be no literature review that examines the most relevant theoretical arguments applicable to the suicide-intentionality binomial and the definitions of the phenomenon in the main dictionaries of different languages, in order to identify patterns and maybe redefine paths. Researchers, health professionals, police detectives, grieving families and other parties might benefit from better understanding of to what extent a given death was suicidal and/or intentional.

Considering the referred context, this paper was based on the following research question: **is it feasible to include intentionality in the definition of suicide?** The hypothesis was that it seemed unfeasible, as intentionality causes numerous theoretical and methodological difficulties.

In this sense, the study’s general aim was to understand how to treat the category of intentionality in the definition of suicide. To fulfill this broad goal, the specific objectives were: 1) to identify relevant theoretical arguments applicable to the relationship between suicide and intentionality; and 2) to verify if and how definitions of suicide in Portuguese, Spanish, English, French, Italian, German and Russian refer to the intentionality of such phenomenon.

In order to clarify this whole process, this article is divided into 4 more sections: Section 2 details the research methodology; Section 3 records and comments the selected theoretical arguments; Section 4 presents and analyzes the included

definitions of suicide; and Section 5 reveals the conclusion, from which are derived some implications for suicidologists and dictionary makers.

1 Methodology

A quantitative, qualitative, exploratory and bibliographic methodology was used, as these aspects seemed to be the most appropriate to the nature of the sources needed to answer the research question, as well as to the initial stage of the Linguistics doctoral investigation to which this article is linked.

According to Patias and Hohendorff (2019), both quantification and qualification represent valid perspectives of scientific knowledge production, so one is not better than the other, but rather have different purposes: quantitative research prioritizes the generalization and replication of results, while qualitative research is more dedicated to understanding a phenomenon. In this sense, the World Health Organization (2019) warns that no single approach is capable of significantly impacting a problem as complex as suicide. Nevertheless, it was considered that understanding the relationship between suicide and intentionality asked for a greater effort in interpretation, other than in measurement.

The exploratory methodology aims to approximate the researcher to the object and usually starts with bibliographic research, which is based on material already published, mainly books and academic articles (GIL, 2002; GREEN; JOHNSON; ADAMS, 2006). More specifically, the theoretical arguments were obtained with a narrative review, and the definitions by an integrative review.

1.1 A narrative review of theoretical arguments on suicide and intentionality

The theoretical arguments emerged unsystematically, as the researcher came closer to the object, so a narrative review was performed. This type of bibliographic study is important to build a broad perspective of a topic covered by several publications scattered in the literature, however it is more subject to author bias and does not follow precise and replicable inclusion and exclusion criteria (GREEN; JOHNSON; ADAMS, 2006). From 2011 to 2022, the main situations in which the sources appeared were graduate courses and events of a Linguistics program from a university located in the state of Minas Gerais, Brazil; and exploratory readings carried out by the author outside the academic environment. Although employing a narrative review, care was taken to select works by researchers and institutions recognized as national or international authorities.

In 2022, during the writing of this article, doubts arose about the best way to present the theoretical arguments to the academic community. Would it be appropriate to considerably bias the reasoning, by selecting only those that are closest to what the researcher finds valid? Would it be possible to build a model, since several arguments are diametrically opposed and most of them do not directly regard suicide? Would it be worth to simply make a random list of quotes? After several writing tests, it was decided that the best alternative was to build a matrix and provide brief comments on the references. This tool seeks to graphically summarize how it would be possible to apply the arguments of different authors to the suicide-intentionality binomial. Besides, it allows readers to draw their own conclusions.

1.2 An integrative review of definitions of suicide

The definitions of suicide were collected in February 2022, by performing an integrative review. This other type of bibliographic research, more rigorous than the narrative and less than the systematic ones, aims to synthesize available references and enable their application (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Therefore, it was possible to build a synoptic table dedicated to supporting both the research of suicidologists and the work of dictionary makers. The inclusion and exclusion criteria are detailed in Table 1, as well as the justifications for the choices:

Table 1: Inclusion and exclusion criteria for the integrative review of dictionaries

Inclusion	Exclusion	Justification
1) Discourse genre: dictionary	1) Encyclopedia, machine translator or scholarly work	A dictionary is possibly the most consulted genre to understand the meaning of a word, especially as a reference for scholarly studies.
2) Language: Portuguese or Spanish or English or Italian or French or German or Russian	2) Multilingual dictionary or in a language other than the specified ones	Monolingual sources focus on definitions, not pairs of equivalent terms. The author is a native speaker of Portuguese, has advanced knowledge of Spanish and English and elementary level of Italian, French, German and Russian.

3) Year of publication: undetermined	3) (Any year)	The indeterminacy of the publication year reflects the exploratory nature of the research, as this information was not known <i>a priori</i> .
4) Topic: unthemed	4) Dictionary of Psychology, history or any specific topic	It was chosen unthemed dictionaries to reduce definition bias and because specific-topic ones seem to be less accessible to researchers.
5) File type: desktop program or online page	5) Printed book	A digital document facilitates data collection and analysis, even when the volume is high.
6) Access: paid or free	6) Not available to the public	The researcher has worked as a proofreader and translator since 2009, so he has easy access to paid and free sources.
7) Part of speech: noun and verb	7) Adjective and other parts	Some dictionaries define suicide as “the act or effect of committing suicide”, and more specific classes and words are semantically based on the noun or verb.
8) Definition: only the first one of the entry	8) Second and other definitions	Preliminary searches indicated that the first definition is the most relevant one to verify whether or not the dictionary refers to suicide as intentional.

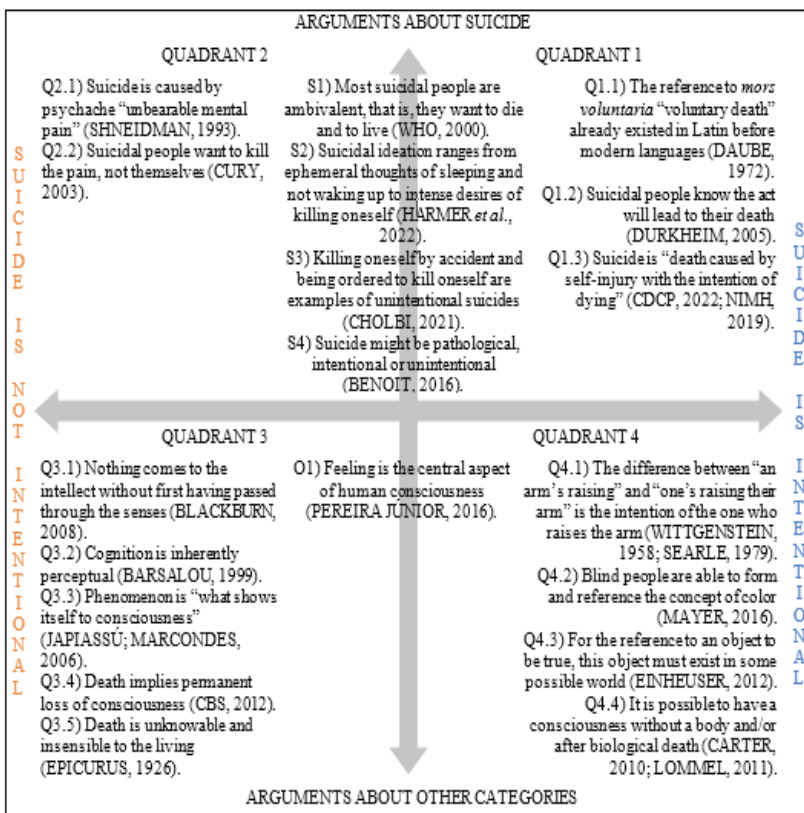
Source: made by the author

After applying those 8 criteria, the included definitions went through 5 phases of analysis: extraction, tabulation, counting, interpretation and writing. In the extraction, the definitions were pasted on Microsoft OneNote 2019, desktop version, in order to facilitate data manipulation and avoid repeating searches on the original systems. During the tabulation, the reference to the intentionality category was humanely measured using Microsoft Excel 2019, also desktop, by counting the absolute frequency and using a simple percentage formula. After the tabulation was finished, a chart was generated, also in Excel. From there, the interpretation began, the more properly qualitative phase, in which the theoretical arguments were applied to the selected meanings. Finally, the article was written in the last phase. Advanced statistical resources were not used, due to limitations of the researcher, nor automatic extraction and analysis tools, as it was believed that they would not be capable of providing quality comparable to that of the interpretation by a human being before the proposed research question.

2 Theoretical Arguments: from Epicureanism to contemporary Suicidology

Based on 27 authors from different areas, 19 theoretical arguments applicable to the relationship between suicide and intentionality were included, as shown on the matrix corresponding to Figure 1.

Figure 1: A matrix of theoretical arguments on suicide and intentionality



Source: made by the author, according to the quoted references.

Q = quadrant. S = suicide. O = other categories. CDCP = Centers for Disease Control and Prevention. NIMH = National Institute of Mental Health. WHO = World Health Organization. CBS = Canadian Blood Services.

Taking the Cartesian plane as the basis of the reasoning, 2 crossed axes are identified: the horizontal one represents the distance between the theses “suicide is intentional” (on the right) and “suicide is not intentional” (on the left); and the vertical one refers to thematic relevance, with specific arguments

about suicide (above) and the others regarding other categories (below). As usual in taxonomic analyses, several arguments did not conform to the pre-defined types (the quadrants), so they were allocated in 2 fuzzy regions (see ZADEH, 1965): the first one among the mentioned theses; and the second one between suicide and other categories. A brief comment on the authors is provided now.

2.1 Suicide is intentional

Quadrant 1 represents suicide-specific arguments that defend the thesis “suicide is intentional” (from Q1.1 to Q1.3). The etymology of “suicide” and equivalent nouns in other languages (*sui* “of oneself” + *caedere* “to kill”) does not refer the intentionality of the phenomenon, but Daube (1972) explains that the Latin *mors voluntaria* (voluntary death) already existed long before modern languages terms (Q1.1). In the 19th century, this intuition continues in Durkheim’s definition (2005), according to which suicidal people know that the act will produce their own death (Q1.2). A similar reasoning remains on the websites by the Centers for Disease Control and Prevention (2022) and the National Institute of Mental Health (2019), as both define suicide as death caused by self-injury with the intention to die (Q1.3).

Quadrant 4 is also composed of arguments that support the thesis “suicide is intentional”, but refer to other categories (from Q4.1 to Q4.4). Summarizing Wittgenstein (1958) and Searle (1979), the difference between the event “one’s arm raising” and the act “one raising one’s arm” is one’s intention to raise one’s arm (Q4.1), so any human act would be intentional. However,

would humans be able to desire and refer to death, something apparently unknowable and non-existent (Q3.1 to Q3.5)? The doctoral thesis of Mayer (2016) demonstrated, theoretically and empirically, that blind people are able to form and reference the concept of color (Q4.2). According to Enheuser (2012), for a reference to an object to be true, this object must exist in some possible world (Q4.3). If consciousness can subsist without a body and/or after biological death (Q4.4), as Carter (2010) and Lommel (2011) discuss about near-death experiences and related categories, the human being is able to know and to feel death, lose body and keep consciousness, in which memories of past lives would remain and the possibility of wishing for one’s own death again. This argument, however, seems to go beyond what is acceptable as science.

2.2 Suicide is not intentional

At the other extreme, Quadrant 2 brings together suicide-specific arguments, which support the thesis “suicide is not intentional” (Q2.1 and Q2.2). After decades of research, Shneidman (1993) concluded that suicide is caused by psychache, which means “unbearable mental pain” (Q2.1). Complementarily, Cury (2003) proposed the metaphor that a suicidal individual wants to kill the pain, not oneself (Q2.1).

Quadrant 3 also groups arguments that would imply the already mentioned apparent impossibility of suicide being intentional (from Q3.1 to Q3.5), but refer to other categories. As Blackburn (2008) summarizes it, the philosophers Aristotle, Aquinas, Locke, Berkeley, Hume and Leibniz converge in the sense that nothing reaches the intellect without first passing

through the senses (Q3.1), an argument that echoes in Barsalou (1999), for whom cognition is inherently perceptual (Q3.2). Still in this line of reasoning, if phenomenon is what shows itself to consciousness, as defined by Japiassú and Marcondes (2006) (Q3.3), and if death implies permanent loss of consciousness, according to the consensus of the Canadians Blood Services and the World Health Organization (2012) (Q3.4), so Epicurus (1926), some 2,300 years ago, was right to insist that death means nothing to the living (Q3.5).

2.3 Suicide is and is not intentional

The upper fuzzy region concentrates suicide-specific arguments that claim it is intentional and unintentional (from S1 to S4). The World Health Organization (2000) postulates that most suicidal people are ambivalent, that is, they want to die and to live (S1). Although generally defined in a simplistic way, suicidal ideation, according to the extensive problematization by Harmer *et al.* (2022), is a heterogeneous phenomenon that ranges from ephemeral thoughts of sleeping and not waking up to the most intense and lasting desires to kill oneself (S2). Further on, in Cholbi (2021), not knowing that the action is lethal and being forced to kill oneself are examples that it is possible to commit suicide without wanting to die (S3). Trying to avoid the theoretical and analytical difficulties of intentionality, Benoit (2016) proposes to categorize suicide into 3 types: pathological, intentional and unintentional (S4).

Finally, the lower fuzzy region presents 1 argument referring to other categories than suicide and apparently applicable in defense of any of the 2 theses. In Pereira Júnior's (2016)

Triple Aspect Monism, feeling is the central aspect of human consciousness (O1). However, it would be possible to infer both that suicide is intentional, because suicidal ideation is “to feel like”, as well as that suicide is not intentional, as the individual would actually want to eliminate an unbearable mental pain (Q2.1).

3 Definitions of Suicide: quantifying and qualifying intentionality

As recorded in Table 2, the included data represent all 7 languages, albeit disproportionately, and correspond to 58 noun and/or verb definitions extracted from 36 digital dictionaries.

Table 2: An overview of the sample

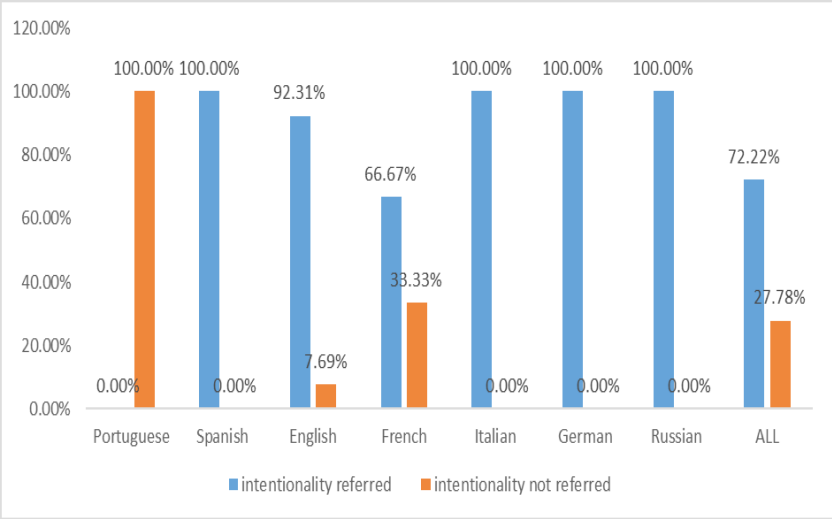
Languages	Dictionaries	Definitions	Nouns	Verbs
Portuguese	7	14	7	7
Spanish	2	4	2	2
English	13	17	12	5
French	6	12	6	6
Italian	2	4	2	2
German	2	3	2	1
Russian	4	4	4	0
Totals	7	36	35	23

Source: made by the author

Besides the differences regarding the number of dictionaries between one language and another, some of them do not define the verb “suicide” and its equivalent terms. Furthermore, sources that refer to intentionality do so sometimes in one part of speech, sometimes in another, sometimes in both. In order to

avoid quantification problems and facilitate the understanding of the results, it was decided to build Chart 1 based on the number of dictionaries, not of definitions. This way, works that refer to intentionality in 1 or 2 parts of speech were only tabulated 1 time as 1 occurrence of this category, while sources in which intentionality was not stated received occurrence 0.

Chart 1: Distribution of intentionality across the dictionaries



Source: made by the author

Chart 1 shows that most of the selected dictionaries (72.22%) refer to suicide as intentional, while the others (27.78%), including all Portuguese sources, do not characterize the phenomenon in this way. On the following paragraphs, more qualitative, specific comments are made on the definitions, transcribed and translated in Table 3. Before doing so, with the aim of providing the best comprehension and facilitating the access to the references, some graphic conventions are presented.

It was chosen not to quote the sources only by the surname or exclusively by the first words of the title, as determine the Brazilian norms, but sometimes by the surname of an individual (Houaiss) or name of an institution (Oxford), sometimes by the proper name (Aurélio), giving preference to the term that better identifies the dictionary. The definitions were taken from the respective dictionaries and translated by the researcher when they were not in English. Bilingual dictionaries, machine translators and search engines were used to perform some validations. The transliteration of Russian (from Cyrillic to Latin alphabet) follows the one used by Google Translate. As all the works are websites and computer programs, the quotations have no page numbers, hence the omission of this data. Initials have been lowercased and periods suppressed. The abbreviations are “n.” for noun, and “v.” for verb; where one of them is missing, it means that the dictionary does not have a definition for that part of speech. As for symbols, “=” is used to separate a term from its definition; and “[]” to indicate the Portuguese translation. Finally, the blue color highlights the words that represent intentionality.

Table 3: Included definitions of suicide

26 dictionaries that refer to suicide as intentional		
Language	Author	Definition
Spanish	Moliner (2008)	suicidio (n.) = “acción de matarse a sí mismo” [the action of killing oneself] suicidarse (v.) = “matarse voluntariamente a sí mismo” [voluntarily killing oneself]
Spanish	<i>Real Academia Española</i> (2021)	suicidio (n.) = “acción y efecto de suicidarse” [the action or the effect of to suicide] suicidarse (v.) = “quitarse voluntariamente la vida” [voluntarily taking one’s life]
English	Oxford (2004)	suicide (n.) = “the action of killing oneself intentionally ” suicide (v.) = “ intentionally kill oneself”
English	Collins (2006)	suicide (n.) = “people who commit suicide deliberately kill themselves because they do not want to continue living ”
English	Merriam-Webster (2003a)	suicide (n.) = “the act or an instance of taking one’s own life voluntarily and intentionally especially by a person of years of discretion and of sound mind” suicide (v.) = “to commit suicide”
English	Merriam-Webster (2003b)	suicide (n.) = “the act or an instance of taking one’s own life voluntarily and intentionally ” suicide (v.) = “to commit suicide”
English	Chambers (2003)	suicide (n.) = “the act or an instance of killing oneself deliberately , usually in the phrase commit suicide”

English	Macmillan (2007)	suicide (n.) = “the action of deliberately killing yourself”
English	American Heritage (2022)	suicide (n.) = “the act or an instance of intentionally killing oneself” suicide (v.) = “to kill oneself; die by suicide”
English	Merriam-Webster (2022a)	suicide (n.) = “the act or an instance of taking one’s own life voluntarily and intentionally ” suicide (v.) = “to commit suicide”
English	Oxford (2022)	suicide (n.) = “the act of killing yourself deliberately ”
English	Cambridge (2022)	suicide (n.) = “the act of killing yourself intentionally ”
English	Collins (2022)	suicide (n.) = “the act or an instance of killing oneself intentionally ”
English	Macmillan (2022)	suicide (n.) = “the action of deliberately killing yourself”
French	Larousse (2010)	suicide (n.) = “acte de se donner soi-même la mort” [the act of giving death to oneself] se suicider (v.) = “se donner volontairement la mort” [to give death to oneself voluntarily]
French	Larousse (2022)	suicide (n.) = “acte de se donner volontairement la mort” [the voluntary act of giving death to oneself] se suicider (v.) = “se donner la mort; se tuer, se supprimer” [to give death to oneself; to kill oneself, to eliminate oneself]
French	Universalis (2022)	suicide (n.) = “action de quelqu’un qui se donne lui-même la mort” [the action of who gives death to oneself] se suicider (v.) = “se donner volontairement la mort” [to give death to oneself voluntarily]

French	<i>Cordial</i> (2019)	suicide (n.) = “action de quelqu'un qui se donne lui-même la mort” [the action of who gives death to oneself] se suicider (v.) = “se donner volontairement la mort” [to give death to oneself voluntarily]
German	<i>Duden</i> (2022)	Selbstmord (n.) = “das Sich-selbst-Töten; vorsätzliche Auslöschung des eigenen Lebens” [killing oneself; willful annihilation of one’s own life] Selbstmord begehen (v.) = “sich selbst vorsätzlich töten” [to kill yourself intentionally]
German	<i>Union der Deutschen Akademien der Wissenschaften</i> (2022)	Selbstmord (n.) = “ vorsätzliches Beenden des eigenen Lebens durch aktives Zufügen einer tödlichen Selbstverletzung, Einnahme einer tödlichen Substanz o. Ä.; Beendigung des eigenen Lebens durch passives Unterlassen lebensnotwendiger Maßnahmen bzw. Veranlassen, dass diese unterbleiben” [willfully ending one’s own life by actively causing fatal self-harm, ingesting lethal substance or similar; ending one’s own life by passively failing to take vital measures or causing them not to be taken]

Italian	Treccani (2022)	suicidio (n.) = “il fatto, l’atto di togliersi deliberatamente la vita” [the fact, the act of deliberately taking one’s life] suicidarsi (v.) = “togliersi deliberatamente la vita (sinon. più specifico di <i>uccidersi</i> , in quanto sottolinea esplicitamente la volontarietà)” [to take one’s own life deliberately (more specific synonym of self-killing, as it explicitly emphasizes voluntariness)]
Italian	Corriere (2018)	suicidio (n.) = “gesto di chi si toglie volontariamente la vita” [the gesture of one who voluntarily take one’s own life] suicidarsi (v.) = “togliersi la vita” [to take one’s own life]
Russian	Ozhegov (2022)	samoubiĭstvo (n.) = “ namerennoye lisheniye zhizni” [intentional deprivation of life]
Russian	Efremova (2022)	samoubiĭstvo (n.) = “ namerennoye lisheniye sebya zhizni” [intentional deprivation of one’s own life]
Russian	Kuznetsov (1998)	samoubiĭstvo (n.) = “ namerennoye lisheniye sebya zhizni” [intentional deprivation of one’s own life]
Russian	Ozhegov e Shvedova (2022)	samoubiĭstvo (n.) = “ namerennoye lisheniye sebya zhizni” [intentional deprivation of one’s own life]

10 dictionaries that do not refer to suicide as intentional		
Language	Author	Definition
Portuguese	Aurélio (2004)	suicídio (n.) = “ato ou efeito de suicidar-se” [the act or the effect of to suicide] suicidar-se (v.) = “dar a morte a si próprio” [to give death to oneself]
Portuguese	Houaiss (2009)	suicídio (n.) = “ato ou efeito de suicidar-se” [the act or the effect of to suicide] suicidar-se (v.) = “pôr termo à própria vida; matar-se” [to put an end to one’s own life; to kill oneself]
Portuguese	Michaelis (2022)	suicídio (n.) = “ato ou efeito de suicidar-se” [the act or the effect of to suicide] suicidar-se (v.) = “pôr termo à própria vida; cometer suicídio, matar-se” [to put an end to one’s own life; to commit suicide, to kill oneself]
Portuguese	Aulete (2022)	suicídio (n.) = “ação ou resultado de suicidar-se” [the action or the result of to suicide] suicidar-se (v.) = “acabar com a própria vida; matar-se” [to end one’s own life; to kill oneself]
Portuguese	Priberam (2022)	suicídio (n.) = “ato ou efeito de se suicidar ou de tirar a própria vida” [the act or the effect of to suicide or of to take one’s own life] suicidar-se (v.) = “tirar a sua própria vida” [to take one’s own life]

Portuguese	Infopédia (2022)	suicídio (n.) = “ato ou efeito de suicidar-se; morte dada a si mesmo” [the act or the effect of to suicide; the death given to oneself] suicidar-se (v.) = “dar morte a si mesmo” [to give death to oneself]
Portuguese	Dicio (2022)	suicídio (n.) = “ação de acabar com a própria vida, de se matar” [the action of ending one’s own life, of killing oneself] suicidar-se (v.) = “matar-se ou acabar com a própria vida” [to kill oneself or to end one’s own life]
English	Longman (2022)	suicide (n.) = “the act of killing yourself”
French	Littre (2009)	suicide (n.) = “action de celui qui se tue lui-même” [the action of who kill oneself] se suicider (v.) = “se donner la mort à soi-même” [to give death to oneself]
French	<i>Académie Française</i> (2022)	suicide (n.) = “action de celui qui se tue lui-même” [the action of who kill oneself] se suicider (v.) = “se tuer” [to kill oneself]

Source: made by the author, according to the dictionaries

While none of the Portuguese language dictionaries link suicide to intentionality, 2 of them adopt an emphatic, almost redundant stance. In English, however, Merriam-Webster (2003a) characterizes suicide as voluntary and intentional. Further on, Collins (2006) states that suicidal people deliberately kill themselves because they do not want to continue living. Such positions appear to reflect the arguments of Quadrants 1 and 4 (especially Q1.3 and Q4.1), as both claim that suicide is clearly an intentional act.

The dictionary by the *Union der Deutschen Akademien der Wissenschaften* (2022) is the only included one that represents an active and a passive dimensions of intentionality. It understands that suicide implies an active movement of inflicting on oneself fatal mutilation, ingestion of lethal substance or something similar, but also the “non” movement of failing to take vital measures or causing them not to be taken. This double reference was probably a way of incorporating part of the definition proposed by Durkheim (2005), for whom suicide results directly or indirectly from an act, positive or negative, performed by the victims themselves and that they knew would produce that result.

As for the lexical choices, the reference to intentionality was repeated, in 6 languages, by items equivalent to “intentional”, “voluntary” and “deliberate”, as well as by the adverbs based on such terms. A thesaurus query demonstrates the semantic proximity between those words (see Table 3).

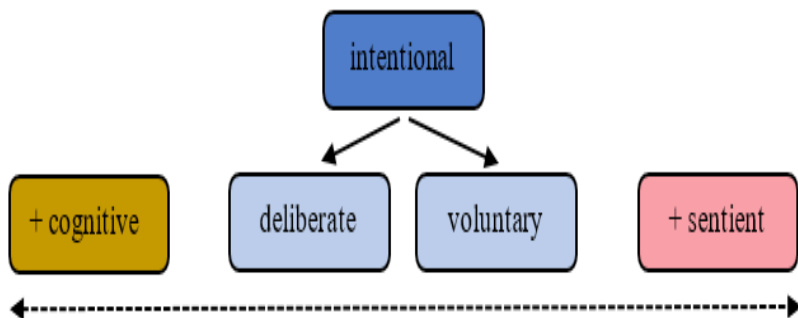
Table 3: Synonymy between “intentional”, “voluntary” and “deliberate”

Intentional (adjective)	Voluntary (adjective)	Deliberate (adjective)
- Single definition: “made, given, or done with full awareness of what one is doing” - Synonyms: “conscious, deliberate, intended, knowing, purposeful, purposive, set, voluntary, willed, willful (or wilful), witting”	- Single definition: “done, made, or given with one’s own free will” - Synonyms: “freewill, self-imposed, uncoerced, unforced, volitional, volunteer, willing”	- Definition #2: “made, given, or done with full awareness of what one is doing” - Synonyms: “conscious, intended, intentional, knowing, purposeful, purposive, set, voluntary, willed, willful (or wilful), witting”

Source: made by the author, based on Merriam-Webster (2022b)

Trying to advance in the description of this synonymy, it seems plausible to assume that, regarding the suicide-intentionality binomial, “intentional” is a hypernym of “voluntary” and “deliberate”, that is, it represents a type that encapsulates the other two adjectives. As for these, it seems that “voluntary” is closer to the sentient aspect of consciousness (feeling like committing suicide) and “deliberate” closer to the cognitive aspect (deciding to commit suicide) (see Figure 2).

Figure 2: A fuzzy synonymy between “intentional”, “voluntary” and “deliberate”



Source: made by the author, according to Pereira Júnior (2016) and Merriam-Webster (2022b)

In this sense, it is possible that some people intend to hurt themselves more because they feel like it and less because they have reached a high level of analysis, planning and related operations; whereas other persons also have the intention of harming themselves, but more because of a process of knowing options, formulating plans, not so much of feeling like it.

An intuitive typology of suicide allows one to visualize how the adjectives “intentional”, “voluntary” and “deliberate” come closer or distant. Depressive suicidal people feel the urge to kill

themselves or eliminate their unbearable suffering. Euthanasic patients also want to die to end the pain, but such pain seems to be caused by illness or old age, not precisely because they hate themselves. Lone wolf suicide terrorists who attack the school where they studied and were bullied at have more of a desire to kill people than to die. Suicide bombers of so-called Islamic groups want very much to kill enemies for revenge, but also dream of dying to receive heroic treatment in the last moments of life and alleged rewards in the afterlife.

Conclusion

Confirming the hypothesis, this study come to the conclusion that it is not feasible to include intentionality in the definition of suicide, as neither the theoretical arguments nor the dictionaries nor the conjunction of both types exhibit sufficient consensus. Therefore, the decision should be made by each researcher or professional, according to specific interests. When the phenomenon is already pre-defined as intentional, it is assumed that every suicidal person wanted to die, which creates a number of theoretical and methodological difficulties.

On the one hand, it is believed that this narrative review of theoretical arguments and integrative review of definitions of suicide represent a relevant contribution to linguists and suicidologists, both in the broad sense of demonstrating the importance of linguistic and interdisciplinary research for Suicidology, and in the specific use of the provided sources as inputs for new studies.

On the other hand, the main limitations of the present study might be the use of a narrative and integrative rather

than a systematic review, as well as the difficulties caused by the author's limitations and by the conflicts in or between the selected arguments. It does not seem clear enough to what degree the selection and interpretation of sources were biased, considering that suicide tends to be a highly passionate, complex object of inquiry.

Given the gaps shown in this paper, some opportunities for future work are partnering with other linguists, as well as experts in mental health, security and related categories; determining more precise inclusion and exclusion criteria, both in the collection of theoretical works and of dictionaries; performing robust quantitative analysis, based on statistical concepts and techniques; and advancing from exploratory to descriptive and explanatory methodologies, by clarifying, for example, whether it is the researchers who most influence the lexicographers or the opposite, in addition to why none of the Portuguese dictionaries referred to suicide as intentional.

Despite the several limitations of this paper, the results allow one to glimpse some relevant implications. As for researchers interested in the phenomenon of suicide, they should understand that the definition of this object is important and not obvious. It is recommended to consult more than one dictionary and in different languages; not to select a definition just because the author is an internationally recognized institution or due to personal preferences about certain works; and to compare the dictionaries to specific academic works on suicide, intentionality and other relevant categories. Regarding the implications for dictionary makers, the foreign lexicographers should follow the Brazilian ones, that is, stop attributing the category of intentionality to suicide. It is of paramount importance for comprehension and intervention to reflect on the risks of confusing suicidological studies and increasing lay people's mental suffering.

References

ACADÉMIE FRANÇAISE. **Dictionnaire de L'Académie Française**. [S.l.]: AF, 2022. Available at: <https://cutt.ly/8ScgK3Q>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

AMERICAN HERITAGE. **The American heritage dictionary of the English language**. [S.l.]: HarperCollins, 2022. Available at: <https://ahdictionary.com/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

AULETE, F.J.C. **Dicionário online Caldas Aulete**. [S.l.]: Lexikon, 2022. Available at: <https://www.aulete.com.br/in->. Accessed on: 18 Feb. 2022.

AURÉLIO. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. [S.l.]: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

BARSALOU, L.W. Perceptual symbol systems. **Behavioral & Brain Sciences**, [S.l.], v. 22, n. 4, p. 577-660, 1999. Available at: <https://cutt.ly/BSckvY3>. Accessed on: 12 Dec. 2021.

BENOIT, J-F. **Proposition de définition des suicides**. 2016. 70 f. Doctoral dissertation (Doctorate in Psychology) — L'Université du Québec, Trois-Rivières, 2016. Available at: <https://cutt.ly/AzKF70t>. Accessed on: 4 Mar. 2021.

BLACKBURN, S. **The Oxford dictionary of philosophy**. [S.l.]: Oxford University Press, 2008. Available at: <https://cutt.ly/rSckIdO>. Accessed on: 5 Nov. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Brasília: Presidência da República, 1940. Available at: <https://cutt.ly/OSckAI2>. Accessed on: 4 Nov. 2021.

CAMBRIDGE. **Cambridge English dictionary**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2022. Available at: <https://cutt.ly/JScg4Bp>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

CANADIAN BLOOD SERVICES; WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International guidelines for the**

determination of death: phase I. Montreal: CBS; WHO, 2012. Available at: <https://cutt.ly/5SckJPC>. Accessed on: 17 Dec. 2021.

CARTER, C. **Science and the near-death experience:** how consciousness survives death. [S.l.]: Inner Traditions, 2010.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Facts about suicide.** [S.l.]: CDC, 2022. Available at: <https://cutt.ly/YSckLg1>. Accessed on: 7 Jan. 2022.

CHOLBI, M. **The Stanford encyclopedia of Philosophy.** [S.l.]: Stanford University, 2021. Available at: <https://cutt.ly/4SckBaQ>. Accessed on: 10 Nov. 2021.

COLLINS. **Collins English dictionary.** [S.l.]: Collins, 2022. Available at: <https://cutt.ly/nSchylp>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

COLLINS. **Collins COBUILD advanced learner’s English dictionary.** [S.l.]: HarperCollins, 2006. 1 CD-ROM.

CORDIAL. **Dictionnaire Cordial.** [S.l.]: Synapse Développement, 2022. Available at: <https://cutt.ly/5SchpAe>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

COSTA, R.V.S. Definir, entender, intervir: análise comparativa de definições de “suicídio” em 6 línguas naturais. *In*: MISSIAS-MOREIRA, R.; SEQUEIRA, C.A.; CARVALHO, J.C. (Eds.). **International handbook for the advancement of public health policies:** psychosocial aspects and mental health policies. Porto: Publicações ESS, 2021. Cap. 4. p. 63-75. Available at: <https://cutt.ly/QV8M9eo>. Accessed on: 4 Mar. 2021.

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DAUBE, D. The linguistics of suicide. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, [S.l.], v. 7, p. 132-182, 1972. Available at: <https://cutt.ly/iSck0Uw>. Accessed on: 1 Nov. 2021.

DICIO. **Dicionário online de português**. [S.l.]: 7Graus, 2022. Available at: <https://www.dicio.com.br/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

DUDEN. **Wörterbuch**. [S.l.]: Bibliographisches Institut GmbH, 2022. Available at: <https://cutt.ly/4SchEnD>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

DURKHEIM, É. **Suicide: a study in Sociology**. London: Routledge, 2005. Available at: <https://cutt.ly/IScleq7>. Accessed on: 2 Feb. 2022.

EFREMOVA. T.F. **Tolkovyy slovar' russkogo yazyka**. [S.l.]: Chto Oznachayet, 2022. Available at: <https://cutt.ly/wAiQpme>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

EINHEUSER, I. Inner and outer truth. **Philosopher's Imprint**, [S.l.], v. 12, n. 10, p. 1-22, 2012. Available at: <https://cutt.ly/IScliiB>. Accessed on: 15 Jan. 2022.

EPICURUS. **Letter to Menoeceus**. [S.l.]: Manchester University, 1926. Available at: <https://cutt.ly/uScIf3d>. Accessed on: 1 Nov. 2021.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, B. N.; JOHNSON, C. D.; ADAMS, A. Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. **Journal of Chiropractic Medicine**, [S.l.], v. 5, n. 3, 101-117, 2006. Available at: <https://cutt.ly/ISclEjJ>. Accessed on: 15 Nov. 2021.

HARMER, B.; LEE, S.; DUONG, T.H. SAADABADI, A. **Suicidal ideation**. [S.l.]: StatPearls, 2022. Available at: <https://cutt.ly/sScIPCu>. Accessed on: 6 Dec. 2021.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss**. Version 3.0. [S.l.]: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

INFOPÉDIA. **Dicionário de língua portuguesa**. [S.l.]: Porto, 2022. Available at: <https://cutt.ly/GSchFvH>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KUSNETSOV, S.A. **Bol'shoy tolkovyy slovar' russkogo yazyka**. Sankt-Peterburg: Norint, 1998. Available at: <http://gramota.ru/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

LAROUSSE. **Dictionnaire de français**. [S.l.]: Larousse, 2022. Available at: <https://cutt.ly/sSch1Ev>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

LAROUSSE. **Le Petit Larousse Multimedia**. [S.l.]: Larousse, 2010. 1 CD-ROM.

LITTRÉ, É. **Dictionnaire Le Littré**. [S.l.]: Redon, 2009. 1 CD-ROM.

LOMMEL, P. **Consciousness beyond life: the science of the near-death experience**. [S.l.]: HarperOne, 2011.

LONGMAN. **Longman dictionary of contemporary English**. [S.l.]: Pearson, 2022. Available at: <https://www.ldoceonline.com/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

MACMILLAN. **Macmillan English Dictionary**. [S.l.]: Macmillan, 2022. Available at: <https://cutt.ly/iSch3nU>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

MACMILLAN. **English dictionary for advanced learners**. [S.l.]: Macmillan, 2007. 1 CD-ROM.

MAYER, F.A. **A importância das coisas que não existem: a construção e referenciação de conceitos de cor por pessoas com cegueira congênita**. 2016. 284 f. Dissertation (Doctorate in Linguistics) – Postgraduate Program in Portuguese Language and Literatures, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Available at: <https://cutt.ly/iSc1CBQ>. Accessed on: 7 Dec. 2021.

MERRIAM-WEBSTER. **Merriam-Webster's dictionary**. [S.l.]: Merriam-Webster, 2022a. Available at: <https://www.merriam-webster.com/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

MERRIAM-WEBSTER. **Merriam-Webster's thesaurus**. [S.l.]: Merriam-Webster, 2022b. Available at: <https://www.merriam-webster.com/thesaurus>. Accessed on: 1 Mar. 2022.

MERRIAM-WEBSTER. **Merriam-Webster's collegiate dictionary**. [S.l.]: Merriam-Webster, 2003a. 1 CD-ROM.

MERRIAM-WEBSTER. **Merriam-Webster's unabridged dictionary**. [S.l.]: Merriam-Webster, 2003b. 1 CD-ROM.

MICHAELIS, H. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. [S.l.]: Melhoramentos, 2022. Available at: <https://michaelis.uol.com.br/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

MOLINER, M. **Diccionario de uso del español**. [S.l.]: Gredos, 2008. 1 CD-ROM.

NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH. **Suicide**. [S.l.]: NIMH, 2019. Available at: <https://cutt.ly/tScxkq9>. Accessed on: 6 Dec. 2021.

OZHEGOV, S. I. **Tolkovyy slovar' Ozhegova**. [S.l.]: Chto Oznachayet, 2022. Available at: <https://cutt.ly/wAiQpme>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

OZHEGOV, S. I.; SHVEDOVA, N. Y. **Tolkovyy slovar russkogo yazyka**. [S.l.]: Chto Oznachayet, 2022. Available at: <https://cutt.ly/5NTUbVJ>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

OXFORD. **Oxford advanced learner's dictionary**. [S.l.]: Oxford University Press, 2022. Available at: <https://cutt.ly/QScj1V6>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

OXFORD. **Concise Oxford English dictionary**. [S.l.]: Oxford University Press, 2004. 1 CD-ROM.

PATIAS, N.D.; HOHENDORFF, J. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia em Estudo**, [S.l.], v. 24, p. 1-14, 2019. Available at: <https://cutt.ly/rScxPWQ>. Accessed on: 10 Nov. 2021.

PEREIRA JÚNIOR, A. **Monismo de Triplo Aspecto: uma Filosofia interdisciplinar para o séc. XXI**. [S.l.]: Research Gate, 2016. Available at: <https://cutt.ly/3Scuqa>. Accessed on: 1 Nov. 2021.

PESSOA, F. **Poems of Fernando Pessoa**. [S.l.]: City Lights, 1998. Available at: <https://cutt.ly/7ScplA>. Accessed on: 1 Nov. 2021.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da língua portuguesa**. [S.l.]: Priberam, 2021. Available at: <https://dicionario.priberam.org/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. [S.l.]: RAE, 2021. Available at: <https://dle.rae.es/>>Accessed on: 18 Feb. 2022.

SEARLE, J.R. The intentionality of intention and action. **Inquiry**, [S.l.], n. 22, p. 253-280, 1979. Available at: <https://cutt.ly/mSczb3>. Accessed on: 22 Dec. 2021.

SHNEIDMAN, E. Suicide as psychache. **The Journal of Nervous and mental disease**, [S.l.], v. 181, n. 3, p. 145-147, 1993. Available at: <https://cutt.ly/iScOIi>. Accessed on: 2 Nov. 2021.

SHNEIDMAN, E. **Definition of suicide**. Los Angeles: Rowman & Littlefield, 1985.

SILVERMAN, M.M. The language of Suicidology. **Suicide and Life-threatening Behavior**, [S.l.], v. 36, n. 5, p. 519-532, out. 2006. Available at: <https://cutt.ly/xzKSTdj>. Accessed on: 14 Nov. 2021.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Available at: <https://cutt.ly/QScSe4>. Accessed on: 1 Nov. 2021.

TRECCANI, G. **Vocabolario**. [S.l.]: Treccani, 2022. Available at: <https://cutt.ly/sSckiAi>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

UNION DER DEUTSCHEN AKADEMIEN DER WISSENSCHAFTEN. **Digitales Wörterbuch der deutschen Sprache**. [S.l.]: Berlin-Brandenburgischen Akademie der Wissenschaften, 2022. Available at: <https://www.dwds.de/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

UNIVERSALIS. **Dictionnaire Cordial**. [S.l.]: Universalis, 2022. Available at: <https://www.universalis.fr/dictionnaire/>. Accessed on: 18 Feb. 2022.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. New York: Macmillan, 1958.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Suicide**. [S.l.]: WHO, 2019. Available at: <https://cutt.ly/8Qeqhor>. Accessed on: 10 Nov. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a resource for primary health care workers**. Geneva: WHO, 2000. Available at: <https://cutt.ly/iScvw1Y>. Accessed on: 13 Dec. 2021.

ZADEH, L. Fuzzy sets. **Information and Control**, [S.l.], v. 8, p. 338-353, 1965. Available at: <https://cutt.ly/SScvuOf>. Accessed on: 1 Nov. 2021.

Autoextermínio: um ato (in)consciente?

Lílian Ramires Costa*

Mônica Baêta Neves Pereira Diniz**

*Ela se jogou da janela do quinto andar, nada fácil de entender...****

Resumo

Neste artigo, trazemos um ponto de vista sobre o autoextermínio, estruturando-o como um diálogo entre as concepções de (in)consciente, racionalidade, espelhamento e afeto. Para tanto, tomamos por base as teorias de Nagel (2005), Mari (2021), Durkheim (2000), Mari e Silveira (2021), tal como os estudos de Freitas (1989), Aragão Neto (2019), Arcoverde e Soares (2012), entre outros, observando aspectos relevantes sobre a (in)consciência e sua associação com o suicídio, bem como confrontando-o a situações da realidade, ponderando se uma pessoa, ao praticar (concretamente) o autoextermínio, estaria consciente (ou não) de sua ação. Justificamos esta pesquisa por nossa incontida dúvida de ser ou não possível iluminar esse território desconhecido que nos chamou a atenção e nos instigou na feitura deste texto. Não apontamos conclusões definitivas para nossas discussões, mas abrimos a mente a novas possibilidades de análise acerca do tema, assim como apresentamos contribuições para o desenvolvimento de uma rica reflexão, posto que em nossos achados tanto é possível que o autoextermínio seja um ato consciente quanto inconsciente.

Palavras-chave: Autoextermínio; consciência; racionalidade; espelhamento; afeto.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3619-528X>.

** Doutoranda do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7687-2038>.

*** *Pais e Filhos*, letra e música de autoria de Eduardo Dutra Villa Lobos, Marcelo Augusto Bonfá e Renato Manfredini Júnior (nome artístico Renato Russo). Canção do álbum “As Quatro Estações” – quarto álbum de estúdio da banda de rock brasileira Legião Urbana, lançado em 1989.

Autoexterminio: ¿Un Acto (In) Consciente?

Ella se tiró de la ventana del quinto piso, nada fácil de comprender...

Resumen

En este artículo, traemos un punto de vista acerca del autoexterminio, estructurando a él como un diálogo entre las concepciones de (in)consciente, racionalidad, espejamiento y afecto. Para eso, sobre la base de las teorías de Nagel (2005), Mari (2021), Mari & Silveira (2021), Durkheim (2000), así como estudios de Freitas (1989), Arcoverde & Soares (2012), Aragão Neto (2019), en medio a otros, observando aspectos relevantes acerca de la (in)consciencia y su asociación con el suicidio, así como confrontando a situaciones de la realidad, ponderando si una persona, al practicar (concretamente) el autoexterminio sería consciente (o no) de su acción. Justificamos esta investigación por nuestra incontenible duda de que sea o no posible iluminar este territorio desconocido que llamó nuestra atención y nos instigó en la redacción de este texto. No apuntamos a conclusiones definitivas para nuestras discusiones, pero abrimos la mente a nuevas posibilidades de análisis acerca del tema, así como presentamos aportes al desarrollo de una rica reflexión, ya que en nuestros hallazgos es posible que el autoexterminio sea un acto consciente o inconsciente.

Palabras clave: Autoexterminio; consciencia; racionalidad; espejamiento; afecto.

Recebido em 30/04/2022. // Aceito em 01/10/2022.

Introdução

Thomas Nagel (2005), em seu instigante texto *Como é ser um morcego?*¹, foi o autor que inicialmente deflagrou em nós algumas ponderações e discussões, quando assevera, no início de seu trabalho, que hoje ainda não temos nenhuma ideia, não somos capazes de conceber, com clareza, uma explicação em termos físicos para o fenômeno mental. Nas palavras do analista do discurso Hugo Mari (2021), esse texto é uma reflexão sobre as possibilidades de acesso à experiência de um sujeito, acesso esse promovido pelo experienciador ou por outro sujeito que o observa. E, ainda discorrendo sobre o texto, Mari assinala com propriedade seus aspectos mais relevantes e apresenta autores que refletiram sobre uma teoria da consciência. Fala-nos, ainda, que, em algum momento da existência de um organismo, ao agir, esta ação passou pelo processo da consciência.

Vale ressaltar que, sobressaindo-se em meio às reflexões e produções textuais estudadas, e sendo motivadora do presente trabalho, a asserção de Mari e Silveira (2021) aborda que:

[...] a consciência não é uma questão simples, porque estaríamos diante de nós mesmos, olhando nossa imagem refletida num suposto espelho, tentando desvendar segredos de nossa existência, sem que esse espelho seja capaz de revelar uma parte essencial do que somos e que permanece nas sombras. (MARI e SILVEIRA, 2021).

Mari e Silveira (2021) estão pareados com o filósofo da ciência David John Chalmers (1998, p. 10), citado por Sousa (2017, p. 237), pois: “quando pensamos e percebemos, há

¹ O artigo “What Is It Like to Be a Bat?”, escrito por Thomas Nagel, foi originalmente publicado em: *The Philosophical Review* LXXXIII, 4, p. 435-450, out. 1974.

uma grande quantidade de processamento de informação, mas também há um aspecto subjetivo”. E corroboram tais aspectos as palavras de Sousa (2017, p. 235) de “que a ciência empírica ainda não deu conta dos mistérios que envolvem o aspecto fenomênico da consciência”.

Sousa (2017, p. 237) explicita os estudos de Chalmers na área e o aponta como sendo quem introduziu, em 1995, “um elemento novo no debate sobre a consciência”. De modo que é a incontida dúvida de ser ou não possível iluminar esse “território” desconhecido que nos chamou a atenção e nos instigou nesta escrita. Por isso, na sequência reflexiva e valendo-nos de estudos embasados, abordaremos outro dorido aspecto da existência humana – o autoextermínio –, a dialogar com algumas assertivas trazidas pelos autores destacados, respaldadas por estudos multidisciplinares publicados.

Se a consciência “ainda é esse território um tanto sombrio a requerer luz” (MARI e SILVEIRA, 2021), as apreciações aqui externadas também tratam de um campo que motiva e movimenta inúmeros autores, de distintos campos do saber, a refletir sobre suas causas – todos, no entanto, ainda distantes do encontro certo de respostas, como bem aponta Sousa (2017, p. 242) em seu artigo “O dualismo mente-corpo compatível com a concepção científica do mundo no pensamento de Chalmers”, no qual disserta sobre as teorias de Chalmers acerca do tema: “há uma busca por respostas para aquilo que ainda permanece um mistério”.

Portanto, é sobre a convergência dessas incertezas e no diálogo com as ponderações sobre a (in)consciência e o que permeia (ou não) o ato de um(uma) suicida que este artigo se estrutura.

No afã de tentarmos iluminar esse território (ainda) desconhecido e, quiçá, apontar possíveis caminhos – ainda que não seja por meio das respostas que muitos buscam, mas tendo por respaldo Damásio (1994), Pereira Júnior (1994), Freitas (1989), autores que discutem o tema na atualidade, bem como os gregos que a pensaram como razão, espírito, intelecto –, trabalhamos neste artigo de tal forma a sentirmo-nos aptas a responder à pergunta que dá título a este trabalho, promovendo a articulação entre: a) consciência; b) autoextermínio (e suas prováveis causas); c) inconsciência e os itens anteriores; d) racionalidade; e) afetividade; f) emoção.

Consciência

Segundo Jacqueline Russ (1994), a definição geral do termo “consciência” vem do latim *conscientia*, significando conhecimento partilhado com um outro. No sentido psicológico e intelectual, é o conhecimento, a intuição ou o sentimento – parcialmente claro e nítido – que o sujeito possui de si, de seus estados e de seus atos; quanto ao sentido moral, é a capacidade humana de aquilatar, avaliar, mensurar o certo e o errado, formular juízos éticos sobre o bem e o mal.

Como “dado imediato”, Gérard Durozoi e André Roussel (1993) indicam no Dicionário de Filosofia que o vocábulo “consciência” define a “presença vivida do indivíduo em si mesmo, com relação ao mundo”. Esses autores afirmam que, enquanto a filosofia clássica considera naturalmente o indivíduo consciente “transparente para si mesmo”, a reflexão contemporânea, desde o século XIX, contesta esse domínio do espírito sobre o conjunto de suas emoções.

Neste século XXI, a temática a respeito do suicídio propagou-se como um desafio para a compreensão humana, ainda abarcando uma perspectiva quase consensual da dificuldade de seu tratamento; e, para além das correntes filosóficas, é estudada por disciplinas técnico-científicas, tais como Medicina Legal, Perícia em locais de suicídio etc.

A atividade consciente é complexa, abrangendo a percepção, a cognição, a emoção (o afeto) e a ação; outras, no entanto, integram as abordagens feitas sobre o tema e focalizam uma dessas funções; outras, por sua vez, integram as abordagens – como mostram os estudos de Sousa (2017) e Pereira Júnior (2017), citados à frente.

Conforme Mari (2021), entre os estudiosos do consciente ou da mente-corpo, há os que apontam os processos conscientes, os quais são alcançados apenas pelo sujeito que o experiencia; e há outros que afirmam que esse obstáculo pode ser transposto por meio da exposição do relato para outro sujeito, permitindo-se, assim, a imaginação da experiência na perspectiva da primeira pessoa (o experienciador, ou seja, *per si*), por ele.

Sousa (2017), ao explicitar seus estudos de Chalmers, faz-nos ver a dualidade mente-corpo nos problemas da consciência apontados pelo pesquisador. Vejamos:

Chalmers considera que os “fáceis” problemas [da] consciência são respondidos pela psicologia e neurociência e que as diversas pesquisas atuais sobre a consciência estão todas voltadas para os problemas “fáceis”. Esses problemas envolvem a capacidade de explicar como discriminamos, categorizamos e reagimos a estímulos ambientais, como ocorre a reportabilidade dos estados mentais, a capacidade de um sistema de acessar seus próprios estados internos, a distinção entre sono e vigília etc. Para Chalmers, há uma multiplicidade de abordagens e experimentos

empíricos que oferecem explicações apropriadas para uma grande demanda de questionamentos, mas todos eles envolvendo apenas problemas que estão inseridos no problema “fácil” da consciência. (grifos nossos) (SOUSA, 2017, p. 237-238).

Ainda segundo Sousa (2017), a grande diferença nos estudos de Chalmers em relação aos demais (como por exemplo, António R. Damásio² ou Osório R. Santos³), que têm como escopo a busca dos mistérios da consciência, reside no fato de Chalmers ter trazido à luz o que denomina de “problema difícil da consciência”, conceito que “envolve o porquê de nossas experiências neurológicas virem acompanhadas por uma vivência interna” (p. 237); portanto, há uma “dificuldade de explicar as sensações qualitativas, comumente designadas por qualias⁴ (qualidades fenomênicas)”.

Concomitantemente, Sousa (2017) segue nos explicando que, para Chalmers, “os mais recentes trabalhos que tentam abordar questões acerca da consciência não conseguem dar conta da parte mais difícil do problema por meio de métodos reducionistas”, fazendo, então, com que seja dada uma direção para o que vem a ser “problema difícil” em se tratando de consciência, ou seja, para ser explicado “problema difícil” implica lidarmos com “estados qualitativos da experiência, os qualias [lembrando que] a ciência e a filosofia ainda não foram capazes de nos dar uma explicação satisfatória para a noção de qualia”. (p. 238).

Mari (2021) destaca o pensamento de Nagel no texto mencionado na Introdução (“Como é ser um morcego?”), o

2 Que reuniu suas ideias em um livro lançado em 2010, *Self comes to mind: constructing the conscious mind*, traduzido ao português como *E o cérebro criou o homem*, publicado em 2011.

3 Psicanalista e autor do livro *Acaso premeditado: ensaio sobre a consciência e o mistério da vida* (publicado em 2021).

4 Qualia é um termo usado na Filosofia que define as qualidades subjetivas das experiências mentais conscientes.

qual coloca a questão da consciência imbricada com a relação mente/corpo, levando a discussão atual para o campo dos processos neurofisiológicos, de modo que o debate sobre os processos mentais os coloca em nexos causal com os estados cerebrais, intervindo no comportamento humano. Segundo Mari (2021), Nagel não discorda integralmente de tal posição, mas é contundente ao defender que os componentes de ordem subjetiva sejam avaliados, discordando do enfoque prevalecente da objetividade e do reducionismo.

Outro ponto relevante para o diálogo aqui proposto é a assertiva de Nagel (1974), destacando autores que descartam as emoções como estados conscientes, e a reflexão de Mari (2021) sobre não existir unanimidade quanto a esse entendimento, porque tais estados mentais se cruzam, também, com estados não intencionais. E, especificamente nesse aspecto, Mari (2021) está ratificando o que Sousa (2017) e Chalmers nos apontam acerca do “problema difícil” – cunhado por Chalmers. Explicita-se no texto de Sousa (2017) que o “problema difícil” é aquele que “questiona o aspecto causal de nossa consciência, ou seja, [reflete] como um processo físico pode causar experiências subjetivas e se há possibilidade de um inconsciente autônomo executar processos cerebrais”. (SOUSA, 2017, p. 237).

Outro enfoque de interesse é trazido por Pereira Jr. (2021), ao destacar que a maior parte da atividade cerebral é inconsciente e as teorias neurobiológicas da consciência precisam apresentar critérios que diferenciem os mecanismos dos processos conscientes dos relativos aos processos inconscientes, ou seja, os tipos de funções cerebrais que suportam os processos conscientes. Segundo o autor, estudos foram realizados mostrando que, durante a evolução das espécies, o funcionamento cerebral veio

se processando de forma distribuída entre cada subsistema, não existindo, assim, uma sede para a consciência; há que se “considerar a complexidade estrutural e funcional do cérebro” (PEREIRA JR., 2021, p. 11).

Sousa (2017, p. 242) nos diz que “para resolvermos questões difíceis sobre a consciência devemos nos basear na ciência empírica, na filosofia e na própria intuição”, como o fez Damásio (1994) em seus estudos, os quais resultaram na obra *O erro de Descartes – emoção, razão e o cérebro humano*, citada à frente.

Segundo Mondin (1980), a reflexão filosófica sobre o corpo humano está presente em quase toda a história do nosso pensamento; à exceção dos existencialistas, os filósofos não consideram o corpo em si mesmo, vendo-o sempre em relação com a alma. O corpo é uma realidade física, material, mas ele não pode ser reduzido a uma “coisa”, a uma máquina com leis mecânicas calculáveis – “entendimento” que durante um período vigorou, levando os estudiosos a aplicarem sobre ele, corpo, o método experimental (a partir de Descartes até Pavlov e Watson), apropriado ao estudo de coisas materiais.

Desde o início do século XX, são reconhecidas, consoante Mondin (1980), além da forma científica do saber, a existência de formas extracientíficas, como as compreensivas, antes das explicativas. E, seguindo o exemplo de Wilhelm Christian Ludwig Dilthey, nas discussões filosóficas, há a distinção entre o “explicar” (*erklären*) e o “compreender” (*verstehen*), o reconhecimento de que “para a natureza pode dar-se uma explicação, mas afirma-se que a vida pode ser somente compreendida” (MONDIN, 1980, p. 15). Ademais, acrescentaríamos, nos moldes do que explicita Chalmers, citado por Sousa (2017): a vida pode ser também

experienciada e esse é exatamente o ponto fulcral para se alcançar os meandros da consciência humana, em seus aspectos não mensuráveis pela neurociência ou formas outras do saber contemporâneo.

Seguindo com Mondin (1980), temos que a aplicação dos distintos métodos para o estudo do corpo deu gênese a, também, dois enfoques sobre o fenômeno da corporeidade: a consideração científica que o estuda como objeto, como corpo situado no mundo, e a fenomenológica, que considera como o corpo é sentido, experimentado, vivido.

Em decorrência desses enfoques, no estudo da somaticidade (retomando a expressão *homo somaticus*⁵ do tempo de São Paulo e Filão Alexandrino) dois aspectos devem ser considerados: o corpo como realidade física que se descobre em sua “estrutura coisal objetiva” e o “vivido imediato da consciência”, uma estrutura próxima da subjetividade operante no seu relacionamento com o mundo. Assim, investiga-se o corpo sob o prisma científico e fenomenológico. E, em se tratando de aspectos fenomênicos, Chalmers (1995), citado por Sousa (2017), teoriza – para além dos processos físicos – também os estados mentais; portanto, Chalmers vai ao ponto da consciência e do que chama de “difícil problema”, que é alcançar o ponto *hard* da consciência humana, explicá-la sem ter a concretude que é possível no que denomina de “fácil problema”. Este último (“fácil problema”), abrangendo tudo que é realizado e passível de uma verificação no sentido físico da pesquisa sobre a mente humana.

Quanto ao corpo humano, este é um mecanismo perfeito, “tanto no conjunto quanto em suas partes singulares”; dotado de um poder de desenvolvimento, o homem maneja e adestra seu

5 O ser humano enquanto corporeidade.

corpo, tornando-o apto a movimentos admiráveis, capacitando-o a transformar o mundo. Entretanto, ao contrário dos animais que já nascem dotados de uma intuição e especialização de atividades, o homem, do ponto de vista fisiológico e psicológico, chega ao mundo carente das garantias perante as situações da natureza e só consegue se desenvolver porque possui o cérebro, elemento fisiológico que lhe permite a superação dessa carência, sendo o fator de equilíbrio biológico. O cérebro permite ao homem, superando a carência mencionada, realizar diversas funções, como a mundanização, individuação, autocompreensão, entre outras, sendo a somaticidade componente fundamental do existir, do viver, do conhecer, do desejar, do fazer, do ter etc. O corpo é, portanto, parte essencial do homem, instrumento para o conhecimento sensitivo, mas a contribuição da somaticidade ao conhecimento (função gnosiológica) é muito vasta e necessária para a autoconsciência: o sentimento fundamental que nós possuímos do nosso ser (MONDIN, 1980).

A pré-compreensão do mundo por meio do corpo apresenta aspectos complementares e inversos: o homem olha e interpreta o mundo por meio de sua estrutura corpórea, mas é marcado por ele: “os campos marcam profundamente o modo de agir do camponês, o mesmo faz o mar com o marinheiro, a montanha com o alpinista etc.” (MONDIN, 1980, p. 35). Há uma troca duradoura e substancial entre eles. Conforme assevera Barbotin (1970), citado por Mondin (1980, p. 35), o corpo é mediador entre o “eu” e o mundo das coisas, lugar de encontro entre a consciência e o universo dos objetos. O que nos leva a ter experiências distintas, ainda que estejamos no mesmo ambiente e passando por situações semelhantes.

Outra função que integra a somaticidade é a ascética; a vida do homem tem um componente místico, contemplativo, espiritual. A experiência cotidiana coloca o homem no exercício de vários hábitos adquiridos com seu corpo. O hábito somático leva o homem a desenvolver uma relação com a vida espiritual. E, simultaneamente, a experiência impacta a consciência de cada ser de forma única e individualíssima. Talvez resida aí a possibilidade de uma compreensão basilar do autoextermínio.

Sendo assim, a somaticidade é um componente essencial do “ser-homem”, mas o homem é mais do que o permite ser o seu corpo; com o pensamento, o homem se desloca a qualquer ponto do espaço; tem um olhar amplo que não é o dos sentidos; a somaticidade humana é cheia de consciência, aberta no “ser”; é a manifestação de alguma coisa que a ultrapassa; é o símbolo de uma realidade que a permeabiliza e extrapola; ela manifesta condições e estados (bondade, malícia, prazer, preguiça, luxúria, avareza e muito mais). É no corpo que lemos esses estados; portanto, é importante o estudo da corporeidade para a determinação do “ser-homem”, mas com certeza isso não é suficiente, não nos faz conhecer a verdadeira natureza da somaticidade, que só pode ser revelada através da realidade íntima de que o corpo é a epifania (a alma).

Conforme dispõe Brenner (1987), a teoria psicanalítica é um corpo de hipóteses a respeito do funcionamento e do desenvolvimento da mente no homem. Tal teoria parte da psicologia geral e compreende as relevantes contribuições que se realizaram em relação à psicologia humana. Além disso, é importante compreender que se trata de uma teoria que se interessa tanto pelo funcionamento mental normal como pelo patológico (anormal), ainda que tenha derivado essencialmente do estudo e do tratamento da anormalidade.

Brenner (1987) parte de duas hipóteses fundamentais:

- O princípio do determinismo psíquico (ou da causalidade);
- A proposição de que a consciência é antes um atributo excepcional do que um atributo comum dos processos psíquicos (a consciência sob a perspectiva psicanalítica é a consciência psicológica, ou seja, o nível da vida mental do qual o indivíduo tem percepção, ao contrário dos processos inconscientes).

A consciência como atributo excepcional significa que os processos mentais inconscientes são de grande frequência e significado no funcionamento mental normal, bem como no anormal.

Para o princípio do determinismo psíquico, na mente, assim como na natureza física que nos cerca, nada acontece por acaso ou de modo fortuito. Cada evento psíquico é determinado por aqueles que o precederam, por não existir descontinuidade na vida mental.

É esse complexo ser que tem em si uma consciência que poderá levá-lo (ou não) a dar cabo de seu corpo, do “ser-homem” – fazendo-nos questionar o que levaria um ser (pensante) a encerrar a própria vida.

O que levaria ao autoextermínio

No ser humano, as emoções sempre foram desconsideradas em detrimento da razão; o privilégio histórico da racionalidade originou-se no dualismo platônico, que distinguia duas faces humanas antagônicas: a racionalidade e a emotividade. Estudiosos da neurociência afirmam que o comportamento humano deve ser guiado pela interação entre os dois componentes, tirando, assim, a questão do âmbito genuinamente filosófico e a levando para

o espaço teórico de outros saberes. A partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a temática é revisitada pelo interesse científico voltado para os processos cognitivos, os quais incluem “as atividades mentais relacionadas à aquisição de conhecimento e conectadas ao raciocínio e à memória” (ESPERIDIÃO-ANTONIO, 2008). É ainda esse autor quem destaca que com o:

[...] desenvolvimento de novas técnicas especializadas de pesquisa em neurofisiologia e em neuroimagem, vem-se ampliando o interesse pelo estudo das bases neurais dos processos envolvidos nas emoções a partir da caracterização e das investigações sobre o sistema límbico (SL). Sabe-se, com base em diferentes resultados, que há uma profunda integração entre os processos emocionais, os cognitivos e os homeostáticos, de modo que sua identificação será de grande valia para [uma] melhor compreensão das respostas fisiológicas do organismo ante as mais variadas situações enfrentadas pelo indivíduo. (ESPERIDIÃO-ANTONIO, 2008, p. 56).

Apesar dos avanços, assim como a consciência, é quase consensual a discussão sobre a (im)possibilidade de se tratar, cientificamente, questões relativas à emoção. A ciência explica os aspectos biológicos relacionados à emoção, mas cabe ainda à Filosofia, responder-nos: “o que é a emoção?” – reação e ponto de relevância, entendemos, para o autoextermínio.

É esclarecedora a assertiva de Pereira Jr. (2008), quando prevê que:

[...] a possibilidade de existência de processos emocionais inconscientes implica [...] uma desvinculação relativa entre teoria da consciência e teoria das emoções: enquanto os processos conscientes, como quer Damásio (1996), sempre seriam acompanhados de sentimentos emocionais, seria possível haver emoções

não acompanhadas de consciência. A parte inconsciente da atividade cerebral tem sido abordada em estudos neurocognitivos através do paradigma da *emoção inconsciente*, proposto por LeDoux e seu grupo (LeDoux, 1996). Os sistemas neuronais que apoiam processos conscientes estão amplamente conectados com os sistemas que apoiam processos emocionais, porém os estudos de LeDoux têm mostrado que, em determinados casos, consciência e emoção podem ser dissociadas. (PEREIRA JR., 2008, p. 7).

É ainda esse autor quem traz uma importante contribuição para as nossas ponderações: a relação entre pensamento consciente e emoções pode ser vista como de complementaridade: pensando conscientemente a respeito de algo, são deflagradas reações corporais e emocionais que realimentam o processo de pensamento, tanto positivas (motivadoras) quanto negativas (inibidoras). Pereira Jr. (2008) afirma que “os processos de pensamento sem ação externa tendem a ser acompanhados de reações emocionais, que fornecem ao organismo [uma] avaliação prévia das possíveis consequências de se colocar em prática tais pensamentos”. (PEREIRA JR., 2008, p. 8).

Por fim, arremata Pereira Jr. (2008) dizendo que conclusões mais interessantes sobre a relação consciência/emoção dependem da compreensão dos processos cerebrais subjacentes a cada um dos fenômenos. Igualmente, Arcoverde e Soares (2012, p. 299) apontam para “a realização de investigações mais aprofundadas para verificar possíveis disfunções em regiões pré-frontais do cérebro” ser algo que se faz necessário, conforme abordam em seu artigo “Funções neuropsicológicas associadas a condutas autolesivas: revisão integrativa de literatura”, cabendo-nos diferenciar autolesão de autoextermínio, já que são ações autodestrutivas com potenciais distintos. Todavia, Aragão Neto

(2019) aproxima essas duas ações apontando para a “ideação suicida”⁶ como elemento presente na autolesão, aspecto esse que se coaduna com o nosso entendimento.

Autoextermínio: um ato (in)consciente?

Como Aragão Neto (2019) considera complexo que a consciência do ato de autolesão seja definida, assim como a intencionalidade nessa prática, também nós entendemos ser difícil apontá-la como consciente em se tratando do autoextermínio, o que poderia nos direcionar para o entendimento de que há uma prática inconsciente. Entretanto, não é tão simples como parece definir ou estabelecer a intencionalidade do autoextermínio quanto à sua prática.

O autor da célebre frase “[...] cada sociedade está predisposta a fornecer um contingente determinado de mortos voluntários”, Émile Durkheim, na obra⁷ em que trata especificamente sobre o suicídio, sob os auspícios dos estudos sociológicos, assim se expressa sobre o tema: “[...] chama-se suicídio toda morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato positivo ou negativo, realizado pela própria vítima” (DURKHEIM, 2000, p. 11). Eis a sua primeira definição de suicídio, a qual, entretanto, considera incompleta.

Costa e Pereira Diniz (2018, p. 51), ao discordarem da expressão “suicídio exitoso”, apresentam-no como “suicídio concretizado, quando não houver sido apenas tentado”; fazem, portanto, uma referência direta ao autoextermínio, tema focal na

6 Para Aragão Neto (2019, p. 28), “[há] que se ressaltar a complexidade de definir ou estabelecer a intencionalidade e a consciência do ato”.

7 O primeiro estudo sociológico sobre o suicídio foi elaborado pelo cientista social francês Émile Durkheim, em 1897. O livro originalmente se chamou *Le suicide, étude de sociologie* (Paris: Félix Alcan, 1897).

obra delas. Elas também apontam para o termo “auto-homicídio”, usado por Castro (1999, p. 18) como uma forma de referir-se ao suicídio (COSTA; PEREIRA DINIZ, 2018, p. 70). E, retomando Durkheim (2000, p. 13), “[...] quando [...] o empenho leva ao sacrifício certo da vida, é cientificamente um suicídio”.

No entanto, este é, ao que parece, um assunto pouco divulgado em virtude de um antigo “acordo” feito entre os representantes da mídia. Portanto, este seria um tema “esquecido”, para que não causasse aumento do interesse sobre o assunto ou mesmo incentivasse atos semelhantes. Dessa forma, durante muito tempo, apenas os estudiosos, pesquisadores e profissionais diretamente relacionados às pessoas que assim agiram ou ainda aquelas pessoas que sofreram as sequelas dessa ação tinham um conhecimento maior relativo a estatísticas ou detalhamento sobre o tema.

Hodiernamente, ante a disseminação de notícias em tempo real, possibilitada pelos aparatos tecnológicos, bem como conscientes da existência de “comunidades virtuais” que compartilham praticamente tudo, os casos de autoextermínio tornam-se de conhecimento público e, dessa forma, falar sobre a temática tem propiciado mais divulgação e, por conseguinte, apreensão maior sob aspectos psicológicos, neurológicos, psiquiátricos, entre outros.

Entretanto, o questionamento mais comum permanece o mesmo: o porquê de ser o autoextermínio a “solução” buscada por algumas pessoas. Seriam os mesmos motivos apontados por Arcoverde e Soares (2012, p. 298-299), citando Keller e Werlang (2005) quando tratam da autolesão? Quais sejam: “os [...] que se engajam em tais condutas apresentam sentimentos de desesperança e baixa autoestima, não acreditando que existam alternativas mais eficazes para lidar com seus problemas”.

Neste artigo, dialogamos com outras contestações que, frequentemente, são ouvidas: Será que se matou conscientemente ou não? A emoção foi tão forte que privou o agente da consciência? Será que ele/ela perdeu momentaneamente a consciência? Como uma pessoa consegue fazer algo assim? Como ele/ela teve coragem? O que será que ele/ela pensou na hora? Sob o senso comum, avaliações são feitas, opiniões externadas, conclusões alcançadas.

Retomamos Durkheim (2000), que assim se expressa ao buscar distinguir que há um suicídio em que o agente tem consciência do ato que pratica e outro em que isso não ocorre:

O que há de comum a todas as formas possíveis [de] renúncia suprema é o ato que a consagra ser realizado com conhecimento de causa; é a vítima, no momento de agir, saber o que deve resultar de sua conduta, seja qual for a razão que a tenha levado a se conduzir assim. Todos os fatos de morte que apresentam essa particularidade característica distinguem-se nitidamente de todos os outros em que o paciente ou não é o agente de seu próprio falecimento, ou é apenas o agente inconsciente. (DURKHEIM, 2000, p. 13-14).

Importa destacarmos que “renúncia suprema”, nesse contexto, é a desistência da vida; e, “conhecimento de causa” é um eufemismo para o que neste trabalho chamamos de consciência. Portanto, Durkheim (2000), no trecho supracitado, está fazendo a distinção entre um ato consciente e outro inconsciente, em se tratando de suicídio praticado, consumado. Essa distinção levar-nos à constatação de que há, na verdade, mais de um tipo de suicídio em termos de (in)consciência.

De posse das noções aqui trazidas, os questionamentos tomam configuração diferenciada e suscitam novas reflexões. Todo indivíduo possui consciência de si, do “outro”, do mundo?

Todos são capazes de formular juízos éticos sobre o bem e o mal? É possível a todos equilibrar em si e em suas ações a racionalidade e a emotividade? E, de frente a um suposto espelho, os indivíduos suportariam os desvelamentos dos segredos de sua existência? O que é revelado pelas sombras poderia ser o “gatilho” que levaria o indivíduo ao autoextermínio?

Para algumas dessas perguntas – retóricas – enunciadas tentaremos trazer respostas que julgamos não definitivas, mas reportam nossas leituras e compreensão acerca do assunto. Entendemos que a maioria dos seres possui consciência de si e do “outro”, desde que esteja nos parâmetros considerados da normalidade, ou seja, não se encaixe no que Oliveira (2018) explicita a partir de sua leitura da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), quanto ao “transtorno mental”, que é “uma doença com manifestação psicológica associada a algum comprometimento funcional resultante de disfunção biológica, social, psicológica, genética, física ou química” (p. 38). Quanto ao juízo ético e a respeito da distinção entre o bem e o mal, novamente vamos nos pautar na mente sã (corpo são), ou seja, não patológica, pois os indivíduos que têm alguma psicopatia podem ser desprovidos dessa postura ética desejável socialmente.

Em seus estudos sociológicos versando sobre o suicídio, o que pode, inclusive, ser reconhecido como “uma nova ciência: a SUICIDOLOGIA” (D’ASSUMPÇÃO, 2021, p. 23), Durkheim (2000) esclarece que:

[...] a base da vida mental é a mesma no monomaniaco e no homem são de espírito; só que, no primeiro, um estado psíquico se destaca dessa base comum com um relevo excepcional. A monomania, com efeito, é simplesmente, na ordem das tendências, uma paixão exagerada e, na ordem das representações, uma ideia falsa, mas de tal intensidade que obseda o espírito e lhe tira toda liberdade. (DURKHEIM, 2000, p. 35).

Lembrando que o monomaniaco, ainda nos ensinamentos de Durkheim (2000, p. 34), “é um doente cuja consciência é perfeitamente sã, salvo em um ponto; ele apresenta apenas uma tara, e nitidamente localizada”. Portanto, para o mesmo autor bastaria “que um movimento um pouco violento da sensibilidade [viesse a] perturbar o equilíbrio mental para que a monomania [aparecesse]”. E, numa associação previsível entre essa patologia e o suicídio, diz Durkheim (2000):

[...] ora, tudo indica que os suicídios geralmente têm lugar sob a influência de alguma paixão anormal, que esta esgota sua energia de uma só vez ou só a desenvolve a longo prazo; cabe até mesmo acreditar, com aparente razão, que é sempre preciso haver alguma força desse gênero para neutralizar o instinto de conservação, tão fundamental. Por outro lado, muitos suicidas, afora o ato especial pelo qual dão fim a seus dias, não se singularizam de modo algum dentre os outros homens; por conseguinte, não há razão para lhes imputar um delírio geral. (DURKHEIM, 2000, p. 35).

Porém, mesmo parecendo a solução para o problema do autoextermínio, sabemos que “hoje essa opinião está universalmente abandonada”, nas palavras do próprio Durkheim (2000, p. 36) quando nos esclarece que:

[...] com certeza não se pode demonstrar diretamente, pela observação, que não existem monomanias; no entanto está demonstrado que não se pode citar delas um só exemplo incontestável. Nunca a experiência clínica foi capaz de detectar uma tendência doentia do espírito numa situação de verdadeiro isolamento; todas as vezes que uma faculdade é lesada, as outras o são ao mesmo tempo, e, se os partidários da monomania não perceberem essas lesões concomitantes, é porque conduziram suas observações de maneira errada. (DURKHEIM, 2000, p. 36).

Falar em equilíbrio, sobretudo entre racionalidade e emotividade, é, uma vez mais, lançarmos mão do sujeito em sua normalidade física e mental.

Segundo Freitas (1989), a afetividade é a capacidade natural, original e espontânea para experimentar sentimentos de prazer ou dor. Não é um sentimento particular, mas a condição de todos os sentimentos, o conjunto de fenômenos de ordem afetiva que se desenvolvem e atuam na consciência. A afetividade pode ser assumida e orientada pela inteligência e vontade – mantendo sua relativa autonomia –, imprimindo à atividade pessoal coloração e tonalidade específicas.

É ainda Freitas (1989) que traz um detalhamento sobre a emoção, conceituando-a em seu sentido mais rigoroso como sendo “toda reação psíquico-fisiológica de grande intensidade afetiva, provocada por uma situação nova ou inesperada” (p. 55). É uma experiência complexa na qual fatores de ordem psicológica aparecem intimamente ligados aos fenômenos de natureza fisiológica – alterações orgânicas, internas ou externas, mais ou menos profundas.

Assim, ante uma situação nova e imprevista, os elementos constitutivos da vivência emotiva do indivíduo se organizam à procura da melhor resposta. Para tais situações ele (indivíduo) possui antecipações perceptivas ou cognitivas para uma resposta pronta e imediata; entretanto, quando esses recursos não são suficientes, surge a reação emotiva, causando certa desorientação, e por isso o sujeito reage desordenadamente, permitindo que o automatismo dos reflexos se sobreponha à lucidez da reflexão. Faz-se necessária a menção de que esse processo é observado tanto nas emoções positivas quanto negativas e que são sempre relativas ao sujeito que as experimenta.

Talvez resida exatamente no desequilíbrio o *start* para a ideação suicida que pode resultar em autoextermínio. Para D'Assumpção (2021):

[...] desde os estudos de Durkheim, muito se tem buscado e conseguido explicar neste campo ainda tão cheio de mistérios. Contudo, até hoje se pode afirmar que, para os familiares de um suicida, dificilmente teremos uma resposta definitiva, absolutamente satisfatória, para explicar a opção radical de seu ente querido, seu ato extremo. (D'ASSUMPÇÃO, 2021, p. 23).

Isso nos remete, então, a estudos de Arcoverde e Soares (2012) e, igualmente, à tese de Aragão Neto (2019). As duas primeiras autoras, definindo a conduta autolesiva, mencionam ser um comportamento “complexo e [que] pode ter inúmeras motivações biológicas, psicológicas e/ou sociais” (p. 293). Convergingo com o que tais autoras definem, Aragão Neto (2019, p. 25), ao citar a pesquisa de Klonsky *et al.*, apresenta no item 1 (Regulação de Afeto), da Tabela 3 (Escala ISAS)⁸, a motivação revelada com as respostas dos jovens entrevistados, as quais apontam para o que, preliminarmente, pode vir a confluir para a ideação suicida.

Esse elo entre a autolesão e a ideação suicida é, concordamos, possível e passível de acontecer quando um ato futuro de suicídio venha a comprovar que, anteriormente, aquele ser havia praticado algum tipo de autolesão. Ao encerrar sua vida (prática conclusiva do autoextermínio), liga as situações que ora são discutidas. Aragão Neto (2019, p. 27), na tese *Autolesão sem intenção suicida e sua relação com ideação suicida*, traz a visão

8 Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37075/1/2019_CarlosHenriqueDeArag%C3%A3oNeto.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

de vários autores acerca dessa ligação, ou seja, “ASIS⁹ e suicídio são fenômenos complexos e multideterminados. Ocorrem numa interação entre fatores [biopsicossociais], aspectos cognitivos, ambientais, fisiológicos, interpessoais e afetivos”.

Sendo assim, a afetividade ou a regulação do afeto, sobretudo na fase apontada como “estase” – a saber, “estado em que alguém se encontra impedido ou se considera incapaz de agir, tomar decisões, resolver problemas” –, pode ser um “gatilho” que se inicia com a autolesão, pode passar (ou perpassar) pela ideação suicida e, com isso, chegar até ao suicídio. Todavia, mesmo sendo um processo, um estado identificado por quem discute o tema, ainda assim, não podemos considerá-lo como consciente.

Segundo Ferreira (2001, p. 16), acontecimentos diários esgotam a resistência do indivíduo, envolvido na agitação cotidiana, o que requer dele grandes esforços e um trabalho mental contínuo para o estabelecimento de um equilíbrio relativo para o próprio sustento, e não obtendo êxito, as patologias emocionais explodem com intensidade.

Talvez seja por isso que Damásio (1994, p. 15) assim se expresse quanto à razão:

[...] é provável que as estratégias da razão humana não se tenham desenvolvido, quer em termos evolutivos, quer em termos de cada indivíduo particular, sem a força orientadora dos mecanismos de regulação biológica, dos quais a emoção e o sentimento são expressões notáveis.

Em se tratando de emoção, Damásio (1994, p. 15) assim se refere:

9 ASIS é a autolesão sem intenção suicida. Ver Aragão Neto (2019).

[...] as emoções e os sentimentos, juntamente [à] oculta maquinaria fisiológica que lhes está subjacente, auxiliam-nos na assustadora tarefa de fazer previsões relativamente a um futuro incerto e [a] planejar as nossas ações de acordo com essas previsões.

O mesmo autor conclui, então, que:

[...] os sentimentos permitem-nos entrever o organismo em plena agitação biológica, vislumbrar alguns mecanismos da própria vida no desempenho das suas tarefas. Se não fosse a possibilidade de sentir os estados do corpo, que estão inerentemente destinados a ser dolorosos ou apazíveis, não haveria sofrimento ou felicidade, desejo ou misericórdia, tragédia ou glória na condição humana. (DAMÁSIO, 1994, p. 18).

Nessa citação, Damásio está falando também de experiências humanas. Quanto a Sousa (2017, p. 240), nos informa que “[o] desafio [...] é fornecer uma descrição da experiência consciente, ou seja, a descrição de uma vida mental privada e subjetiva oriunda da experiência”, em outras palavras, “ainda não é possível observar a experiência consciente em um contexto experimental para gerar dados sobre a relação entre propriedades físicas e a experiência”.

Desta forma, não vamos nos atrever a apontar para suposições que não têm ainda uma resposta cientificamente comprovada, como é o caso da nossa pergunta sobre o suportar os desvelamentos dos segredos de nossa existência. Esse desvelar seria necessário para seguirmos com vida? Talvez o “gatilho” para um autoextermínio não esteja numa “arma” apontada para si, mas no próprio cérebro da pessoa que, em algum momento, começou a pensar em desertar da vida.

Realidade

O autoextermínio é fato. É uma ação realizada por pessoas de diversas faixas etárias, de todos os gêneros, de todas as classes sociais; inclui do analfabeto ao alfabetizado. É realizado em qualquer dia, horário ou lugar. É um ato que pode ser impulsivo, mas na maioria das vezes evidencia um “preparo”.

Na obra *Uma luz sobre o suicídio*, Costa e Pereira Diniz (2018, p. 55) apresentam uma proposta de dinâmica trazida em um laudo técnico-pericial, na qual é possível sejam reconstruídos mentalmente os atos precedentes à concretização do ato por seu/ sua perpetrante.

Os meios são diversos, os materiais distintos. É uma ação consciente? Segundo Walsh (2012), citado por Aragão Neto (2019, p. 28): “[a] intenção suicida [é] de cessar a consciência”. Mari (2021), desbastando o texto de Peters, traz a seguinte assertiva: “...para qualquer tipo de ação que realizamos, há sempre uma ação-objeto e ações-suporte [...e] dentre as ações que são suporte existiriam ações inconscientes?”.

Brenner (1987) prevê que:

[...] a consciência, ainda que seja uma característica importante das atividades da mente, não é de modo algum uma característica necessária. Acreditamos que a consciência não necessita participar, e frequentemente não participa, inclusive das atividades mentais que são decisivas na determinação do comportamento do indivíduo, ou daquelas que são as mais complexas e as mais precisas em sua natureza. Tais atividades – mesmo as complexas e decisivas – podem ser completamente inconscientes. (BRENNER, 1987, p. 30).

Para os estudiosos que asseveram que a emoção não é um estado consciente, seria razoável imaginar que nenhum autoextermínio é “influenciado” por emoção? E como ficam as ações de “preparo” (aquisição de uma corda, escolha de um local que suporte o peso do indivíduo, acesso para a feitura do laço e detalhes outros afins ao caso da morte por asfixia)? Não perpassou nesse “preparo” nenhuma emoção?

Retornando a Nagel (2005), a consciência é que torna o problema mente/corpo realmente intransitável. Por conseguinte, fazer a passagem poderia ser fatídico.

(In) conclusu

Temos a convicção de que muito ainda será estudado, pesquisado e relatado sobre as investigações que têm a consciência e a emoção como objeto de inquirição, principalmente na relação de ambas com o autoextermínio, conforme nos sentimos motivadas a fazê-lo neste artigo.

Consideramos que o homem precisa ser examinado na sua integralidade como corpo e alma; é imprescindível o cuidado com a saúde física e mental, esta última passível de ter manifestações sutis e variadas, apresentando complexidades de difícil detecção.

Estudos, tratamentos e prevenções ainda deixam muito a desejar e as conclusões obtidas são incapazes de explicar fatos que se sucedem continuamente, evidenciando uma vasta gama de casos, uma diversidade de fatores (“gatilhos”) e/ou a fragilidade de alguns conceitos emitidos até o momento.

O que relatamos acerca dos estudos realizados, no sentido da apreensão da consciência, foram tópicos abordados pela perspectiva do “espelhamento” – uma observação acurada do

homem sobre si mesmo, como se estivesse frente a um espelho, conforme Mari e Silveira (2021) enfocam –, que pudesse examinar detidamente sua constituição (humana), buscando desvelar os mistérios existenciais e, assim, conhecer, compreender e explicar a si. Tudo isso com direcionamento para o autoextermínio, uma ação que é reconhecida pela maioria das pessoas como sendo proveniente de algum tipo de transtorno emocional e/ou mental do autor-vítima, embora saibamos da corrente teórica que aponta para um ato consciente e advindo de pessoas que não apresentam os chamados distúrbios biopsicossociais.

Pode ser que a grande questão resida no fato de entendermos até que ponto a inconsciência tem autonomia sobre o sujeito e vice-versa e, uma vez que a consciência não penetre nos meandros da inconsciência para a dominar e a levar à execução conforme a vontade subjetivamente expressa, é possível que perdure a dicotomia entre suicídio por ação consciente e um (pseudo) suicídio por um fator inconsciente, suficientemente forte para que o ser humano abandone a vida em seu sentido irreversível. A saber, chamamos de (pseudo)suicídio o ato inconsciente, uma vez que a vontade do sujeito que praticou o ato de terminar com a própria vida encontra-se momentaneamente (ou não) suprimida.

Os questionamentos acerca da relação da consciência com a ação suicida foram lançados com o objetivo de reflexão, haja vista que, nem a primeira, nem a segunda são compreensíveis na integralidade e, até o momento, as perguntas não recebem respostas categóricas, como também o apontam em seus estudos Arcoverde e Soares (2012), quando tratam de autolesão – a qual associamos à ideação suicida, como também o faz Aragão Neto (2019) em sua tese.

De acordo com relatos de experiências advindas da

observação clínica realizada por Damásio (1994), as sequelas de alguns transtornos mentais ocasionam uma mudança comportamental, alterando a forma de raciocínio ou emotividade, o que nos leva à conclusão do imbricado movimento que tanto um (o raciocínio) quanto a outra (a emotividade) realizam na (in) consciência.

Talvez advenha daí a dificuldade em se traçar um perfil para os sujeitos que praticam o autoextermínio, pois somos incapazes de prevenir as ações decorrentes desses estados, uma vez que tanto o sujeito racional, surpreendido por uma circunstância fortemente emotiva, pode ultrapassar a linha considerada “normal” (ou sair da sensatez) e praticar o autoextermínio, quanto aquele que, desequilibrado emocionalmente, em decorrência de algum “gatilho”, pode agir concretizando o suicídio.

Destarte, ficou compreensível para nós que existem ainda questões a serem respondidas, que não há consenso entre os estudiosos, que muito há para ser descortinado, tanto no que concerne ao aparato biológico quanto ao que diz respeito ao aparato mental do ser humano, ficando a cargo da neurociência, com anteparos filosóficos, quiçá, as futuras descobertas acerca dos meandros da (in)consciência do ato de se matar (com ou sem aviso prévio; com ou sem explicação do feito).

O caminho trilhado parece ser o adequado: aprofundamento teórico, relatos de experiência e o uso da tecnologia; e, obviamente, a firmeza de se observar a imagem refletida no suposto espelho... desvelando o que ainda precisa sair das sombras e de cada sujeito.

Referências

ARAGÃO NETO, C. H. **Autolesão sem intenção suicida e sua relação com ideação suicida**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura). Departamento de Psicologia Clínica. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37075/1/2019_CarlosHenriqueAragao3oNeto.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

ARCOVERDE, R. L.; SOARES, L. S. Funções neuropsicológicas associadas a condutas autolesivas: revisão integrativa de literatura. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 25, n. 2, p. 293-300, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/wPRTvMq4r59NXnkFGrwCRFg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRENNER, C. **Noções básicas de psicanálise**: introdução à psicologia psicanalítica. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Imago, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CASSORLA, R. M. S. **O que é suicídio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, L. R.; PEREIRA DINIZ, M. B. N. **Uma luz sobre o suicídio**. Belo Horizonte: Ed. das autoras, 2018.

DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes** – emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

D'ASSUMPÇÃO, E. A. **Suicídio**: como entender e lidar com essa trágica realidade. Petrópolis: Vozes, 2021.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Coleção Tópicos).

DUROZOI, G.; RUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ESPERIDIÃO-ANTONIO, V. *et al.* Neurobiologia das emoções. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, n. 2, p. 55-65, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/t55bGGsRTmSV>

- TgrbWvqnPTk/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.
- FERREIRA, I. **Psiquiatria em face da reencarnação**. 9. ed. São Paulo: Edições FEESP, 2001.
- FREITAS, M. C. Afectividade. In: Coleção Logos – **Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia**. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1989, v. I, p. 75.
- FREITAS, M. C. Emoção. In: Coleção Logos – **Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia**. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1989, v. II, p. 55.
- MARI, H.; NAGEL, T. **Como é ser um morcego?** In: Seminário de Estudos Avançados: Sistemas Perceptivos VII. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021.
- MARI, H.; PETERS, F. **Consciousness should not be confused with qualia**. In: Seminário de Estudos Avançados: Sistemas Perceptivos VII. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021.
- MARI, H.; SILVEIRA, J. C. C. Desafios e controvérsias sobre a consciência. Prefácio da Edição da **Revista Simbio-Logias** v.13, n.19, 2021. Botucatu, SP: Unesp.
- MONDIN, B. **O homem, quem é ele?** Elementos de antropologia filosófica. São Paulo: Paulus, 1980.
- NAGEL, T. Como é ser um morcego? **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. Campinas, série 3, v. 15, n. 1, p. 245-262, jan./jun. 2005.
- OLIVEIRA, F. **Psiquiatria, física quântica e espiritualidade: uma nova ciência para uma velha mística ou uma velha mistificação para uma nova ciência?** Belo Horizonte: Ed. Artesão, 2018.
- PEREIRA JR., A. **Introdução à teoria da consciência**. Disponível em: <https://researchgate.net/publication/349867243>.

Acesso em: 30 mar. 2022.

RUSS, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SOUSA, R. S. O dualismo mente-corpo compatível com a concepção científica do mundo no pensamento de Chalmers. **Revista Ideação**, n. 36, p. 235-243, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/3157>. Acesso em: 27 mar. 2022.

Da intelecção aos modos de conhecer por analogias: o conhecer de pessoas com deficiência visual

Adriana Gomes Dickman*

Amauri Carlos Ferreira**

Resumo

O desejo de conhecer a realidade pertence ao ser humano. Os modos de conhecer exigem atos de consciência que conduzem ao processo de acumulação de saberes. Neste artigo, buscamos relacionar os atos da consciência em uma abordagem que configura o aprendizado baseado em analogias com os modos de conhecer. A intelecção como atividade e conhecimento, proposta por Bernard Lonergan, torna-se a chave para compreender os processos cognitivos. As analogias são realizadas a partir de uma familiaridade com os objetos ou com o processo de abstração que, por sua vez, advém da intelecção. De forma provisória, percebe-se que entender o modo de conhecer de pessoas com deficiência visual remete para o campo da intelecção no aprender com analogias. Essa experiência inicia-se com os sentidos, que chamamos de analogia primária, para, posteriormente, desenvolver relações estruturais que levam a um pensamento complexo. O conhecimento do mundo vivido pelos sujeitos com deficiência visual configura o domínio analógico familiar, garantindo, assim, a aquisição do novo conhecimento e permitindo o processo da intelecção da intelecção.

Palavras-chave: Analogia; atos de consciência; intelecção; deficiência visual.

* Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Física da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Física Estatística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e State University of New York at Stony Brook (SUNY). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8636-1736>.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor de Filosofia do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA). Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Filosofia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4771-3465>.

From Intellection to the Ways of Acquiring Knowledge Through Analog Reasoning by the Blind

Abstract

The desire to know reality characterizes humans. Acquiring knowledge demands acts of consciousness. In this paper, we seek to relate acts of consciousness in an approach that involves learning based on analogies with the ways of knowing. Intellection as activity and knowledge, as proposed by Bernard Lonergan, becomes the key to understanding cognitive processes. Reasoning by analogy, based on familiarity with objects or with process of abstraction, arises in its turn from intellection. Provisionally, we realize that the process of knowledge acquisition by the blind places learning with analogies in the field of intellection. This experience begins with the senses, which we call primary analogy, and subsequently develops into structural relationships leading to complex thinking. Knowing the world experienced by the blind defines the familiar domain of analogy guaranteeing, thus, the acquisition of new knowledge and allowing the process of intellection of the intellection.

Keywords: Analogy; acts of consciousness; intellection; visual impairment.

Recebido em 21/04/2022. // Aceito em 25/08/2022.

Introdução

Há na condição humana o desejo de conhecer o mundo. A existência do mundo fenomênico exterior aos sujeitos configura uma relação do sujeito/objeto, que constitui ao longo da história do pensamento ocidental modos de conhecer. As teorias do conhecimento, pela via das correntes mais conhecidas, oscilam entre o empirismo, idealismo e realismo, demarcando primazias ora sobre o sujeito, ora sobre o objeto ou na interação entre esses dois termos.

Essa configuração do conhecimento (*Wissen*) pela cognição (*Erkenntnis*) ficou marcada por uma necessidade de compreender e justificar as ações dos seres humanos no mundo. Trata-se de um exercício racional que envolve uma comunidade linguística configurada em muitos momentos em um solipsismo metodológico e configurações céticas¹ e que, com toda a crítica, são cruciais para entender o modo de conhecer do sujeito.

A cognição opera, por um lado, pelo caminho da sensação, percepção e atenção e, por outro, para formas mais apuradas que vão repercutir em representações linguísticas na comunidade de falantes. O sujeito em todas as suas ações sobre o mundo, sejam corretas ou não, falsas ou verdadeiras, dispõe do desejo de conhecer, configurado como sendo a realidade. Realidade entendida como uma construção mental que possui leis de funcionamento.

¹ Cf. João Paulo Monteiro aponta em seu livro *Realidade e Cognição* para a configuração do saber, demonstra solipsismo metodológico e ceticismo, observando as várias perspectivas e conjecturas que eles apresentam. O autor chama atenção para o fato de que: “[...] qualquer filosofia que pretenda empreender a tarefa de fundamentar uma determinada concepção de sujeito, ou da própria consciência, para além do fugidio instante de existência evidente em que temos vindo a insistir, depressa se verá colocada perante a impossibilidade dessa pretensão [...]”. O território da conjecturalidade abrange tudo o que importa [...]. Do senso comum à ciência, passando pela maior parte pela filosofia, é por aqui que nossas capacidades cognitivas podem ir movimentando, procurando sempre escolher a melhor explicação sem pretender que qualquer uma seja definitiva (MONTEIRO, 2006, p. 32-33).

Estar consciente sobre o mundo e a realidade que o compõe exige a compreensão de certas estruturas consideradas invariáveis e que respondem às conjecturas do sujeito. O que se procura é compreender as estruturas da consciência de modo a perceber o que já está constituído e aceito em sua figuração na comunidade de falantes. A cognição é evidenciada ao processar informações e adaptá-las em um determinado ambiente que exige processos da consciência ou “o fenômeno da consciência”.²

Este artigo está organizado no campo dos estudos sobre a consciência e parte da investigação de Bernard Lonergan,³ que aparentemente tornou menos complexo o entendimento da realidade. A partir das investigações de Lonergan, “o desejo de conhecer” é crucial no processo de compreensão do sujeito. Para tal, o autor utiliza em suas reflexões o método clássico e estatístico para conhecer o mundo mediante o exercício de atos de cognição. Três perguntas básicas são formuladas pelo autor: O que fazemos quando estamos conhecendo? O que está produzindo esse conhecimento? O que sabemos quando o fazemos? As respostas dadas a essas perguntas configuram o arcabouço fundamental da filosofia: teoria cognitiva, epistemologia, metafísica.

É a teoria cognitiva que priorizamos neste artigo. A complexidade da cognição e sua importância no campo da experiência do sujeito permitem investigações nas variadas áreas do conhecimento humano. Privilegiamos os sujeitos com deficiência visual, considerando a singularidade atrelada aos sentidos e ao modo de conhecer o que já está constituído mediante a complexidade das analogias realizadas. Por ser um

2 Expressão utilizada por João Paulo Monteiro para designar o mistério da consciência, tendo em vista: “o que se nos apresenta são apenas atos da consciência, não uma consciência permanente e identificável como uma entidade, passível de ser situada ao lado (ou dentro) do corpo (MONTEIRO, 2006, p. 43).

3 Filósofo e teólogo canadense do século XX que traz em sua principal obra, *Insight*, um ensaio sobre o conhecimento humano, base para nossa reflexão.

estudo sobre cognição, o domínio conceitual está circunscrito à inteligência. Discute-se a relação consciência e cognição para se compreender como as analogias utilizadas pelas pessoas com deficiência visual podem desvelar o modo de conhecer na passagem do concreto para o abstrato, ou seja, para uma configuração mais apurada do conhecimento, pois exige a *intelecção da intelecção*.⁴

1 Consciência e intelecção

Em toda discussão sobre cognição, o sujeito organiza e estabelece juízos sobre a realidade. As representações linguísticas circulam com mais ou menos ênfase no campo da sensação e da percepção, que para Mari e Silveira (2010) indicam um exercício imediato com a realidade:

Quando qualificamos uma forma de cognição (visual, auditiva, gustativa, tátil), orientamos os processos para uma forma de sensação destacável e a partir dela é possível dispor de muitas informações capazes de recompor grande parte dos processos que efetivam o conhecimento para um determinado organismo. (MARI; SILVEIRA, 2010, p. 3).

A cognição humana é referenciada no desejo de conhecer do sujeito – desejo que parte dos sentidos que configuram seus

⁴ Tal perspectiva remonta a esse desejo de conhecer que implica em atos de descoberta e, quanto mais se aprimora este exercício, atingem-se níveis mais elevados de abstração. A intelecção da intelecção se configura como o modo de conhecer algo complexo, um exercício mental de descoberta sobre descobertas, o que demanda respostas provisórias para perguntas iniciais, ou seja, intelecções diretas aparentemente simples ganham força em revisões necessárias. Certas teorias não nos são compreensíveis em um determinado grau de intelecção. Elas exigem uma inteligibilidade superior, isto é, um exercício abstrato de determinadas áreas do saber. Tal perspectiva conduz a um desejo de conhecer em uma objetivação aos atos de descoberta. A obra *Insight*, de Lonergan, tem como objetivo “levar a uma intelecção da intelecção. Os matemáticos buscam intelecções sobre conjuntos e elementos. Os cientistas procuram intelecções sobre séries de fenômenos. As pessoas do senso comum demandam intelecções sobre situações concretas e afazeres práticos. A nossa preocupação é chegar ao ato da inteligência organizadora que integra numa perspectiva única as intelecções dos matemáticos, dos cientistas e das pessoas de senso comum” (LONERGAN, 2010, p. 21).

órgãos, estes apropriados para lidar com o mundo fenomênico, porém ávidos por atos de conhecer que (por vezes) os ultrapassam. Há, nesse movimento, a necessidade de compreender os atos de conhecer que oscilam entre o concreto e o abstrato. Ir além dessa oscilação exige reflexões que estão no campo da consciência, considerando-se que o conhecer e o reconhecer são fundamentais em qualquer processo de descoberta.

Ocorre a necessidade de configurar esse movimento do sujeito dentro de um escopo da filosofia da consciência, que nos remete a uma diferenciação imediata de áreas específicas do conhecimento, Ciências humanas, exatas, biológicas, sociais. Ao investigar o sujeito, tais áreas estabelecem sua singularidade em campos reconhecidos de saberes, mas não suficientes para essa investigação proposta. Remontamos aqui ao alerta de Mendo Castro Henriques, na apresentação da obra de Eugene Webb (2013), sobre os *Filósofos da consciência*:

[...] a consciência de que falam os filósofos não se confunde com o *eu* da psicologia, com o *ego* da psicanálise nem com o epifenômeno da neurofisiologia [...] ou em outras filosofias. O *eu* é um fenômeno secundário diante da força do ser consciente, é uma perspectiva dentre outras que se apresentam na consciência [...]. A introspecção apenas realça certos aspectos da consciência, não a revela nem a modifica essencialmente. *O eu não é uma substância*, como queria o solipsismo cartesiano denunciado pelo filósofo Merleau Ponty. (WEBB, 2013, p. 13-15).

A consciência demanda atos de inteligência e pode ser compreendida em níveis diferenciados. Na obra supracitada de Lonergan ocorre a importância da consciência para configurar a problemática do conhecimento. Para o autor, é fundamental o estudo da inteligência, pois ela “oscila entre o concreto e o

abstrato. É a captação do mundo concreto por meio dos sentidos. É a exploração da realidade por meio da imaginação artística. É o conhecimento expresso nas leis das ciências” (HENRIQUES, 2010, p. 20).

Para que o sujeito “conheça”, as intelecções são fundamentais. Todo o processo de conhecer, dependendo do nível da consciência, demanda uma intelecção da intelecção, o que configura uma parcela significativa do conhecimento humano. “Por intelecção entende-se, pois, não qualquer ato de atenção, advertência ou memória, mas um ato superveniente da compreensão” (HENRIQUES, 2010a, p. 21).

O exercício do pensar configura um processo de integração que permite ao sujeito o acúmulo de atos de intelecção. O ato de intelecção ocorre para Bernard Lonergan em todas as áreas do saber. Essa preocupação com o conhecer conduz o autor a nos apresentar processos de apreensão e revisão por parte do sujeito cognoscente em toda a extensão do conhecimento. Ocorre a necessidade de refletir e remontar ao que é estrutural na consciência, o que permite avançar no modo como se organiza o conhecimento para o sujeito em seu ato de conhecer. Assim, “[...] conhecer é ser capaz de realizar atos de autoconsciência [...] quando nós conhecemos poderemos saber o que conhecemos, quando isso sucede”. (HENRIQUES, 2011, p. 58).

É por meio da estrutura do conhecimento e da realidade que o ato de intelecção permite o saber nos níveis da consciência, ou seja, a partir da intelecção ocorrerão as regras ou os atos específicos de intelecção para conhecer o mundo. As intelecções são apresentadas de formas aparentemente simples e inversas, que são os atos de descobertas pelo sujeito.

A inteligência como atividade e conhecimento, proposta por Lonergan, abre possibilidades para uma compreensão mais apurada nos modos de conhecer do sujeito. O autor busca configurá-la a partir do hábito de investigação, proporcionado pela acumulação de pequenas inteligências que podem ser percebidas por qualquer sujeito tendo em vista que a inteligência:⁵ “1) surge como uma libertação da tensão da pesquisa; 2) ocorre de modo súbito e inesperado; 3) é uma função de condições internas e não de circunstâncias externas; 4) gira entre o concreto e o abstrato; 5) insere-se em uma textura habitual da mente individual (LONERGAN, 2010, p. 42).

Da formulação do problema até a sua solução, o modo de conhecer do complexo ao mais simples vai se tornando óbvio. De tal maneira que conduz a inteligência como característica de universalidade, considerando um processo de soma de inteligências sem o processo de exclusão. “Podemos aprender, porque a uma inteligência podemos adicionar outra, porque uma nova inteligência não exclui a anterior, antes a complementa e com ela se combina [...]” (LONERGAN, 2010, p. 44).

A realidade, como tudo o que existe, se torna o que conhecemos a partir de juízos. Tem-se nessa figuração cognitiva a necessidade de apreensão da realidade, o que nos remete à essência da teoria cognitiva de Lonergan: “conhecer é identificar realidades, por meio da experiência atenta, da captação inteligente e da afirmação razoável”. (HENRIQUES, 2010, p. 21). Tal abordagem conduz à necessidade de compreensão de atos que modelam o modo de pensar. Toda realidade exige inteligência. Os atos operam, segundo Lonergan, a partir da experimentação, compreensão e julgamento. Essas operações estão configuradas

5 Lonergan configura esses passos da inteligência com ilustração a partir do exemplo dramático de Arquimedes com seu enigmático grito de “Eureka!”, quando formula o problema e a solução dele.

em cada nível de consciência. É importante ressaltar que o autor entende a “consciência” na distinção que Brentano (1973) e Husserl (1986) estabeleciam para o ato e conteúdo. Há uma intencionalidade da consciência. De tal maneira que “o visto é diferente do ato de ver, o pensado é diferente do ato de pensar, o feito é diferente do ato de fazer. A correlação de conteúdos entre si é, essencialmente, do âmbito da ciência”. (HENRIQUES, 2010, p. 23).

Se o conhecer remete a atos de cognição, o sujeito cognoscente, ao conhecer uma determinada realidade, reformula o já conhecido. A cada aumento de saberes específicos, ocorre a necessidade de uma inteligibilidade superior, mesmo quando há a necessidade de ampliar o que se sabe para emitir juízos sobre a realidade.

O desejo de conhecer, nesse movimento da inteligência, marca a descoberta e autoconsciência do sujeito. A inteligência conduz a regras que levam a explorar a realidade. Nessa direção, Lonergan compreende a inteligência como atividade e conhecimento, tendo em vista que conhecer remete a atos de cognição. Cada inteligência, seja simples ou complexa, indica a necessidade de reformulação do conhecido: o que eleva o nível da consciência abstrata.

O aumento da consciência abstrata remete à cognição objetiva, ou seja, a uma configuração de unidade de conhecimento a partir dos atos de compreensão. É a inteligência como sendo fonte não somente do conhecimento teórico, mas de aplicações no mundo da prática.

O sujeito que conhece instaura formas que dão a ele marcas de regularidades, que permitem o estabelecimento de juízos e que, por sua vez, desencadeiam cognições objetivas. Nesses

critérios de regularidade, ou de repetição, configura-se o processo de classificação que indica nos modos de conhecer do sujeito as uniformidades e unidades de saber. Considerando-se que a intelecção remete ao campo da descoberta em dados sensíveis e da imaginação, ocorre uma retomada para compreender de que forma o sujeito que conhece em potencial imprime o que é da esfera do inteligível, tendo em vista que os sentidos nos mostram o factual. Há necessidade de considerar como se dá a regularidade mediante a lei de funcionalidade fenomênica. Isso exige do sujeito uma intelecção superior que está circunscrita à compreensão de leis, como as da biologia e da física, entre outras.

A atividade mental do sujeito demanda a compreensão de uma realidade que pode ser conferida no entendimento de sistema de leis, ou seja, no modo como a realidade pode ser compreendida mediante a acumulação de *insights* que vão se tornando familiares, o que demonstra uma forma de especialização no conhecimento da realidade. Para Lonergan, é possível o conhecimento de todas as coisas, havendo a necessidade de correlações de algo já estabelecido. O autor chama atenção para o campo da ciência moderna:

[...] ela não é simplesmente um complemento do que era conhecido antes. É o aperfeiçoamento da própria noção de ciência, de conhecer as coisas por intermédio de suas causas, pela análise e síntese. Quais são as causas? O campo das relações inteligíveis que define seus objetos. Os objetos com que lida a ciência são definidos pelo campo de relações inteligíveis, qualquer coisa que cai dentro desse campo. (HENRIQUES, 2019, p. 205).

À medida que muda a noção de ciência nessa busca de inteligibilidade dos objetos, em decorrência de descobertas e

aplicação do que é familiar em cada área do saber, ocorre uma aceitação que demanda reconhecimento provisório e intelecções superiores. No exemplo dado por Lonergan no que se refere aos ideais de Galileu ou Newton em relação ao desejo de conhecer, estabeleceram-se modos de inteligibilidade que exigem do sujeito cognoscente intelecções superiores: “os ideais de Galileu e de Newton eram a lei e o sistema; o cientista queria conhecer um sistema de leis” (HENRIQUES, 2019, p. 207). Esse tipo de ciência perdurou e aos poucos vai sendo substituído por um outro ideal: “em que o ideal é conhecer estados e as respectivas probabilidades, sendo que as probabilidades determinam os estados” (HENRIQUES, 2019, p. 208).

Esse processo, no que se refere ao modo das intelecções da ciência, indica que “a ciência em geral é uma atuação gradual da inteligência sobre os dados empíricos, e essa atuação gradual produz uma noção cada vez mais exata do que é exatamente a ciência. A ciência é um conjunto de operações em que as operações são regidas por uma série de cânones” (HENRIQUES, 2019, p. 208).

A consciência opera em determinados níveis de conhecimento em que os objetos em desenvolvimento demandam autoconsciência do sujeito. Para que isso ocorra, Lonergan chama atenção para a necessidade da intelecção da intelecção, pois a consciência humana é uma só. Portanto, não dá para misturar tipos de conhecimento, tais como mítico, filosófico, científico. Há uma rede interativa de eventos possíveis que estão em graus diferentes de probabilidade.

Toda ciência exige uma intelecção específica que está circunscrita em operações do experimentar, do conhecer/entender, do julgar para uma ação final de um sujeito que irá

operar pelo escolher. Um processo de autoapropriação do sujeito.

O que a consciência estabelece para esse processo do conhecimento está circunscrito a essas operações que foram mais bem compreendidas pelo esquema (Quadro 1) proposto pelo intérprete e divulgador da teoria de Lonergan, Mendo Castro Henriques.

Quadro 1: operações da consciência

Consciência	Atos	Questões	Imperativos
Empírica	Sentir Percepcionar Imaginar	Informar-se	Ser atento
Intellectual	Inquirir Interligar Conceitualizar	O que é isto?	Ser inteligente
Reflexiva	Ponderar Capturar Julgar	É ou não é?	Ser racional
Livre	Desejar Deliberar Decidir	Vale a pena?	Ser responsável

Fonte: Mendo Castro Henriques (2011, p. 67)

O que nos interessa, na verdade, são as operações da consciência, pois correspondem a determinados tipos de atos que configuram o modo de conhecer do sujeito.

A consciência parte de atos mais elementares da natureza empírica, quer o dado esteja presente, para o representarmos, quer o dado esteja ausente, e então temos de imaginá-lo [...]. O grau seguinte da consciência leva-nos a pôr hipóteses, a criar argumentos, a conceptualizar, de forma a perguntarmos sobre a essência das coisas. O passo seguinte, que é o da

consciência racional, caracteriza-se pelo fato de julgar [...]. Finalmente, [a consciência] dá ainda o passo livre de desejar, deliberar e decidir. (HENRIQUES, 2011, p. 68-69).

Nesse processo de conhecer a realidade e estabelecer relações razoáveis ocorre a necessidade de utilizar analogias das mais simples às mais complexas. Tal modo de conhecer exige familiaridade com o mundo (que se inicia com os sentidos e se amplia com a abstração). No entanto, esse processo pode se iniciar com abstrações advindas de definições ou conceitos já estruturados de compreensão da realidade, o que exige abstrações das abstrações. Esse fundamento encontra-se no modo como o sujeito estabelece sua relação com o conhecimento configurado em processos cognitivos que se objetivam em conceito do conceito, crítica da crítica, definição da definição, teoria da teoria. Esses, por sua vez, estão constituídos em um grau mais elevado do saber.

2 Conhecimento e analogia

Em todo processo de apreensão da realidade instaurado pela relação sujeito/objeto ocorre a aporia da objetividade ligada à representação do sujeito. Assim, partimos dos dados sensíveis no campo da representação que, de acordo com Lonergan (2010), são definidos:

[...] como conteúdo, de um ato de ver, ouvir, tocar, provar, cheirar. Mas a dificuldade presente nessa definição é que tais conteúdos não ocorrem num vazio cognitivo. Eles emergem dentro de um contexto que é determinado por interesses e preocupações. (LONERGAN, 2010, p. 101-102).

É nesse ato sensível que se tem buscado equivaler ao que se considera fundamental para saber um determinado conteúdo e que se tenta representar em determinados contextos. Para que isso ocorra, tornam-se essenciais ajustes de princípios cognitivos, considerando-se que ocorre uma representação da representação. Em toda representação ocorre uma substituição do que *é pelo que poderia ser*. Não se sabe ao certo o modo como o sujeito apreende e forma imagens representando-as (modelos mentais) em seu pensamento, o que leva à formulação de conceitos e não à mera repetição de uma definição. Nesse processo, a imagem contribui (é necessária) para uma melhor adequação. Ao remontarmos a inteligência a partir da imagem, configurada na teoria de Lonergan, percebe-se que ela é fundamental para se chegar à definição de um determinado assunto. “A imagem tende a aproximar-se dos conceitos. Esses por meio de determinações conceptuais adicionais podem expressar as suas diferenças da imagem meramente aproximada. O fulcro entre as imagens e os conceitos é a inteligência” (LONERGAN, 2010, p. 47).

Conceitos e/ou fenômenos podem ser compreendidos com base em analogias e representações. Há vários estudos sobre a utilização de analogias, compreendidas em uma perspectiva familiar e de similaridades. Segundo Contenças (1999, p. 160), “usando a terminologia de Perelman [1987], o papel da analogia é esclarecer o tema pelo foro, explicando uma relação desconhecida através de outra mais familiar”. A concepção de Contenças ainda pode ser entendida como “uma comparação entre domínios/estruturas de conhecimento que mantêm uma certa relação de semelhança entre si, sendo um dos domínios conhecido e o outro desconhecido”. (LEITE; DUARTE; 2006, p. 45; VOSNIADOU, ORTONY, 1989). O uso de analogias

facilita a compreensão e visualização de conceitos abstratos, entre outras potencialidades (DUI, 1991; BOZELLI; NARDI, 2006, p. 12; ALMEIDA, 2016).

A representação é uma modalidade de analogia e nesse sentido ela é primária, ou seja, apenas de equivalência à imagem já representada por símbolos. Assim, todos os signos, palavras, diagramas, desenhos, ícones e outros estão dentro desse campo de representação que chamamos, aqui, de analogia primária, uma vez que fazem parte da apreensão sensorial dada pelos sentidos. A representação, portanto, enquadra-se no nível de consciência empírica de acordo com Lonergan (Quadro 1).

A analogia proporcional,⁶ em que “os conhecimentos fonte e meta se apresentam explicitamente, junto com a informação parcial sobre as relações” (LABRA, 1997, p. 22), permite um tipo de raciocínio mais direto. Nesse tipo de analogia, há pouca ou nenhuma direcionalidade nas relações proporcionais, o que a distancia das analogias feitas na vida real cujo “contexto impõe uma direcionalidade”. (LABRA, 1997, p. 24).

Formas de analogia mais complexas envolvem relações mais estruturadas entre o conhecimento fonte e o conhecimento meta (ou objetivo/alvo). Um exemplo é a teoria de extrapolação estrutural,⁷ que se apresenta como “um trabalho rico no conjunto de relações possíveis entre dois domínios de conhecimento de modo semelhante ao uso de analogia na vida real”. (LABRA, 1997, p. 24). A analogia estrutural baseia-se em vários processos de acesso ao conhecimento base, avaliação das correspondências e armazenamento das inferências obtidas, e o mais importante deles, a extrapolação entre o conhecimento fonte e o conhecimento meta (LABRA, 1997). Essa extrapolação

6 Teoria atribuída a Sternberg (1977).

7 Teoria atribuída a Gentner (1982; 1983).

é realizada na estrutura sintática, considerando os papéis que os objetos desempenham, sem a necessidade de semelhança entre eles (LABRA, 1997, p. 24). Embora seja um tipo de analogia importante, algumas lacunas no seu desenvolvimento mostram que não se leva em consideração a experiência dos sujeitos ou a relevância do contexto na discussão (LABRA, 1997, p. 27).

Uma comparação entre analogia baseada em relação proporcional com analogia estrutural/relacional mostra que esta última se encontra em um nível de raciocínio superior, pois “o processo de extração de aspectos comuns a ambos os domínios pode gerar um nível de abstração maior”. (LABRA, 1997, p. 24). A partir de analogias mais complexas é possível chegar ao nível de consciência intelectual, permitindo a interligação de informações para construir a conceitualização na estrutura cognitiva do sujeito. De acordo com Dagher (1994; apud ALMEIDA; DINIZ, 2020, p. 4): as analogias “permitem a construção de um pensamento mais integral e interconectado”, contemplando o imperativo de ser inteligente caracterizado no Quadro 1.

Estudos indicam que similaridades superficiais ou literais contribuem para a acessibilidade, enquanto semelhanças estruturais de ordem superior potencializam a realização de inferências (DUI, 1991, p. 656; MOZZER; JUSTI, 2015). Labra (1997) complementa afirmando que semelhanças estruturais têm prioridade em relação às semelhanças superficiais, trazendo possibilidades de inferências espontâneas, com menos utilização da memória.

A questão da linguagem também permeia a utilização de analogias, consideradas como recursos importantes para a comunicação e explicação de fenômenos ou conceitos. (ALMEIDA; DINIZ, 2020). De acordo com esses autores:

No campo da Língua Portuguesa são consideradas figuras de linguagem: estratégias usadas pelo orador para imprimir determinado efeito de interpretação no ouvinte, seja por meio da linguagem escrita (texto), ou pela linguagem falada. No caso das analogias, exploram o sentido não literal e conotativo das palavras. (ALMEIDA; DINIZ, 2020, p. 3).

No nível de consciência reflexiva, entendido como “um momento pessoal de cada indivíduo, podendo ocorrer antes da ação, durante a execução da ação ou retrospectivamente, após terminada a ação” (ALMEIDA; DINIZ, 2020, p. 3), estudos mostram que a simples utilização de analogias não seria capaz de suprir essa operação de racionalidade. Essa capacidade de reflexão, conforme Almeida e Diniz (2020, p. 3), pode ser desenvolvida a partir de contextos de formação construídos com esse objetivo, envolvendo processos de colaboração. Assim, a participação do sujeito no processo de construção de analogias, abrindo caminho para a realização de novas inferências, garante a possibilidade de adquirir atos que perpassam pela ponderação, captura e julgamento do conhecimento (OLIVEIRA; MOZZER; 2017).

O raciocínio analógico, portanto, constitui um artefato de pensamento que tem o potencial para apoiar o sujeito em processos de intelecção, partindo de níveis de consciência mais simples, como o empirismo, até níveis mais complexos, como o reflexivo. A nossa intenção é ampliar essa discussão para compreender como ocorrem os processos de aquisição do saber em pessoas com deficiência visual, principalmente quando utilizam-se analogias como suporte para conhecer. No campo das analogias em geral e na complexidade delas, torna-se fundamental compreender esse processo, pois ocorrem processos

de intelecção e de intelecção da intelecção, o que nos faz indagar: como a consciência opera os atos de conhecer quando o sujeito que conhece possui uma deficiência visual?

3 Intelecção e analogias: deficiência visual

O campo de pesquisa sobre representações e analogias, por apresentar-se como objeto de orientações teóricas diversas, traz para a investigação, no que se refere às representações de sujeitos com deficiência visual, um problema: como conceituar o termo e como compreender a sua aplicação? Considerando que a intelecção e o raciocínio analógico abrem possibilidades para o processo de conhecimento, torna-se fundamental compreender de que maneira a formação do conceito ocorre quando alguns dados sensíveis, no sentido dado por Lonergan, não são “coletados” diretamente pelo sujeito. Nesse contexto, consideramos sujeitos com deficiência visual, uma vez que na cegueira há uma privação da imagem, sendo ela fundamental para a intelecção. De acordo com Ochaíta e Rosa (1995):

A cegueira é um tipo de deficiência visual e, portanto, sua característica mais central é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso o visual. Isto, obviamente, tem consequências sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, tornando-se necessário elaborar sistemas de ensino que transmitam, por vias alternativas, a informação que não pode ser obtida através dos olhos. (OCHAÍTA; ROSA, 1995).

Já é sabido que a imagem que toca os sentidos do sujeito não existe em estado puro, levando-se em consideração que o objeto puro também não existe. O que se tem são os chamados

fragmentos do mundo. Merleau Ponty (1994, p. 28) apontava para essa construção da imagem: “Construímos através da óptica e da geometria o fragmento do mundo cuja imagem a cada momento pode formar-se na retina”. Tal perspectiva no campo da formação da imagem na retina indica ao cérebro o que se identifica. Essa ideia da imagem como projeção do ser humano e identificação do que pode ser compõe a percepção do mundo, de tal maneira que a representação dele leva a processos de aprendizagem.

Os sujeitos com deficiência visual têm a mesma capacidade intelectual que os videntes (aqueles que veem) e são capazes de assimilar conteúdos e aprender (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004). Entretanto, deve-se atentar para que as necessidades educacionais desses sujeitos sejam respeitadas, de maneira que a informação seja trabalhada através de outros canais de informação além do visual. Resultados da pesquisa realizada por Ochaíta *et al.* (1985) e Rosa *et al.* (1986), citados por Ochaíta e Espinosa (2004), mostram que o desempenho de crianças cegas na formação de imagens mentais ocorre com um atraso que pode variar de dois a seis meses em relação às crianças videntes.

Se há uma complexidade em compreender a representação ligada às imagens, é preciso compreender, primeiramente, como um sujeito representa epistemologicamente o mundo que lhe é ensinado sem enxergá-lo. De acordo com Ochaíta e Espinosa (2004, p. 159), sujeitos com deficiência visual não têm problemas na aquisição do léxico do ponto de vista quantitativo. Por outro lado, do ponto de vista qualitativo, há limitações que podem causar dificuldades na generalização e na categorização de objetos de difícil acesso pelo tato.⁸

⁸ “O tato permite uma coleta da informação bastante precisa sobre os objetos próximos, mas é muito mais lento que a visão, e por isso, a exploração dos objetos grandes é fragmentária e sequencial”. (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004, p.151). Observamos que essa coleta de informação aponta para todos sentidos, o que configura um processo imediato e necessário da experiência.

Em geral, a aprendizagem por modelos tem sua legitimação em processos epistêmicos já reconhecidos. Isso pode levar a complexidades, pois o processo envolve uma representação que pode ser criada a partir de uma ideia similar. Tal perspectiva causa problemas para sujeitos com deficiência visual, uma vez que não é possível copiar sem antes ter uma representação. Logo, não há possibilidade de refletir sobre uma ideia similar para a realização da atividade de cópia. Se o modelo gera um problema epistêmico para pessoas com deficiência visual, resta a aprendizagem por analogias. Mas, em que sentido o uso de analogias corresponderia ao mundo representado por estes sujeitos, em realidades similares? Nas palavras de Mozzer e Justi (2018):

[...] o modelo mental necessita ser materializado de alguma forma para tornar possível a sua manipulação. Isso ocorre na etapa de expressão, na qual esse modelo é expresso em quaisquer modalidades representacionais externas: 3D (concreto); 2D (desenhos, diagramas etc.); virtual (programas computacionais); verbal (p. ex., analogias); gestual; matemática; ou qualquer combinação destes. (MOZZER; JUSTI, 2018, p. 161).

Esse tem sido o desafio que está circunscrito à construção de analogias que possam satisfazer os mesmos princípios, uma vez que a similaridade estrutural depende de um modelo que, para os sujeitos videntes, baseia-se em conhecimentos familiares a partir de modalidades representacionais externas e que em muitos casos são alcançados pela visão. Essa apreensão sensorial leva a um processo de cognição baseado na utilização da analogia primária para estudantes videntes. Assim, o que nos leva a uma indagação: E os não videntes? De que maneira a analogia estrutural pode ser realizada, uma vez que essas mesmas informações chegam

ao sujeito com deficiência visual pelos outros sentidos ou pela interpretação/descrição de outros sujeitos?

Considerando o fato de que a função comunicativa da linguagem “compensa os problemas causados pela falta de visão no desenvolvimento simbólico” (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004, p. 159), há a possibilidade de basear as analogias estruturais em linguagens figurativas, familiares aos sujeitos com deficiência visual, que seriam utilizadas para descrever fenômenos. De acordo com as autoras supracitadas, esses sujeitos “recorrem em maior grau que os videntes a imitações diferidas de caráter verbal que muitas vezes parecem converter-se em jogos simbólicos de papéis”. (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004, p. 159). Deve-se ainda ter em mente que a realização de tarefas de conteúdo figurativo e conteúdo espacial representam maiores desafios do que as tarefas baseadas na lógica verbal quando o acesso às informações se dá majoritariamente pelo tato. (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004, p. 160).

Destarte, sabendo que crianças e adultos com deficiência visual são capazes de elaborar um esquema espacial mental de partes da estrutura de um bairro ou cidade, algo muitas vezes conseguido através da utilização de maquetes ou jogos de construção (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004, p. 165), é possível criar materializações de fenômenos, adaptadas ao tato, que contribuam para a construção de um raciocínio analógico e que permitam o desenvolvimento cognitivo desses sujeitos por meio de representações mentais.

Se a compreensão de modelos e sua representação necessitam de abordagens analógicas, torna-se fundamental saber do mundo vivido desse sujeito para que o processo de aprendizagem possa ocorrer. Nas palavras de Nunes e Lomônaco (2008):

Embora seja impossível à criança cega apreender diretamente o arco-íris, por sua característica exclusivamente visual, parece que ela pode entender o conceito e defini-lo, principalmente se as analogias utilizadas para o ensino desses tipos de conceito partirem daquilo que ela conhece e pode experimentar diretamente. Este também é um ponto significativo para o ensino de conceitos aos cegos: não foi por acaso que esta forma de definição de conceitos apareceu, justamente para conceitos pouco apreensíveis pelo tato ou não tateáveis. Assim, no tocante aos conceitos teoricamente mais difíceis de serem compreendidos pelo cego, em função de sua característica visual ou de sua insubstancialidade, uma estratégia poderosa de ensino é a comparação com aquilo que ele conhece diretamente. Pois, para o ensino de um conceito visual: a comparação deve ser com aquilo que é acessível ao cego por meio de sua vivência perceptiva. (NUNES; LOMÔNACO, 2008, p. 134).

Na discussão sobre a maior facilidade de acesso a propriedades descritivas se comparadas com propriedades relacionais no raciocínio analógico, Vosniadou e Ortony (1989) argumentam que o processo é facilitado pelo status da informação na representação do sujeito. Nas palavras dos autores, “seria impossível ver similaridade entre domínios análogos cujas representações não incluem estas propriedades similares, ou naqueles em que estas propriedades não são salientes”.⁹ (VOSNIADOU; ORTONY, 1989, p. 434). Assim, ao considerar a utilização de analogias para aquisição de conhecimento, deve-se explorar as representações que os sujeitos com deficiência visual têm dos domínios utilizados.

⁹ “It would be impossible to see similarity between analogs whose representations do not include these similar properties, or in which these properties are not salient” (Tradução nossa).

4 Considerações finais

Como todo processo de conhecer envolve a relação sujeito/objeto, a configuração de um saber se organiza no processo que envolve a consciência em seus atos. A inteligência tem um papel fundamental nesse processo, pois envolve no ato da descoberta o exercício de operações de experimentar, compreender e julgar. Lonergan, ao nomear essas operações que estão na estrutura da consciência, abre um cenário para o modo de conhecer do sujeito.

O modo como o sujeito conhece pode ser compreendido quando ele tem um *insight* que o conduz a inteligências simples e complexas e que apontam para a importância da imagem nesse processo inicial de conhecimento, o que permite o uso de analogias. Essas, por sua vez, são realizadas a partir de uma familiaridade com os objetos ou com o processo de abstração – que advém da inteligência.

Assim, ao nos voltarmos para o sujeito com deficiência visual e para a lembrança de que a imagem é suporte da inteligência simples condutora de representações mentais, configura-se um outro processo de conhecer, tendo em vista a necessidade de utilizar analogias a partir do experienciado. Ao que tudo indica, nesse processo com pessoas com deficiência visual ocorre a necessidade de uma inteligência da inteligência, considerando a formação de imagens mentais.

Este estudo aponta para a possibilidade de se adaptar as analogias de maneira que o sujeito com deficiência visual possa apreender conceitos abstratos. Contudo, deve-se atentar para a inclusão de etapas que considerem a apresentação do conteúdo em um processo de experiência a partir de outros sentidos – no

que chamamos de analogia primária – para, posteriormente, desenvolver relações estruturais que levam a um pensamento complexo. É importante também conhecer o mundo vivido pelos sujeitos com deficiência visual, de maneira que o domínio analógico seja familiar, garantindo, assim, a aquisição do novo conhecimento.

Referências

ALMEIDA, Hederson Aparecido de; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. A tomada de consciência sobre o uso de analogias espontâneas: contribuições de uma formação continuada desenvolvida com professoras de ciências. **Ciência & Educação**, v. 26, e20067, 2020.

ALMEIDA, Hederson Aparecido de. As analogias utilizadas por professores de biologia como elementos da transposição didática. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Educação para a Ciência e Matemática) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BRENTANO, Franz. **Psychology from an Empirical Standpoint**. Tradução de Antos Rancurello, Linda McAlister. London: Internacional Library of Philosophy, 1973. (Originalmente publicado em 1874).

BOZELLI, Fernanda Cátia; NARDI, Roberto. O discurso analógico no Ensino Superior de Física. In: NARDI, Roberto; ALMEIDA, Maria José P. M. de. (orgs.). **Analogias, leituras e modelos no ensino da ciência: a sala de aula em estudo**. São Paulo: Escrituras, 2006.

CONTENÇAS, Paula. **A eficácia da metáfora na produção da ciência: o caso da genética**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DUIT, Reinders. On the role of analogies and metaphors in learning science. **Science**, v. 76, n. 6, p. 649-672, 1991.

HENRIQUES, Mendo Castro. **Bernard Lonergan: uma Filosofia para o século XX**. São Paulo: É Realizações, 2010.

HENRIQUES, Mendo Castro. **Bernard Lonergan e o *Insight***. São Paulo: É Realizações, 2011.

HENRIQUES, Mendo Castro. Prefácio. In: **Insight: um estudo do conhecimento humano**. São Paulo: É Realizações, 2010a.

HUSSERL, Edmund. **Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. (Originalmente publicado em 1913).

LABRA, María José González. **Aprendizaje por analogía: análisis del proceso de inferencia analógica para la adquisición de nuevos conocimientos**. Madri: Trotta, 1997.

LEITE, R; DUARTE, M. D. C. Percepções de professores sobre o conceito de analogia e de sua utilização no ensino-aprendizagem da Física e da Química. In: NARDI, Roberto; ALMEIDA, Maria José P. M. de. (orgs.). **Analogias, leituras e modelos no ensino da ciência: a sala de aula em estudo**. São Paulo: Escrituras, 2006.

LONERGAN, Bernard. **Tópicos de Educação - Conferências sobre Filosofia da Educação**. São Paulo: É Realizações, 2019.

LONERGAN, Bernard. ***Insight* – um estudo do conhecimento humano**. São Paulo: É Realizações, 2010.

MARI, Hugo; SILVEIRA, José C. da. Sobre cognição visual. **Scripta**, v. 14, n. 26, p. 3-26, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MONTEIRO, João Paulo. **Realidade e cognição**. São Paulo: Unesp, 2006.

MOZZER, Nilmara Braga; JUSTI, Rosária. Nem tudo que reluz é ouro: uma discussão sobre analogias e outras similaridades e recursos utilizados no ensino de ciências. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 23, n. 1, p. 155-182, 2018.

MOZZER, Nilmara Braga; JUSTI, Rosária. Nem tudo que reluz é ouro: uma discussão sobre analogias e outras similaridades e recursos utilizados no ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 15, n. 1, p. 123-147, 2015.

NUNES, Sylvia da Silveira Nunes; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 1, 2008.

OCHAITA, Esperanza; ROSA, Alberto. Percepção, ação e conhecimento nas crianças cegas. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3, p. 183-197.

OCHAITA, Esperanza; ESPINOSA, Maria Ángeles. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3, p. 183-197.

OLIVEIRA, Thais Mara Anastácio; MOZZER, Nilmara Braga. Análise do conhecimento declarativo e procedimental de futuros professores de química sobre analogias. **Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 19, e2602, 2017.

PERELMAN, Chaim. Analogia e Metáfora. In: Enciclopédia Einaudi (vol.11). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

WEBB Eugene. **Filósofos da consciência**. Polanyi, Lonergan, Voegelin, Ricoeur, Girard, Kierkegaard. São Paulo: É Realizações, 2013.

VOSNIADOU, Stella; ORTONY, Andrew. Analogical reasoning as a mechanism in knowledge acquisition: a developmental perspective. In: VOSNIADOU, Stella; ORTONY, Andrew (Eds.). **Similarity and Analogical Reasoning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 413-437

A construção narrativa da identidade de uma “atingida por barragem”: investigando a experiência consciente pela via da intersubjetividade

Paulo Henrique Aguiar Mendes*

Daiman Oliveira da Costa**

Resumo

Nesse artigo, abordaremos o “problema” da consciência pela via da intersubjetividade, com o objetivo de mapear e avaliar o funcionamento sociocognitivo de certos padrões de experiencição intersubjetiva que se manifestam por meio da linguagem e, mais especificamente, por meio da prática narrativa. Para tanto, selecionamos uma entrevista narrativa, gravada e transcrita em 2016 no âmbito das reuniões do GEDEM-UFOP, por meio da qual a narradora relata a sua experiência com o rompimento da Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues (MG), e constrói, intersubjetivamente, a sua identidade como “atingida por barragem” a partir de três estágios: o não-pertencimento, a identificação e a militância. Em termos teóricos, nos apoiaremos principalmente nas contribuições de Damásio (2015; 2018), Abrantes (2010), Zlatev (2008) e Gallagher e Hutto (2008), para mostrar que a prática narrativa pode ser concebida como um “dado de primeira pessoa do plural” no âmbito dos estudos da consciência.

Palavras-chave: Intersubjetividade; consciência; narrativa; identidade.

* Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Linguística, professor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFOP, coordenador do Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória (GEDEM/UFOP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0584-0669>.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa, bolsista CAPES/PROSUC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6258-764X>.

The Narrative Construction of the Identity of a “Hit by a Dam”: Investigating the Conscious Experience Through Intersubjectivity

Abstract

In this paper, we will approach the “problem” of consciousness through intersubjectivity, with the aim of mapping and evaluating the sociocognitive functioning of certain patterns of intersubjective experiencing that are manifested through language and, more specifically, through narrative practice. In order to do so, we selected a narrative interview, recorded and transcribed in 2016 within the scope of the GEDEM-UFOP meetings, through which the narrator reports her experience with the rupture of the “Fundão” Dam, in Bento Rodrigues (MG), and builds, intersubjectively, her identity as “hit by a dam” from three stages: non-belonging, identification and militancy. In theoretical terms, we will mainly rely on the contributions of Damásio (2015; 2018), Abrantes (2010), Zlatev (2008), and Gallagher and Hutto (2008), to argue that narrative practice can be conceived as a “first-person plural data” within the scope of consciousness studies.

Keywords: Intersubjectivity; consciousness; narrative; identity.

Recebido em 28/03/2022. // Aceito em 25/08/2022.

Introdução

Apesar de ser um fenômeno intrínseco à existência humana e objeto de investigação há milênios, a consciência permanece sendo um dos maiores desafios da ciência contemporânea. Isso decorre do fato de que ainda não se alcançou consenso a respeito da construção de um método que seja capaz de conjugar a análise daquilo que Chalmers (1996) chama de “dados de primeira pessoa” (referentes a emoções, sensações, *qualia*) e de “terceira pessoa” (referentes ao funcionamento cerebral e ao comportamento). De todo modo, os últimos setenta anos de investigação científica a respeito da mente e do cérebro revelaram a existência e a recorrência de certos padrões de experientiação intersubjetiva, relacionados à atenção, à percepção, à memória e à linguagem, que são comuns à nossa espécie e que, por causa disso, podem ser tratados como “dados de primeira pessoa do plural”. É pensando nisso que este artigo se propõe a abordar o “problema” da consciência pela via da intersubjetividade, a fim de mapear e avaliar a realização desses padrões por meio da linguagem e, mais especificamente, por meio da prática narrativa. Nesse sentido, argumentaremos que a narrativa é um tipo de operação cognitivo-discursiva básica dos seres humanos, que não apenas instancia enunciativamente a agentividade do(s) sujeito(s) em cenas espaço-temporais específicas, mas também mobiliza e materializa certos padrões de experientiação intersubjetiva que coordenam o compartilhamento dos conteúdos da experiência consciente (emoções, sensações, percepções). Para sustentar esta hipótese, propomos a análise de uma

entrevista narrativa¹, de caráter autobiográfico, gravada em 2016 pelo Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória (GEDEM), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com o objetivo de mostrar como os padrões de experiência intersubjetiva que compõem o processo narrativo engendram a construção enunciativa da identidade de uma “atingida por barragem” a partir de três estágios graduais: (i) o não-pertencimento, (ii) a identificação e (iii) a militância.

Para tanto, a primeira seção do texto se dedica a construir o referencial teórico privilegiando três conceitos-chave que, na nossa perspectiva, são intimamente conectados: consciência, intersubjetividade e prática narrativa. Assim, começaremos pelas contribuições de Damásio (2018) a respeito daquilo que para ele são os componentes cruciais da consciência (a subjetividade e a integração de experiências) e destacaremos, a partir da sua versão da “metáfora do teatro/da teatralidade”, o caráter fundamental das noções de “agente”, “tempo” e “espaço” para a compreensão da atividade mental consciente. Na sequência, articularemos as reflexões de Damásio (2015) e Abrantes (2010) a respeito das noções de *self* e intersubjetividade com o intuito de esclarecer os processos de construção identitária do(s) sujeito(s) e, assim, consolidar a ideia de que “agente”, “tempo” e “espaço” são, na verdade, os “primitivos” de qualquer experiência consciente – algo que facilitará a compreensão da estrutura e do funcionamento das práticas narrativas. Nesse ponto, iniciaremos uma avaliação mais verticalizada do conceito de intersubjetividade, ancorada

¹ A transcrição da entrevista analisada neste artigo faz parte do relatório final da pesquisa de iniciação científica intitulada “Análise cognitivo-discursiva de entrevista narrativa com representantes dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG)”, vinculada ao PIBIC/FAPEMIG/UFOP (2018/2019), edital 10/2017, e desenvolvida pelo aluno Alexandre Emanuel Alves da Silva, sob a orientação do professor Paulo Henrique A. Mendes. Infelizmente, em razão de problemas técnicos com o site da UFOP, a transcrição foi excluída do banco de dados digitais, mas garantimos ao leitor desse artigo o acesso ao documento, em formato PDF, por meio do link: <https://drive.google.com/drive/folders/1LCCH57eC19AEKeHfeyD0Ymn2X6Qycuy?usp=sharing>.

principalmente nos escritos de Zlatev (2008), e, finalmente, lançaremos mão das reflexões de Gallagher e Hutto (2008) a respeito da “Hipótese da Prática Narrativa” que, embora não seja metodologicamente aplicável ao objeto selecionado para a análise, consolida a noção de que a narratividade é uma capacidade constitutiva dos seres humanos e reforça a ideia da prática narrativa como uma operação cognitivo-discursiva básica. Estas são, com efeito, as principais referências teóricas que, no momento, convém apresentar, mas não serão as únicas.

A partir deste quadro teórico, então, partiremos à segunda seção do texto, destinada à análise qualitativa da entrevista selecionada, cujo objetivo principal, como já foi dito, é identificar os estágios da construção enunciativa da identidade da entrevistada como “atingida por barragem”. Para tanto, em um primeiro momento será necessário apresentar uma contextualização mais ampla acerca do rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco (denominada Fundão), fato que motivou a criação do jornal *A Sirene* – publicado desde fevereiro de 2016 – e a realização das entrevistas narrativas pelo GEDEM. Na sequência, começaremos a análise da entrevista a partir de recortes estratégicos que revelam a realização linguístico-enunciativa de certos padrões de experientiação intersubjetiva e, assim, ilustram os estágios de (co)construção identitária (não-pertencimento, identificação e militância) que emergem ao longo da narrativa. Nesse sentido, com vistas a integrar de modo mais orgânico as dimensões fenomenológicas, cognitivas e discursivas da narrativa em questão, recorreremos também a alguns fundamentos da abordagem de Benveniste (1989, 1995), para quem a linguagem deve ser estudada “no quadro do discurso, que é a língua assumida pelo homem que fala

e sob condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação humana” (BENVENISTE, 1995, p. 293). Com efeito, ressaltamos que o enfoque principal deste artigo incide sobre a dimensão intersubjetiva da experiência consciente, a partir dos seus fundamentos cognitivos e fenomenológicos, mas compreendemos que estes últimos não prescindem de uma avaliação no nível dos processos enunciativos² que os instanciam. Dito isso, passamos à primeira seção.

Padrões intersubjetivos da experiência consciente

Everybody knows what consciousness is: it is what vanishes every night when we fall into dreamless sleep and reappears when we wake up or when we dream. It is also all we are and all we have: lose consciousness and, as far as you are concerned, your own self and the entire world dissolve into nothingness (TONONI, 2008, p. 216).

Todos nós, seres humanos, temos um conhecimento intuitivo sobre o que é consciência, como aponta Tononi (2008), principalmente porque ela é vivida, sentida, constitutiva dos nossos padrões de experiência, desde os níveis mais básicos de atenção conjunta até os mais complexos processos de produção de sentido, de modo que, quando a perdemos, perdemos aquilo que nos constitui como sujeitos e parece que “o mundo todo se dissolve no vazio”. De fato, o “problema” da consciência faz parte de uma longa tradição filosófica – ligada

2 A propósito dos processos enunciativos, convém pontuar que não desconhecemos nem negligenciamos a importância das teorias da enunciação, seja na perspectiva do seu aparelho formal (Benveniste), seja na dimensão de seu fundamento dialógico (Bakhtin/Volóchinov). Contudo, as limitações impostas a esta publicação e os seus objetivos mais fundamentais inviabilizaram um investimento mais sistemático sobre tais teorias.

à questão dos *qualia*, isto é, às propriedades qualitativas das experiências sensorio-perceptivas “em primeira pessoa” – e, mais recentemente, de investigações científicas que se propõem a estudar, entre outras coisas, seus fundamentos neurofisiológicos, seus princípios cognitivos e seus desdobramentos socioculturais, mas a consolidação de uma sistematização teórica e, sobretudo, metodológica continua sendo um desafio compartilhado por várias áreas do conhecimento, tanto no que diz respeito às investigações da mente quanto do cérebro. Nesse quadro, o renomado neurocientista português António Damásio (2018) desenvolve uma elaboração bastante robusta sobre o fenômeno, lançando luz especial sobre os princípios biológicos básicos da homeostase, da criação de imagens mentais e de sentimentos, do funcionamento da memória e da evolução da mente cultural. Para os fins de nossa argumentação neste artigo, abordaremos a obra desse autor assumindo uma perspectiva mais centrada no funcionamento sociocognitivo do que na composição neurofisiológica da consciência, privilegiando, assim, os dois elementos que, para ele, são fundamentais na experiência consciente (a subjetividade e a integração das experiências).

Antes disso, no entanto, convém sublinhar um importante pressuposto nos estudos da consciência que diz respeito à capacidade da mente de produzir imagens (às quais Damásio se refere em termos de imagens do “mundo interior”, relativas à nossa arquitetura corpórea, e do “mundo exterior”, relativas à integração com o ambiente pela via de *affordances*³) a partir dos sistemas orgânicos interoceptivos e sensorio-perceptivos. Aqui a noção de imagem mental não se traduz, muito menos se

³ O conceito de *affordance* foi elaborado por Gibson (1983) e diz respeito à dinâmica interativa que se estabelece entre um organismo (agente) e o ambiente no qual ele está inserido. Em linhas gerais, *affordances* são predisposições e configurações específicas do ambiente que se impõem ao organismo (agente) como possibilidades de ação imediata.

limita à ideia de imagem pictórica, mas se refere a padrões de experiência consciente que dependem de condições orgânicas e da complexidade das interações entre organismo e ambiente; de fato, tais imagens são traduzidas, muitas vezes, como mapeamentos e projeções do organismo acerca dele mesmo e de suas relações e predisposições sobre o ambiente ou, ainda, sobre os nichos bioculturais que lhe são peculiares. Damásio formula a questão em termos evolutivos, deixando claro que a produção de imagens mentais é um fenômeno constitutivo do desenvolvimento onto e filogenético da espécie humana e, no ponto que mais nos interessa, sinaliza a existência de certos padrões experienciais:

Por essa interpretação, os passos que devem ter sido dados na evolução são razoavelmente claros. Primeiro, usando imagens feitas com os componentes mais antigos do interior do organismo – os processos químicos metabólicos realizados, em grande medida, em vísceras e na circulação sanguínea, bem como com os movimentos que eles geravam –, a natureza gradualmente criou sentimentos. Em segundo lugar, usando imagens feitas com um componente menos antigo do interior – a estrutura esquelética e os músculos a ela ligados –, ela gerou uma representação do envoltório de cada vida, uma representação literal da casa habitada pelo respectivo ser vivo. A combinação desses dois conjuntos de representações abriu caminho para a consciência. Em terceiro lugar, usando os mesmos dispositivos formadores de imagens e um poder inerente destas – o de representar alguma outra coisa e simbolizá-la –, a natureza desenvolveu linguagens verbais (DAMÁSIO, 2018, p. 74).

Esta reflexão sobre as imagens mentais, com efeito, é particularmente importante para introduzirmos o debate sobre os dois elementos fundamentais da consciência na perspectiva

damasiana, já que elas são, grosso modo, suas matérias-primas. Começamos, então, pelo conceito de subjetividade elaborado pelo autor, que implica diretamente esta capacidade de construção de imagens, as quais são perspectivadas em “primeira pessoa”, isto é, criadas a partir do ponto de vista do organismo que as produz, e intrinsecamente relacionadas à produção de sentimentos, que são um “acompanhamento natural e abundante das imagens” (DAMÁSIO, 2018, p. 178), gerado em nível homeostático e emocional. Nesses termos, a subjetividade é uma combinação das imagens internas do organismo, das imagens do mundo externo geradas pelos sistemas sensório-perceptivos (acoplados à memória) e, finalmente, da produção de sentimentos. Assim, é possível dizer que o fluxo das imagens mentais derivadas dessa articulação assume nuances que dependem das motivações, impulsos e contingências vividas e/ou imaginadas pelo indivíduo em sua singularidade – e é justamente nesse ponto que o segundo elemento fundamental da consciência (a integração de experiências) eventualmente fomenta a emergência de padrões de experientiação estáveis e dinâmicos, como veremos na sequência. Em suma:

Concluimos que a subjetividade é construída a partir de uma combinação da perspectiva do organismo, relativamente ao local, no corpo, onde as imagens a serem tornadas conscientes foram geradas, com a incessante construção de sentimentos espontâneos e provocados, os quais são desencadeados por imagens fundamentais e as acompanham. Quando as imagens são apropriadamente situadas na perspectiva do organismo e acompanhadas por sentimentos, o resultado é uma experiência mental. **A consciência no sentido pleno do termo ocorre [...] quando essas experiências mentais são adequadamente integradas em uma tela maior.** As experiências mentais que constituem a consciência dependem, portanto, da presença de imagens mentais

e do processo da subjetividade que torna nossas essas
imagens (DAMÁSIO, 2018, p. 178-179, ênfase nossa).

No trecho anteriormente mencionado, Damásio arremata a sua definição do conceito de subjetividade e propõe uma metáfora para introduzir o segundo componente fundamental da consciência. De fato, a “tela maior” a que se refere o autor é uma espécie de reformulação da “metáfora do teatro/da teatralidade”, que situa os sujeitos tanto como atores quanto como espectadores do fluxo das imagens que compõem as cenas e, conseqüentemente, os conteúdos subjetivos da experiência consciente. Assim, o segundo componente da consciência pode ser compreendido, tal como num filme ou numa peça de teatro, como um fluxo coordenado e sequencial de imagens que compõem um todo integrado em forma de narrativa. Aqui convém reforçar dois pontos cruciais: o primeiro é que, embora as imagens mentais sejam construídas subjetivamente, isto é, perspectivadas em “primeira pessoa” e articuladas aos sentimentos, elas se originam da interação entre o organismo e o ambiente, de modo que a nossa arquitetura corpórea inevitavelmente estabiliza certos padrões experienciais e, conseqüentemente, facilita o compartilhamento dos conteúdos desta experiência; o segundo ponto é que, se essa integração se dá em forma de narrativa, como defende Damásio, começa a se desenhar a ideia de que na base de qualquer experiência consciente estão três “primitivos” (“agente”, “tempo” e “espaço”)⁴ – e isso é algo que vai ao encontro dos escritos de Abrantes (2010), tanto no que diz respeito à agentividade implicada no conceito de subjetividade, quanto no que diz respeito à construção de uma cena espaço-

⁴ Nesse ponto, sublinhamos a estreita relação com a abordagem de Benveniste (1989; 1995), cuja formulação a respeito do aparelho formal da enunciação preconiza as categorias de “pessoa”, “tempo” e “espaço” como primitivos do dispositivo enunciativo que coloca a língua em funcionamento através do discurso.

temporal interativa que integra as imagens do fluxo mental das experiências conscientes. Além disso, outro importantíssimo ponto de contato entre os autores é a atenção especial destinada à noção de *self* ou, melhor dizendo, de “sentido do *self*”, que Abrantes (2010, p. 11) define como “a representação mental do próprio sentido do ser ou da sua própria identidade” e que Damásio (2015) divide em três níveis: (i) o proto-*self*, relativo ao nível mais básico da atividade mental, que desencadeia a criação subjetiva das imagens e dos sentimentos, (ii) o *self* central, que articula essas imagens e sentimentos à memória das relações entre o organismo e o ambiente, e, finalmente, o (iii) *self* autobiográfico, que é o nível mais complexo, construído com base nas memórias do passado vivido e do futuro antecipado e que, em última instância, constitui a nossa própria identidade como sujeitos das experiências conscientes. Esta afinidade⁵ entre os autores fica bem ilustrada neste excerto:

Em síntese, a consciência humana é a ciência [*awareness*] do aqui-e-agora imediato e dos objetos (incluindo outros *eus* [*selves*]) que habitam esse ambiente situado. Além disso, envolve a autoconsciência, a consciência de ser consciente. Três aspectos pertencem a esse nível de **metaconsciência**: o sentimento de uma **agentividade** de experiência expressa pela primeira pessoa (ou seja, a representação do *self* como experimentador, como o sujeito engajado na experiência), a **profundidade temporal** que dota o *self* de um sentido do passado e a representação do futuro, e da unidade e continuidade desta experiência; e, além disso, a ciência [*awareness*] da alteridade, dos *eus* [*selves*] dos outros e da consciência deles sobre nós mesmos (uma mudança de perspectiva sobre si mesmo). Essas características da consciência

5 Apesar da afinidade, convém reconhecer uma diferença em termos de orientação epistemológica, tendo em vista que Damásio privilegia uma dimensão bioneurocognitiva (sem descartar, no entanto, a historicidade e o que ele chama de “mentes culturais”) e Abrantes preconiza uma dimensão fenomenológica, cognitiva e semiótica da consciência e da (inter)subjetividade. De todo modo, o que está em foco é a existência e o compartilhamento de certos padrões experienciais que se manifestam, por exemplo, nas práticas de atenção conjunta e que, em última instância, se traduzem nas práticas de linguagem, como veremos na sequência.

humana de ordem superior dificilmente são passíveis de observação direta, mas podem ser relatadas por meio da linguagem (ABRANTES, 2010, p. 10, tradução e ênfases nossas).⁶

À sua maneira, portanto, Abrantes não apenas retoma os três níveis do *self* estipulados por Damásio, que nos permitem conceber as categorias de “agente”, “tempo” e “espaço” como fundamentalmente constitutivas das experiências conscientes, mas também chama atenção para a sua relação com outros “eus”, para esta ciência da alteridade que inevitavelmente nos direciona à noção de intersubjetividade e, mais além, de narratividade, como um processo enativo inerente aos seres humanos. Nesse sentido, aquilo que estamos chamando de padrões de experiência intersubjetiva é sintomático dessa capacidade de metaconsciência e, eventualmente, se materializa nas práticas de linguagem; de uma perspectiva enunciativa, Benveniste (1989, p. 286) chega a dizer que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”. Consolida-se, então, a ideia de que a atividade cognitiva humana tem um caráter eminentemente social⁷ e começa a ficar ainda mais claro que as experiências mentais conscientes emergem em um cenário espaço-temporal mais amplo, sendo construídas intersubjetivamente a partir da interação entre sujeitos. Nesse sentido, o conceito de

6 In brief, human consciousness is the awareness of the immediate here-and-now and of the objects (including other selves) that inhabit this situated environment. Moreover, it involves self-awareness, the consciousness of being conscious. Three aspects pertain to this level of meta-consciousness: the feeling of an agency of experience expressed by the first person (i.e. the representation of the self as experiencer, as the subject engaged in the experience), the temporal depth that endows the self with a sense of past and the representation of the future, and of the unity and continuity of this experience; and moreover the awareness of alterity, of others' selves and of their awareness of ourselves (a shift of perspective over one's self). These features of human higher-order consciousness are hardly amenable to direct observation, but they can be reported through language (ABRANTES, 2010, p. 10)

7 Na verdade, os estudos mais recentes concebem a atividade cognitiva humana em quatro níveis integrados, no que ficou conhecido como “Cognição 4E” (NEWEN; DE BRUIN; GALLAGHER, 2018). Assim, ela é (i) corporificada (*embodied*), porque é moldada pelo corpo, pelas nossas capacidades sensório-motoras-perceptivas; (ii) situada (*embedded*), porque se dá na interação entre o organismo e o ambiente; (iii) enativa (*enacted*), porque as nossas percepções são indissociáveis das nossas ações; e (iv) estendida (*extended*), porque também se apoia em ferramentas e dispositivos do ambiente, tratados como extensões “naturais” do nosso corpo.

intersubjetividade proposto por Zlatev (2008) é particularmente relevante para a nossa argumentação, na medida em que o autor mapeia com notável grau de detalhamento seus diferentes níveis e estágios de complexidade e, assim, oferece um modelo evolucionário e desenvolvimental do conceito, que nos servirá como ponte para introduzir a “Hipótese da Prática Narrativa” (GALLAGHER; HUTTO, 2008).

Pois bem, em linhas gerais, Zlatev (2008, p. 215) define a intersubjetividade como “o compartilhamento de experiências afetivas, perceptivas e reflexivas entre dois ou mais sujeitos” e, na sequência, esclarece três de suas características mais básicas: (i) a de não ser uma capacidade unitária/homogênea, no sentido de envolver diferentes formas de consciência, desde a troca de afetos, num nível de empatia, até a partilha de crenças, num nível de estados intencionais, passando pela atenção conjunta; (ii) a de se desenvolver em estágios (na filo e ontogenia), com os mais primitivos servindo de pré-requisitos para os superiores; e (iii) a de ser fundamentalmente corporificada, envolvendo uma coexperienciação direta de esquemas corporais. Essas características, com efeito, resumem boa parte do que foi dito até aqui, mas interessa-nos, agora, apresentar os estágios de maturação da intersubjetividade mapeados por Zlatev, os quais reforçam, mais uma vez, a ideia central desta seção: a de que os seres humanos compartilham padrões experienciais. Assim, temos: as formas protomiméticas, que consistem em mapeamentos/projeções entre esquemas propioceptivos e percepções visuais do outro, as quais são associadas pelo autor à noção de esquema corporal, enquanto padrões pré-conscientes e, em larga medida, inatos de experiência intersubjetiva; as formas miméticas, que são definidas como diádicas (relativas

ao controle atencional consciente dos movimentos do próprio corpo e de suas correspondências com os movimentos de outros corpos durante a interação) e triádicas (implicam a compreensão recíproca da relação representacional entre os movimentos corporais e os objetos da atenção conjunta dos sujeitos envolvidos na interação); e, finalmente, as formas pós-miméticas, que são chamadas pelo autor de simbólicas no sentido de que se referem ao uso de sistemas de signos convencionalizados e/ou institucionalizados, a exemplo das línguas naturais, com sua complexidade estrutural e recursiva.

Na visão de Zlatev, portanto, os estágios de maturação da intersubjetividade alcançam seu nível mais complexo a partir do uso de recursos simbólicos, e isso é algo que aponta diretamente para a questão da enunciação, da narratividade e da interação face a face, com todos os aspectos fenomenais constitutivos de sua complexidade. Chegamos, assim, a um ponto central de nossa formulação: a realização linguística de certos padrões experienciais que, em um nível enunciativo, são sintomáticos do compartilhamento dos conteúdos da experiência consciente. Nesse sentido, a entrevista narrativa que será analisada na próxima seção configura-se como uma prática discursivo-cognitiva que emerge a partir da (co)presença experiencial dos interlocutores (pesquisador-entrevistador e atingido-entrevistado) e, assim, revela um nível sofisticado de experiência intersubjetiva. Antes, porém, de entrarmos numa discussão mais específica sobre os processos intersubjetivos desencadeados nos excertos da entrevista selecionada, está na hora de finalmente chamar atenção para as reflexões de Gallagher e Hutto (2008) acerca da noção de competência narrativa e do importante papel que ela desempenha no desenvolvimento ontogenético dos seres humanos, naquilo que ficou nomeado como Hipótese da Prática Narrativa. De acordo com os autores:

A competência com diferentes tipos de narrativa nos permite entender os outros de variadas maneiras. Diferentes tipos de encontros narrativos são o que primeiro nos permitem desenvolver nossa competência do senso comum [*folk psychological*]. Hutto (2007, p. 53) chama isso de “Hipótese da Prática Narrativa”. Afirma que as crianças normalmente alcançam a compreensão do senso comum [*folk psychological*] participando de práticas de contar histórias, com o apoio de outras pessoas. As histórias sobre aqueles que agem por razões – isto é, as narrativas populares [*folk psychological narratives*] – são os focos desta prática. Histórias deste tipo especial fornecem o conjunto de treinamento crucial necessário para entender as razões (GALLAGHER; HUTTO, 2008, p. 28, tradução nossa).⁸

Como se vê, a ideia central dessa hipótese é a de que o contato precoce e assistido com diferentes tipos de narrativa impulsiona e sofisticada na criança a capacidade de compreensão do outro, pois ela passa a refletir e a fazer inferências sobre as ações e intenções desse outro. A criança também incorpora parâmetros culturais básicos – éticos, estéticos – e, em última instância, aprende a se comportar em sociedade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da competência narrativa reflete e refrata o grau de experientiação intersubjetiva da criança, isto é, à medida que ela vai criando intimidade com diferentes narrativas, vai aperfeiçoando a compreensão de si e do outro. De fato, o nosso interesse maior por essa formulação não reside na discussão sobre o desenvolvimento ontogenético das formas de intersubjetividade; o que realmente destacamos é o caráter constitutivo das práticas narrativas em nossas formas de cognição

⁸ Competency with different kinds of narratives enables us to understand others in a variety of ways. Distinctive kinds of narrative encounters are what first allow us to develop our folk psychological competence. Hutto (2007, p. 53) calls this “the narrative practice hypothesis”. It claims that children normally achieve [*folk psychological*] understanding by engaging in story-telling practices, with the support of others. The stories about those who act for reasons – i.e., folk psychological narratives – are the foci of this practice. Stories of this special kind provide the crucial training set needed for understanding reasons. (GALLAGHER; HUTTO, 2008, p. 28).

e de ação. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar histórias, como um modo elementar de comunicação; através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, estruturam a experiência numa sequência discursiva coerente, encontram possíveis explicações para isso e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica, assim, o manejo de estados intencionais que eventualmente aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal, pois se ancoram nos processos intersubjetivos (co)construídos mediante a interação entre sujeitos. Nesse sentido, a entrevista selecionada para análise pode ser concebida como um registro material dos processos intersubjetivos envolvidos na construção identitária da narradora tanto no nível da interação direta com os seus interlocutores (pesquisadores/entrevistadores) quanto no nível da contínua criação de cenas que compõem o enredo da narrativa. Com isso em mente, passamos agora à análise.

Intersubjetividade encena: uma análise qualitativa de caso

Nessa seção, propomos a análise de uma entrevista narrativa⁹ concedida por Lucimar Muniz, em 2016, ao Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória (GEDEM) da UFOP, que a convidou para falar sobre a sua experiência com o

⁹ O método utilizado, à época, para a coleta da entrevista se apoiou em Javchelovitch e Bauer (2010) e é composto por quatro fases, além da preparatória, dedicada à organização do ambiente e ao acolhimento do entrevistado. São elas: (i) introdução, em que o entrevistador formula uma pergunta que compreende o tópico central, incentivando o entrevistado a desenvolver a sua narrativa; (ii) narração central, em que o entrevistado deve narrar livremente a sua história sem ser interrompido; (iii) fase de perguntas, em que o entrevistador formula perguntas pontuais em função da narrativa; e (iv) fase conclusiva, em que a gravação é interrompida para que entrevistador e entrevistado possam fazer suas intervenções finais com maior descontração, além de ser um momento oportuno para fazer anotações sobre a entrevista sob a forma de um protocolo.

rompimento, em 2015, da Barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco. Além disso, cabe destacar que uma das motivações para o convite da entrevistada, que é museóloga e restauradora, filha e neta de moradores de Bento Rodrigues, diz respeito ao texto publicado por ela no jornal *A Sirene*, intitulado “Nossa história debaixo do dique” (MUNIZ, 2016) e ao qual ela se refere como sendo um “divisor de águas” em sua atuação junto à comunidade atingida. Assim, concebendo a narrativa como um tipo de operação cognitivo-discursiva básica, fundamentalmente intersubjetiva, tentaremos demonstrar, a partir de recortes estratégicos, como a entrevista em questão engendra a construção enunciativa da identidade da narradora como “atingida por barragem” a partir de três estágios graduais: (i) o não-pertencimento, (ii) a identificação e (iii) a militância. Para tanto, realizaremos uma análise qualitativa, centrada na integração das dimensões semiótico-cognitiva e enunciativa da narrativa, a fim de avaliar, entre outras coisas: como se dá a construção do “sentido do *self*” e da agentividade da narradora, isto é, como ela demarca um posicionamento identitário e estabelece as coordenadas dêiticas do processo de semiotização/discursivização; como ela agencia as vozes de outros “agentes/personagens”; que tipo de estratégias ela utiliza para modalizar a sua narração (avaliações afetivas e argumentativas, além do uso de marcadores conversacionais que buscam monitorar e regular a sua relação com o interlocutor/entrevistador, por exemplo); como ela organiza e coordena a contínua criação das cenas espaço-temporais que dão corpo ao enredo da narrativa, enquanto unidade de experienciamento intersubjetiva coesa e coerente; e, finalmente, como ela “atualiza” a sua identidade como “atingida por barragem” à medida interage com seus interlocutores. Dito isso, antes de proceder à análise, é necessário fazer uma breve apresentação geral da temática da entrevista.

Como se sabe, no dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, nomeada Fundão, em Mariana (MG), devastou por completo o subdistrito de Bento Rodrigues e parte dos distritos de Paracatu, Gama, Camargos, Campinas e Pedras, bem como áreas ribeirinhas ao longo do rio Doce, situadas no percurso do “mar de lama” que cruzou Minas Gerais e Espírito Santo, causando a morte de dezenove pessoas – entre trabalhadores e habitantes da região. Evidentemente, um acontecimento como esse, de proporções catastróficas, teve grande repercussão internacional e sua semiotização/discursivização ganhou um contorno importante nas narrativas midiáticas, nas narrativas de atingidos, de agentes públicos e nas ações de solidariedade, em função, sobretudo, de seu impacto sobre a vida dos indivíduos, sobre a coletividade e sobre o patrimônio sociocultural na microrregião de Mariana. Entre as mobilizações sociais de maior relevância na região destacamos o jornal *A Sirene*, publicação regular criada pelos coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO, que fazem parte de um grupo de apoio constituído por atingidos, pela arquidiocese de Mariana, por jornalistas e por professores. Foi nesse contexto que o GEDEM realizou, entre outras ações, um conjunto de entrevistas com atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, com vistas ao desenvolvimento de práticas de pesquisa e extensão.

Sendo assim, a entrevista que selecionamos surge justamente no âmbito dessas ações do GEDEM e o tema sugerido, como já foi dito, girava em torno da experiência da entrevistada com o rompimento da Barragem de Fundão, mas convém realçar o fato de que ela teve total liberdade para construir a narrativa e selecionar os aspectos que, aos seus olhos,

fossem mais relevantes. Sua escolha, então, eventualmente se concentrou na (re)construção de sua identidade como “atingida por barragem” e, assim, ao iniciar a narrativa, ela estabeleceu aquilo que, em termos analíticos, chamaremos de cena global básica de experiencição intersubjetiva, a qual marca a interação direta entre a entrevistada seus interlocutores. De fato, é a partir dessa cena global interativa que todas as outras cenas espaço-temporais vão sendo criadas recursivamente e dão forma a um enredo essencialmente polifônico, por meio do qual a entrevistada articula diversas “vozes dissonantes”, à medida que o tema principal da narrativa vai adquirindo contornos mais claros. Dito isso, começamos, então, por um primeiro recorte da entrevista, que marca o primeiro estágio de sua construção identitária: o “não-pertencimento”.

[...] essa edição [de julho de 2016, do jornal *A Sirene*] eu fiquei MUITO feliz porqueeee foi uma/ foi a edição mais importante pra MIM eh como eu destaco aqui no texto **eu nunca morei em Bento Rodrigues** né? e quando eu fui pedida pra/ pra trazer o/ os relatos porque até então **eu tava sempre como colaboradora** trazer o MEU relato e isso me incomodou muito porquee as questões relacionadas aa ao rompimen/ ao esse pós-rompimento da barragem a gente teve uma série de pessoas né? que se aproximaram numa tentativa de tirar proveito a gente tem essa sensação diversas vezes de que as pessoas ali são tratadas como mercadoria ((movimento negativo com a boca)) eeh no momento do rompimento da barragem a gente teve uma exposição MUITO grande MUITO [03:00] grande e embora eu já tivesse lidado com questões ((movimento com as mãos)) de desastres ((aponta com a mão para o lado)) ambientais tanto em Angra né? por duas vezes ((movimento com as mãos)) as questões de/ de Petrópolis eu tinha acabado de sair tinha algumas horas quando desceu tudo aquilo então eeh mas tanto em Angra como/ como em Petrópolis eu eu estive em conjunto com a população auxiliando

e aqui também oo/ o meu primeiro momento o intuito era esse só que **aos poucos eu fui me vendo também como atinGIda** né? eee isso gerou ((movimento com as mãos)) um conflito também muito grande porque eu vim ((movimento com as mãos)) pra trabalhar **eu não vim ((movimento com as mãos)) pra me colocar no papel ((indica com a mão para o lado)) de atinGIda** ee o meu/ eu comecei/ **eu me tornei atingida nas questões referentes às terras da minha família** eh a gente [04:00] tem propriedade lá desde os período do/ dos meus bisavós né? [...] (sic)” (linhas 28-55, ênfases nossas).

Neste excerto, a entrevistada chama atenção para dois pontos importantes que refletem o seu desconforto em estar posicionada, por força das circunstâncias, no lugar de atingida. O primeiro deles é o fato de ela nunca ter morado em Bento Rodrigues, apesar de ter um passado afetivo na região proporcionado pela presença de familiares; o segundo está relacionado à projeção de um julgamento alheio, por parte dos moradores, que eventualmente a colocaria no papel de oportunista. Esse desconforto confessado, no entanto, começa a adquirir um tom diferente quando, logo em seguida, ela sinaliza um primeiro movimento em direção à “legitimação” do seu vínculo com a terra e, conseqüentemente, com a identidade coletiva do “atingido por barragem”, ao reconhecer que essa identidade, por si só, é uma construção circunstancial, da qual ela inevitavelmente faz parte. De qualquer forma, este primeiro momento da entrevista ilustra bem a delimitação do “não-pertencimento” a partir do grau de vínculo com a terra e isso é algo que, um pouco mais à frente, se manifesta de forma clara quando ela encena um diálogo direto com os atingidos que moravam em Bento Rodrigues à época do rompimento: “[...] se você não mora na localidade, fica aquele entendimento: o que essa pessoa tá fazendo aqui? Ela

chegou nesse momento justamente pra reclamar uma herança? Quantos casos não acontecem desse modo, né...” (linhas 82-85). Demarca-se, assim, de modo explícito, uma forma de encenação por meio da qual a entrevistada flutua a instanciiação dêitica da “primeira pessoa do singular” para a “segunda” e, depois, para a “terceira”, alterando, por consequência, a projeção do foco narrativo que é delegado para o ponto de vista dos moradores da comunidade. Nesses termos, o estágio do “não-pertencimento” vai se consolidando a partir da criação de cenas que contrastam agentividades constitutivas de identidades distintas, apoiadas, sobretudo, na ideia de que o grau de pertencimento à comunidade estaria intrinsecamente conectado ao contato direto com a terra; nas palavras da entrevistada: “[...] a Lucimar nem existe dentro de Bento” (linhas 99-100).

De fato, a Lucimar museóloga e restauradora ainda não existia em Bento; quem existia em Bento era a “neta do Seu Neco e filha da Verinha”, como ela mesmo reconhece logo em seguida (linhas 102-103). Esta é, com efeito, uma virada de perspectiva importante na entrevista, que sinaliza o começo da transição para o segundo estágio (a identificação) da construção da sua identidade narrativa, a qual se apoia fundamentalmente em suas memórias de infância. Para (re)construir, então, a sua identidade como “neta do Seu Neco e filha da Verinha”, a narradora nos convida a uma expedição ao passado que, discursivamente, ativa padrões de experiencição intersubjetiva a partir da criação de cenas espaço-temporais sensoriais, afetivas, simbólicas. Em uma dessas cenas, por exemplo, ela rememora com imagens vívidas as suas viagens a Bento Rodrigues nos períodos de férias:

[...] a partir da Fazenda do Gualaxo, que tinha na estrada [...] às vezes a gente tava dormindo, mas quando chegava ali tinham alguns pontos de carvoaria, então a

gente [...] acordava com aquele cheiro do carvão e sabia que tava chegando na casa do vô. (linhas 129-137).

De modo geral, portanto, a contínua criação de cenas espaço-temporais que recuperam e filtram o passado vivido vai dando forma a um enredo que, embora permaneça polifônico, dilui as vozes dissonantes que marcam o estágio do “não-pertencimento” e entroniza a perspectiva do “nós”, isto é, da “primeira pessoa do plural”. Assim, este segundo estágio funciona, discursivamente, como uma espécie de entrelugar na construção da sua identidade como “atingida por barragem”, a qual depende intrinsecamente da coletividade, da comunidade, enfim, da intersubjetividade. Vejamos agora mais um trecho da entrevista que sintetiza a ideia de que não apenas a “neta do Seu Neco e filha da Verinha” está sendo recuperada, mas que a Lucimar-atingida está sendo construída:

[...] nisso foi que cresceu a filha de Verinha a neta de Neco e quando eu comecei a auxiliar as pessoas **eu nunca me identifiquei como Lucimar até hoje semana passada/ ((aponta para trás)) duas semanas atrás na verdade** nós estávamos num campo com um morador o ooo sidinei sogueira e ele tava auxiliando [12:00] a gente tá preparando agora um/ um diagnóstico né? da região afetada pela a roda consultoria e eu sou restauradora e museóloga ((movimento com as mãos para dentro)) então eu pedi auxílio ao Sidinei me conhece desde pequena e no meio do campo eeh o Lucas de Godói citou o meu nome ele respondeu que não sabia quem era Lucimar ((sorri)) aí ((expressão de susto)) Lucas achou estranho “eu não conheço” aí eu peguei ((aponta para o lado)) Lucas olhou pra mim eu falei “NÃO as pessoas não conhecem a Lucimar eles conhecem a NEta do Neco a FILha da Verinha” isso mesmo já a gente tendo passado um ano e meio do rompimento né? as pessoas que já me conheciam anteriormente elas permanecem com isso e isso eu não

queria e não quero perder por isso que foi o momento d’eu me expor no texto né? como como essa criança posteriormente se vocês acompanharem as outras edições [13:00] vocês vão observando que **a Lucimar ((movimento com as mãos)) ela vai surgindo né? [...]** (sic) (linhas 173-196, ênfases nossas).

Este trecho contém alguns pontos dignos de nota, a começar pela ambiguidade implicada no verbo “identificar”, que tanto pode se referir ao ato de se apresentar, isto é, de dizer o próprio nome a outrem, quanto pode se referir a configurações identitárias mais específicas, relacionadas, por exemplo, aos graus de pertencimento a grupos e/ou movimentos sociais. Tudo indica que a narradora, conscientemente ou não, utiliza o verbo nos dois sentidos e é justamente por isso que “a Lucimar [...] vai surgindo” como integrante conhecida e reconhecida no grupo dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão – eis aí uma clara metonímia do segundo estágio da construção de sua identidade narrativa: a identificação. Além disso, no trecho supracitado se destaca uma estratégia relevante de dramatização da experiência intersubjetiva, instanciada pelo enunciado “vocês vão observando que a Lucimar ((movimento com as mãos)) ela vai surgindo né?” – enunciado por meio do qual a entrevistada interpela diretamente o(s) seu(s) interlocutor(es)/entrevistador(es), lançando mão de uma locução verbal que caracteriza um aspecto perceptual em processo, e, com isso, vai reforçando a emergência da sua identidade no cenário global de experiência intersubjetiva, à medida que narra a sua própria trajetória. Outro ponto importante, sobre o qual ainda não lançamos luz adequada, é o fato de que a Lucimar museóloga e restauradora já havia experienciado de perto os impactos de desastres ambientais e, mais do que isso, trabalhado junto a

atingidos, como no caso das enchentes e deslizamentos de terra que vitimaram centenas de pessoas em Angra dos Reis, no ano de 2010, e em Petrópolis, no ano seguinte. Nesse sentido, a “neta do Seu Neco e a filha da Verinha” se une à Lucimar museóloga e restauradora, numa espécie de integração dos “sentidos do *self*”, ou ainda, numa simbiose identitária que, em última instância, vai consolidar não apenas o seu pertencimento à comunidade, mas também a sua agentividade como atingida, no sentido de que gradualmente ela passa a assumir funções sociais mais amplas, representativas de sua militância.

Essa militância, com efeito, configura o que estamos chamando de terceiro estágio da sua construção identitária como “atingida por barragem” e é profundamente marcada pelo papel de orientação, e até mesmo de tutela, que a entrevistada/atingida passa a desempenhar junto aos moradores de Bento Gonçalves a respeito da construção do “Dique S4”, à época ainda em processo de negociação – inclusive, era precisamente essa a pauta central do texto que Lucimar publicou no jornal *A Sirene* e que, entre outras coisas, motivou o registro da entrevista que está sendo analisada. Fato é que, em 2016, a Samarco planejou (e posteriormente executou) uma manobra que visava à contenção do persistente escoamento de rejeitos de minério da barragem quase um ano após seu rompimento, o qual tinha potencial para se agravar nos períodos de chuva. Assim, a construção do “Dique S4” foi a resposta apresentada pela empresa, mas essa “solução” alagaria completamente a área e comprometeria em definitivo os últimos resquícios do patrimônio sociocultural da região, a exemplo da “Capela São Bento”, e, por causa disso, o anúncio gerou grande polêmica não apenas dentro da comunidade, mas também junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que se opôs ao projeto. O trecho abaixo ilustra

bem o grau de militância da entrevistada e, consequentemente, esse terceiro estágio de construção da sua identidade narrativa:

[...] **eu precisava sensibilizar** com esse texto as pessoas pra esse entendimento de que aquilo ali não era só NOSso ((movimento com as mãos para dentro)) ele era um momento que eeh iria afetar TDo o patrimônio cultural da localidade [...] **você precisava ainda explicar** às pessoas daquela [16:00] comunidade qual a GRANde importância daquilo por que que é importante de repente você fazer uma escavação em determinadas áreas né? [...] **as pessoas tinham a necessidade** de entrar naquele território ((aponta para o lado)) e realizar mesmo que com aquele rejeito todo realizar a sua festa tal qual ela se realizava antes e você pegar e utilizar essas questões pra **explicar pra eles** a importância que tinha aquilo ali até mesmo por questões psicológicas né? [...] **então esse texto aqui ele pra MIM na Minha na minha hisTÓria na comunidade** ele foi o texto mais importante né? que ele/ ele pôde **sensibilizar as pessoas** a partir daí eu consegui né? nos dias sete e onze eeh colher essas assinaturas e as pessoas se empenharem nas questões no entendimento também que o dique prejudicaria a comunidade eee e a gente ((movimento com as mãos para dentro)) **trazer outras pessoas** também pra se identificarem com essa luta entender que não é uma luta só minha né? [...] (sic) (linhas 235-274, ênfases nossas).

De uma perspectiva discursivo-cognitiva, a recorrência de verbos como “explicar” e “sensibilizar” – cuja natureza semântica por si só já sinaliza uma forma de ação sobre o outro –, modalizados na dimensão da necessidade e do dever (precisava explicar, precisava sensibilizar), explicita a agentividade e, sobretudo, a “nova” identidade alcançada pela narradora, que agora assume um papel de liderança ciente do seu papel na preservação do patrimônio cultural e na conscientização da sociedade acerca da relevância dessa causa. É por isso que ela

precisa “trazer outras pessoas [...] pra se identificarem com essa luta, [pra] entender[em] que não é uma luta só [dela]”, afinal, trata-se de “uma causa da comunidade” (linha 408) que depende da união, da coletividade. Nesse sentido, o estágio de militância depende diretamente da sincronização plena das subjetividades e da integração das experiências coletivas, ou seja, depende da consolidação daquilo que estamos chamando de experientiação intersubjetiva – e isso é algo que se manifesta, por exemplo, na flutuação dos índices dêiticos de pessoa, que instanciam não apenas a “primeira pessoa” (eu, nós, a gente), mas também a “segunda” (você), e mesmo a “terceira”, sob a forma de referentes (as pessoas), fazendo com que, enunciativamente, ocorra uma espécie de integração de diferentes “eus” em uma só identidade: a do “atingido por barragem”. Com efeito, é a partir desses índices de experientiação intersubjetiva que a entrevistada realiza, em vários níveis e por meio da contínua criação de cenas espaço-temporais, a construção da complexa identidade narrativa da Lucimar-atingida. Nesse ponto, então, convém encaminhar as considerações finais e esclarecer os últimos contornos da nossa análise.

Considerações finais

De modo geral, a nossa análise tentou equalizar aspectos fenomenológicos, cognitivos e discursivos para tratar do “problema” da consciência pela via da intersubjetividade, adotando uma abordagem centrada no funcionamento sociocognitivo das experiências conscientes e assumindo o fato de que os seres humanos compartilham certos padrões de experientiação intersubjetiva que se manifestam, por exemplo,

por meio da linguagem e, mais especificamente, por meio da prática narrativa. Nessa perspectiva, o objetivo central da análise da entrevista narrativa selecionada foi mapear a realização linguístico-enunciativa desses padrões experienciais que, entre outras coisas, instanciam a construção do “sentido do *self*” (ABRANTES, 2010) e fomentam o compartilhamento dos conteúdos da experiência consciente (sensações, emoções, percepções) por meio da criação de cenas espaço-temporais. Com efeito, ficou claro que essa contínua criação de cenas deu forma a um enredo polifônico, por meio do qual a narradora gradualmente construiu a sua identidade como “atingida por barragem” a partir de três estágios: o não-pertencimento, a identificação e a militância. Além disso, também foi preocupação nossa avaliar a criação de cenas levando em conta diferentes níveis de experiencição intersubjetiva, a começar pela cena global que dá início à narrativa mediante a interação direta entre a narradora e seus interlocutores, e a partir da qual todas as outras cenas são geradas (o passado afetivo em Bento Rodrigues, o debate sobre a construção do Dique S4, entre outras tantas). Parafraseando Damásio (2018), é como se todos nós, leitores e interlocutores da entrevista, tivéssemos sido convidados a assistir e a experienciar intersubjetivamente o “filme da consciência” de um *self* em construção, cujo enredo nos faz refletir não apenas sobre uma luta individual, mas sobretudo coletiva.

Fato é que, não obstante o tempo decorrido desde o acontecimento histórico do rompimento da Barragem de Fundão, a mineração continua sendo uma atividade predatória que figura como um dos principais pilares econômicos do País, apesar da amplitude e da recorrência de seus impactos socioambientais, como foi o caso da tragédia de Brumadinho (MG), que vitimou

264 pessoas em janeiro de 2019. Além disso, é visível que os problemas enfrentados pelas comunidades atingidas também não foram devidamente solucionados; basta olhar para o famigerado “Dique S4”, que foi construído a despeito da luta coletiva e que ainda hoje, em 2022, mantém submerso não apenas o que restou do patrimônio histórico de Bento Rodrigues, mas também boa parte das memórias e das histórias de vida dos atingidos. Em suma, ainda bem que nós, seres humanos, somos dotados de intersubjetividade e, assim, podemos fazer com que ao menos as nossas memórias emergjam desse mar de lama.

Referências

- ABRANTES, A. M. M. Consciousness and self in language: a view from cognitive semiotics. In: **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 4, p. 7-24, 2010.
- BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.
- BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995. p. 284-293.
- CHALMERS, D. J. **The conscious mind**: in search of a fundamental theory. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- DAMÁSIO, A. **O mistério da consciência**: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- DAMÁSIO, A. **A estranha ordem das coisas**: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GALLAGHER, S.; HUTTO, D. D. Understanding others through primary interaction and narrative practice. In: ZLATEV, J. *et al.* **The shared mind: perspectives on intersubjectivity**. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 17-38.

GIBSON, J. **The senses considered as perceptual systems**. Connecticut: Greenwood Press, 1983.

JAVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 90-113.

MUNIZ, L. Nossa história debaixo do dique. **A Sirene**, Mariana, MG, ano 1, n. 4, jul. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm. Acesso em: 3 fev. 2022.

NEWEN, A.; DE BRUIN, L.; GALLAGHER, S. **The Oxford handbook of 4E cognition**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

TONONI, G. Consciousness as integrated information: a provisional manifesto. In: **The Biological Bulletin**, v. 215, n. 3, p. 216-242, 2008.

ZLATEV, J. The co-evolution of intersubjectivity and bodily mimesis. In: ZLATEV, J. *et al.* **The shared mind: perspectives on intersubjectivity**. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 215-244.

On Emotion: Exchanges Between Neurosciences and Literary Studies

Aline A. Moura*

Abstract

Taking into consideration an intellectual atmosphere attentive to the interchanges between embodied cognition and literature, the objective of this paper is to introduce definitions, mechanisms, and functionalities of bodily reactions to human existence and the production of knowledge, based mainly on the investigations of the Portuguese neuroscientist Antonio Damasio. He has published several books and is one of the most influential researchers on the reciprocity among body, brain, mind, and situated experiences. By analyzing his investigations, it becomes possible to develop theoretical and analytical repertoires capable of contemplating emotion resulting from contact with literary fiction as relevant to their understanding.

Keywords: Antonio Damasio; Embodied cognition; Emotion; Literary theory.

* Currently affiliated with the Portuguese and Brazilian Studies at Brown University, Aline Moura studies the relationship between emotion and cognition in contemporary fiction and non-fiction. She holds a Ph.D. and an M.A. in Literature, Culture, a B.A. in English/Portuguese Language and Literature, and a B.A. in History. Her research and teaching experiences include literary theory, affect theory, feminism, and Brazilian literature. She has been awarded several grants and fellowships and published in peer-reviewed journals, such as *Diacritica*, *Letrônica*, *Portuguese Literary & Cultural Studies*, and *Aletria*. ORCID: 0000-0002-0619-1077.

Sobre emoção: intercâmbios entre neurociências e estudos literários

Resumo

Levando em consideração uma atmosfera intelectual atenta aos intercâmbios entre cognição incorporada e literatura, o objetivo deste artigo é introduzir definições, mecanismos e funcionalidades das reações corporais para a existência humana e para a produção de conhecimento através, principalmente, das investigações do neurocientista português Antonio Damasio. Ele publicou inúmeros livros e se tornou um dos mais influentes pesquisadores sobre a relação recíproca entre corpo, cérebro, mente e experiências situadas. Pela análise de sua pesquisa, torna-se possível desenvolver repertórios teóricos e analíticos capazes de contemplar emoções resultantes do contato com ficções literárias como relevantes para o seu entendimento.

Palavras-chave: Antonio Damasio; cognição incorporada; emoção; teoria literária.

Recebido em 30/03/2022. // Aceito em 30/10/2022.

Introduction

The exhibit *Reading Women*, produced by American artist Carrie Schneider, gathers photographs and videos of women—mostly her friends and artists—comfortably leaning on armchairs, chairs, and beds. They are reading books written by women in the familiar environment of their homes or studios. In contrast to the photos, the film installation, displayed on a large screen, allows us to observe readers' losing their initial concentration through slow gestures, visible in the eye's movement across the pages, half-smiles, discreet yawns, uneven breathing, and accelerated heartbeats.

Among the videos, I highlight “Megha reading Edith Wharton (*The House of Mirth*, 1905)”, for capturing her accelerated heartbeat, perceptible in the irregular rhythm of her torso while reading a book written more than a hundred years ago.

Carrie Schneider, graduated in Arts and Psychology, started her project curious to know the intellectual influences of her generation by observing her friends' book choices and the effects of reading on their bodies. By allowing them to read for roughly two hours, she could grasp fleeting moments of immersion, when the concentrated conscience yields to the power of imagination in apparently simple yet powerful unconscious gestures of women holding a book and turning pages.

The art critic Kendra Patrick accentuated the performative facet of Schneider's series because “the photographer's message is, ‘look around you,’ the performer's message is, ‘I am you’” (PATRICK, 2011). Such a characteristic is also present in the exhibit site, a university hall where students with books

and laptops are immersed in their knowledge journeys. The interaction between intellectual activity and bodily experience is striking, not only on the photographs and videos but equally all over the place.

The capturing of the visible impact of reading in the readers' bodies at the film installation reveals the emotional strength of this experience. It brings out into the open what is believed to happen only inside their heads. The preeminent Portuguese neuroscientist Antonio Damasio's investigations shed light on this relationship between intellectual activity and body affection. His proposals lead to the recognition of the influence of the body in activities previously seen as primarily rational and logical. In this sense, he offers guidance for building theoretical and analytical models interested in the performance of these emotions. Literary Studies, in particular, benefits from this orientation because a systematization and elaboration of the relationship between emotion and reason make it possible to expand the bases of the field. According to Heidrun Olinto (2009), although there has been a rising concern with emotional processes within the scope of scientific practice since the 1970s, this theoretical imagination still offers unequal results in overcoming the chasm between rationality and emotivity. There is a need for it to engage in a dialogue with fields dedicated to studying emotions and feelings (Cf. OLINTO, 2009, p. 164).

The objective of this paper, therefore, is to introduce definitions, mechanisms, and functionalities of bodily reactions to human existence and the production of knowledge, based mainly on the investigations of Antonio Damasio. He has published several books and is one of the most influential researchers on the reciprocity among body, brain, mind, and

situated experiences. By analyzing his investigations, it becomes possible to develop theoretical and analytical repertoires capable of contemplating the emotion resulting from contact with literary fiction as relevant to their understanding.

To achieve this goal, this paper takes into consideration Paul Armstrong's advice in *How Literature Plays with the Brain*. He states that an interchange between literature and neuroscience shouldn't reduce literary reading to a scientific realm. According to him, "each perspective has its uniquely defining strengths (and limitations), and one should no more want to privilege either to the exclusion of the other than one would want to use only one kind of instrument to solve every problem one came across" (ARMSTRONG, 2013, p. ix). This paper seeks to help literary scholars to become more competent interlocutors with neuroscience by recognizing its methods and approaches.

It is worth noticing that instead of exploring conscious feelings in academic research, this paper focuses on automatic body reactions. Reading *Women exhibit*, by capturing the readers' affective reactions in the moment of deep concentration and by revealing the affective potential of this activity, precisely encapsulates the interaction between body and intellectual activity, emotions, and reason, even without the conscious mind being explicit. The in-depth understanding of the importance of this interaction is evident from Damasio's perspective.

Antonio Damasio's Methods

The evaluation of Antonio Damasio's possible contributions to literary studies requires an understanding of neuroscience's main methods so that one can critically read his hypotheses. The

researcher of mental and psychotropic diseases Alain Ehrenberg (2009) defines neuroscience as a grouping of disciplines interested in knowing the brain in action by gathering social, cerebral, and mental knowledge. Rather than focusing on the biological functioning of the brain or mental phenomena, they integrate them to understand the human condition in society (EHRENBURG, 2009, p. 188). According to Ehrenberg, referring to the 2000 Nobel Prize winner in Physiology and Medicine Erik R. Kandel, while biology of the 20th century focused on “gene”, in the 21st century its focus is on “spirit” (p. 187). The technical advances that let us see the “brain in action” helped not only progress treatments of mental pathologies but also heralded the emergence of a biology of consciousness or spirit, which became subject to numerous laboratory experiments instead of metaphysical speculation (p. 188). Among the diverse interests of neurosciences, affective neurosciences have focused on comprehending the physiology of emotions from the analysis of their neural substrate and explaining human attitudes and characteristics (DAVIDSON; SUTTON, 1995, p. 217).

Regarding the neuroscientific research methods, Antonio Damasio (1990) describes the use of the lesion method, which compares the performance in experiments among patients with and without neurological disorders; electrophysiology, dedicated to the study of electrical properties in cells and tissues; and the dynamic image, which produces images of areas of the brain. Among these, Damasio favors the lesion method since it allows analyzing brain structures in vivo on tomography, magnetic resonance, and electroencephalogram images, as well as that method’s integration with data collected in interviews with patients and with the observation of compromised behaviors. It

is a method widely used in neurosciences in studies on vision, language, and memory, with significant advances due to recent technical developments.

In *The Feeling of What Happens* (1999), Damasio highlights the importance of reconstructing three-dimensionally the brains of living patients based on raw data while observing their behaviors. This advance allows the evaluation of changes in the activity of certain brain regions through positron emission tomography (or PET), in which images are created from blood and oxygen perfusion, and functional magnetic resonance imaging (or fMRI), which detects blood flow in mental activities. It is also possible to analyze changes in electrical conductance on the skin, on the scalp, or even on the surface of the brain during surgery. According to Damasio, a novel method alone is not enough to understand complex chains between brain functioning, private mind, and public behavior. However, such advances can come from dialogues with various fields dedicated to comprehending neuroanatomy and the function of the nervous system, as performed by neuroanatomists, neurophysiologists, neuropharmacologists, and experimental neurobiologists, who study molecular events inside nerve cells (DAMASIO, 1999).

By knowing these methods, one can realize that neuroscience is based on certain paradigms, which are variable in the face of technical developments and the nature of what is being investigated. Lesion analysis, for instance, requires a parameter that defines normal functioning and behavior. Nonetheless, the analysis of objective data on brain functioning, the measurement of chemical levels, and the measurement of electrical signals, in conjunction with the knowledge of bodily sensations obtained through self-observation and interviews, help clarify the

underlying definition of emotion in this field. This disregards the prevailing understanding, which relates them to subjective and personal experiences. When Damasio defines emotions as actions or movements, many of them public, that take place in face, voice, or behavior (DAMASIO, 2003), the focus becomes on changes in the functioning of the body and, subsequently, the mind and how they function for humans, thus making them apt for scientific study.

Emotions, Brain, and Mind in Damasio's research

As part of his research, Damasio has published articles that relate philosophical reflections with results from scientific experiments. He believes that the Humanities pose important questions regarding the role of emotions in human life. It is his first book, *Descartes' Error* (1994), which presents the striking hypothesis, the somatic marker hypothesis, that emotion plays an integral role in reasoning and can assist instead of necessarily disrupting it (DAMASIO, 1994). By replacing Descartes' aphorism "I think, therefore I am" with "I feel, therefore I am", Damasio emphasizes the reciprocity between emotional and rational processes. He not only undoes a hierarchy that places reason at a higher level than emotion but also demonstrates the importance of emotions for human livelihood. Phineas Gage, a survivor of a devastating accident that damaged a significant portion of his brain and caused him to have difficulties making decisions, provides one of the most compelling examples of this hypothesis. The fact that Gage was unable to maintain social commitments and make choices wasn't the result of a compromised area of the brain responsible for logical reasoning

since those areas were intact following the accident. In his case, the damage caused to the prefrontal cortex of the two hemispheres of the brain, on the ventral and internal surfaces, has impaired his ability to feel emotions.

Damasio defines emotion as the direct perception of the body, i.e., when the functioning of the body is perceived as altered in contact with stimuli. Contact with real or imagined events or objects causes uncontrollable changes in the body, and the brain maps these events to assist in quick decision-making. Rather than being subjective, personal, and private, emotion is an automatic response to a stimulus that prepares one to deal effectively with a situation. As a result, our bodies serve as a reference for understanding the world. Damasio viewed Descartes' error as dissociating the mind from the body, treating the body as secondary and unimportant. Correcting this error can enhance our understanding of human conflict, allowing us to examine the relationship between biology and culture more effectively (p. 10).

His book *The Feeling of What Happens: Body and Emotion in the Making of Consciousness* (1999) sets out Damasio's hypothesis about the relationship between body and mind through biological processes. He focuses on the emergence of consciousness and explains how an organism that feels emotion could become aware of that cerebral substrate of feeling.

Damasio aims to explain consciousness via how human brains engender mental patterns, the "images of an object." He defines objects as entities as diverse as a person, a place, a melody, a toothache, or a state of ecstasy, and images as a mental pattern in any sensory modality, such as a sound image, a tactile image, or the image of a state of well-being. According to him,

those images communicate both the characteristics of objects and the affective reactions to them, as well as the perception of the individual's consciousness in the act of producing knowledge. The neurobiology of consciousness, therefore, faces two issues: "how the movie-in-the-brain is generated" and "how the brain also generates the sense that there is an owner and observer for that movie" (DAMASIO, 1999, p. 11). By emphasizing the interaction between object and organism, Damasio recognizes some asymmetry in the biology of consciousness since parts of the brain map the surrounding world while others focus on the very state of the organism that observes the world along with the changes that the world provokes in the organism. To him, consciousness arises precisely through these mechanisms of representation of the organism being itself altered by an object.

Emotions, which are chemical and neural reactions of the body in response to an object, are unconscious, and uncontrollable, although each culture has its own means of inducing a certain emotion. Once they prepare an organism for a specific situation, real or imagined, they become bioregulatory mechanisms, regardless of whether an individual is conscious of their existence. Since not always an organism is aware of its emotions—for instance, a state of anxiety or restlessness can be experienced before this fact is known—Damasio distinguishes three intertwined stages: "a state of emotion, which can be triggered and executed non-consciously; a state of feeling, which can be represented non-consciously, and a state of feeling made conscious, i.e., known to the organism having both emotion and feeling" (DAMASIO, 1999, p. 37).

Therefore, Damasio states that any subjective experience can be scientifically accessed since it depends on a sufficient

number of variables liable to observation and experimental formulation. In addition, subjective observations, such as introspective perceptions, can inspire objective experimentation and subjective experiences can be explained from the viewpoint of available scientific knowledge. Subjectivity, hence, is the result of complex biological processes, based on the integration of the relationship between the observer and the observed object, self-observation of the subject's changes, implicit memories, and autobiographical memories. To Damasio, there is no sovereign subject, totally aware and rational since its relationship with the world depends on the interaction of affective, rational, and environmental aspects as well as biological and cultural markers. Damasio concludes that "consciousness begins as a feeling" (p. 394) as it is necessary for a body mapping its changes so that it can see itself as present and aware of a given situation.

His book *Looking for Spinoza: Joy, Sorrow, and the Feeling Brain* (2003) explains exclusively the functioning of emotion and feeling. Based on neuroimaging techniques, methods of neurochemistry, and the observation of social behavior, its objective is to create images of the anatomy and activity of the human brain to elucidate the web of mechanisms that allow our thoughts to trigger emotional states and feelings.

He steps up the distinguishing between emotion and feeling by explaining that while the former are actions or movements in the body, which can be visible, like a shiver, or invisible to the naked eye, such as increased blood flow; feelings are mental images necessarily imperceptible. In his definition, "emotions play out in the theater of the body. Feelings play out in the theater of the mind" (DAMASIO, 2003, p. 28). Both emotions and feelings are fundamental mechanisms of assessing the surrounding environment so that an organism can act accordingly.

When it comes to emotions' classification, lassitude and enthusiasm are referred to as background emotions. In addition to subtle body signs, they result from the simultaneous activation of various regulatory processes in the body, such as limb movements and changes in prosody or voice rhythm. Examples of primary or basic emotions are fear, anger, disgust, and surprise, whose fomenters are generally shared by members of a community. Although Damasio differentiates innate from acquired emotions, both of them are related to adaptive corrections of the body's state.

Emotions become feelings by means of a process that spreads laterally and involves parallel chains of brain structures that relate the perception of the state of a body in contact with a stimulus and consonant themes via the memory of related stimuli. These additional stimuli can lead to a change in the emotion, causing the continuation and intensity of the emotional state to go under the development of the cognitive process. Feelings cannot be considered passive perceptions because they recruit the body dynamically and repeatedly, for several seconds or minutes, corresponding to active variations in perception. It is noteworthy that feelings do not necessarily have to be linked to a real state of the body, but rather to brain maps of the state of the body.

According to the neuroscientist, every life experience is accompanied by some degree of emotion, i.e., emotions, whether positive or negative, are mandatory components in our social experiences (p. 157). Moreover, they connect individuals to their surrounding environment, which can lead up to generosity or group collaboration (p. 169). Damasio asserts that body and mind are attributes of the same substance by referring to

Spinoza's affirmation that "the human mind is the idea of the human body" (p. 12). In other words, there is only a mind in the presence of a body, because the mind comes from brain maps of the state of a body.

His book *The Strange Order of Things: Life, Feeling, and the Making of Cultures* (2018) offers an explanatory narrative of how single-celled beings evolved until they were able to develop complex cultures via the centrality of emotions and feelings. The strange order of things is, therefore, to credit emotions and feelings as the spark that motivates, monitors, and negotiates all human cultural efforts. This is contrary to the expectation that such efforts are confined only to intellect, sociability, and language. To Damasio, all these aspects were critical, but "something else was required to jump-start the saga of human cultures. That something else was a motive. I am referring specifically to feelings, from pain and suffering to well-being and pleasure" (DAMASIO, 2018, p. 4).

Given the primary role of emotions and feelings as life regulators, their intensity expresses the deficient or proper functioning of an organism, the so-called homeostasis. Homeostasis is the regulation of life within a range that is compatible with survival as well as conducive to flourishing, which means a projection of life into the future of an organism or species (p. 25). Since homeostatic processes are variable, an organism can consciously and deliberately create ways to regulate life. Human cultures, in this perspective, are understood as manifestations of this creative variety of homeostasis (p. 46). In other words, emotions have assessed the functioning of an organism and motivated intellectual inventions—such as the arts, philosophical topics, religious beliefs, moral rules,

economic institutions, technology, and science—to improve its livelihood. The neural system, therefore, begins as an assistant to the body, i.e., as a coordinator of life in biologically complex beings, which enables humans to generate images that represent the world around them and the internal world of each one. (p. 75).

To Damasio, all images of the outside world are processed in a nearly parallel fashion with the affective responses that these same images produced by acting elsewhere in the brain – in specific nuclei of the brain stem and of the cerebral cortices that are related to body state representation, such as the insular region. This means that our brains are busy not only mapping and integrating varied external sensory sources but simultaneously mapping and integrating internal spaces, a process whose results are none other than feelings (cf.: DAMASIO, 2018, p. 89).

In that case, the human mind records images and relates them to other mental images, and the quality of this “recording” depends on the attention given to the image in the first place as well as how much emotion and feeling were generated transversely in the flow of the mind (p 93). The neuroscientist claims that “most emotions and feelings are essential to power the intellectual and creative process” (p. 101).

Human complexity, Damasio explains, started with emotions because they led humans to focus on certain objectives, which enhanced their intelligence and refined it to result in the human cultural mind. Emotions and reason are inseparable, and their role is to keep human alive (cf.: p. 191). As Damasio concludes, “a life not felt would have needed no cure. A life felt but not examined would not have been curable. Feelings launched and have helped navigate a thousand intellectual ships” (p. 233).

Damasio's definition of emotion corresponds to the affective reactions captured in the Reading Women exhibit since each reader experimented changes in the state of their bodies—without having control or even awareness of them—through contact with the books. Those visible alterations, for instance, in the rhythm of breath and heartbeat as a result of the act of reading, rather than secondary, compose the literary narrative understanding¹. Just as Damasio's model integrates body, mind, and environment for the comprehension of human developments, literary fiction can be understood through this perspective. Along with providing insight into human behavior, Damasio's research also provides insight into how readers decode letters. Nonetheless, in addition to understanding the role of emotion in rationality, it is also necessary to study the factors involved in these affective processes in greater detail.

The Four Aspects of Emotions

Emotional responses are not only related to logical reasoning, but also to the multitude of factors that contribute to these responses to subjective experiences, and it is important to learn what causes them.

As mentioned before, it is a competent stimulus that triggers bodily responses. As was the case in Reading Women's exhibit, which captured how the readers' bodies underwent changes as a result of their books functioning as a competent stimulus. According to Fredrik Tygstrup (2014), emotions emerge from a relationship between a subject and an external event or phenomenon. Because of it, any analysis focused exclusively on

¹ Jenefer Robinson's book *Deeper than reason: emotion and its role in literature, music, and art* (2005) explores this hypothesis by pointing out the importance of affective responses in contact with literary fictions.

the psyche should shift to the situation in which contact was established. In *Affective Spaces* (2014), he also emphasizes the complex composition of material elements, social scripts, and protocols that articulate volitional, imaginary expressions and individualized manifestations of emotions (TYGSTRUP, 2014, p. 169).

According to Damasio, the body and brain are inextricably integrated through neural systems, that link the brain to practically all parts of the body, and through biochemical changes via hormones and peptides, which are carried through the bloodstream (DAMASIO, 2003). For this reason, the experience of emotions is not an illusory mental quality associated with an object, but the direct perception of a specific landscape: the landscape of the body affected by a stimulus. Damasio highlights that the structures necessary for the formation of the “maps of the body” in the brain influence not only the mapping but are caused by signals from the body and other brain structures.

Jesse Prinz defined emotions in *Gut Reactions: A Perceptual Theory of Emotion* (2004) as inner states that manifest in response to bodily reactions. He has dismissed changes in the body as essential to emotional responses because such emotions can come without real changes in the body as they can in imagined situations (cf.: PRINZ, 2004, p. 242). Nevertheless, these emotions still rely on bodily engagement, since one is simulating body states as if the imagined event occurred. Based on this, Damasio classifies this simulation grounded on imagined situations as an “as-if body loop”, which occurs when bodily reactions are experienced from mental states and not from experience with real events. This as-if body loop, therefore,

emerges when reactions to stimuli start in the mind, changing brain states and informing the body. It differs from the “body-loop”, which begins with changes in the body that alter the brain and the mind.

In the case of the as-if body loop, the simulation of a body state can be beneficial because it provides faster and more effective reactions, allows energy savings, and reduced time in processing a certain state. This mechanism also contributes to the understanding of other people’s actions, since they provide a simulation of their reactions. This mechanism may be of interest to literary studies because reactions to literature start in the mind—in the form of ideas and thoughts during this interaction—yet stimulate bodily reactions. In a nutshell, the so-called body-loop occurs when the brain coordinates the physiological states of the body, creating a map of it. On the other hand, in the case of the as-if body loop, the mind can simulate these maps of body states as if bodily changes had in fact occurred (DAMASIO, 1999). Contrary to Prinz’s criticism, the Portuguese neuroscientist has argued that emotions always end up being felt in the flesh (DAMASIO, 1994 Body reactions from contact with objects or situations, whether they can be simulated or not, are essential because they enable us to react faster when faced with competent stimuli.

The so-called interior constructions are also an influential factor in the rise of emotions. For instance, a prolonged contemplation of a painting provokes several emotions even though the stimulus doesn’t change. Due to a loop activated by the competent stimuli, an observer experiences new perception via previous emotional experiences, including “its object, context, history, personal association, and so on” (HOGAN, 2011, p.

54). In this context, emotions are forms of engagement with a stimulus based on previous experiences that are recollected and influence how it is perceived.

Those previous experiences permit emotion and feeling to be classified into positive and negative valences (PRINZ, 2004). Given the fact that a positive valence reinforces contact with a stimulus while a negative one undermines such contact, this definition is attuned to Damasio's proposals once emotions help to regulate life by helping to direct our actions. Due to this characteristic, Prinz has defined emotions as "embodied appraisals" (p. 116), that is, forms of mental representations that involve the body and evaluate stimulus.

The aforementioned four factors—competent stimuli, body reactions, internal constructions, and valence—have encouraged researchers to reconsider their comprehension of emotions and feelings as well as their importance to Literary Studies. It is worth noticing that, instead of arising spontaneously from an individual, emotions require a competent stimulus that affects a body's functioning. Body reactions, therefore, are a form of assessment that helps one to respond quickly and adequately to that stimulus. There are also cultural and social aspects that influence how one deals with their body. Because emotions provide an assessment of a literary text, they do not undermine literary analyses. It is precisely their complexity that allows literary analyses to benefit from an awareness of body reactions.

Final Remarks

Literary studies have long recognized the role of affections and emotions in the act of reading, whether for the pleasure of

reading (BARTHES, 1987) or their performative (ZUMTHOR, 2000) and cathartic capacity, even claiming the replacement of hermeneutics by an “erotic” of art (cf.: SONTAG, 1987). Since the 1990s, numerous studies in the sciences of cognition and neuroscience have encouraged researchers to explore the cognitive potential of affections, replacing a dichotomous view between emotion and reason, subjectivity and objectivity, and body and mind. Antonio Damasio’s hard-hitting explanation of emotions, however, allows us to legitimize the importance of considering bodily reactions in cognitive processes as well as helps us to take advantage of emotional responses in our field. The book *Literatura e emoções: a função hermenêutica dos afetos*, by Leonor Simas-Almeida is an example of how this study has been fruitful. Simas-Almeida’s objective is to show multiple critical possibilities offered by a theoretical approach centered on the literary construction of emotions² (SIMAS-ALMEIDA, 2019). Although there is this current intellectual atmosphere, as Paul Armstrong (2019) points out, a paradigmatic shift is still urgently necessary in how literature is examined, as basic concepts of narratology cannot account for discoveries about how the brain reads and interprets literature. A deeper understanding of the way emotions are regulated is essential to the contemporary study of literature, and this can be achieved through the intersection of neuroscience and literary studies.

Antonio Damasio’s research has shown, from multiple perspectives, the importance of emotions in logical reasoning, livelihood, and even human culture. As he has argued, our brain knows more than the mind reveals, meaning that the world is not only interpreted by the conscious mind (DAMASIO, 1999).

² A detailed review is available at <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/23634>.

In reality, emotions are integral to the knowledge we produce about the world, they are “the hidden unrecognized presences at the cultural conferences table. Everyone in the room senses their presence, but with few exceptions, no one talks to them. They are not addressed by name” (DAMASIO, 2018, p. 16). Taking this into account, the corporal reactions experienced by the readers in the Reading Women exhibit are evaluative responses to the book they are reading and can be integrated into literary analyses.

References

ARMSTRONG, Paul. **How Literature Plays with the Brain: The Neuroscience of Reading and Art**. Baltimore: John Hopkins Press, 2013.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

DAMASIO, Antonio. **Looking for Spinoza: Joy, Sorrow, and the Feeling Brain**. Orlando: Harcourt, 2003.

DAMASIO, Antonio. **The Feeling of What Happens: Body and Emotion in the Making of Consciousness**. New York, London: Harcourt Brace & Company, 1999.

DAMASIO, Antonio. **Descartes' Error**. New York: G.P. Putnam's Sons, 1994.

DAMASIO, Antonio. Introduction: Of Minds and Brains. **Seminars in Neuroscience: The Neurobiology of Mind**, n. 4, v. 2, 1990, p. 245-248.

DAVIDSON, Richard; SUTTON, Steven. Affective Neuroscience: The Emergence of a Discipline. **Current Opinion in Neurobiology**, n. 5, 1995, p. 217-224.

EHRENBERG, Alain. **O sujeito cerebral**. Psicologia clínica, n. 21, v. 1, 2009, p. 187-213. HOGAN, Patrick. **Affective Narratology: The Emotional Structure of Stories**. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 2011.

OLINTO, Heidrun Krieger. A economia das emoções na crítica e teoria da Literatura. **Literatura e Crítica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.148-165.

PATRICK, Kendra. Carrie Schneider's Reading Women. **Turbulence**. February 19th, 2013. Available at <http://turbulenceartproject.com/post/60300842565/from-the-inside-carrie-schneider-there-is-an>.

PRINZ, Jesse. **Gut Reactions: A Perceptual Theory of Emotion**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SCHNEIDER, Carrie. Megha Reading Edith Wharton (The House of Mirth, 1905). (2018). [Video HD] Providence: Granoff Center, 2016.

SIMAS-ALMEIDA, Leonor. **Literatura e emoções: a função hermenêutica dos afetos**. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1618-6>.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**. Contra a interpretação. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 11-23.

TYGSTRUP, Frederik. Affective Spaces. In: OLINTO, Heidrun; SCHØLLHAMMER, Karl Erik (eds.). **Cenários Contemporâneos de Escrita**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 166-184.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

Complexidade, priming e mind-reading nas “duas fases” de Machado de Assis (num estudo comparativo entre **A mão e a luva** e **Dom Casmurro**)

Pedro Ramos Dolabela Chagas*

Anny Clarissa de Andrade Moreira**

Leonardo Ferreira Almada***

Resumo

A partir do contraste entre passagens de **A mão e a luva** (1874) e **Dom Casmurro** (1899), analisamos a crescente complexificação da prosa machadiana em seus estímulos ao processamento mental da leitura. Mais precisamente, analisamos o modo como obras das duas fases (a fase romântica se estende até 1880, quando então se inicia a fase realista) da sua produção solicitam de maneiras diferentes a participação interpretativa do leitor, buscando apoio, para tanto, em conceitos de “complexidade”, “priming” e “mind reading”. De acordo com os indícios selecionados para a comparação entre as duas fases, nota-se o crescimento do repertório de estímulos cognitivos que os textos machadianos oferecem a seus leitores. Ao final, o artigo deriva as implicações dessa observação para a descrição da trajetória de Machado de Assis como um processo de aprendizado literário, uma possibilidade ainda pouco explorada na sua fortuna crítica.

Palavras-chave: Machado de Assis; narratologia cognitiva; complexidade; *priming*; *mind-reading*.

* Professor Adjunto de Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Federal do Paraná. ORCID: 0000-0003-0336-489X.

** Doutoranda em Estudos Literários, no curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. ORCID: 0000-0002-6145-8547.

*** Professor Associado III de Filosofia do Instituto de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. ORCID: 0000-0002-9777-5667.

Complexity, Priming And Mind-Reading in the “Two Phases” of Machado De Assis (In a Comparative Study Between *A Mão e a Luva* and *Dom Casmurro*)

Abstract

From the contrast between passages from **A mão e a luva** (The hand and the glove, 1874) and **Dom Casmurro** (1899), we analyze the increasing complexification of Machado de Assis's prose in its stimuli to the mental processing of reading. More precisely, we analyze the way works from both phases (the romantic phase extends to 1880, when the realist phase begins) of his production request the reader's interpretative participation in different ways. Grounded in concepts of “complexity”, “priming” and “mind reading”, the analysis of selected textual segments reveals a growth in the repertoire of cognitive stimuli between the Machado's two phases. At the end, the article derives the implications of this observation for the description of Machado's literary trajectory as a learning process, a possibility still unexplored in his scholarship.

Keywords: Machado de Assis. Cognitive Narratology. Complexity. Priming Mind-Reading.

Recebido em 24/03/2022. // Aceito em 26/08/2022.

Apresentação

Retomemos um senso comum: a existência de duas fases na obra de Machado de Assis, marcadas por diferenças estéticas e pelo adensamento na crítica social. A primeira fase, a romântica, se estende até o ano de 1880, quando então se inicia sua fase mais fecunda, a realista. Sua composição textual se sofisticava, aumenta sua agudeza crítica, ainda dentro de uma concepção realista de romance em que a psicologia dos personagens é codeterminada pelo ambiente social – fazendo com que a crítica social e a psicologia dos personagens se complexifiquem conjuntamente. A transição teria sido súbita, e por isso enigmática, despertando há décadas, na crítica especializada, o desejo da explicação. Hélio de Seixas Guimarães (2012), por exemplo, entende que mudanças nas concepções machadianas do leitor tiveram implicações sobre sua escrita: à medida que Machado mudava sua percepção do leitor, e da relação que poderia ou deveria estabelecer entre o Machado e seus leitores, seus textos mudaram de acordo. Dada a centralidade da leitura nessa explicação, Guimarães será o interlocutor escolhido para demarcar nossa diferença de abordagem.

Com efeito, não nos interessam as concepções que Machado de Assis tinha dos leitores que poderia ter, mas as maneiras como seus textos buscavam impactar as mentes dos leitores que viesse a encontrar – de maneiras diferentes, em cada fase da sua carreira. Visamos descrever a crescente complexificação da composição textual machadiana, sem pretender explicar as motivações autorais da mudança. É difícil explicar, sem recorrer à especulação, o que teria motivado a reorientação da sua escrita, mas não é difícil descrever diferenças textuais –

no caso, diferenças implicadas no estímulo ao processamento mental do leitor. Não pensamos a composição como forma planejada(“obra”) nem como “expressão social” a emergir, no texto, sob o controle autoral (ou mesmo à sua revelia). A forma como “projeto autoral” ou como “expressão da experiência social” abarca noções diferentes sobre a ontologia da forma, mas que redundam em métodos convergentes de análise pelos quais se observa a estruturação da “obra” como produto acabado, mudando apenas a explicação da sua gênese – como “intenção estética”, “representação social” ou uma combinação das duas coisas. Em lugar do texto encerrado como “obra”, pensamos o texto como comunicação, tendo como interlocutores as ciências cognitivas, a pragmática linguística e a semiótica. Por que isso interessa?

Temos duas questões em mente. Se o primeiro Machado já criticava agudamente sua sociedade, o que ele passou a fazer de diferente na “segunda fase”? Outra: se há diferenças estéticas entre as fases, como descrevê-las sem apelar a noções de “inovação”, “transgressão” e “negatividade estética” que fariam de Machado um modernista *avant la lettre*, anacronismo que o constrói como um tipo de autor que apenas o século XX iria institucionalizar? Ao mudarmos o paradigma teórico, vemos que Machado não necessariamente passou a teorizar mais ou melhor o Brasil, mas passou a observá-lo numa maior variedade de aspectos, relativos a agentes e contextos que eram inter-relacionados, em seus textos, de maneiras imprevistas, sem o aporte explicativo do narrador, assim demandando maior participação do leitor na abdução dos significados sugestionados – esse será o eixo da nossa descrição.

A proposta se volta à microscopia do texto, e a partir da qual chegaremos à visão de conjunto. A proposição geral deve

ser confirmada na análise do pormenor; proposições sobre o conjunto da obra devem ser confirmadas na microscopia do texto. A hipótese é que os romances da segunda fase demandam maior capacidade abduativa do leitor, que passa a ter que inferir, por conta própria, conteúdos necessários para interpretar comportamentos, motivações, reflexões e reações dos personagens em cena. Por “abdução” entende-se a necessidade de formular hipóteses que expliquem fenômenos singulares e imprevistos, para os quais não há expectativas prévias deduzíveis de explicação e que tampouco ocorrem com uma frequência suficiente para permitir a inferência de causas que os expliquem. Nas obras da segunda fase, o leitor deve inferir muito para ganhar alcance ao que há de mais importante na história, pois bem menos informação lhe é explicitada no texto, fazendo com que a abdução se torne o padrão interpretativo predominante: para processar grandes quantidades de informação lançadas em sequências diegéticas rápidas – os breves capítulos machadianos –, representando situações singulares sem o apoio de um narrador que oriente no processo interpretativo, o leitor deve abduzir o sentido do texto, estabelecendo por conta própria padrões de coerência que deem sentido a eventos pontuais e processos prolongados.

O estilo a que Machado recorre nas obras de segunda fase constitui uma comunicação de risco, que admitia sua própria possibilidade de fracasso. Não conhecemos, é claro, as reações da vasta maioria dos leitores, mas os textos indicam a complexificação no estímulo ao processamento da informação: a reação de cada leitor é individual, mas níveis de complexidade diferentes podem ser identificados na composição textual, de maneira metodologicamente controlada. Dentre a variedade de operações mentais que poderíamos destacar, falaremos do

estímulo à interpretação pela abdução, mediante a observação de alguns tópicos interligados: a exploração de índices variados para tipificar e/ou singularizar os personagens, com a sofisticação dos efeitos de priming sugestionados ao leitor; o aumento do número de personagens psicologicamente densos, envolvidos em processos de mind reading em contextos instáveis de interação, gerando confluências de mentes distantes do equilíbrio emocional, dotadas de diferentes entendimentos do que se passa na cena; a própria noção de “complexidade”, sem a qual a descrição proposta não receberia um enquadramento epistemológico preciso. Contrastaremos passagens de **A mão e a luva** e **Dom Casmurro**: as passagens serão poucas e breves, as obras serão apenas duas, mas o objetivo imediato não é estender nossa visada à totalidade do corpus machadiano, e sim dotar de precisão conceitual a descrição da sua produção tardia, sob os paradigmas propostos. Teremos como objeto uma minúscula fração do corpus, visando uma caracterização inicial, conceitualmente precisa e empiricamente fundamentada, do direcionamento da prosa machadiana à complexificação na comunicação com o leitor.

Ao final, se com os termos “complexidade”, “priming” e “mind reading” dermos precisão conceitual à descrição dos modos como os textos pretendiam ativar as mentes dos seus leitores, talvez possamos contribuir para (re)descrever a trajetória literária de Machado de Assis – identificando-o como um autor aprendiz que, tendo escrito teatro, ópera, poesia, conto, crônica e crítica, dominou progressivamente um conjunto amplo de códigos e convenções textuais os quais, a certa altura, ele passou a empregar no romance, gênero receptivo à mescla de gêneros. Seria a imagem de um autor cada vez menos implicado em modos

convencionais de produção, dotado de um grande repertório de procedimentos empregáveis para uma gama crescente de efeitos, que passaria a fazer mais e diversas coisas, remetendo ao Brasil a partir de múltiplas maneiras. Vejamos o que os textos sugerem.

Complexidade

No capítulo XV de **Dom Casmurro** (“Outra voz repentina”), de início o protagonista reage a eventos externos, até que a reflexão sobre eles comece a despontar – primeiro vem a semiose pela “reação”, depois pela “reflexividade”. Nos termos de Kockelman (2012), ambas são processos autorreferenciais de constituição do self: a reflexividade sobre e a reação a elementos externos ao indivíduo formam, em conjunto, modos de relação com pessoas, coisas, contextos e situações. O self seria um conjunto relativamente individualizado de status sociais (inscrição social, padrões de interação, sob certa mediação institucional), estados mentais (frequentes ou atípicos) e substâncias materiais (corpo, vestimenta, objetos pessoais etc.), a oscilar entre a coerência e a incoerência com sua própria individualização: em diferentes circunstâncias, o self pode ou não confirmar seus modos usuais de individualização, podendo ou não “parecer-se consigo mesmo”. Interessa então observar como tal capítulo de **Dom Casmurro** se oferece à interpretação sob as mediações de três modos de reflexividade nas reações do protagonista: “emoções”, “ações” e “pertencimento”, processos semióticos relativamente coerentes, envolvendo modos de inserção no mundo (papéis, identidades, status), bem como, por outro lado, de representação (subjativa) do mundo (KOCKELMAN, 2012).

Tudo começa quando Pádua, pai de Capitu, interrompe o turbilhão emocional de Bentinho, cuja causa dizia respeito à recém-descoberta da inscrição de Capitu com seu nome e o dela no muro entre as casas – indicando que sua paixão por ela, recém-descoberta, era correspondida. Em meio à emoção eles ouvem a voz de Pádua, dirigindo-se a eles. As reações são atabalhoadas: “Soltamos as mãos depressa, e ficamos atrapalhados. Capitu foi ao muro, e, com o prego, disfarçadamente, apagou os nossos nomes escritos”. (ASSIS, 1994 [1899], XV). Pádua reclama do estrago no muro, mas Capitu é rápida ao esconder a inscrição e mudar o tom da conversa: ela “riscava sobre o riscado, para apagar bem o escrito. Pádua saiu ao quintal, a ver o que era, mas já a filha tinha começado outra cousa, um perfil, que disse ser o retrato dele [...] – fê-lo rir, era o essencial”. (ASSIS, 1994 [1899], XV). Com o gesto Capitu desperta o carinho do pai, que elabora uma teoria para explicar a seriedade de Bentinho: “– Vocês estavam jogando o siso? Perguntou. [...] – Estávamos, sim, senhor, mas Bentinho ri logo, não aguenta. [...] Papai quer ver? E séria, fitou em mim os olhos, convidando-me ao jogo”. (ASSIS, 1994 [1899], XV). Bentinho fica sério, mudo, ao contrário de Capitu que, num átimo, controlava o pai e impedia a descoberta do namoro nascente. Bentinho não consegue embarcar na mentira e não ri como deveria, motivando o comentário do narrador: “Há cousas que só se aprendem tarde; é mister nascer com elas para fazê-las cedo” (ASSIS, 1994 [1899], XV). Veremos que, ao oferecer um juízo retrospectivo da cena, o narrador linearizava e simplificava sua complexidade original; antes, porém, vejamos como Machado diferencia as interpretações da cena por Bentinho e pelo narrador, **Dom Casmurro**.

Kockelman (2012) sugere que reação e reflexividade revelam a extensão da agência prática e da agência teórica do self sobre os processos que lhe constituem: a agência prática envolve o poder de controlar as próprias relações com o que lhe cerca e lhe sobrevém; a agência teórica envolve a capacidade de tematizar e interpretar essas relações. Naquela cena Bentinho não controla suas reações nem reflete a seu respeito; sua reflexividade aparece apenas como expressão do self maduro. Pádua chega, Capitu improvisa uma mentira, Pádua esboça uma interpretação errada, que Capitu toma como gancho para uma nova mentira – e Bentinho fica estático, não entra no jogo. A mãe chama Capitu, Pádua elogia a maturidade da filha e convida Bentinho para ver sua criação de passarinhos – o que ele aceita por polidez, pois sua mente estava em outro lugar. Os capítulos se intercalam com rapidez: a sequência começa em “Na varanda”, seguindo por “Capitu” e “A inscrição”. Nos capítulos anteriores predomina a reflexividade, em dois níveis distintos: no presente da ação, o protagonista reflete sobre os eventos; no plano da narração, o narrador os interpreta e enquadra sob certa valoração. Os capítulos são, pois, permeados pela reação, reflexão e valoração, num entrecruzamento de modos semióticos que distingue e articula os planos narrativos: modos diferentes de produção de significação são associados ao protagonista e ao narrador, que habitam planos temporal e ontologicamente distintos. Há o “mundo amplo” do presente da ação e o “mundo pequeno” do presente da narração: pela terminologia de Mervin King e John Kay (2020), um “mundo amplo” é complexo e aberto e seu futuro é imprevisível, enquanto um “mundo pequeno” é comparativamente mais simples, permitindo que seus estados futuros sejam potencialmente antecipáveis como desdobramentos de problemas reconhecidos no presente (KING; KAY, 2020).

Um “mundo amplo” é complexo – mas o que “complexidade” significa? O conceito desempenha papéis importantes nas teorias de sistemas, da computação, da informação, de sistemas físicos e dinâmicos, na matemática, na teoria de redes, na engenharia de softwares (EDMONDS, 1999), e em cada uma dessas áreas ele tem um significado preciso. Não há uma definição unívoca que possa ser induzida dessas várias significações conferidas ao termo e “seriam necessários muitos conceitos diferentes para capturar todas as nossas noções do significado da complexidade”. (GELL-MANN, 2002, p. 13). Em todo caso, trata-se de uma propriedade de sistemas. Em sua etimologia latina (*complexus*), o termo refere-se a entrelaçamento ou torsão, implicando a presença de dois ou mais componentes em íntima conexão. Em qualquer sistema a relação entre as partes envolve distinção e conexão, e em geral um sistema é tanto mais complexo quanto mais elementos houver a ser distinguidos, mais conexões houver entre as partes e mais extensas forem as relações entre as partes. A decomposição das partes levaria, porém, à sua alteração, pois tomadas isoladamente elas não preservam as propriedades que manifestam ao serem entrelaçadas. Tome-se um sistema simples como a água: separados, átomos de hidrogênio e oxigênio se comportam como gases; em sua inter-relação, eles formam um líquido. As características e comportamento do todo são irreduzíveis às características e comportamentos das partes, e o efeito emergente da inter-relação será ainda mais intenso em sistemas dinâmicos, tais como os da meteorologia e da ecologia – que são de modelagem improvável ou mesmo impossível, pois não há como prever (com perfeição) ou controlar (em sua totalidade) os resultados emergentes da interação entre as partes componentes (HEYLIGHEN, 1996).

Há dois tipos gerais de relações entre as partes dos sistemas: distinção e conexão. A distinção remete à presença de variedade e heterogeneidade, ou seja, ao fato de que as partes dos sistemas se comportam de maneiras diferentes. A conexão enseja a restrição e a redundância: as partes não são independentes entre si, influenciando-se reciprocamente; o conhecimento de uma ajuda o conhecimento das outras. A coexistência desses aspectos situará o sistema entre os extremos da ordem e da desordem: nem perfeitamente ordenados (como um sistema simples), nem totalmente desordenados (ou deixariam de ser sistemas), sistemas complexos são imprevisíveis, seja pela apreensão estatística ou determinista. Pois não há partes ou aspectos (do sistema) capazes de fornecer informações que permitam a predição (real ou estatística) das propriedades das outras partes: o sistema é imprevisível e não-linear; seu futuro é aberto e seus sucessivos estados são singularizados tanto pela fricção com elementos externos, quanto pelos efeitos da interação entre seus próprios componentes internos. No entanto, com base nesses critérios, pode-se dizer que certo texto literário é mais complexo do que algum outro?

Observe que complexidade não implica juízo valorativo: maior complexidade não implica maior qualidade literária. A complexidade é um atributo do sistema, não um juízo qualitativo do observador. Por exemplo, se o sistema de transporte de São Paulo é mais complexo que o de uma cidade menor, por si isso não significa que ele seja melhor. No caso literário, a complexidade de uma narrativa de ficção é relacionada à quantidade de informação a ser processada, envolvendo a variedade dos tipos de conexão entre personagens, situações e contextos, regulados por normas, expectativas e valores evocados. Na diacronia do enredo, a

complexidade se relaciona também à quantidade de elementos em interação circunstancial ou contínua, à imprevisibilidade dessas interações, à remissão a informações anteriores do próprio texto (em seus impactos sobre eventos subsequentes), a indícios sobre ações e reações de agentes a contextos e efeitos causais variados, à densidade de juízo qualitativo e interpretação imbricada na narração, entre outros elementos. Pensemos então nos protagonistas de **Dom Casmurro** e, e em seus contextos de experiência, diante dos problemas que enfrentam.

Falamos do “mundo amplo” de Bentinho. Pela definição de King e Kay (2020, p. 129), “mundos amplos” são aqueles dos quais se tem um conhecimento sempre limitado e imperfeito – mundos que conhecemos relativamente pouco e relativamente mal. Os problemas dos ‘mundos amplos’ não têm soluções bem definidas e, por isso, as ações e decisões dos agentes não serão orientadas “pelo cálculo das consequências lógicas de premissas acordadas num conjunto bem-definido de ações alternativas”. (KING; KAY, 2020, p. 129). Em nossa experiência de vida, é bastante raro chegarmos a tal acordo sobre a definição do problema e as premissas orientadoras da solução ideal; mais comum é enfrentarmos o problema do contexto, “a impossibilidade de saber todas as escolhas factíveis e conhecer em detalhe o ambiente em que essas escolhas terão efeito”. (KING; KAY, 2020, p. 129). Num “mundo amplo” é de pouca valia a “racionalidade axiomática”, orientada logicamente por princípios de intelecção e condições de felicidade estabelecidas, pertinentes a problemas definíveis como “dilema”, “impasse” ou “enigma”, de potencial solução definitiva. “Dilemas”, “impasses” e “enigmas” são equacionáveis: pode-se chegar a uma boa colocação do problema, algo que às vezes se revela impossível

num “mundo amplo”. Bem-definidos, problemas de “mundos pequenos” podem ser resolvidos pela “ação racional reduzida ao cálculo [...] e com o conhecimento completo do ambiente” (KING; KAY, 2020, p. 144), enquanto um “mundo amplo” coloca “problemas complexos em contextos imperfeitamente definidos”, impondo “encontrar cursos de ação que sejam bons o suficiente para chegar ao fim do dia” (KING; KAY, 2020, p. 322) – “chegar ao fim do dia”, sem a pretensão da solução definitiva.

Da perspectiva da protagonista e do foco narrativo, **A mão e a luva** mostra um mundo ficcional “menor”. Nele predomina um único e claro problema a ser resolvido: Guiomar deve escolher seu noivo. O problema é colocado com nitidez, inaugurando uma linha reta até sua resolução. Não há, como ocorreria em **Dom Casmurro**, a mediação pela tomada de consciência de um protagonista que se descobre apaixonado pela amiga de infância, o impedimento colocado pela promessa do seu envio a um seminário ou uma barreira de classe a ser superada (Guiomar era herdeira da madrinha). As informações se sucedem linearmente: há um pretendente, seguido de outro pretendente, e não a amizade de infância que se transforma em namoro num processo que salta do afeto à reflexão, transformando os status dos personagens. Guiomar identifica os elementos pertinentes ao problema, conhece o contexto de ação, controla os agentes envolvidos para alcançar um objetivo estabelecido com nitidez. O caminho é tortuoso, mas o objetivo é claro e a ação é racional; a estratégia é difícil, mas inteligência e autocontrole permitem uma solução feliz, atendendo às condições de satisfação de um problema bem equacionado, no contexto colocado. Em contraste, para Bentinho é difícil não apenas encontrar soluções para seus próprios problemas (elas vêm de outros agentes), mas

até mesmo chegar a entender os problemas que ele enfrenta e que emergem de extratos da sua mente que pouco se oferecem à sua própria observação.

Em **A mão e a luva**, a narração pouco oscila emocional e reflexivamente; o narrador é externo, testemunhando e comentando a ação linearmente. Em **Dom Casmurro**, para Bentinho a complexidade do contexto se manifesta na imprevisibilidade de um futuro que, para o narrador, já estava encerrado e, nesses termos, tornara-se “pequeno”. O protagonista se desorienta diante de ações, informações e eventos que ele não controla, mas o narrador já sabe o lugar que cada coisa ocuparia num desenho finito. No presente da ação, a sucessão de eventos, reações, reflexões e juízos de Bentinho – num contexto em que fatos recentes tornavam seu futuro imprevisível – leva sua mente para “longe do equilíbrio”. Assim, que sua mente estivesse longe do equilíbrio no capítulo XV: isso era efeito da complexidade do momento vivido, cheio de coisas que lhe tocavam de maneiras diferentes, com implicações diferentes – a fala de José Dias sobre ele e Capitu, que lhe revela a paixão que Bentinho sentia ainda que não houvesse racionalizado; a mãe lhe chama e ele foge; memórias lhe vêm à mente, sob novas interpretações; a ida ao seminário o inquieta; ele se encontra com Capitu e vê a inscrição no muro; seus olhares e expressões lhe revelam a reciprocidade do afeto; Pádua interrompe o momento; Bentinho testemunha as dissimulações de Capitu, mas não as acompanha; Capitu vai ao encontro da mãe e Pádua conversa com ele, obrigando-o a manter seu autocontrole.

A perturbação emocional se manifesta fisicamente: ora o protagonista mal consegue andar, ora suas pernas o carregam. Suas reflexões são tumultuadas. Novas possibilidades de futuro

são abertas: ao invés do seminário, o namoro. O tumulto é intenso, o futuro é reaberto, a incerteza leva sua mente para longe do equilíbrio – em contraste com **Dom Casmurro** que, ao narrar a cena, lineariza o quadro, dando hierarquia e ordem sequencial a um processo originalmente caótico. A narração que revisita o passado lineariza a complexidade da situação narrada: ela, a narração, lineariza a multidão de informações que, no presente da ação, vinham de diferentes momentos no tempo, tinham relevâncias e poderes causais diferentes sobre os estados mentais do protagonista e impactavam de maneiras diferentes sua compreensão do processo (a identificação da paixão por Capitu), sua interpretação de experiências anteriores (falas e gestos de Capitu são relidos como manifestações amorosas), suas reações a eventos recentes (a fala de José Dias, o encontro com Capitu, a interação com Pádua) e suas antevisões do futuro (o namoro ou o seminário).

Pela definição de Richard Walsh (2018), toda narrativa é um modo de produção de significação pela “articulação semiótica de uma sequência temporal linear” (WALSH, 2018, p. 12). Tal linearização mitiga a representação da complexidade: sabemos que, num contexto complexo, elementos em interação, dotados de poderes causais diferentes, levam à mudança contínua do sistema, podendo ocasionar efeitos imprevistos. Da perspectiva do presente não se pode prever estados futuros nem conhecer precisamente os estados atuais; ao linearizar sequencialmente a informação, uma narrativa, como a de **Dom Casmurro**, mitiga a complexidade de um contexto complexo que, em seus modos de acontecimento, não obedecia a tal ordenação. Assim, a complexidade da experiência do protagonista é linearizada no plano da narração: de um lado, tem-se Bentinho em seu “mundo

amplo”, em que eventos inesperados impõem reações que ele não controla, informações chegam de camadas temporais diferentes (incluindo a memória), as reflexões são atabalhoadas, o conhecimento do contexto e dos agentes é limitado, suas antevistas do futuro são incertas; de outro lado, o narrador organiza o passado articulando as informações numa sequência temporal linear, pontuada com interpretações que o estabilizam. O texto enfatiza a diferença entre os dois padrões semióticos, distinguindo entre (i) a complexidade original da vivência do protagonista e (ii) a narrativização posterior por parte do autor. Ao leitor é dado conhecer uma e outra, testemunhando a experiência contextual do protagonista e sua interpretação pelo narrador que conhece seu futuro. Assim o texto descortina os limites da narrativização na encenação da complexidade, ao encenar a confusão mental do protagonista na experiência do seu “mundo amplo”, espelhando essa confusão na linearização do narrador que interpreta a sequência.

Em contraste com a clareza do problema colocado para Guiomar em **A mão e a luva**, e do distanciamento daquele narrador que orienta o leitor na compreensão do enredo, **Dom Casmurro** põe o leitor a transitar entre limites de compreensão, incertezas, aberturas de futuros possíveis, descontroles nas reações e baixa reflexividade nas respostas, dissociando o “mundo amplo” do protagonista em relação à linearização dos fatos do mundo pelo narrador. Isso estabelece uma primeira distinção sobre o apelo à participação do leitor na interpretação dos romances da “segunda fase” de Machado de Assis – sigamos adiante.

Priming

Em **Dom Casmurro**, aumenta a quantidade e a variedade dos índices explorados para tipificar ou singularizar os personagens. Machado não negligenciava, em **A mão e a luva**, a intenção de delineamento psicológico e existencial dos personagens; já a advertência da edição de 1874 dizia “que o desenho de tais caracteres – o de Guiomar, sobretudo – foi o meu objeto principal, senão exclusivo, servindo-me a ação apenas de tela em que lancei os contornos dos perfis” (ASSIS, 1994 [1874], Advertência de 1874). Em **A mão e a luva** há caracteres psicológicos “de qualidades descontínuas e contraditórias reunidas a ponto de formar uma personalidade dupla e ambígua” (CORDEIRO, 2006, p. 281-282), nos planos “da afetividade e da sociabilidade” (CORDEIRO, 2006, p. 282). Ainda assim, as diferenças são notáveis.

Comparemos o delineamento de caracteres psicológicos nas duas obras sob um critério específico: a manipulação de efeitos de priming. O anglicismo se justifica por ser comum o recurso ao inglês, na psicologia acadêmica, para remeter a um sentido técnico relacionado a noções de “preparação”, “pré-ativação”, “facilitação” ou “inicialização”. Um estímulo é apresentado, vindo a “preparar”, “pré-ativar”, “facilitar” ou “inicializar” um padrão na mente de outro agente – no tipo de exemplo privilegiado por Daniel Kahneman (2011), a palavra “gato” tende a facilitar a imaginação de um rato, não por qualquer necessidade lógica, mas pela história de utilização do vocábulo na cultura. Num nível maior de generalidade, a palavra “mamífero” tende a facilitar mais a imaginação de cavalos, porcos e coelhos que a de morcegos ou baleias: ou seja, a maior recorrência da

aproximação entre uma e outra ideia tende a sugestionar, com maior probabilidade, a imaginação de certos conteúdos a partir de certos estímulos. Numa definição qualitativa, o conceito de priming remete ao “processamento de um estímulo em função de uma apresentação anterior” (BERMEITINGER, 2015, p. 17), a “um padrão [que] irá ser ativado com maior probabilidade se tiver sido apresentado recentemente ou se tiver sido usado no passado”. (STROEBE; JONAS; HEWSTONE, 2003, p. 138).

A manipulação do priming sugere novamente uma hierarquia de complexidade entre **A mão e a luva** e **Dom Casmurro**. Veja-se, por exemplo, como a primeira referência ao personagem Pádua estabelece uma cisão social entre as famílias: “José Dias, depois de alguns instantes de concentração, veio ver se havia alguém no corredor; não deu por mim, voltou e, abafando a voz, disse que a dificuldade estava na casa ao pé, a gente do Pádua” (ASSIS, 1994 [1899], III). A “gente do Pádua” é a expressão pejorativa pela qual José Dias se refere a uma família que, tendo perdido tudo que possuía após uma enchente, poderia ter interesses escusos na aproximação com a família de Bentinho. Ao mesmo tempo, Machado apresenta José Dias como um charlatão que se inserira na família como “agregado”, estatuto peculiar de inserção afetiva de alguém desprovido de laços de sangue – mas, a despeito da sua posição inferiorizada em seu próprio círculo, José Dias sentia-se superior à “gente do Pádua”. Mais tarde ficamos sabendo que ele apelidara o vizinho de “tartaruga”: “Era um homem baixo e grosso, pernas e braços curtos, costas abauladas, donde lhe veio a alcunha de Tartaruga, que José Dias lhe pôs”. (ASSIS, 1994 [1899], XV). Capitu ainda não era noiva de Bentinho, mas era da “gente do Pádua”.

No capítulo XV de **Dom Casmurro**, vimos que Capitu, envolvente e sedutora, engana Pádua com facilidade. Flagrados naquela situação, com uma velocidade psicológica incomum para seus 14 anos de idade, ela não apenas apaga os nomes no muro, como convence o pai da hipótese que ele mesmo formulara para explicar a seriedade de Bentinho e a proximidade entre eles (eles estariam “jogando o siso”). Assustado, Bentinho não ri para legitimar a reposta de Capitu, obrigando-a a uma nova estratégia: ela alega que Bentinho só conseguia ficar sério por estar diante de Pádua, apropriando-se oportunisticamente da teoria errada do pai para reelaborar a mentira e convencê-lo de que ele estava certo. E o pai acredita...

Juntemos os dois pontos. No capítulo supracitado, o foco está em Capitu e Bentinho, mas Pádua é uma figura central. É uma marca da complexificação da prosa da “segunda fase” o fato de que o drama dos personagens centrais seja frequentemente focalizado sob a mediação de outros personagens e eventos. Igualmente, essa complexificação da prosa faz com que sua compreensão envolva a compreensão da relação desses elementos com os personagens e o processo em curso, numa via de mão dupla, em que cabe interpretar as relações dos focos narrativos com aqueles elementos e vice-versa. Os focos não existem em isolamento num “mundo pequeno”, mas são lançados às interações de um “mundo amplo”, fazendo com que a interpretação do texto envolva a compreensão das reações e reflexões motivadas, em todos os agentes presentes, pelo contato entre eles. No Capítulo XV, Pádua é o elemento mediador, recebendo destaque: em poucas páginas somos informados do apelido de “tartaruga”, testemunhamos sua participação na cena junto ao muro, flagramos o personagem embebecido

com a filha – “olhando para ela e para mim, dizia-me, cheio de ternura: – Quem dirá que esta pequena tem quatorze anos? Parece dezessete” (ASSIS, 1994 [1899], XV) –, desembocando neste parágrafo final:

[Pádua] amava particularmente os passarinhos. Tinha-os de várias espécies, cor e tamanhos. A área que havia no centro da casa era cercada de gaiolas de canários, que faziam cantando um barulho de todos os diabos. Trocava pássaros com outros amadores, comprava-os, apanhava alguns, no próprio quintal, armando alçapões. Também, se adoeciam, tratava deles como se fossem gente. (ASSIS, 1994 [1899], XV).

O que explica este parágrafo? Qual é sua função na narrativa? O personagem Pádua apelidado de “tartaruga”, ludibriado por Capitu e orgulhoso da filha que o manipula, dedica-se com paixão à criação de passarinhos – hobby que aparece mediado pelo juízo de Bentinho, que o trata com condescendência. Pádua é focalizado sob uma saraivada de noções negativas que, no nosso entender, convergem num denominador comum: sua tolice. Todavia, mais importante do que decidir o traço psicológico sugerido – o leitor pode discordar da nossa caracterização – é perceber que, seja qual for a interpretação intencionada por Machado, sua sugestão não se deu pela enunciação ostensiva, mas pela manipulação de efeitos de priming. O texto não enuncia ostensivamente que Pádua era tolo – supondo-se ser esse o traço visado –, mas maneja efeitos de priming: o leitor deve compreender os personagens a partir dos indícios lançados. As sugestões estão num nível elevado de abstração: “gato” e “rato” se aproximam no uso ordinário da língua, mas a abdução da “tolice” – ou algum outro qualificativo – pelo “apelido de tartaruga”, pelo “orgulho da filha que o manipula” e pela “paixão por passarinhos” demanda, do leitor, uma atividade mental intensa, atenta e complexa.

O mesmo não acontece em **A mão e a luva**. Estevão é logo revelado como “tolamente romântico” por querer matar-se após a desilusão amorosa: o priming ocorre pela remissão a um estereótipo do comportamento “romântico”, para sugerir sua “tolice”. Jorge era “desinteressante e inócuo”, homem de palavras “chocas por dentro”, ainda que trouxesse “uma côdea de gravidade pesadona, que dava vontade de ir espairecer o ouvido em coisas leves e folgazãs”. (ASSIS, 1994[1874], VII). Suas qualidades eram pouco estimulantes, ele “sabia dedicar-se, era generoso, incapaz de malfazer, e tinha sincero amor à velha parenta” (ASSIS, 1994[1874], VII); seu amor por Guiomar “era tão medido como os seus gestos, e tão superficial como as suas outras impressões” (ASSIS, 1994[1874], VII). Note que o início da crítica de Machado a valores sociais do século XIX não envolve efeitos de priming sofisticados: Luís Alves, o terceiro pretendente, é o “estrategista calculista”; “Não era mau rapaz, mas tinha o seu grão de egoísmo, e se não era incapaz de afeição, sabia regê-las, moderá-las, e sobretudo guiá-las ao seu próprio interesse”. (ASSIS, 1994[1874], I). E quanto a Guiomar? Compare seu delineamento com o de Capitu: Guiomar “anunciava desde pequena as graças que o tempo lhe desabrochou e perfez. Era uma criaturinha galante e delicada, assaz inteligente e viva, um pouco travessa, decerto, mas muito menos do que é usual na infância”. (ASSIS, 1994 [1874], I). Há pouco uso do priming no delineamento de seus caracteres psicológicos:

Na idade apenas de dez anos, tinha Guiomar uns desmaios de espírito, uns dias de concentração e mudez, uma seriedade, a princípio intermitente e rara, depois frequente e prolongada, que desdiziam da meninice e faziam crer à mãe que eram prenúncios de que Deus a chamava para si. (ASSIS, 1994 [1874], V).

Vê-se aqui um narrador ativo ao explicitar os traços psicológicos das personagens, recorrendo a estereótipos (sociais ou literários) que permitem conduzir o priming por noções convencionais, exigindo menos capacidade abdutiva do leitor. O conceito de priming descreve como a exposição a um estímulo pode afetar as reações futuras a estímulos afins, gerando novos padrões interpretativos (PACHECO JR. et al., 2015, p. 285-286; BARGH, 2006). Como pré-ativação, tem-se a possibilidade de que a exposição a um estímulo influencie o indivíduo a oferecer, a um estímulo subsequente, uma resposta automática, não consciente, em conformidade com o estímulo anterior. No caso analisado, o priming explicita a relação causal entre estímulos textuais relativos aos personagens (suas ações, fisicalidade, hábitos, falas, comportamentos, estados mentais, motivações, juízos, tomadas de decisão...) e estados mentais do leitor (suas avaliações, juízos, interpretações etc.).

Vemos então que os efeitos de priming manipulados em **Dom Casmurro** demandam que o leitor empregue sua capacidade abdutiva para processar os conteúdos sugestionados: podemos crer que Capitu traiu Bentinho, podemos crer que Bentinho manipula o leitor a acreditar na traição e cada interpretação provocará seu próprio efeito de priming, sugestionando que Bentinho era lúcido e intuitivo ou ciumento e doentio. Em contraste, o narrador de **A mão e a luva** analisa cada cena em minúcias, revelando as intenções e motivações dos personagens. Seguiremos essa discussão no próximo item.

Mind-Reading

Entre os processos cognitivos que nos ajudam a compreender os personagens está a “teoria da mente” ou mind-reading, referente à nossa capacidade de atribuir estados mentais a outras pessoas a partir de indícios externos (MORIN; RACY, 2021; GALLAGHER; FRITH, 2003). Por “estados mentais” referimo-nos a intenções, crenças, pensamentos, ideações, sentimentos; “indícios externos” são expressões faciais, gestos, linguagem corporal, tom de voz e vibrações da fala que permitem induzir os estados momentâneos de outras mentes. Essas mentes são inacessíveis à observação direta, mas a correlação entre indícios externos e as expectativas que temos sobre a vida mental das pessoas em geral, ou daquele indivíduo em especial, nos permite reconhecer emoções, intenções e pensamentos, interpretar comportamentos, gestos, expressões, sinais, e assim por diante (REALO, 2003, p. 420). Isso faz da teoria da mente uma importante ferramenta de interação social e também de interpretação de personagens ficcionais: muitas vezes, é através de “indícios externos” que induzimos seus estados mentais; é através de expressões faciais e corporais que reconhecemos os estados mentais e comportamentos emocionais de figuras pintadas sobre a tela, filmadas na tela de cinema ou (d)escritas no papel (REALO, 2003; MAYER; CARUSO; SALOVEY, 2000; SALOVEY; MAYER, 1990).

Além de estados momentâneos, o mind-reading favorece a detecção de traços de personalidade (REALO, 2003; GOLDBERG, 1993), papéis (sociais, psicológicos), atributos de identidade e status (DAVIS; KRAUS, 1997). Por favorecer a previsão de comportamentos alheios, o mind-reading também

favorece o desenvolvimento de estratégias para o engano, mediante a manipulação de expectativas individuais (visando um indivíduo em particular, como Capitu faria com Pádua) ou genéricas (MORIN; RACY, 2021; MALLE, 2002). Desse modo, nossa leitura da mente alheia pode ser manipulada intencionalmente pelo outro indivíduo cuja mente estamos interpretando, o que pode simplesmente estar errada, como é possível que ocorra em qualquer tipo de interpretação. Seja como for, também a leitura da ficção demanda, do leitor, a capacidade de atribuir estados mentais a personagens e narradores (ZUNSHINE, 2015). Da mesma maneira, personagens leem as mentes uns dos outros, enquanto narradores leem as mentes dos personagens, com consequências para o enredo e oferecendo indícios para a compreensão do leitor. Diferentes níveis de mind-reading transcorrem, portanto, variando, em cada texto, a quantidade de informações disponibilizadas sobre as mentes dos personagens e as posições do narrador. Por esse processo cognitivo o leitor prevê e explica comportamentos, descobre traços de personalidade, interpreta gestos e expressões.

Voltemos ao momento em que Pádua interrompe Bentinho e Capitu, perguntando se eles jogavam o sisó. A pergunta indica que ele não desconfiava da relação romântica e imaginava que eles estavam brincando, como crianças fariam – por si essa conclusão sugere a atribuição de estados mentais diferentes a Pádua e aos dois jovens. Eles, Capitu e Bentinho, temem a descoberta do namoro nascente, enquanto o pai é movido pela curiosidade amistosa, e ao longo do capítulo Pádua não desconfia de nada, fazendo com que a interpretação do seu estado mental (de ignorância ingênua) sirva como índice para a interpretação da sua personalidade (conforme discutido no item anterior). A cena também revela

que os personagens atribuíam estados mentais uns aos outros. Eis como Capitu reage quando o pai se aproxima do muro: ela “riscava sobre o riscado, para apagar bem o escrito. Pádua saiu ao quintal, a ver o que era, mas já a filha tinha começado outra coisa, um perfil, que disse ser o retrato dele, e tanto podia ser dele como da mãe – fê-lo rir, era o essencial” (ASSIS, 1994 [1899], XV). Para que o pai não desconfiasse de nada, Capitu sabia que precisava alterar seu humor, mudando seu estado mental inicial (de estranhamento): ela cria uma distração e resolve o problema, o que é confirmado pelo novo mind-reading que ela e Bentinho fazem de Pádua, que parece acreditar na inocência da situação. O narrador também participa do processo, pois quem conta o episódio é **Dom Casmurro**: é seu mind-reading de Capitu que nos permite concluir que ela soubera ler a mente do pai a ponto de manipulá-lo com maestria. Vários níveis de mind-reading se sobrepõem e se sucedem: Capitu atribui um estado mental ao pai e prevê seu comportamento; Capitu reage a essa atribuição, provocando o riso do pai para alterar o comportamento previsto; o narrador interpreta as ações e reações de Capitu, explicitando sua capacidade de manipulação; os leitores processam essas interpretações à medida que elas acontecem, observando seus efeitos na cena e os indícios que elas oferecem sobre a psicologia dos personagens. A coexistência desses níveis demanda atenção, percepção e capacidade interpretativa do leitor, que deve abduzir interpretações pertinentes ao contexto da ação, ao plano geral do enredo e à composição do mundo ficcional, a partir dos processos interpretativos codificados no texto ou sugestionados pelo texto. Isso é hiperbolizado na distinção entre Bentinho como personagem imaturo e a maturidade do narrador. Vejamos a distinção em operação neste trecho:

E séria, fitou em mim os olhos, convidando-me ao jogo. O susto é naturalmente sério – eu estava ainda sob a ação do que trouxe a entrada de Pádua, e não fui capaz de rir, por mais que devesse fazê-lo, para legitimar a resposta de Capitu. Esta, cansada de esperar, desviou o rosto, dizendo que eu não ria daquela vez por estar ao pé do pai. E nem assim ri (ASSIS, 1994 [1899], XV).

Dom Casmurro interpreta a mente de Bentinho, explicando sua reação pela sua imaturidade – à diferença da Capitu, em cuja mente o narrador identifica um calculismo que lhe era natural, pois sua idade tampouco permitiria o aprendizado pela experiência. (ASSIS, 1994 [1899], XV).

Em comparação com essa confluência de interpretações motivadas por processos de mind-reading, o que se tem em **A mão e a Luva**? No penúltimo capítulo Guiomar decide com quem iria se casar, em consonância com a madrinha. A cena se inicia quando a baronesa a chama para conversar, mas a governanta, Mrs. Oswald, tenta se intrometer na conversa:

Mrs. Oswald, em vez de esquivar-se e deixar que entre Guiomar e a baronesa fosse tratado o assunto que as ia reunir, cedeu à curiosidade, e acompanhou a moça. A baronesa estava sentada, entre duas janelas, com a carta aberta nas mãos, tão atenta em relê-la que não ouviu o rumor dos pés de Guiomar e de Mrs. Oswald. [...] Guiomar arrastou a cadeira que ficava mais próxima e sentou-se ao pé da baronesa. Esta, entretanto, havia dobrado lentamente a carta e tinha os olhos no chão, como a procurar por onde começaria. Quando os levantou deu com a inglesa. Ia já a falar, mas estacou. A afeição que lhe tinha não impediu que achasse demasiada familiaridade a presença de Mrs. Oswald em semelhante ocasião. Esperou alguns instantes; mas como a inglesa parecesse inteiramente distraída: – Mrs. Oswald, disse a baronesa, vá ver se já deram de comer aos passarinhos. A inglesa percebeu que estes passarinhos, naquele

caso, eram uma pura metáfora e que a baronesa nada mais fazia do que pedir-lhe delicadamente que se fosse embora. Todavia, não se deu por achada. (ASSIS, 1994 [1874], XVIII).

Nesta passagem, a atribuição de estados mentais é comparativamente simples. A baronesa está receosa com a gravidade do assunto e o narrador descreve sua postura (“tinha os olhos no chão, como a procurar por onde começaria”); a linguagem corporal facilita a indicação da sua preocupação. Mrs. Oswald era impertinente ao permanecer na sala (para testemunhar a conversa) e isso é explicitado quando a baronesa pede que ela se retire para conferir a comida dos passarinhos – e, para eliminar qualquer ambiguidade, o narrador acrescenta que Mrs. Oswald entendera que os passarinhos eram “metáfora” e a baronesa pedira-lhe para ir embora. O narrador parece procurar garantir a correta interpretação da cena: o mind-reading do leitor é estimulado, mas o suporte interpretativo do narrador torna-o pouco exigente.

A cena então retoma as condições da escolha de Guiomar, que devia atender as expectativas da baronesa. A estratégia de Guiomar é sofisticada: ela declara abdicar da sua preferência pessoal para obedecer a madrinha, mas com a intenção de fazer com que a madrinha admirasse sua lealdade e então mudasse de posição ao testemunhar o sofrimento implicado naquela abdicação – o que afinal acontece. Tudo isso poderia engajar o leitor num mind-reading complexo, mas novamente o narrador explicita os meandros psicológicos:

Vê o leitor que a palavra esperada, a palavra que a moça sentia vir-lhe do coração aos lábios e querer rompê-los, não foi ela quem a proferiu, foi a madrinha; e se leu atento o que precede verá que era isso mesmo o que

ela desejava. Mas por que o nome de Jorge lhe roçou os lábios? A moça não queria iludir a baronesa, mas traduzir-lhe infielmente a voz de seu coração, para que a madrinha conferisse, por si mesma, a tradução com o original. (ASSIS, 1994 [1874], XVIII).

Enquanto **Dom Casmurro** demanda mind-readings sofisticados até mesmo em sequências não decisivas para o enredo, o narrador de **A mão e a luva** simplifica a demanda mesmo na cena psicologicamente mais densa do enredo – informando o que cada personagem sente e pensa, e as expectativas envolvidas em seus sentimentos e pensamentos.

Qual Machado?

Que imagem do Machado de Assis da “segunda fase” emerge da nossa análise? Ela confirma uma noção cara à sua fortuna crítica: a “afirmação cada vez mais veemente da importância da participação do receptor na consumação da obra. Do alvo de conversão dos primeiros romances, o leitor aparecerá como o preenchedor de lacunas de **Dom Casmurro**”. (GUIMARÃES, 2012, p. 28). Essa noção – do ‘leitor preenchedor de lacunas’ – era inspirada na concepção de Wolfgang Iser do “texto como tecido composto de hiatos a serem preenchidos pelo leitor” (GUIMARÃES, 2012, p. 28). Aqui não apelamos, porém, à correlação entre a forma da composição e a reflexão crítica de Machado sobre a escrita literária no Brasil. Guimarães sugere que “as mudanças da percepção e das expectativas do escritor em relação ao seu público teriam implicações no modo como os narradores se dirigem aos seus interlocutores nos romances” (GUIMARÃES, 2012, p. 29), descrevendo um autor disposto

a “exacerbar, no texto, o embate entre narrador e leitor”. (GUIMARÃES, 2012, p. 37). Postular tal relação conflitiva com o leitor contradiz nossa percepção de que o texto de Machado de Assis permaneceu comunicativo, demandando apenas maior capacidade abduativa: não notamos um “embate” com o leitor, mas uma demanda de sofisticação que, em tempo, poderia criar um público sofisticado para a leitura de ficção no país. Machado teria atuado para formar seu público em sentido positivo, e não negativo.

É comum que explicações – de cunho psicológico, ideológico, metaliterário – da passagem à segunda fase tendam ao reducionismo monocausal, indicando alguma causa externa – situada em nosso sistema literário brasileiro, estrutura de classe, biografia do autor, características do público... – a alterar a relação de Machado com a literatura. É de supor, porém, que uma boa explicação seria multicausal, pressupondo inclusive que motivações pessoais e íntimas foram decisivas, tornando o processo inacessível à análise direta: qualquer resposta será especulativa, pois não há como saber, de maneira suficiente, porque a mudança aconteceu. Na dúvida, costuma-se recorrer à “explicação pela falta”, como resposta à “percepção do infundado das expectativas – na vida, nos homens, no país”. (GUIMARÃES, 2012, p. 36). Mas essas frustrações não impediram Machado de seguir escrevendo, preservando seu desejo de fazer-se elogiado pelo público e pela crítica: o fundador da Academia Brasileira de Letras era uma figura integrada a seu meio, e não “marginal”. Parece inadequado reduzir a explicação das suas intenções de comunicação à sua postura crítica: se nossa abordagem aceita a proposição de que mudanças entre as duas fases “têm a ver com o tratamento dispensado pelos narradores

aos leitores e com o nível de exigência de leitura e interpretação a que estes, os leitores, são submetidos” (GUIMARÃES, 2012, p. 36), é anacrônico reduzir o estilo maduro a uma dificuldade intencional da leitura de cunho protomodernista, explicada pela sua crítica ao país e seu campo literário.

Lembremos que o interesse de Guimarães “recai menos sobre a interação entre leitor e texto no ato da leitura, ou narrador e narratário no processo de narração, do que sobre o impacto das condições materiais de circulação e recepção de uma obra sobre a sua composição”. (GUIMARÃES, 2012, p. 31). A passagem à prosa da segunda fase teria decorrido da constatação, por Machado, da raridade do bom leitor, tornando “significativo que o romance machadiano da maturidade seja inaugurado com Brás Cubas dirigindo-se ao leitor como figura improvável e numericamente reduzida” (GUIMARÃES, 2012, p. 36). A mudança é explicada pelo novo entendimento da condição da produção de literatura no Brasil a partir de Memórias póstumas de Brás Cubas, quando então temos que “o romance machadiano em seu conjunto dramatiza a inviabilidade tanto do projeto de um romance brasileiro extensivo quanto de um romance popular, no molde europeu, modelo perseguido pelo escritor nos seus primeiros livros” (GUIMARÃES, 2012, p. 39).

A mudança de “pensamento” ou de “compreensão”, isto é, as racionalizações de um racionalista são chamadas a explicar a reorientação da sua relação com o leitor, motivada pela constatação “da inviabilidade de se fazer um romance extensivo, tanto no sentido da representação geral do país quanto na possibilidade de circulação, o que derivaria da tomada de consciência do alcance limitado do texto literário no ambiente brasileiro e dos seus leitores possíveis” (GUIMARÃES, 2012, p. 39).

Esses “choques de realidade”, atuando como causas externas a determinar a composição textual, teriam feito com que a “figura convencional e idealizada do(a) leitor(a) querido(a) e amável dos primeiros romances, que o narrador – também ele convencional e idealizado – conduz educadamente pelo espaço ficcional” (GUIMARÃES, 2012, p. 35), se tornasse um tema metaliterário, sendo “tragada e digerida pelo texto, transformando-se em matéria essencial da narrativa”. (GUIMARÃES, 2012, p. 35). Se os primeiros narradores se dirigiam à plateia “como se o teatro estivesse lotado, nos romances da segunda fase os narradores passam a impressão cada vez mais aguda de que a plateia é ilusão”. (GUIMARÃES, 2012). A mudança na composição é explicada como autoteorização e metaliteratura, confirmando uma concepção modernista da relação de Machado com a autoria:

Ao transformar a frustração de expectativas e as dificuldades de atingir o público em matéria de uma produção ficcional que a todo tempo questiona sua capacidade de comunicação e até mesmo sua possibilidade de existência, Machado de Assis não estava apenas colocando sua obra em pé de igualdade com a melhor produção de sua época; [...] ele também antecipava questões que seriam incorporadas aos estudos literários muitos anos depois [...]. (GUIMARÃES, 2012, p. 39).

É por estar radicada em valores e pressupostos da crítica literária do século XX que a “explicação pela falta” situa a intenção de comunicação de Machado de Assis como um “embate com o leitor”. Tal proposição não aventava uma alternativa primária: que Machado, como todo autor, aprendeu a fazer coisas novas ao longo do tempo. Tal noção o aproxima da imagem de Miguel Cervantes traçada por Thomas Pavel (2013): Dom Quixote é um texto metaliterário, mas especialmente porque o autor àquela

altura havia praticado literatura por tanto tempo, experimentado gêneros tão variados, aprendido recursos tão diferentes para se comunicar de maneiras diferentes com públicos diferentes, lapidado e ampliado de tal maneira seu repertório de técnicas e procedimentos que, ao alinhar seu repertório numa única composição, o texto se tornou surpreendentemente complexo em sua relação com a tradição literária e em seus modos de solicitação do leitor. Na análise de Guimarães, o leitor é objeto de um juízo crítico que determina a produção autoral; da nossa parte, o leitor é um interlocutor solicitado cognitivamente num processo de comunicação, e cuja pré-figuração pelo autor é discernível no texto pelas sugestões de interpretação que o próprio texto oferece. Escolhemos analisar passagens sem grande conteúdo crítico, deslocando o Machado “racionalista” da posição central que ele costuma ocupar na crítica especializada. Em lugar de tal análise, propomos, assim, a apreensão de um autor, cuja escrita cresce em complexidade, colaborando não para questionar a viabilidade da literatura no Brasil, mas para sofisticar sua prática.

Assim descrevemos o crescimento do repertório de estímulos cognitivos de Machado de Assis: um ex-tipógrafo que havia escrito romances, contos, crônicas, crítica, poesia e teatro, e que chegou a uma síntese criativa num intervalo de tempo aparentemente curto, quando modos e funções de comunicação dispersos na sua produção literária anterior receberam combinações surpreendentes (para as quais a metaliteratura era condição e efeito). Daí em diante, Machado de Assis escreveria cinco romances bem diferentes entre si: a segunda fase é marcada pela diferença e não pela semelhança entre as obras; houve uma passagem à diversificação e não a criação de um novo modelo.

A “explicação pela falta” dá lugar à imagem de um escritor em contínuo aprendizado, o que explicaria não apenas a virada para a segunda fase, mas a continuidade da sua variação estilística. A variação pela exploração de novos modos de comunicação para novas intenções de comunicação, e não pela insatisfação com alguma condição: quão simplória a proposta parecerá a quem posiciona a postura crítica de Machado no centro da análise? Machado como um contínuo aprendiz de literatura, e não apenas como mero intérprete do Brasil e sua sociedade... Goste-se ou não da ideia, a complexificação da sua escrita é passível de demonstração, enquanto “explicações pela falta” permanecem especulativas: isso não nos parece um ganho pequeno. Seja como for, lançamos a proposta; veremos como avançá-la em análises futuras.

Referências

ASSIS, Machado de. **A mão e a luva**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 [1874].

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 [1899].

BARGH, J. What have we been priming all these years? On the development, mechanisms, and ecology of nonconscious social behavior. **European Journal of Social Psychology**, v. 36, n. 2, p. 147-168, 2006.

BERMEITINGER, C. Priming. In: JIN, Zheng. **Exploring implicit cognition: learning, memory, and social cognitive processes**. Hershey, PA: Information Science Reference (IGI Global), 2015. p. 16-60.

CORDEIRO, Marcos Rogério. A teoria dos personagens em Machado de Assis. **Língua e Literatura**, v. 28, p. 273-301, 2006.

DAVIS, M. H.; KRAUS, L. A. Personality and empathic accuracy. In: ICKES, W. (ed.). **Empathic accuracy**. Nova York: Guilford Press, 1997. p. 144-168.

DIJKSTERHUIS, A.; BARGH, J. The perception-behavior expressway: automatic effects of social perception on social behavior. **Advances in Experimental Social Psychology**, v. 33, p. 1-40, 2001.

GOLDBERG, L. R. The structure of phenotypic personality traits. **American Psychologist**, v. 48, p. 26-34, 1993.

GUIMARÃES, H. S. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19**. São Paulo: Edusp, 2012.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

KAHNEMAN, D. **Thinking, fast and slow**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

MAJOR, J. C. **List composition effects for masked semantic primes: evidence inconsistent with activation accounts**, 2008. 84 f. Tese (Doctor of Philosophy) - Wilfrid Laurier University, Waterloo, Ontario, Canadá. Disponível em: <https://scholars.wlu.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=2058&context=etd>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MALLOY, T. E.; ALBRIGHT, L.; KENNY, D. A.; AGATSTEIN, F.; WINQUIST, L. Interpersonal perception and metaperception in nonoverlapping social groups. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 72, p. 390-398, 1997.

MAY, J.; KING, M. **Radical uncertainty: decision-making for an unknowable future**. Londres: Little Brown, 2020.

MAYER, J. D.; CARUSO, D. R.; SALOVEY, P. Emotional intelligence meets traditional standards for an intelligence. **Intelligence**, v. 27, p. 267-298, 2000.

MORIN, A.; RACY, F. Dynamic self-process. In: RAUTHMANN, J. F. **The handbook of personality dynamics and processes**. Londres: Elsevier, 2021. p. 365-386

PACHECO JUNIOR, J. C. S.; DAMACENA, C.; BRONZATTI, R. Pré-ativação: o efeito *priming* nos estudos sobre o comportamento do consumidor. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 284-309, 2015.

PAVEL, Thomas. **The lives of the novel**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

REALO, A. *et al.* Mind-reading ability: beliefs and performance. **Journal of Research in Personality**, v. 37, p. 420-445, 2003.

SALOVEY, P.; MAYER, J. D. **Emotional Intelligence. Imagination, Cognition and Personality**, v. 9, p. 185-211, 1990.

SMEESTERS, D.; YZERBYT, V. Y.; CORNEILLE, O.; WARLOP, L. When do primes prime? The moderating role of the self-concept in individuals' susceptibility to priming effects on social behavior. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 45, n. 1, p. 211-216, 2009.

STROEBE, W.; JONAS, K.; HEWSTONE, M. R. C. **Sozialpsychologie: Eine Einführung**. Berlin: Springer, 2003.

WALSH, R. Narrative theory for complexity scientists. In: WALSH, R.; STEPNEY, S. (eds.). **Narrating complexity**. Cham, Suíça: Springer, 2018. p. 11-26.

ZUSHINE, L. **Why we read fiction: theory of mind and the novel**. Nova York: Oxford University Press, 2015.

Consciência crítica e ética em Paulo Freire: uma reflexão sobre o sentido da religião em tempos de fundamentalismos

André Luiz Boccato de Almeida*

Resumo

O presente artigo tratará de Paulo Freire, a partir da ótica da educação e consciência crítica no horizonte dos fundamentalismos, e do sentido da religião. O autor contribuiu como educador para a emancipação do sujeito em sua real condição, ao desmistificar as camadas opressivas presentes na consciência. Dele se pode extrair um relevante aporte no que tange ao fenômeno do fundamentalismo religioso atual. Este se caracteriza por uma negação da capacidade crítica em sua experiência de fé. Assim, esta reflexão se propõe a colher da visão freireana uma possível contribuição para uma perspectiva crítica diante do fundamentalismo religioso. O artigo, para este intento, trilhará o seguinte caminho. Primeiro, será apresentado o fenômeno do fundamentalismo religioso atual com seus desafios; depois, percorrerá os conceitos de educação e consciência crítica em Paulo Freire; por fim, será evidenciado o contributo do pensamento de Freire diante do fenômeno indicado.

Palavras-chave: Paulo Freire; educação; consciência; fundamentalismo religioso.

* André Luiz Boccato de Almeida (PUC-SP). Pós-Doutor em Teologia (PUC-PR). Doutor em Teologia Moral (Universidade Lateranense de Roma/Afonsiana). Mestre em Teologia (PUC-SP). Especialista em Educação Sexual (UNISAL) e Psicanalista. Professor de Teologia na PUC-SP e na Unisal (PIO XI). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0547-5879>.

Critical Awareness and Ethics in Paulo Freire: A Reflection on the Meaning of Religion in Times of Fundamentalism

Abstract

This article will deal with Paulo Freire, from the perspective of education and critical awareness in the horizon of fundamentalisms, and the meaning of religion. The author contributed as an educator to the emancipation of the subject in his real condition, by demystifying the oppressive layers present in the conscience. A relevant contribution can be extracted from it regarding the phenomenon of current religious fundamentalism. This is characterized by a denial of critical capacity in their experience of faith. Thus, this reflection proposes to gather from Freire's vision a possible contribution to a critical perspective in the face of religious fundamentalism. The article, for this purpose, will follow the following path. First, the phenomenon of current religious fundamentalism will be presented with its challenges; then, it will cover the concepts of education and critical awareness in Paulo Freire; finally, the contribution of Freire's thought in the face of the indicated phenomenon will be highlighted.

Keywords: Paulo Freire; education; consciousness; religious fundamentalism.

Recebido em 26/04/2022. // Aceito em 01/10/2022.

Introdução

No ano de 2021 comemorou-se o centenário de nascimento do grande educador e pensador brasileiro Paulo Freire. Dele é possível colher muitos frutos positivos como também inúmeras incompreensões provenientes do desconhecimento de sua pessoa e do seu agir. Seu pensamento é rico porque acena para uma teoria da consciência no campo educacional que indica uma proposta libertadora de ser humano. No atual cenário brasileiro, marcado por ambiguidades, ambivalências e contradições profundas que vêm à tona, expressões ideológicas, polarizadoras e até fanáticas, também ocupam a discursividade midiática e consciências humanas. Há uma desconstrução da ideia de que o ser humano pode ser educado.

Destarte, no que tange à educação, há um trabalho ainda a ser feito de forma estrutural e orgânica. Para isso, é necessário resgatar uma visão integral de ser humano que motive de forma criativa o educador e o educando a assumir a tarefa de buscar mais que a assimilação de conteúdos, tendo em vista uma verdadeira formação crítica nos tempos atuais. É urgente retornar a uma consciência crítica, propiciadora de um projeto que coloque o ser humano e as suas possibilidades no centro do debate religioso. Diante dessas iniciais constatações, faz-se urgente resgatar uma visão que priorize a inteligência questionadora das pessoas.

É a partir disto que esta reflexão pretende retomar o pensamento de Paulo Freire sobre a consciência e a educação crítica diante do cenário religioso e do fundamentalismo religioso reinante no atual contexto brasileiro. Há muito que se refletir sobre essa questão que tanto interpela as consciências pensantes,

de um certo modo indignadas por uma falta de compreensão diante dos fatos. Deste modo, o artigo pretende abordar essa questão mediante: apresentação do fundamentalismo religioso atual e seus desafios emergentes; demonstração da importância do pensamento freireano sobre a educação e a consciência crítica; e, por fim, dissertação acerca da contribuição do pensamento de Paulo Freire diante do fundamentalismo religioso.

1 O Fundamentalismo religioso atual e os seus desafios

A questão a respeito do fundamentalismo religioso e suas consequências tem desafiado a sociedade e, assim como as outras formas de fundamentalismos, tem gerado consequências desastrosas no tecido social atualmente.

O uso da palavra no plural, ou seja, “fundamentalismos”, é necessário para identificar suas várias formas, de acordo com os diferentes contextos culturais e religiosos – de origem e desenvolvimento. Segundo Pace e Stefani, a utilização da palavra no plural respeita a especificidade, as diferenças e os motivos contingentes que o fenômeno apresenta nos diversos contextos, salientando que os movimentos fundamentalistas surgem no seio de grandes religiões (PACE e STEFANI, 2002, p. 15-16).

Assim, partindo dos próprios pressupostos estabelecidos por Paulo Freire a respeito de uma educação que deve conduzir a uma conscientização, ou seja, a uma consciência crítica a respeito também desse objeto de estudo, é importante, primeiro, entender o conceito de fundamentalismo religioso ou até mesmo de fundamentalismos e seu surgimento.

É relevante dizer que não se pretende esgotar a questão nessa oportunidade, mas apenas considerar o que se entende

como fundamentalismo atualmente, bem como suas questões e seus desafios, na busca de um caminho propositivo por meio do pensamento freireano, com base em seus conceitos sobre educação e consciência crítica e, por consequência, refletir sobre o sentido da religião diante desse cenário.

Consoante afirma Vasconcelos, “o conceito de “fundamentalismo” é associado à adesão a uma verdade, mas poderia ser pensado na relação com a intolerância diante de quem compreende possuir e viver outra percepção dessa verdade” (VASCONCELLOS, 2008, p. 15).

O fenômeno do fundamentalismo religioso no Brasil foi lentamente assimilado no contexto protestante norte-americano, entre os anos de 1878 e 1879 – usado pela primeira vez em referência aos fundamentos da fé cristã, em defesa da inerrância e infalibilidade bíblica, frente aos avanços das ciências, e às críticas à Bíblia [livro sagrado] e à teologia europeia (ALMEIDA, SILVA e MARTINS, 2021, p. 11-12).

Assim, é no viés bíblico e na sua leitura fundamentalista, sem o devido cuidado com a adoção de uma hermenêutica adequada, que o termo ganha relevância no contexto social supracitado, e é utilizado por alguns como instrumento para encobrir motivações sociológicas, psicológicas e até mesmo políticas.

Além disso, conservadores passaram a defender entre 1909 e 1915 a publicação de uma série de volumes denominada *The fundamentals: a testimony to the truth* (Os fundamentos: a testemunho da verdade). A obra foi financiada pelo empresário californiano Lyman Stewart, fundador da Union Oil e um devoto presbiteriano, que passou a qualificar esse movimento como fundamentalista, ao dispor sobre os fundamentos da fé cristã, tais como: a inspiração e a inerrância da Bíblia; Trindade;

nascimento virginal e a divindade de Cristo; a queda do homem e o pecado original; a morte expiatória de Cristo para a salvação dos homens; a ressurreição corporal e a ascensão; o retorno de Cristo; a salvação pela fé e o novo nascimento, e, ainda, o juízo final (PANASIEWICZ, 2008, p. 2).

Desse modo, em decorrência desse precedente histórico americano, o termo “fundamentalista” é ainda usado para designar pessoas como:

Pastores, presbíteros e professores conservadores americanos de todas as denominações protestantes históricas que, em nome dos “fundamentos”, organizaram-se para defender a fé cristã do que entendiam como invasão do liberalismo em seus seminários e igrejas (VASCONCELLOS, 2008, p. 32).

Expressam-se, assim, verdades que devem ser aceitas sem possibilidade de discussão ou reflexão, porque supostamente constituem “verdades absolutas”. O fundamentalismo, desse modo, apresenta uma faceta de fanatismo, sendo esse o termo usado por Paulo Freire na obra *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1975) – obra que, em seu contexto, aborda a luta pela desalienação, pelo trabalho livre, pela afirmação dos seres humanos como pessoas e não coisas. Freire associa o termo fundamentalismo sempre a algo destrutivo e com conotação negativa.

Desse modo, o fanatismo é entendido como uma ideologia ou crença em que se absolutiza uma dimensão da verdade, sendo, portanto, autoritária (ALMEIDA, SILVA e MARTINS, 2021, p. 12) e não dialógica, muito menos crítica.

Fundamentalismo envolve controle, opressão e manipulação. A ausência de reflexão e admissão passiva de

conteúdo beneficia apenas interesses privados e individuais ou, ainda, interesses daqueles que visam assegurar a perpetuação de poder nas mais distintas esferas sociais.

O movimento fundamentalista religioso é, portanto, um movimento de divisão entre pessoas, de submissão de poder e de manipulação (social e moral) com interesses que não guardam relação com a busca de igualdade e justiça social.

Surge assim a necessidade de uma educação que vise a dimensão integral do ser humano, que o leve a um dinamismo educativo crítico e ativo, superando sua condição de passividade – da qual interesses escusos se beneficiam.

Assim afirma Panasiewicz a respeito do movimento fundamentalista: “O movimento fundamentalista tem articulado religião e política como uma forma de fazer valer os valores cristãos a partir de sua concepção teológica”; e, em sua forma atual, intitulada pelo autor como neofundamentalismo, volta-se sobretudo para questões de ordem moral (PANASIEWICZ, 2008, p. 4).

O fundamentalista é, portanto, aquele que está muito mais interessado em acreditar literalmente na letra da doutrina do que em fazer vivenciar a vida no Espírito, e se recusa por insegurança, medo ou passividade a adotar uma interpretação atualizada, por temer perder aquilo que considera sua verdade original e primitiva.

O fundamentalista conclui, assim, que se sua maneira de apreender a verdade é, portanto, absoluta, ninguém mais poderá chegar à verdade a não ser por meio da sua forma de apreendê-la. Esse pensamento, entretanto, é gerador de intolerância e desprezo ao outro e às outras formas de se compreender a verdade, causando, sobretudo, práticas violentas. O fundamentalismo,

seja como fenômeno, movimento ou atitude, é um desafio ou até mesmo um obstáculo para o diálogo e para a reflexão, mormente a respeito da complexidade da condição humana e da sua relação com o sagrado (PANASIEWICZ, 2008, p. 9-10).

Todas as formas desse pensamento contrariam o entendimento de Paulo Freire, pautado na liberdade e na condição dialógica e crítica do indivíduo, em seu processo de construção de subjetividade, não apenas de forma individual.

Ainda, ao discorrer sobre Paulo Freire, Souza classifica o fundamentalismo religioso como uma das três correntes de ideias neoconservadoras no Brasil atualmente¹ e cita como exemplo o movimento “Escola sem Partido” – definido desde 2004 como uma iniciativa nacional e democrática de pais e estudantes preocupados com o que eles entendem como contaminação político-ideológica das escolas e que tem como objetivo barrar a dita doutrinação dos alunos com a visão de mundo ideológica dos professores. Mas, na realidade, esse movimento, conforme Souza, visa silenciar alunos e professores impedindo o diálogo (SOUZA, 2020, p. 100).

Nesse cenário desafiador imposto pelo pensamento fundamentalista e seus derivados, tais como o neo fundamentalismo e o neoconservadorismo, que impossibilitam o diálogo e a criticidade, tão importantes para o desenvolvimento da consciência humana livre e integrada, é que o pensamento de Paulo Freire a respeito da consciência crítica e o que ele entende como educação, ou educações, se mostra relevante.

¹ Segundo Souza (2020, p. 100), as três correntes que propagam ideias neoconservadoras no Brasil são: libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. A primeira defende o menor Estado possível e entende que qualquer situação que tenha origem em mecanismos de mercado é justa por si, por mais desigual que pareça. O fundamentalismo religioso tem ganhado força a partir dos anos 1990, por um setor mais conservador da Igreja Católica. O anticomunismo é um movimento político e ideológico contrário ao comunismo e que sempre existiu e conquista espaço nas mídias hodiernas.

2 Educação e consciência crítica e ética em Paulo Freire

O pensamento de Paulo Freire é sempre um universo a ser estudado, pois o autor procurou conhecer o ser humano tanto a partir das suas múltiplas possibilidades de aprendizado e educação, assim como a partir das tentativas de sua desumanização – tentativas impostas por situações externas ao sujeito. Sua rica antropologia, geradora de uma ética e uma filosofia da educação, possibilitam à pessoa, isto é, à subjetividade humana mediada pela própria consciência crítica, rever princípios, teorias e práticas que podem aprisionar ou libertar o espírito humano. A educação em Paulo Freire é uma palavra-chave que identifica a sua vida e acompanhou todo o seu itinerário como educador e ser humano preocupado com as consciências. O ensino e os processos de formação do sujeito – da subjetividade – estiveram entre as maiores buscas do pedagogo e filósofo brasileiro.²

Para o intelectual brasileiro Cristóvão Buarque, Paulo Freire pode ser considerado como um dos poucos, no Brasil, que influenciaram e formaram o pensamento de uma geração, dentro e fora do país, lançando as bases para um humanismo pedagógico e filosófico (GADOTTI, 1996, p. 656).

O pensamento educacional de Freire nasce e se desenvolve a partir da sua história de vida. Porque para Freire a educação devia ir além do mero aprendizado sistemático na escola. Freire falava em educação ou alfabetização social, isto é, falava da

2 Cf. JESUS, R. M. “Paulo Freire pedagogo e filósofo”. In: CARDOSO, D. (Org.). **Pensadores do século XX**. São Paulo: Loyola/Paulus, 2012, p. 43-61. O texto faz uma interessante análise – provocadora e corajosa – acerca da herança pedagógica e filosófica do pensamento de Paulo Freire. Na página 43, faz a seguinte constatação: “Paulo Freire pedagogo [...] não nos causa surpresa, estamos acostumados a identificar Freire como um dos grandes pedagogos do século XX. Já a segunda definição costuma ser vista com certa desconfiança, uma vez que o estudo da obra freireana não figura nos currículos dos cursos de Filosofia [...] situação no mínimo curiosa. Por que um autor tão marcado pela filosofia (fenomenologia, existencialismo, personalismo, hegelianismo, marxismo, escolanovismo e o desenvolvimento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e que possui um pensamento estruturado a partir de categorias filosóficas não é estudado nos cursos de Filosofia? Por que esse pensador é tão pouco investigado filosoficamente mesmo nos cursos de Pedagogia?”.

necessidade de o aluno conhecer, analisar e se apropriar também dos problemas sociais que o afligiam. Não via o processo educativo simplesmente como meio para dominar os padrões acadêmicos de escolarização ou para se profissionalizar, mas como uma necessidade de engajamento³, ou seja, de estímulo para que o povo participasse do seu processo de emersão na vida pública no todo social (BRANDÃO, 2005, p. 53).

O próprio Paulo Freire assim se expressa, em um livro dialógico:

A alfabetização e a educação, de modo geral, são expressões culturais. Não se pode desenvolver um trabalho de alfabetização fora do mundo da cultura, porque a educação é, por si mesma, uma dimensão da cultura. Parece-me fundamental, porém, na prática educativa, que os educadores não apenas reconheçam a natureza cultural do seu fazer, mas também desafiem os educandos a fazer o mesmo reconhecimento. Reconhecer, contudo, a natureza cultural da educação não significa abençoar toda expressão cultural, mas reconhecer que a própria luta pela superação do que Amílcar Cabral chamava ‘fraquezas da cultura’ passa pela assunção da própria fraqueza. Daí que a educação deva tomar a cultura que a explica, pelo menos em parte, como objeto de uma cuidadosa compreensão, com o que a educação se questiona a si mesma. E quanto mais se questiona na cultura e na sociedade em que se dá, tanto mais vai se tornando claro que a cultura é uma totalidade atravessada por interesses de classe, por diferenças de classe, por gostos de classe (FREIRE, 1990, p. 33).

A sua visão de educação está em estreita relação com a ideia de consciência crítica, formadora e emancipadora da subjetividade do sujeito envolvido em processos humanos

³ Cf. A ideia de engajamento no pensamento de Paulo Freire foi analisada de forma sintética e concisa por: ANDREOLA, B. Engajamento. In: STRECK, D. R. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 148-149. O autor compreende que o termo “engajamento” influenciou Freire, à medida que ele teve contato com o sentido francês presente em Jacques Maritain e em Emmanuel Mounier. Para Andreola, foi na época em que Mounier passou a exercer influência em grupos cristãos de esquerda europeus que o viés de “cristandade” foi superado pelo de “laicidade”.

e sociais. As suas obras sobre o tema da consciência e conscientização exprimem um lento e contínuo amadurecimento sobre a sua visão de educação.

Eis suas principais obras sobre o tema da consciência e a Educação: **Educação como prática da liberdade** (FREIRE, 1975); **Pedagogia do oprimido** (FREIRE, 1975); **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire** (FREIRE, 1980); **Ação cultural para a liberdade e outros escritos** (FREIRE, 1982); **Educação e mudança** (FREIRE, 1985); **Medo e ousadia** (FREIRE; SHOR, 1997); e **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** (FREIRE, 2013).

Em Paulo Freire, a visão de educação advém da própria compreensão do ser humano e de consciência, contribuindo para uma perspectiva sobre a formação da subjetividade⁴ a partir de uma ética humanista e emancipadora do sujeito. Na sua abordagem acerca do ensino e da educação é central o humanismo, proveniente do seu contínuo contato epistemológico com uma visão dialética e fenomenológica (TORRES, 2014, p. 82). Freire não repete as estruturas de pensamento da tradição filosófica centrada no sujeito, mas busca inovar a partir do desafio da realidade do oprimido, em diálogo com os instrumentos de análise da reflexão teórica.⁵ Foi da dialética e da fenomenologia que Freire buscou vencer o relacionamento oposto entre teoria e práxis, superando o que não deve ser feito num nível idealista, ampliando sua visão sobre o ser humano e a educação.

4 Cf. MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. p. 85-103. Analisando o específico da “abordagem sociocultural”, percebe que esta preocupação de Freire com a cultura popular advém após a 2ª Guerra Mundial com o movimento de democratização da cultura. Eis porque, no todo da sua obra, o homem é o sujeito da Educação, primeiro responsável pela formação da sua consciência.

5 Cf. ZITKOSKI, J. J. *Dialética*. In: STRECK, D. R. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 115-117. Para este autor, a originalidade de Freire está na superação de uma forma de pensar totalizante da vida, pois ele busca construir crítica e criativamente novos elementos para conceber a vida humana em sociedade de modo radicalmente democrático e libertador; ao elaborar uma nova visão epistemológica a partir da produção do conhecimento de forma dialógica, intersubjetiva e dialeticamente aberta para o dinamismo da vida, a diferença e o inédito viável, além de inspirar profundas inovações na visão política e ética dos problemas que desafiam o mundo atual.

As três características ou expressões criadas por Paulo Freire sobre o ser humano – *ser mais*, *ser inacabado* e *sujeito esperançoso* – nos dão condições de perceber a sua visão integral, positiva, transcendente e aberta, base para um diálogo interdisciplinar com a reflexão ético-teológica. Destacamos que tais expressões estão em relação com outras três que Freire mesmo cunhou como importantes na análise crítica, abrangente e interdisciplinar sobre o mundo, o homem e a sociedade (CALADO, 2001, p. 29). Notamos, portanto, que na complexa e rica perspectiva de Paulo Freire, situa-se a consciência crítica ou conscientização. É, portanto, nesta sua visão antropológica que se encontra a sua original percepção criativa no que tange ao processo educacional.

Esta tríplice perspectiva da antropologia freireana articula a dimensão de curiosidade, mola propulsora do dinamismo educativo. Para Freire, a criatividade encontra-se no próprio ato educativo e este provém da criticidade. O dinamismo educativo que deve ser crítico – levando à conscientização – é a perspectiva de superação da primitiva condição de passividade,⁶ própria do sujeito não reflexivo, para a consciência de que o ser humano é inconcluso e chamado a ultrapassar a sua tendência de “submissão, ajustamento, acomodação e não integração” (TORRES, 2014, p. 22).

Para Freire, não existe “a educação”, mas “educações”, ou seja, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser. Basicamente, as várias “educações” se resumem em duas: uma, que Freire chamou de “bancária”, que torna as pessoas menos humanas, porque alienadas, dominadas e oprimidas; e outra, a “problematizadora”, que faz com que as pessoas deixem de ser o que são, para serem mais conscientes, mais livres e mais humanas (ROMÃO, 2010, p. 133).

⁶ Cf. TROMBETTA S.; TROMBETTA L. C. Inacabamento. In: STRECK D. R. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 221. Nesta análise, própria deste verbete, de forma sintética, o autor faz uma relação da ideia de inacabamento com a de ética e antropologia no pensamento de Freire.

Nesta referência de denúncia a um projeto educativo que não favorece o pensar e a formação de uma consciência crítica que se apresenta o novo desafio referente ao fundamentalismo – e ao fanatismo e às polarizações. Toda expressão ideológica que impeça a total prática da reflexão livre já é, *per si*, uma forma de domesticação e empobrecimento da rica antropologia da pessoa, em sua integralidade.

Nesse sentido, o fundamentalismo religioso é uma forma nostálgica e romântica de ver o mundo a partir de uma visão sem conflitos, como se o passado no contexto de uma visão religiosa fosse uma realidade a ser vivida sem questionamentos ou uma consciência crítica (ALMEIDA, 2021, p. 52). Assim, o tema em questão desafia-nos a buscar uma perspectiva que supere a “civilização do oprimido”⁷, conceito em que os opressores de todas as épocas constroem narrativas fundadas em crenças e não na verdade da pessoa.

Deste modo, é importante, nesta conjuntura complexa, retomar o pensamento de Paulo Freire no que concerne à educação, à consciência, à opressão e à sua visão da religião. A partir do que Freire diz é possível pensar a necessidade de uma formação do sujeito que – pela sua condição de criticidade – supere as opressões que aos poucos desumanizam o ser humano.

3 A Contribuição do pensamento de Paulo Freire diante da narrativa fundamentalista religiosa

Na atual conjuntura brasileira, de ambiguidades, ambivalências e contradições profundas que vêm à tona, expressões ideológicas, polarizadoras e até fanáticas, também

⁷ Expressão extraída de ROMÃO, José Eustáquio. Civilização do oprimido. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso (org.). Paulo Freire na história da educação do tempo presente. São Paulo: Edições Afrontamento, 2006. p. 44.

ocupam a discursividade midiática e as consciências humanas. Podemos encontrar no pensamento de Paulo Freire, no que toca à consciência crítica, uma oportunidade de repropor a centralidade do processo educativo como referência para a boa sociabilidade, diante dos excessos do fundamentalismo religioso.

A relação de Freire com a religião acontece desde os primeiros momentos de sua formação intelectual e de sua militância educacional enquanto cristão, de formação católica e marxista (CORTELLA; VENCESLAU, 1992 a). A sua visão é libertadora com aproximação das ideias do humanismo cristão. A natureza profética e utópica de seu pensamento encontrou como cenário favorável de afirmação a realidade de miséria e opressão das populações do Terceiro Mundo, especialmente da América Latina, onde surgiu e se desenvolveu a teologia da libertação para a qual ele deu uma importante contribuição (TORRES, 1981).

Sendo filho de um pai membro de círculos espíritas e de uma mãe católica, desde cedo Freire aprendeu o respeito mútuo pelas crenças. Mesmo tendo optado pelo catolicismo em sua juventude, sentiu à época a enorme distância que havia entre o evangelho anunciado e a prática do cristão, o que o motivou a um certo distanciamento da Igreja. As leituras de Tristão de Atayde, posteriormente, auxiliaram-no a descobrir um cristianismo ativo e através da Ação Católica será “empurrado” para os mangues e favelas de Recife (STRECK, 2010, p. 179).

Para Freire, todo tipo de fundamentalismo, fanatismo ou fatalismo não se coaduna com o pensar crítico, ainda mais o de matriz religiosa. Segundo ele, o problema não está na religião, quando proporciona a libertação das consciências dos sujeitos, mas num formato que impede a pessoa de ser quem é, domesticando

sua capacidade propriamente crítica (FREIRE, 1993, p. 82). Na sua perspectiva reflexiva, as igrejas não podem refugiar-se numa pretensa neutralidade, mas assumir o papel profético de denúncia e de anúncio. A Páscoa precisa ser existenciada na concretude da vida e da história. Consequentemente, a Igreja, segundo Freire, precisa ser “andarilha, viajeira constante, morrendo sempre e sempre renascendo” (FREIRE, 1982, p. 126).

Polarizações políticas e fanatismos ideológicos são expressões que indicam a incapacidade de um pensar crítico que favoreça o sujeito humano no despertar das suas potencialidades e a sua magnanimidade (HOLE, 2000, p. 21). Estes dois fenômenos são nada mais que a reverberação de uma ideologia dominante que suprime ou impede a pessoa de ler o mundo, o seu mundo e, principalmente, o seu entorno. Estes fenômenos e revestem de certa sofisticação, gerada pelas tecnociências, mas no fundo são uma forma de promover a miopia reflexiva, para “aceitar facilmente que o que estamos vendo e ouvindo é, de fato, o que realmente é, e não uma distorção do que é” (FREIRE, 1975, p. 11).

Em linhas gerais, o fundamentalismo é caracterizado como uma espécie de convicção pessoal condicionada pela estrutura de personalidade, diante de uma visão reduzida de um objeto com valoração reduzida pelo próprio sujeito em sua constituição pessoal. Este, ao mesmo tempo que permanece envolvido com essa idealização, identifica-se de tal modo com o objeto ou visão que se deixa anular, incapacitando o diálogo com outras perspectivas distintas desta construída em sua subjetividade (HOLE, 2000, p. 32). A perspectiva aludida, direcionada ao fenômeno religioso, impacta no modo do sujeito vivenciar sua fé dentro de um horizonte de crenças e de sistemas religiosos.

Tanto o fundamentalismo como o fanatismo e/ou a polarização acentuada podem ser considerados como a infiltração da própria ideologia dominante que tende a suprimir uma forma de ver e ler a realidade de maneira mais crítica e consciente. As ideologias, deste modo, com outros nomes ou convicções, não apenas distorcem a verdade como tendem também a suprimir a natureza crítica necessária para ver as fontes da opressão presentes na subjetividade da pessoa envolvida com esta falsa apreensão da realidade.

Para Paulo Freire, é necessário um caminho educativo que faça superar esta motivação de base, geradora de certo empobrecimento de visão de mundo. Seu percurso biográfico e bibliográfico atesta a preocupação na busca, pela educação crítica, de repensar o ser humano em evolução consciente, crítica e integral, diante dos desafios e problemas contemporâneos. Percebe-se a importância de explicitar a contribuição de Freire na sua análise acerca do educar a consciência. Destaca-se que no horizonte pedagógico tal contribuição possui uma operacionalidade e prática fundamental.

Para Freire, a consciência, destituída de crítica gera acomodação. A conscientização, enquanto uma fase, é a própria pessoa em ação de transformação no seu contexto. Sendo assim, o aspecto político-social desponta como fundamental para a análise geral da pessoa e da sua consciência.

O pensamento de Paulo Freire sobre a educação e o ensino, proveniente da sua antropologia e ética, pode ser considerado como inovador diante das teorias clássicas da educação que viam no sujeito cognoscente – isolado do seu contexto – o que aprende e ensina (JESUS, 2012, p. 43), em detrimento dos condicionamentos e determinações. Pode-se dizer que, a partir de Freire, é necessário ser crítico a todo tipo de fundamentalismo que impeça ao sujeito de *ser mais*.

Em Freire, a consciência crítica ao operar na subjetividade da pessoa que vive no meio sociopolítico propicia um caminho de reflexão e alarga as possibilidades de crescimento. A consciência é fundamental para a formação de sujeitos capazes de superar o fundamentalismo. Freire considerava tais perspectivas não só como dominantes e distorções da verdade, mas também como supressoras da natureza crítica necessária para ver fontes verdadeiras de opressão.

Na **Pedagogia da esperança** (FREIRE, 1993), o autor explicita de forma clara e precisa a diferença de fundo entre conceber a história como possibilidade ou reproduzir concepções fatalistas no modo de olhar para a realidade que nos cerca e nos desafia quotidianamente. A sua crítica às visões fatalistas tem como ponto de partida a própria concepção de ser humano e implica uma forma de pensar nossa existência em sua concretude histórica, com os limites e o potencial de realização de cada pessoa em sua vocação para *ser mais*.

O pensar crítico e a consciência da forma de ser no mundo, segundo Freire (1994), convergem para um modo coerente de conceber a história que – refutando veementemente os fatalismos, determinismos, polarizações e o fomento de ideologias – confere à espécie humana a capacidade e a responsabilidade de definir, por si mesma, o próprio futuro para si e para o mundo. Nesse sentido, Freire explicita sua crítica a toda e qualquer forma de fatalismo ou reducionismo ideológico (polarização política) tanto de “direita” como de “esquerda”.

Portanto, segundo o pedagogo brasileiro, não é possível nos concebermos como seres humanos sem as dimensões vitais do sonho e da esperança que movem a autêntica utopia de um futuro melhor para a humanidade. Refutando todas as formas

de polarização e fanatismo ideológico, Freire insiste no modo dinâmico de compreender nossa existência no mundo – modo pelo qual buscamos transcender a nós mesmos, a partir da busca permanente de *ser mais*, que implica em transpor concretamente todas as barreiras que atrofiam nosso potencial enquanto seres históricos, inacabados e em busca de sermos mais livres, felizes e, portanto, mais humanizados.

Considerações finais

O pensamento de Paulo Freire pode ser considerado como uma fonte de inesgotável criatividade para a formação da consciência no contexto brasileiro. Em sua visão, o ser humano é chamado a uma contínua emancipação criativa e crítica mediante um progresso de compreensão de sua consciência no mundo. No horizonte de fundamentalismo religioso aqui tratado, sua visão de mundo é sugestiva para distinguir o sentido de pertença religiosa a uma certa visão cega de religiosidade. Assim, embora tenha sido um homem que acreditava no poder transformador e formativo da religião, Freire era crítico a todo tipo de domesticação da consciência. Seu humanismo realista e concreto propicia, portanto, uma visão de mundo centrada na capacidade de superação de todo tipo de situação que conduza à opressão.

Na atual cultura midiática e pós-moderna, marcada por ambiguidades e esperanças, há a necessidade de melhor compreender as polarizações e os fanatismos que empobrecem a busca humana pela realização. À luz de Freire, esse complexo fenômeno se identifica como uma forma mais sofisticada de

opressão e anestesiamento da consciência crítica. Faz-se, então, mais que necessário revisitar a literatura freireana e ali captar contribuições para identificar os desafios em plena era tecnológica.

Em linhas gerais, o contínuo processo do educar é, na perspectiva freireana, a ferramenta ou a via mais viável para superar todo tipo de opressão, anestesiamento da criatividade e criticidade, assim como as novas formas de polarizações e fanatismos ideológicos em voga no contexto de rápida transmissão de informações. Na obra de Paulo Freire, a Teologia, como reflexão crítica da fé, aparece como elemento constitutivo de sua reflexão pedagógica ao lado da Filosofia, da História e de outras disciplinas. Ele tinha uma profunda fé marcada, sobretudo, por uma crença no ser humano, capaz de *ser mais*. Deste modo, esta fé no ser humano é capaz de conduzir o sujeito a superar sua visão ingênua, alienante e fundamentalista, e trocá-la por uma visão de teor profundamente crítico e emancipador.

Assim, conclui-se que a visão freireana de consciência crítica pode hoje ser considerada como um antídoto necessário diante do famigerado fundamentalismo religioso. Porque podemos encontrar em sua obra e no seu pensamento uma oportuna perspectiva que concebe o ser humano não como um domesticado pela forma vigente de mentalidade, mas como um sujeito rumo a uma liberdade promovida pela própria capacidade reflexiva.

Referências

ALMEIDA, André Luiz Boccato de. **Moral social**. Coleção Iniciação à Teologia. Petrópolis: Vozes, 2021.

ALMEIDA, André Luiz Boccato de; SILVA, Lucia Elisa Ferreira da; MARTINS, Mário Roberto de M. Novos ventos de fundamentalismo religioso no Brasil: colonização midiático-digital na formação da consciência. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 81, n. 318, p. 8-29, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v81i318.2563>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ANDREOLA, Balduino. Engajamento. In: STRECK, Danilo R. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 148-149.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e de sociedade**. Caruaru: FAFICA, 2001.

CORTELLA, Mário Sérgio; VENCESLAU, Paulo de Tarso. Paulo Freire. Revista **Teoria & Debate**, São Paulo, n. 17, p. 28-40, jan./mar. 1992.

FREIRE, Paulo; MACEDO Donaldo. **Alfabetização. Leitura do mundo. Leitura da palavra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1987.

Entrevista

Da singularidade açoriana: entrevista a Pedro Almeida Maia

Susana L. M. Antunes*

A importância do estudo da consciência para a evolução biológica e sociocultural da humanidade tem-se revelado de suma importância para melhor compreendermos o mundo em que nos inserimos, as interações que desenvolvemos, assim como a atribuição de significado das experiências individuais, coletivas e dos objetos que nos rodeiam. Nesta rede de malhas intrincadas, os desafios e as abordagens multiplicam-se e objetivam respostas para as questões da mente, do corpo e da consciência. Entre outros aspetos, destaca-se a estreita correlação daquelas questões com a paisagem e o meio sociocultural que neste itinerário definem e modelam comportamentos da consciência fecundados nos conceitos de *arquipélago*, *ilha*, *ilhéu* e *insularidade*, compreendidos como microcosmos e microlugares que nos desenvolvem, também, consciências intranquillas.

Em contexto de desassossego da consciência e de intranquilidade, marcamos encontro com o arquipélago dos Açores, o qual se constitui como o arquétipo de nove micro lugares, flutuando em pleno Oceano Atlântico. Nesta fragmentação territorial, assentam dimensões reduzidas de espaços rodeados por água, refletindo-se numa geografia particular, a qual gera um forte sentimento de ligação com o lugar, mas também o desejo marcante de ir além-mar. Embarcado no duplo conflito entre a imposição de ficar e o desejo de partir, as palavras de Vitorino

¹ University of Wisconsin-Milwaukee, Professora Associada de Português nas áreas da língua, literatura e cultura do mundo lusófono. Coordenadora do Program de Português. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2681-2173>.

Nemésio² (1901-1978) esclarecem a condição de ilhéu: “Sou ilhéu; e, tanto ou mais do que a ilha, o ilhéu define-se por um rodeio de mar por todos os lados. Vivemos de peixe, da hora da maré e a ver navios...”³

Vitorino Nemésio, focando a importância da paisagem na arquitetura do ser humano, apresentou há 90 anos, ou seja, em 1932, o conceito de *açorianidade*, ressaltando a importância da geografia sobre a história no cerne do modo de ser açoriano:

[...] A geografia, para nós, vale outro tanto como a história e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar. Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os actos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como o logos, na água.⁴

Por outro lado, e como acima referido, a condição de ilhéu também denota na consciência o forte desejo de ir além-mar, de ultrapassar a barreira imposta pelo mar para o encontro com outras terras, outras formas de vida, outras experiências que conduzem a outro conhecimento do *self*, do *outro* e do mundo. Nesse contexto de isolamento imposto pelo mar, Raúl Brandão (1867-1930) afirmou em *As ilhas desconhecidas*, livro publicado pela primeira vez em 1926, que “[...] o que as ilhas têm de mais belo e as completa é a ilha que está em frente [...]”,⁵ revelando a

2 Vitorino Nemésio Mendes Pinheiro da Silva (1901-1978), natural da ilha Terceira-Açores, foi ficcionista, poeta, cronista, ensaísta, biógrafo, historiador da literatura e da cultura, jornalista, investigador, epistológrafo, filólogo e comunicador televisivo, para além de toda a atividade de docência da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e de membro da Academia de Ciências de Lisboa. De entre as suas obras, destaca-se *Mau tempo no canal*, romance publicado em 1944.

3 *Corsário das ilhas*. Obras Completas. Vol. XVI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

4 “Açorianidade”. *Insula*. Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, n. 7-8 Ponta Delgada, jul./ago. 1932, p. 59.

5 Projecto Vercial, 2002, p. 41. Disponível em: <http://www.ipn.pt/literatura>.

necessidade do encontro com o *outro* que, no caso do açoriano, se materializa na possibilidade de vislumbrar, de quando em vez, a ilha em frente para uma tentativa de completude de si próprio. Se este sentimento se consciencializar em movimentos centrípetos, existe o risco duplo do ilhéu se encerrar sobre si mesmo e, conseqüentemente, edificar relações seladas por vínculos também eles centrípetos de isolamento.

Logo, solidificando ainda o desejo de partir, edifica-se a consciência da importância da viagem física e espiritual que surge como *leitmotiv* estruturante do imaginário, constituindo-se como um dos temas com maior impacto no mundo, imortalizando a memória das grandes viagens que acompanharam a errância e todos os feitos da humanidade desde o princípio dos tempos. Sejam as deslocções dos povos primitivos e dos nómadas, sejam as viagens míticas e heroicas descritas nas epopeias, passando pela viagem bíblica ou ainda pelas viagens de peregrinações, descobertas e viagens científicas, o ato de sair sempre foi determinante para conquistar e consolidar a vida física e espiritual que o homem, conscientemente, sempre desejou. Neste sentido, a experiência da viagem, inseparável do percurso errático da humanidade, proporciona diversas modalidades de movimentos. Seja como necessidade, aventura ou evasão, fuga ou procura de melhores condições de vida, seja por imposição, a experiência itinerante apreendida como busca de um lugar alternativo ao de origem implica, sobretudo, uma travessia interior através da qual inevitavelmente se produz a transformação do sujeito que, vivendo novas experiências, encontrará o lugar do *self* e sobre ele refletirá.⁶

6 ANTUNES, Susana L. M. *De errâncias e viagens poéticas em Jorge de Sena e Cecília Meireles*. Porto: Edições Afrontamento, 2020, p. 21-54.

Nesse contexto de instabilidade física que o lugar-ilha proporciona, a instabilidade psíquica é um fator que acresce a complexidade do *self*-ilha. Ainda que segundo as palavras de John Donne (1572-1631) “nenhum homem é uma ilha”⁷ (Meditações – XVII, 1623), as ilhas de vozes⁸ que se tentam levantar atestam que cada um de nós representa uma ilha cada vez mais isolada e cada vez mais a necessitar de uma voz.

Assim, congregando todas estas questões em torno da simbologia inerente à ideia de *ilha* e, conseqüentemente, à noção de alma e consciência de ilha, falemos de Pedro Almeida Maia. Açoriano, psicólogo organizacional e escritor, nasceu na cidade de Ponta Delgada, São Miguel-Açores a 29 de junho de 1979 e cresceu na Canada dos Ingleses, freguesia de São José, Ponta Delgada. Frequentou escolas locais e a Universidade dos Açores, onde se licenciou em Psicologia. Concluiu o Mestrado Europeu em Psicologia do Trabalho, das Organizações e dos Recursos Humanos nas universidades de Coimbra e de Barcelona, trabalhou na Irlanda e regressou à ilha de São Miguel em 2017. Entre a família, a profissão e a escrita, Pedro Almeida Maia tem-se revelado um escritor que, ao longo de dez anos de vida literária, tem desafiado, surpreendido e conquistado os leitores.

Escritor prolífico, amante das artes e das ilhas, a escrita de Pedro Almeida Maia concentra, em perfeita simbiose, criatividade e investigação, direcionando a sua sensibilidade para questões atuais e pertinentes relacionadas com a sua área profissional. No presente ano (2022) em que celebra dez anos de vida literária, Pedro Almeida Maia também é detentor de uma fortuna crítica que assegura a sua qualidade como autor singular

7 DONNE, John. *The Works of John Donne*. Henry Alford (Ed.). Vol III. London: John W. Parker, 1839. 575. Disponível em <https://www.luminarium.org/sevenlit/donne/meditation17.php>.

8 ANTUNES, Susana L. M. (org.). *Ilhas de vozes em reencontros compartilhados*. 1.ed. V.1. Massachusetts: Quod Manet, 2021.

da nova geração de escritores açorianos, mantendo em aberto um diálogo com os tempos e com os lugares que emergem à superfície da sua memória, deixando transparecer as marcas da sua identidade através do (re)encontro com tempos e espaços percorridos também pela consciência.

Pedro Almeida Maia fala-nos da vida, da alma e da(s) consciência(s); de venturas e desventuras, de encontros e desencontros, de partidas e de chegadas, de experiências que retratam o quotidiano ancorado a possíveis existências. No seu caso particular, uma existência também marcada pelo desejo de sair para poder voltar, como forma de abertura para o mundo.

A entrevista a seguir revela a singular universalidade de Pedro Almeida Maia.

Entrevista

Susana L. M. Antunes: No ano em que comemora dez anos de escrita, gostaria de começar esta entrevista pedindo-lhe para falar da sua trajetória como escritor.

Pedro Almeida Maia: Na verdade, comemoro uma década de livros, porque tanto a escrita como a busca do ato criativo acontecem muito antes desse trabalho de estreia, o romance *Bom tempo no canal: a conspiração da energia*, publicado em 2012. Sobre o tempo que o antecede, devo à professora do ensino básico, Maria João, o incentivo para a produção das primeiras composições (foi também ela que insistiu em chamar-me de «Almeida Maia», alegando que soava melhor). Entretanto, a minha mãe abastecia as estantes com livros de banda desenhada e com as coleções do Lucky Luke e de *Uma Aventura*. Mais

tarde, no começo da adolescência, desenvolvi interesse pela música: além do solfejo, que se aprende no ensino regular, frequentei aulas de guitarra clássica, juntei-me aos tocadores do grupo folclórico “Ilha Verde”, escrevi poesia e compus. Aos 17 anos de idade, participei num programa europeu de criatividade com um tema e videoclipe gravados em estúdio, aprendi outros instrumentos e contribuí para a formação dos “Corsários”, uma banda de originais em português que deu o seu último espetáculo em 2005. Escrevia e compunha alguns dos temas, atividade que prossegui e que mantenho, embora com menor expressão nos dias de hoje (cheguei a ter estúdio próprio de gravação, onde fiz a produção de vários projetos). Durante o ensino secundário, tive a sorte de conhecer outros professores que incitaram os hábitos de leitura, ao que a minha mãe correspondia trazendo mais e mais livros.

Susana L. M. Antunes: Refere, em particular, a importância da música que, de mãos dadas com a escrita, abraçou o seu percurso como escritor. Que importância atribui à interseção das artes no seu processo criativo?

Pedro Almeida Maia: Para mim, um dos maiores prazeres está no ato de criar, qualquer que seja a forma. A música permitiu-me explorar essa possibilidade ao lado de outras pessoas e abriu caminho para a escrita propriamente dita, uma atividade mais solitária, sim, mas mantive-me sempre rodeado de muita gente e com o mesmo foco: o de inovar. Implica absorver outros pontos de vista, outras manifestações de arte e assim produzir algum tipo de disrupção. Além da poesia para música, já escrevi, por exemplo, contos para catálogos e exposições museológicas,

outra forma de interseção artística, mas sobretudo reflito sobre o processo criativo, visto como um todo, agregando uma perspetiva interseccional, multidisciplinar e multiparticipativa.

Susana L. M. Antunes: Em 2010, escreveu a sua primeira ficção, um romance policial sobre a energia geotérmica com o qual conquistou o Prémio Literário Letras em Movimento. Dois anos mais tarde, o romance foi publicado pela editora Letras Lavadas com o título *Bom tempo no canal: a conspiração da energia*. Porquê um romance policial?

Pedro Almeida Maia: Na juventude, um dos autores que mais lia era Rex Stout, graças à Coleção Vampiro. Fiquei refém do “trio de objetos contundentes” (*Trio for Blunt Instruments*) e daquele estilo enigmático, somando-se a isso, depois, leituras de Herbert George Wells e de Ernest Hemingway. Estas incursões motivaram-me a redigir policiais com apontamentos de ficção científica: todos inacabados até então. Quando soube do Concurso Literário Letras em Movimento, senti que seria uma oportunidade para começar e acabar um texto naquele registo mesclado. Felizmente, o texto foi o vencedor, feito que se tornou numa das alavancas para continuar a escrever e a publicar.

Susana L. M. Antunes: Em *Bom tempo no canal: a conspiração da energia* é nítida a intertextualidade com a obra *Mau tempo no canal*, de Vitorino Nemésio (1901-1978), romance escrito em 1944. De que forma acontece essa intertextualidade ao longo do seu romance policial pressentida no título?

Pedro Almeida Maia: Devo admitir que os títulos são partos difíceis para mim. O contexto inicial da minha história é

um futuro hipotético em que a energia geotérmica está a chegar à ilha do Pico. Portanto, geograficamente muito próximo do famoso Canal, entre as ilhas do Pico e do Faial, mas muito distante em termos de construção literária. Coloquei as personagens a usar a senha e contrassenha «há bom tempo no canal?», numa tentativa de homenagear o trabalho de Nemésio, cujo título continua a fascinar a minha imaginação. A intenção era genuína, mas imatura. Hoje concluo que deveria ter utilizado outro título.

Susana L. M. Antunes: Ainda sobre *Bom tempo no canal: a conspiração da energia*, perscruta-se a ligação a uma questão açoriana que é a energia geotérmica. Em que medida os Açores estão presentes nas suas obras?

Pedro Almeida Maia: A energia geotérmica esteve no centro do primeiro romance da mesma forma que outros aspetos científicos estão presentes nos restantes livros. Devido ao meu percurso académico, mais ligado às ciências do que às letras, fascina-me todo o processo de investigação sobre o qual pode assentar a ficção. E os Açores são, por sua vez, o foco geográfico mais comum, constituindo assim uma presença inequívoca, tanto explícita como implícita.

Susana L. M. Antunes: Aspetos científicos tais como?

Pedro Almeida Maia: Escrevo ficção com base em ciência, sempre que possível confirmando a veracidade de acontecimentos anteriores ou mesmo fundamentando com pesquisa nas áreas respectivas. Por exemplo, em *A viagem de Juno* (2019), afirmo que algumas espécies animais poderão estar extintas em 2049, com base em artigos da especialidade.

Susana L. M. Antunes: Os Açores têm sido uma presença constante, permanente ou esporádica?

Pedro Almeida Maia: Os Açores são uma presença quase constante e que influencia o que escrevo, algumas vezes mais do que outras. Pode ser a paisagem exuberante, o conceito de ilha ou mesmo a peculiaridade de sua gente. Mas isto não significa que não me permita, de quando em vez, criar exceções. Por exemplo, o conto «O galheteiro de prata», selecionado em 2018 para uma antologia do Centro de Estudos Mário Cláudio, refere-se ao restaurante fictício Habacuc, situado numa cidade próxima ao rio Mondego (o que para mim será Coimbra, onde estudei), mas há qualquer coisa de açoriano no Porfírio, personagem principal...

Susana L. M. Antunes: Como definiria essa “qualquer coisa de açoriano” em Porfírio, do conto «O galheteiro de prata»?

Pedro Almeida Maia: Pouco confiante, preocupado, enigmático, agarrado ao passado. Claro que nunca generalizando, mas estes traços costumam estar presentes nos ilhéus.

Susana L. M. Antunes: Na sua opinião, o que poderá distinguir o “sentir ilhéu” de outros sentires geográficos?

Pedro Almeida Maia: A sensação de ilhéu carrega uma complexidade semelhante à da condição humana. Podemos ser ilhas no meio de uma multidão, sentirmo-nos isolados no maior dos continentes ou rodeados de frio quando no topo de uma montanha. Mesmo que abandonados no maior dos desertos, o conceito de oásis emerge, fazendo cumprir o nosso desígnio de unicidade.

Susana L. M. Antunes: Quer explicar esse “desígnio de unicidade” que refere?

Pedro Almeida Maia: Refiro-me à condição de “diferente” que o típico habitante das ilhas sente, à “singularidade” enquanto resultado de uma transformação tão significativa que resulta em algo indescritível com base nos conhecimentos atuais. Por esse motivo, os escritores que se dedicam ao tema da vida insular dedicam a vida à compreensão das metamorfoses ocorridas no indivíduo cercado por mar, a procurar o sentido da sua evolução, mas nunca chegamos a uma conclusão satisfatória, porque nós próprios mudamos durante aquela incumbência. No momento em que se define a ilha, ela esquia-se para outra latitude.

Susana L. M. Antunes: Exatamente o que acontece, de certa forma, aos estudiosos da literatura de ilhas... consegue acompanhar a ilha em outras latitudes ou essa impossibilidade é permanente e, por si só, motivo para trabalho e emoções contínuas?

Pedro Almeida Maia: Julgo ser permanente: um trabalho que nunca tem fim. Quando muito, obtém-se uma conclusão insuficiente. Afirma-se que não há mais a dizer sobre a ilha, que já se leu, que já se teorizou, mas na verdade não se consegue colocar um ponto final.

Susana L. M. Antunes: Considera-se um autor açoriano? Como se vê no panorama literário açoriano?

Pedro Almeida Maia: Não sei bem se sou um autor açoriano ou um açoriano autor. Talvez seja um açoriano com o

desejo assumido de contar histórias. Neste panorama literário, vejo-me como alguém que ainda tem muito para aprender com os grandes, a começar pelo próprio ofício da escrita. Cada novo livro é uma oportunidade para melhorar.

Susana L. M. Antunes: A existência ou não de uma “literatura açoriana” tem produzido diferentes reflexões ao longo do tempo. Quer partilhar a sua opinião acerca desta ainda atual questão?

Pedro Almeida Maia: Sim, concordo que existe uma literatura açoriana, da mesma forma que outras literaturas se podem conotar com geografias específicas ou com a genealogia dos seus autores. Essa necessidade de nos rotularmos é perfeitamente natural e vem reforçar a busca incessante pelo autoconhecimento, essa força maior de definirmos o que fomos e o que queremos ser, como se utilizando uma voz coletiva nos conseguíssemos fazer ouvir mais longe.

Susana L. M. Antunes: A voz coletiva que refere é uma necessidade de quem também se sente ilhéu na e pela escrita? De que forma?

Pedro Almeida Maia: Sim, a assídua busca pela ilha defronte. É reconfortante saber que não estamos sós, de alguma maneira, e que a angústia da incompreensão acerca de nós mesmos é mutual. Os escritores que abordam estes temas não podem ser vistos como competidores, porque se complementam na diversidade das suas visões e contribuem para um quadro maior, melhor interpretado pelos leitores que os leem exatamente por se tratarem de uma voz coletiva.

Susana L. M. Antunes: Quais são os autores que o têm inspirado?

Pedro Almeida Maia: Para além dos que já aqui referi, devo sublinhar Manuel Ferreira, de quem fui vizinho e apreciei, ao longo de muitos anos, a postura impecável. Consumo uma quantidade considerável de literatura sobre os Açores, de autores conhecidos ou não, contemporâneos ou não. Também encontro inspiração em Hermann Hesse, Aldous Huxley, F. Scott Fitzgerald, Luis Sepúlveda e Mário de Carvalho, mas leio um pouco de tudo, incluindo poesia e não ficção. Também consumo revistas científicas e assisto a documentários.

Susana L. M. Antunes: Como acontece em si o livro visto como um processo criativo?

Pedro Almeida Maia: Considero a escrita de romance um processo dinâmico, com fases distintas e que respeitam uma determinada sequência. Começo por eleger o tema, que pode surgir no momento, sem aviso, ou a partir de uma lista de assuntos que mantenho atualizada. Durante a investigação, encontro-me com especialistas, consumo livros, jornais e revistas científicas, vejo documentários e filmes. Crio uma estrutura temporária da história, que me guiará até ao desfecho, embora sejam frequentes as alterações no enredo. O final tanto pode estar definido logo no início como para decidir mais tarde (às vezes no último momento), por isso mantenho a mente aberta ao longo do processo. Defino na agenda o tempo necessário para a produção do texto e tento respeitá-lo, o que se pode tornar hercúleo quando se tem uma profissão exigente e uma família.

Susana L. M. Antunes: E em termos de publicação?

Pedro Almeida Maia: Se ambicionarmos um resultado de qualidade, as restantes fases são igualmente demoradas e trabalhosas: registos, múltiplas revisões, edição, paginação, concepção gráfica, impressão e, finalmente, a distribuição e divulgação. A fase mais desafiante, para mim, é a definição do título, que pode ser bem-sucedida, logo no início, como arrastar-se até aos últimos dias.

Susana L. M. Antunes: *Capítulo 41: A redescoberta da Atlântida* (2013) é um romance que explora a Pré-história do arquipélago e a sua ligação à lendária Atlântida de Platão, integrando o Plano Regional de Leitura dos Açores. Tendo em conta o papel fundamental das escolas no que diz respeito à leitura, que sugestões daria aos professores para abordarem com os alunos, em primeira mão, os seus livros?

Pedro Almeida Maia: Este romance, além de incluir uma quantidade considerável de informação sobre a teoria da localização da Atlântida nos Açores (tema para uma aula de História), aborda também a possível passagem de outros povos pelo nosso arquipélago antes dos Descobrimentos Portugueses, o que continua a gerar uma interessante discussão na comunidade científica, em busca de evidências mais consensuais. Também tive oportunidade de assistir a uma analogia muito original numa aula de Físico-Química, em que o docente da Escola Básica Integrada da Maia (EBI-Maia) explicou o espectro de cores da luz solar baseando-se na técnica de navegação marítima que se fazia com a Pedra do Sol, no tempo dos vikings, usando o

Capítulo 41: A redescoberta da Atlântida como ponto de partida. Nos livros infantis que escrevi em coautoria com as psicólogas Célia Barreto Carvalho e Suzana Caldeira, *O primeiro dia de aulas* e *Os vencedores do medo* (este último também inserido no Plano Regional de Leitura), abordam-se estratégias para as crianças lidarem com as emoções.

Susana L. M. Antunes: Pensando em alunos do ensino secundário, que textos seus aconselharia para além de *Capítulo 41: A redescoberta da Atlântida*?

Pedro Almeida Maia: A base do enredo de *Bom tempo no canal...* diz respeito à energia geotérmica, o que poderia integrar uma aula de Ciências. Em *Nove estações*, as personagens percorrem os diferentes ilhéus de todas as nove ilhas, o que pode ser interessante para uma matéria de Geografia. Em *Ilha-América*, caracterizo a ilha de Santa Maria nos anos 60, nos seus tempos áureos, de centralidade, quando todos os voos transatlânticos paravam para escalas técnicas e deixavam novidades ainda antes de chegarem à Europa. O meu novo romance, *A escrava açoriana*, aborda as questões da escravatura branca açoriana que ocorreram nos finais do século XIX, outro tema interessante. Mas também noutros gêneros posso sugerir temas: a crônica «Umbigo micalense» – da candidatura de Ponta Delgada à Capital Europeia da Cultura –, publicada na Revista #9 *Bairros*, aborda a questão da “sensação de arquipélago”, que eu defendo ser menos evidente na ilha de São Miguel por não avistarmos outras ilhas tão facilmente como nas ilhas do Grupo Central ou mesmo do Grupo Ocidental.

Susana L. M. Antunes: De entre a sua intensa atividade de escrita, também tem marcado presença nas escolas dos Açores. Num tempo em que ler um livro já não suscita o mesmo interesse que no seu tempo de aluno, que recetividade tem sentido por parte dos jovens relativamente à leitura? Ainda é importante o livro físico?

Pedro Almeida Maia: O livro físico continua a ser importante, diria até insubstituível. Não desaparecerá, pois o ser humano tende a acumular coisas, mas os dispositivos de leitura digital, incluindo os telemóveis e *tablets*, já conquistaram o seu espaço. Algumas crianças nasceram com eles e irão possivelmente testemunhar outras invenções que não conseguimos imaginar ainda, por isso a melhor resposta a esta questão depende muito do “quando”. Ler implica treino, daí a importância de se começar cedo e de se fomentar o hábito. É difícil concorrer com vídeos coloridos, fotografias glamorosas e outros conteúdos de fácil acesso nas redes sociais, mas a leitura traz benefícios muito maiores ao desenvolvimento cerebral. Se recorrermos à imagiologia, concluímos que o nosso cérebro está praticamente parado quando vemos um filme, mas ilumina-se na sua quase totalidade quando estamos a ler um livro. É essa a mensagem que tento passar quando visito escolas, ação que penso ser fundamental para incentivar os alunos de hoje à leitura, mas também à própria escrita. Costumo também falar do processo criativo.

Susana L. M. Antunes: De que forma aborda o processo criativo nas escolas?

Pedro Almeida Maia: Falando das minhas experiências e de episódios caricatos, como o facto de eu ter escolhido o título *Capítulo 41* devido a um erro de revisão do primeiro livro (a numeração salta exatamente no capítulo quadragésimo primeiro) e de como tentei fazer parecer que tinha sido propositado, o que normalmente dá origem a risadas na plateia. Mas, principalmente, partilhando imagens que inspiraram o processo de investigação: fotografias antigas, mapas, capas de livros, artigos de jornal e outros materiais.

Susana L. M. Antunes: Como referiu anteriormente, o seu processo criativo integra a investigação. Como conjuga criatividade e investigação? São duas atitudes que se complementam?

Pedro Almeida Maia: Na minha opinião, complementam-se com disciplina. A investigação fornece a base sobre a qual a criatividade pode funcionar, como se desenhássemos linhas no chão onde é permitido jogar esse “jogo”, mas não limitamos a altitude: esse espaço criativo permite-nos subir tanto quanto a criatividade desejar. Nalgumas circunstâncias, porém, a investigação não fornece toda a informação necessária ao desenrolar do enredo; nesses casos, a criatividade pode também preencher os espaços em branco.

Susana L. M. Antunes: Que conselhos daria aos jovens que gostariam de se lançar na aventura da escrita?

Pedro Almeida Maia: Que leiam muito e de diversos autores, que escrevam com amor e dedicação, que não tenham

medo de se darem a ler (de preferência a quem os critique honestamente), mas que não tenham pressa de publicar. A ideia de que um texto sai na perfeição, à primeira, é uma falácia. Eu diria que *o escultor passa mais tempo a polir do que a partir*.

Susana L. M. Antunes: O escritor também é um artesão...

Pedro Almeida Maia: O escritor passa o tempo a reescrever. São raras as frases que surgem na sua forma final, especialmente quando se deseja resumir um conceito complexo em poucas palavras. «A vida está longe de ser um voo em linha reta» tem sido uma das minhas frases mais citadas. Usei-a em *Ilha-América*, a tal história de uma viagem ilegal no vão da roda de um avião, mas inicialmente escrevi um parágrafo inteiro: explicava o porquê de os pilotos ajustarem várias vezes o rumo, de acordo com as instruções recebidas via rádio, e de como as nossas vidas também são muito diferentes dos planos que fazemos. Encurtar essa analogia foi um exercício exigente.

Susana L. M. Antunes: Referiu anteriormente que “o nosso cérebro está praticamente parado quando vemos um filme, mas ilumina-se [...] quando estamos a ler um livro” – uma ideia que, aparentemente, contraria os conceitos generalizados de filme ligado à imagem e ao movimento e de livro e leitura ligados a conceções mais estáticas. Como psicólogo, quer explicar esta aparente contradição no modo de atuar do nosso cérebro?

Pedro Almeida Maia: Exatamente por consistir em imagem em movimento, o filme apresenta o produto criativo já finalizado, deixando pouco espaço para o espetador contribuir com algum

tipo de cocriação. Está tudo definido: a paisagem, as cores, as roupas, os sons do ambiente... Por oposição, o livro, entregando apenas informação sugestiva, completa-se com a interpretação do leitor – com base nas suas experiências e subjetividade – que necessita de recorrer à imaginação para completar a imagem e atribuir-lhe movimento. É esse ato de complementaridade que ilumina o nosso cérebro durante a leitura.

Susana L. M. Antunes: Na qualidade de psicólogo e escritor, como definiria o papel desempenhado pela consciência individual e/ou coletiva na avaliação das nossas experiências e das nossas interações com os outros sujeitos num mundo perfeitamente automatizado?

Pedro Almeida Maia: O melhor exemplo que posso dar de uma visão pessoal integrada, de psicólogo e escritor, é do romance *A viagem de Juno*, que também integra o Plano Regional de Leitura dos Açores. Nessa viagem, descrevo um possível futuro, no ano de 2049, em que continuamos a ignorar as alterações climáticas e a querer mudar somente à beira do precipício, comportamento humano tão típico e infeliz. Uma das características dessa sociedade futurista é a comunicação com base em dispositivos transparentes (os diáfanos) e a sua utilização persistente, tendo a tecnologia avançado para a integração, significando que os aparelhos passam a fazer parte da nossa indumentária, embutidos nas nossas roupas e nos nossos corpos. O livro foi escrito antes desta crise pandémica, mas antevê (baseado no que já se lia em 2018) que o mundo seria assolado por várias pandemias. Curiosamente, coloca também os aviões em terra, impossibilitados de voar, e critica a impessoalidade

das relações virtuais e o distanciamento emocional que nós, seres originalmente sociais, ávidos por interagir, impingimos a nós mesmos, vezes e vezes sem conta, na maior contradição de sempre. Um dos significados dessa analogia é o de que passamos demasiado tempo a avaliar as nossas interações e esquecemo-nos de interagir.

Susana L. M. Antunes: Gostaria que desenvolvesse um pouco mais essa última ideia que refere a propósito de nos esquecermos de interagir, se tivermos em conta que essa é uma situação essencial e inerente à condição humana.

Pedro Almeida Maia: Os atuais dispositivos eletrónicos permitem acesso facilitado às redes sociais digitais. Isto significa que têm a capacidade de aproximar quem está longe (excelente para manter em contato familiares distantes), mas também de afastar quem está perto. Quantos de nós já não nos apercebemos de estarmos apartados, apesar de partilhando o mesmo espaço físico? Este fenómeno não é exclusivo do nosso tempo: dizia-se o mesmo aquando da aparição da rádio e da televisão; no entanto, a interação no mundo digital gera uma explosão de dopamina (o neurotransmissor do prazer) consideravelmente maior do que nos fenómenos anteriores. Se isso já era grave, os confinamentos causados pela pandemia ampliaram o problema: deixamos de ter tantos motivos interessantes para interagir com quem vivíamos, se comparássemos com o que acontecia no mundo digital. Passamos a esquecer que temos alguém ali mesmo, ao nosso lado.

Susana L. M. Antunes: Nos seus dez anos de vida literária, o que ainda falta fazer? Há novos projetos para breve?

Pedro Almeida Maia: Ainda há muito trabalho pela frente. Costumo dizer que nunca paro de escrever: mantenho quase sempre dois ou mais projetos a decorrer em simultâneo. Quando terminei *Capítulo 41: A redescoberta da Atlântida* (2013) e enquanto o texto estava com a editora para revisão, escrevi e terminei *Nove estações* (2014). Atualmente estou a regressar à música, emprestando poemas para serem musicados por alguns artistas. Tenho feito contribuições para revistas literárias, do ensaio à crónica, mas tenho avançado sobretudo no conto, reunindo material suficiente para um livro de apenas contos que aguarda para ser editado.

Susana L. M. Antunes: *Nove estações*, nove ilhas dos Açores?

Pedro Almeida Maia: Foi um texto especificamente escrito para participar num concurso de jovens criadores. Acabou por ser selecionado, integrou a Mostra LabJovem 2014 e colocou-me num avião, rumo à LX Factory, em Lisboa. É a história de uma canadense que perde uma pessoa próxima e regressa aos Açores com um poema no bolso, em busca de um tesouro. Podemos referir-nos às nove estações como as nove ilhas, mas também como nove paragens de uma viagem interior que esta personagem, Desirée, decide empreender. Também faço uma reapreciação da típica expressão das “quatro estações num dia” que se fazem sentir no arquipélago, afirmando que são “nove estações todo o ano”.

Susana L. M. Antunes: E acerca do novo livro que já mencionou sobre a escravatura branca açoriana?

Pedro Almeida Maia: Está pronto para sair em Lisboa, pela Cultura Editora, iniciando um novo ciclo: *A escrava açoriana*,⁹ romance que conta com uma protagonista feminina. Apesar de fictícia, Rosário transporta o leitor aos finais do século XIX para testemunhar uma realidade difícil, mas infelizmente verdadeira, que se vivia no contexto migratório entre as Ilhas Adjacentes¹⁰ e o Império do Brasil. Não é uma história verdadeira, mas podia ser, pois baseia-se em relatos reais de um tempo que pertencia quase exclusivamente aos homens. É um retrato da coragem feminina.

Susana L. M. Antunes: Certamente que para muitos leitores *A escrava açoriana* relembrará a *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1825-1884), publicada em 1875. Passados 147 anos da publicação da obra de Bernardo Guimarães, quem é *A escrava açoriana*...?

Pedro Almeida Maia: Não recorri ao clássico de Guimarães, apesar de o enredo estar presente na nossa memória, principalmente de quem assistiu às suas inúmeras representações. As histórias podem até cruzar-se temporalmente, mas o conceito difere e as personagens têm motivações muito diferentes para fazermos um paralelismo. Isaura mantém a sua postura de alta sociedade e é uma escrava dentro do próprio país, enquanto Rosário vem de uma classe notoriamente baixa e entra no Brasil como uma estrangeira. Os acontecimentos aos quais a açoriana terá de se sujeitar mais tarde também a diferenciam, com um foco considerável na sua açorianidade.

⁹ Publicado em junho de 2022.

¹⁰ Ilhas Adjacentes foi a designação constitucional dadas aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira entre 1822 e 1975. A designação baseava-se na sua adjacência ao território europeu de Portugal e visava distinguir aqueles territórios das dependências ultramarinas, permitindo a adoção de soluções legislativas específicas face às restantes parcelas do território sob soberania portuguesa.

Susana L. M. Antunes: Afirmar que *A escrava açoriana* inicia um novo ciclo. Quer partilhar algumas ideias acerca desse novo ciclo?

Pedro Almeida Maia: Representa um novo ciclo, porque possibilitará chegar a um maior número de leitores. Conseguirei estar presente na distribuição nacional e, de alguma maneira, espalhar a mensagem da singularidade açoriana com maior alcance. Permitir-me-á igualmente encarar a vida literária como uma atividade profissional, a par com a psicologia, e englobá-la nos meus afazeres não somente como um passatempo. Acima de tudo, trará novos desafios, novos métodos de trabalho, novas pessoas do mundo literário e, com isso, a possibilidade de continuar a evoluir como escritor e como pessoa.

Bibliografia de Pedro Almeida Maia

Livros:

A escrava açoriana: a irreverência de uma mulher em tempos de incerteza. Lisboa: Cultura Editora, 2022.

Ilha-América. 2. ed. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2021.

Ilha-América. 1. ed. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2020.

A viagem de Juno. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2019.

A escalada de um manco. Lisboa: E-Manuscrito, 2017.

Nove estações. Califórnia: Amazon, 2014.

Capítulo 41: A redescoberta da Atlântida. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2013.

Bom tempo no canal: a conspiração da energia. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2012.

Outras publicações:

“Nave-mãe”. In: TEIXEIRA, A.; SOUSA, S. F.; TEVES, V. (coord.). **A (im)possibilidade de uma ilha**. Ponta Delgada: Direção Regional da Cultura, Museu Carlos Machado, 2022. p. 108-109.

“Umbigo micalense”. In: SODRÉ, M.; LEAL, S. (coord.). **Revista #9 Bairros**. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, p. 21-23, 2022.

“O treinador de pombos”. In: FRIAS, M. H. (coord.). **Avenida Marginal – Ficções, Ponta Delgada III**, Ponta Delgada: Artes e Letras Editora, 2022. p. 133-140.

“A pose”. In: EFE, J. (coord.). **Sorrisos de pedra: 31 variações sobre desenhos de Judy Rodrigues**. Viseu: Seda Publicações, 2021. p. 116-120.

“Aura das Dores”. In: MARQUES, T. M.; FINA, R. M. (coord.). **Os dias da peste**. Lisboa: Gradiva, 2021. p. 490-494.

“O templo de Ganferton”. In: **Vício velho**. Revista on-line, s.a. 2020. Disponível em <https://viciovelho.com/2020/10/11/9710>.

“O abraço do Priolo”. In: **Enfermaria 6**. Revista on-line, s.a. 2020. Disponível em <https://www.enfermaria6.com/blog/2020/6/26/o-abrao-do-priolo>.

“O parto da saudade”. In: SANTOS, N. C.; OURIQUE, D. (coord.). **Grotta – Arquipélago de Escritores**, Ponta Delgada, v.4, p.24-29, 2020.

“A olaria da esquina”. In: **Este ano desembrulha o espírito de natal**. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2019. p. 5.

CARVALHO, C. B.; CALDEIRA, S. N.; MAIA, P. A.; CORREIA, A. **Os vencedores do medo**. Lisboa: Minotauro, 2017.

“Batéis de lava”. In: **Jornal Açoriano oriental**. Edição comemorativa do 180º aniversário de Ponta Delgada: Ponta Delgada, 2015. p. 5.

CARVALHO, C. B.; CALDEIRA, S. N.; MAIA, P. A.; CORREIA, A. **O primeiro dia de aulas**. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2014.

CARVALHO, C. B.; CALDEIRA, S. N.; MAIA, P. A.; CORREIA, A. **Os vencedores do medo**. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2014.

Recebido em: 20/05/2022 // Aceito em 20/10/2022.

Resenhas

Sobre a Cognição Visual*

Zelinda Maria Albuquerque Pinheiro**

“Sobre a cognição visual” é um texto vinculado ao projeto “Uma visão integrada da cognição humana: corpo/significação, cérebro, mente e linguagem”, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). De autoria de Mari e Silveira, mesclando duas áreas distintas, Letras e Medicina, e mantendo vivo o interesse pela linguagem, a leitura desta resenha nos leva a pensar na questão da interdisciplinaridade, ou melhor, na possibilidade de realização de pesquisas por vários profissionais – como é o caso do artigo em comento que traz reflexões acerca da ciência cognitiva, uma área de estudos interdisciplinares que se inter-relaciona, entre outras, com a Linguística e que busca apreender o modo como as pessoas pensam, interpretam e compreendem o mundo.

Hugo Mari possui Doutorado e Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas e sua atividade de pesquisa e de docência está voltada para as áreas da semântica, pragmática, cognição e análise do discurso. Já José Carlos Cavalheiro da Silveira é médico e tem Mestrado e Doutorado em Psiquiatria; é professor universitário e tem experiências nas áreas de Medicina (Psiquiatria) e Ciências Cognitivas, com ênfase em Linguística e Psicologia Cognitiva.

* MARI, Hugo; SILVEIRA, José Carlos Cavalheiro da. Sobre a cognição visual. *Scripta*, v.14, n. 26, p. 3-26, 2010. Disponível em: <http://periodicos.pueminas.br/index.php/scripta/article/view/4347>.

** Professora no Curso de Direito do Centro Universitário Cesmac. Doutora em Letras – Linguística e Língua Portuguesa – pela PUC/Minas Gerais. Professora orientadora em projetos de Iniciação Científica e de Extensão Universitária. Advogada. Habilitação em conciliação e mediação de conflitos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Conciliadora no Centro Judiciário de Cidadania e Solução de Conflitos (CEJUSC) do Cesmac. ORCID:

O texto “Sobre a cognição visual” traz algumas discussões acerca dos aspectos da atividade cognitiva humana, dando ênfase à cognição visual que tem ampla extensão para a aquisição do conhecimento. Para tanto, ressalta especialmente a importância assumida pela percepção e compreensão das cores compreendidas a partir de diferentes perspectivas e sob um olhar teórico e filosófico das ciências naturais e biológicas. Para fundamentar seus estudos, Mari e Silveira citam o estudo de diversos estudiosos sobre a cognição visual, com vários entendimentos, entre eles: Berkeley, Locke, Leibniz, Hume, Descartes e Kant, além de teorias específicas: de Newton, Goethe, Schopenhauer, Descartes e Müller.

Mari e Silveira iniciam o texto explicando o termo “cognição”, chamando a atenção para duas grandes orientações – com suas concepções do processo do conhecimento humano – que são, de um lado, sensação, percepção e atenção, e por outro, as formas de qualificação de cognição (visual, auditiva, olfativa etc.). A partir das considerações apresentadas, depreende-se que cada sistema de sinais se organiza conforme a peculiaridade que lhe é característica e que pode ser articulada com os órgãos emissores-receptores, ou seja, com os sentidos humanos (o visual, o tátil e o auditivo) que permitem a comunicação entre os indivíduos.

Os autores Mari e Silveira associam a ideia de sensação cognitiva à capacidade do usuário de decompor o objeto em suas qualidades simples, ou seja:

[...] destina-se uma etapa de captação primária de dados pelo organismo e está diretamente associada, de forma determinante, a um sensor privilegiado que repassa a informação para áreas diversificadas e integradas da atividade neurofisiológica do organismo o que resulta na percepção, como um estágio de elaboração do conhecimento. (MARI e SILVEIRA, 2010, p. 4).

Para os autores, essa concepção oculta a particularidade operacional de cada um dos sensores que não respondem ao mesmo tipo de estimulação externa: no caso, olfato e paladar são considerados sensores químicos, enquanto visão e audição são sensores físicos, “[...] até onde se torna possível purificar a operação de cada um dos sensores, já que todo esse processo se acha integrado ao corpo e nem sempre decorre da atuação de um único sensor.” (MARI e SILVEIRA, 2010, p. 4).

Um exemplo destacado no texto de Mari e Silveira, quanto ao aspecto da cognição humana, é o visual, uma vez que, por sua própria natureza, tem uma importância essencial para o conhecimento, se considerado o alcance perceptivo do olho ou a sua extensão congregada em vários formatos de manifestação linguística. A percepção visual atua, então, recebendo informações sob a forma de textos, imagens, cores e os seus registros acontecem pela própria complexidade do mundo perceptivo, do qual o canal visual é apenas uma parte, pois as experiências espaciais tornam-se interligadas ao sentido tátil e os dois sentidos não podem ser separados: olho e tato se abarcam mutuamente. A separação de ambos é, então, meramente cultural e obedece aos aprendizados de desenvolvimento da cultura humana que fazem sobressair o sentido visual.

Quanto à percepção cognitiva, que permite a organização e o entendimento do mundo através de estímulos recebidos de diferentes sentidos – tais como: a vista, a audição, o paladar, o cheiro e o tato –, é através dela que se passa a compreender o objeto para interpretá-lo. Isso porque a capacidade para interagir com o ambiente e o que está ao seu redor depende da percepção individual. Segundo Mari e Silveira (2010, p. 5):

A *percepção*, juntamente com a sua concorrente mais imediata – a *sensação* –, foi pauta obrigatória na discussão filosófica que aborda os princípios fundamentais da “aquisição” do conhecimento. Sob a denominação de filosofia da percepção, conheceu formulações decisivas, a partir da modernidade, e ganha destaque especial em autores como Berkeley, Locke, Leibniz, Hume, Descartes, Kant, entre outros. Em linhas gerais, essas abordagens apontaram para formas diversas de percepção, reconhecendo, em muitos casos, a importância das sensações enquanto procedimentos corpóreos movidos por sensores específicos. (grifos dos autores).

Com a leitura do texto, pode-se observar que os autores apontam que a percepção, com sua **capacidade para captar, conferir e apreender a informação que os sentidos recebem**, é um processo cognitivo que comporta a interpretação do ambiente com os estímulos recebidos através dos órgãos sensoriais. Já a atenção, como processo cognitivo, permite a concentração em um estímulo ou atividade para processá-lo mais profundamente depois, a fim de que se possa, assim, alcançar o conhecimento. A atenção é, pois, uma função cognitiva fundamental usada para a maioria das tarefas que são realizadas diariamente para o desenvolvimento de situações cotidianas.

Quanto às formas de qualificação de cognição (visual, auditiva, olfativa etc.), são orientadas por “processos para uma forma de sensação destacável e, a partir dela, é possível dispor de muitas informações capazes de recompor grande parte dos processos que efetiva o conhecimento para um determinado organismo.” (MARI e SILVEIRA, 2010, p. 3). Assim sendo, a percepção faz parte do processo cognitivo, admitindo o entendimento do mundo através da interpretação dos estímulos recebidos por vários meios, entre eles a percepção visual.

No texto em epígrafe são apontados os desafios de construção de teorias da cognição visual, considerando os aspectos do seu funcionamento e a capacidade de interpretar a informação que os olhos recebem; um processo que começa nos olhos:

A percepção visual (ou o *actus sensus visus*, de S. Tomás), um dos estágios que compreende a cognição visual, representou, não obstante sua importância para o organismo humano, um desafio para a construção de teorias. Somente com a fisiologia/psicologia experimental, em meados do século XIX, houve uma aproximação mais decisiva entre a percepção visual e os processos neurofisiológicos de absorção da informação pelo organismo, embora a preocupação com a percepção e com a estruturação das cores já representasse uma reflexão constante. Autores como Newton, Schopenhauer, Helmholtz, Young e Hering foram pioneiros nesse empreendimento, ainda que em função de padrões diferentes. (MARI e SILVEIRA, 2010, p. 7-8).

Concomitantemente, os autores alertam para os problemas em relação às formas de estímulo visual – tais como cor, movimento e forma – que ainda não foram devidamente explicadas, especialmente quando são vistas a partir de certa integração. É interessante observar que diferentes áreas do cérebro, assim como diversas formas de processos de percepção, são responsáveis por funções visuais específicas, entre elas a percepção de movimento, cor e profundidade. O que se percebe, também, é que a visão fornece informações sobre o ambiente sem obrigação de proximidade, como no caso de sabor, toque ou odor.

Com o estudo das teorias citadas no texto, Mari e Silveira deduzem que o processo de percepção das cores está baseado em mecanismos pertencentes à organização do olho humano,

que é representada por componentes e pelas suas especificidades funcionais, pelo processo de apreensão e de processamento da informação, por áreas cerebrais centrais e periféricas, com suas repercussões para o conhecimento humano.

No caso da linguagem, com sua capacidade de expressar sentimentos através da palavra, trata-se de uma ferramenta utilizada para comunicar, organizando e transmitindo informações, sendo o ouvido:

[...] o responsável pelo recorte do contínuo da corrente sonora produzida por alguém quando fala: só com a partição desse contínuo em unidades léxico-gramaticais – uma operação que o nosso ouvido é capaz de realizar com eficácia, em se tratando dos sons produzidos por um falante do português, por exemplo – é possível para os falantes de uma língua qualquer se entenderem minimamente. Por outro lado, o olho é o sensor mais econômico, de maior amplitude, seja em termos da quantidade de informação que capta comparativamente em uma fração do tempo, seja em termos de esforço do organismo: em um centésimo de segundo, em um abrir de olhos, vemos infinitamente muito mais coisas do que somos capazes de ouvir no mesmo intervalo de tempo. Apercepção auditiva dos objetos de referência constantes de uma canção requer um tempo infinitamente superior àquele que o olho gastaria para detectar [objetos] no cenário panorâmico de uma cidade. Quando observamos um objeto qualquer, vemo-lo integrado a um sistema complexo de objetos multifacetados na forma, nas cores, no tamanho, na localização espacial. (MARI e SILVEIRA, 2010, p. 7).

Ainda deve-se atentar ao fato de que há uma diferença essencial entre o canal visual e o acústico: o primeiro pode optar e selecionar a informação, ou melhor, pode eliminá-la de seu campo de amostragem; já o segundo é obrigado a perceber em simultaneidade várias sequências.

Com a leitura do texto “Sobre a cognição visual”, depreende-se, ainda, que os autores Mari e Silveira, citando Berkeley (1984), reconhecem diferentes níveis na construção do conhecimento humano, com seus aspectos visuais intervindo, de forma direta ou indireta, na sua aquisição, ressaltando três formas de conhecimento que são:

1. Derivadas de qualquer impressão nos sentidos – visão, tato, olfato, paladar, audição;
2. Apreciadas pelas intervenções mentais – paixões e operações do espírito;
3. Recompostas pela memória e imaginação.

Ou seja, a cognição é a habilidade que se tem para assimilar e processar as informações que se recebe de diferentes fontes (percepção, experiências), a fim de que sejam convertidas em conhecimento. Assim, enquanto processo ou faculdade de adquirir um conhecimento, a cognição inclui diferentes processos cognitivos, como a aprendizagem, atenção, memória e linguagem, as quais fazem parte do desenvolvimento intelectual e experiências.

Outro fato que chama a atenção, com a leitura do texto de Mari e Silveira, é que, apesar de escrito por autores de duas áreas diferentes, a objetividade e a clareza da linguagem facilitam o entendimento acerca do processo cognitivo. Assim, ao colocar para discussão a integração entre diferentes áreas, os autores geram reflexões acerca da importância da interdisciplinaridade (já que ela é da natureza dos estudos linguísticos) entre a linguagem (que é multiforme e heterogênea) e outros campos do conhecimento. Nessa perspectiva, estabelecer pontes entre disciplinas pode trazer profundas contribuições aos estudos sobre a cognição humana.

Além do mais, a leitura de “Sobre a cognição visual” possibilita um lugar propício para entender os caminhos de estudos sobre a cognição humana, seja porque é motivo de discussão com perspectivas diversas, seja porque é um texto atual que deve ser indicado não apenas para alunos e profissionais que atuam na área de Letras, mas, também, para as demais áreas do conhecimento. E, ao contrário do que se poderia imaginar, depreende-se que, apesar da sua importância, os estudos sobre a cognição humana ainda são escassos e necessitam de mais pesquisas. Em adição, o texto em epígrafe discute, com muita pertinência, potencialidades e desafios sobre a cognição visual e cada uma das suas funções, com seu trabalho conjunto para integrar novos conhecimentos e criar uma interpretação das coisas.

Recebido em: 09/01/2022 // Aceito em: 07/10/2022.

The Feeling of Life Itself: Why Consciousness is Widespread but can't be Computed*

Neilane de Souza Viana**

O livro *The feeling of life itself: why consciousness is widespread but can't be computed*, publicado em 2019, traz uma abordagem teórica acerca da *consciência*, seu conceito, função, atributos etc. O autor da referida obra é o neurocientista Christof Kock, mais conhecido por seu trabalho sobre a base neural da consciência. Kock é o presidente e cientista-chefe do Allen Institute for Brain Science, em Seattle. De 1986 a 2013, ele foi professor no California Institute of Technology (Caltech, Pasadena, EUA).

Diante disso, propõe-se, nesta abordagem, apresentar os apontamentos traçados por Kock no primeiro capítulo, estruturado em cinco tópicos e intitulado “O que é a Consciência?”

Koch (2019) inicia seu texto citando algumas sensações ligadas aos sentidos para então apresentar o conceito simples de *consciência como experiência*. Na visão do autor, qualquer experiência subjetiva – desde o aspecto material ao mais alto, como a sensação existencial de estar vivo – consciência.

Com base no pensamento Aristotélico, Koch considera que adquirir “um conhecimento seguro sobre a alma é uma das coisas mais difíceis do mundo”, pois a relação mente-corpo é tida como um “quebra-cabeça complexo perante os estudiosos da filosofia,

* KOCK, Christof. *The feeling of life itself: why consciousness is widespread but can't be computed*. Londres: MIT Press, 2019.

** Doutoranda em Letras pela PUC/MG; Técnica em Assuntos Educacionais da UFVJM; Mestra em Ciências Humanas pela UFVJM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5921-9996>.

psicologia etc. Nessa direção, o autor defende, para construir o conceito de **consciência**, que a experiência é a única forma de se conhecer o mundo. Isso nos faz refletir sobre a trajetória do ser humano, desde o nascimento até a morte, quando a partir de descobertas e experiências vividas diariamente, a começar pelos primeiros balbucios e primeiros passos, vão se constituindo elementos de sentidos que estruturam e edificam corpo e mente.

Koch (2019) retoma ainda o postulado de Descartes que vincula a consciência ao pensamento de existência – a partir dessa dedução do filósofo francês é que surgiu o dizer “penso, logo existo” (*Cogito, ergo sum*). No rol de argumentos para a construção da teoria conceitual de consciência, Koch inclui como exemplo a personagem Neo do filme *Matrix* (1999), que vive experiências conscientes ainda que de forma fictícia. Tal exemplo é atrelado ao argumento de que a experiência precede ao que se pode inferir sobre algo do mundo externo. Nas palavras de Koch, “a consciência é anterior à física”. A partir das experiências é que se constrói a imagem do mundo, as inferências etc.

No tópico “Negando a experiência de alguém”, Koch faz reflexões cotejadas em torno da consciência, baseadas na crença, ao afirmar que a dor ou o sofrimento de uma pessoa podem figurar apenas ilusão, sobretudo se a pessoa perceber/pensar que está confusa em relação à verdadeira natureza de suas experiências, da inexistência da consciência e, conseqüentemente, o sofrimento desapareceria. Por outro lado, para Koch, a consciência é a maneira como o mundo aparece e é percebido e, portanto, seria improvável esse tipo de negação da natureza autêntica da experiência.

Nas contribuições do filósofo Daniel Dennett com a formulação de Koch (no tópico Negando a experiência de alguém)

é considerada a existência da consciência, porém não se vê nada de especial, pois o exemplo de uma vermelhidão de uma dor, que muitos estudiosos denominam *qualia*, é tida como ilusão. Nesse aspecto, não se vê, por exemplo, nada de real na dor que se tenha nas costas, mas sim disposições comportamentais relacionadas à necessidade de permanecer imóvel ou deitado diante da dor. No entanto, Koch detém a visão de que se a consciência é uma ilusão compartilhada por todos, ela permanece uma experiência subjetiva; ou seja, não menos do que qualquer percepção. Assim, esse tópico nos faz repensar os olhares que envolvem as tentativas de conceituar consciência, a depender do campo de visão, o que se revela desafiador conforme tratado no tópico seguinte.

O tópico “O desafio de definir consciência como experiência” traça apontamentos das implicações que se têm quando o conceito de *consciência* parte do senso comum, pois só faz sentido para os seres conscientes, razão pela qual Koch afirma que a única desvantagem quanto à definição de consciência nessa ótica é que explicar *experiência* para um zumbi ou uma superinteligência, por exemplo, não faz sentido. Isso significa que a consciência tem a função de atribuir sentido às coisas, razão pela qual um fenômeno designa a forma como algo se manifesta para o sujeito. Por se tratar da maneira como as coisas aparecem para os sujeitos, Koch cita a “fenomenologia objetiva, definida por Nagel, como elemento ao nosso alcance”, pois esse aspecto objetivo está intimamente ligado ao comportamento visuomotor; como por exemplo o fato de qualquer organismo responder a estímulos visuais com alguma ação, seja uma mosca, um cachorro ou um humano. No entanto, a percepção subjetiva das coisas é distinta do comportamento visuomotor enquanto ação.

Trata-se do agir diante da radiação eletromagnética incidente em uma parte específica do espectro. Explicar sobre sentimentos a um zumbi pode ser bem mais difícil do que explicar a uma pessoa cega, pois ele não tem nenhuma percepção que se compare a de ver.

Para exemplificar esse desafio em definir a consciência, Koch (2019) menciona a maneira de um *software* fazer reconhecimento de rostos, por meio do processamento de extração de informações de pixels por algoritmos, como o que uma pessoa percebe ao olhar para alguém conhecido como a mãe ou irmã. Trata-se de experiências distintas, sendo que a primeira pode ser entendida como uma transformação da entrada e saída de dados, enquanto a segunda pode ser entendida como um estado de ser da pessoa ao olhar para alguém conhecido.

No tópico “Qualquer experiência é estruturada”, Koch (2019) expõe a *experiência* como uma condição sempre estruturada. Exemplifica o olhar direcionado para um determinado objeto em que o foco centrado em um elemento A ou B não exclui as relações espaciais de outros objetos existentes. Expõe, ainda, a possibilidade de experiências na dimensão espacial e em ambientes escuros em que a noção geométrica se estende a diversas direções. A experiência com os sentidos sensoriais também reflete uma complexidade, pois cada tem sua sensibilidade e percepção. Portanto, é possível compreender, diante dessa teia de possibilidades dos sentidos experimentados, uma certa incidência de moldagem do ser humano, pois as atitudes em relação à experiência podem constituir aspectos emocionais e, consequentemente, a identidade individual.

Nesse tópico referente à estrutura da experiência, Koch (2019) traz algumas interessantes indagações: O que eu sei

de minha experiência?; O que posso dizer positivamente que é verdadeiro para qualquer experiência? do A experiência materializada na condição estrutural revela a complexidade de que as sensações vão além da natureza intrínseca e estruturada, pois há individualidade, tempo, espaço etc.

O tópico “Qualquer experiência é informativa, integrativa e definitiva” apresenta a noção expansiva da experiência, pois Koch elenca três propriedades adicionais para qualquer experiência.

A primeira é a propriedade informativa, distintiva pela forma como é. É possível perceber que cada experiência possui uma carga de informações, grande quantidade de detalhes como cores, composições fenomênicas e específicas. Como exemplo, é possível identificar tais especificidades nas experiências ao assistir a diferentes filmes. Assim, cada experiência apresenta diferentes percepções, tempo, espaço e até manifestações de sensações, sejam olfativas, táteis, auditivas etc. Cada uma distinta a seu modo.

A segunda propriedade é integrativa e irreduzível a seus componentes independentes; ou seja, cada experiência é unitária, holística. Isso significa que quando se vivencia algo não se separa o corpo do local onde ocorre, ou seja, não se vê apenas uma parte do corpo; a experiência se dá por completo. Da mesma maneira, quando se houve um relato de uma lua de mel, há uma imagem distinta de um casal em momento romântico e não a imagem da doce substância (mel) produzida por abelhas além do satélite lua no céu.

A terceira propriedade trata de qualquer experiência definida em conteúdo e elemento espaço-temporal. Ao olhar para uma cena ou objeto é possível perceber o ambiente, o tempo, a

dimensão material; há o foco na direção do olhar. Assim, nas palavras de Koch, a experiência é o que é o conteúdo definido. De forma resumida, o autor afirma que toda experiência consciente possui propriedades distintas e inegáveis, uma vez que cada uma existe por si mesma, sendo estruturada, informativa, integrada e definida.

O último tópico, “Qualquer experiência tem um ponto de vista e ocorre no tempo”, nos revela que a consciência possui uma dimensão perceptiva dotada de subjetividade, pois os argumentos de alguns pesquisadores apontam que as experiências podem ter outras propriedades além das três elencadas anteriormente. A exemplo disso, observa-se que cada experiência vem com um ponto de vista único; ou seja, há o relato em primeira pessoa, a perspectiva do sujeito. Da mesma maneira, ao deslocar o olhar para um determinado objeto, há um local particular (escolhido). Assim, é importante o que se vê, o que se ouve, o que se sente em relação ao espaço comum. Além disso, esse centramento emerge da representação do espaço conforme é dado pelos sentidos visuais auditivos e táteis de cada pessoa.

A dimensão temporal é apresentada por Koch (2019) como domínios distintos: passado, presente e futuro, pois o primeiro engloba tudo o que aconteceu e, embora seja imutável, a maneira de lembrar fica suscetível a reinterpretações e demais ocorrências que violam a causalidade. O presente fica em posição de intermediário entre passado e futuro, sendo que este constitui a soma total de tudo que ainda não aconteceu, mas é aberto, contingente.

Portanto, cada experiência é estruturada em si mesma, é única e específica. Koch conclui perguntando: “How is it for you? What can I confidently state about the experiences of others? How can their experiences be studied in the laboratory?”

Diante da abordagem apresentada, compreende-se a consciência como *ser*; devido à sua unicidade em meio às dimensões sensorial e espaço-temporal que atravessam pela/na existência. A descrição dessa abordagem por (KOCH, 2019) contribui para explicar diversos fatos no campo da neurologia da consciência, bem como nas tentativas de medir seus componentes.

Referências

KOCK, Christof. **The Feeling Life Itself: Why Consciousness Is Widespread but Can't Be Computed**. Massachusetts Institute of Technology: London, England, 2019.

Recebido em: 28/03/2022 // Aceito em: 07/10/2022.

A consciência dos seres vivos¹

Manoela Coscarella*

Nesta resenha do livro *The feeling of life itself: why consciousness is widespread but can't be computed* irei tratar do capítulo 14, cujo nome é “Is consciousness everywhere?”, e o autor, Christof Koch (2019). A análise visa refletir o conceito de “consciência” em alguns segmentos categoriais, como o pampsiquismo, a teoria da informação integrada (TII), a filosofia analítica e o positivismo lógico. Esses dois últimos serão discutidos brevemente numa tentativa de comparar a teoria contemporânea – TII – àquelas mais antigas, como o pampsiquismo. No capítulo referido é observado como os seres vivos se relacionam no sentido da consciência. Mesmo os seres menores, como protozoários, podem ter um nível de consciência e de experiência no mundo.

Antes da apresentação efetiva do capítulo, é mister que se discuta alguns conceitos que serão aqui tratados, como o de pampsiquismo¹, que seria a teoria padrão da filosofia da mente. O pampsiquismo define consciência não como uma capacidade de refletir sobre a própria existência, mas como a capacidade de experimentar o mundo de alguma maneira – sentir dor ou prazer, ouvir sons e ver paisagens. Pode ser tratado também como qualquer doutrina ou crença que defenda que toda a matéria, por menor que seja, é dotada de consciência individual. Pensando nesse conceito da palavra, podemos chegar à ideia de TII.

* KOCH, C. *The feeling of life itself: why consciousness is widespread but can't be computed*. Cambridge: MIT Institute, 2019. 264 p. ISBN: 978-0-262-04281-9.

** Manoela Moreira Coscarella, PUC Minas, Professora de Português, especialista em Gestão Escolar pela USP e mestranda em Linguística pela PUC Minas, orcid.org/0000-0002-2366-5721

1 De acordo com o site Wikipédia, o termo “pampsiquismo” tem origem no termo grego pan (πᾶν: “tudo, todo”) e psique (ψυχή: “alma, mente”); representa o centro unificador da vida mental dos seres humanos e de outras criaturas vivas. Psique vem da palavra grega ψύχω (psukhō, “sopro”) e pode significar: vida, alma, mente, espírito, coração e “sopro da vida”.

A teoria da informação integrada da consciência (TII), proposta em 2004 por Giulio Tononi, neurocientista e psiquiatra, e adotada por outros neurocientistas, como Koch, postula que a consciência é generalizada e pode ser encontrada mesmo em alguns sistemas simples. No entanto, não sustenta que todos os sistemas estejam conscientes, levando Tononi e Koch a afirmar que a TII incorpora alguns elementos do pampsiquismo, mas outros não. Koch (2019) se referiu à TII como uma “versão cientificamente refinada” do pampsiquismo.

Diferentemente dessas vertentes teóricas, a filosofia analítica e o positivismo lógico compreendem os processos mentais de uma forma relacionada à verificação e à racionalidade. Originalmente, seu ponto comum foi a ideia de que a filosofia trata da análise do significado de enunciados linguísticos; isto é, a filosofia reduz-se a uma pesquisa sobre a linguagem. Desde os anos 1960, acabou a chamada “virada linguística”, de modo que a filosofia analítica deixou de ter qualquer comprometimento especial com a análise da linguagem. Atualmente, ela é melhor caracterizada por seu espírito científico (em sentido amplo): problemas filosóficos são tratados como questões factuais a serem resolvidas de maneira argumentativa. É muito comum o uso de ferramentas das ciências formais (como matemática, computação, lógica) e resultados das ciências naturais (como física, biologia, neurociência, psicolinguística, antropologia). Para complementar essa visão, o positivismo lógico se insere como uma corrente da filosofia analítica que rejeita toda e qualquer metafísica, contudo valoriza a ciência, o materialismo e o mundo humano, em detrimento da metafísica e do mundo espiritual.

Considerando essa explanação acerca dos conceitos de pampsiquismo, TII, filosofia analítica e positivismo lógico, é possível adentrarmos nos exemplos do capítulo que irão contribuir com as explicações aqui discutidas. Segundo Koch (2019, p. 198), existe uma evidência empírica de que muitas espécies experimentam o mundo. Isso se baseia na semelhança de seu comportamento, fisiologia, anatomia, embriologia e genômica para os humanos, pois somos o árbitro final da consciência. Algum nível de experiência pode ser encontrado em organismos, inclusive em protozoários e outras formas de vida de uma única célula. A experiência pode nem mesmo ser restrita a entidades biológicas, mas pode se estender para os sistemas físicos não evoluídos anteriormente considerados carentes da composição do universo.

No entanto, é preciso dizer que há uma dúvida sobre até que ponto a consciência é compartilhada por todo o reino animal, sem falar em todo o vasto domínio da vida. De acordo com Koch (2019, p. 200):

Cada organismo vivo descende de uma linhagem contínua desde o último ancestral comum universal. A evolução explica não só a composição de nossos corpos, mas também a constituição de nossas mentes. Dadas as semelhanças no âmbito comportamental, fisiológico e anatômico, o *Homo sapiens* e outros mamíferos experimentam os sons, as visões, as dores e os prazeres da vida, embora estes não necessariamente tão ricamente como nós, seres humanos, fazemos. (KOCH, 2019, p. 200).

Uma inferência semelhante pode ser feita para outras criaturas com uma espinha dorsal, os peixes. A árvore da vida é povoada por uma multidão de invertebrados que se movem, sentem seu ambiente, aprendem com experiência anterior,

exibem todas as armadilhas das emoções, comunicam-se com outros insetos, vermes e assim por diante. Darwin, em um livro publicado em 1881, intitulado *The formation of vegetable mould through the action of Worms* (1881) queria “aprender até que ponto os vermes agiam conscientemente e quanto poder mental eles exibiam”. Segundo Koch (2019, p 200):

Estudando seus comportamentos alimentares, Darwin concluiu que não havia limiar absoluto entre animais complexos e simples que atribuíam poderes mentais superiores para um, mas não para o outro. Ninguém descobriu um rubicão que separasse as criaturas sencientes² das não sencientes. (DARWIN, 1881 apud KOCH, 2019, p. 200).

A riqueza e a diversidade da consciência animal diminuem à medida que seu sistema nervoso se torna mais simples e mais primitivo, eventualmente se transformando em uma rede neural fracamente organizada. Conforme o ritmo de montagens subjacentes se tornam mais lentas, a dinâmica das experiências dos organismos também diminuirá. A experiência requer um sistema nervoso? Não há essa resposta. Em relação a isso, é possível tratar da teoria da informação integrada da consciência (TII), que responde precisamente à questão de quem pode ter uma experiência:

Qualquer coisa com um valor diferente de zero possui um máximo de informações integradas; qualquer coisa que tenha causalidade intrínseca é um todo. O que esse todo sente, sua experiência, é dada por sua estrutura de causa e efeito maximamente irreduzível. Quanto existe é dado por sua informação integrada. (KOCH, 2019, p. 201).

2 De forma a tornar clara a explanação, é preciso dizer que “senciente” seria a capacidade dos seres de sentir sensações e sentimentos de forma consciente.

A teoria não estipula que o máximo deve exceder 42 ou qualquer outro limiar mágico para que a experiência seja ativada. Qualquer coisa com o máximo maior do que zero existe por si mesmo, tem uma visão interna e tem algum grau de irreducibilidade. E isso significa que existem muitos “todos” circundantes. Segundo Koch (2019, p. 202), ao considerar a arquitetura neural de criaturas muito diferentes de nós, como a abelha, somos confrontados por vastos e indomados neurônios – cerca de um milhão de neurônios em um volume do tamanho de um grão de quinoa, uma densidade de circuito dez vezes maior do que de nosso neocórtex (do qual temos muito orgulho). É provável que esse pequeno cérebro forme uma estrutura de causa-efeito maximamente irreducível.

As informações integradas não são sobre processamento de entrada-saída, função ou cognição, mas sobre poder intrínseco de causa-efeito. Tendo se libertado do mito de que a consciência está intimamente relacionada à inteligência, a teoria é livre para descartar as “algemas do sistema nervoso e localizar o poder causal intrínseco em mecanismos que não computam qualquer sentido convencional”. De acordo com Koch (2019, p. 203):

Um caso em questão é o de organismos unicelulares, como *Paramecium*, o microrganismo descoberto pelos primeiros microscopistas no final do século XVII. Os protozoários impulsionam-se através da água por movimentos de chicote, além de detectarem obstáculos, alimentos e respostas adaptativas. Por causa de seu tamanho minúsculo e habitats estranhos, não pensamos neles como sencientes. Mas eles desafiam nossos pressupostos. (KOCH, 2019, p. 203).

Considerando esses exemplos, é possível identificar o nosso preconceito quanto à consciência dos seres vivos, achamos que

a nossa capacidade é superior e única, todavia através desta viagem no universo dos animais e dos organismos tiramos a conclusão de que sabemos muito pouco.

O trabalho desenvolvido por Koch (2019) me remeteu ao filme *A árvore da vida* (2006), do diretor Terrence Malick, no qual se discute a metafísica em relação à problemática da vida e morte conforme o critério de vastidão do cosmos. O filme investiga o espaço interior em relação ao espaço exterior por meio do mito da árvore da vida³. Para que se possa entender o enredo do filme, Pisters (2016) elucida bem isso na seguinte passagem:

A árvore da vida nos mostra as memórias da infância de Jack (Sean Penn), que trabalha como um arquiteto na área mais moderna do centro de uma cidade americana (Atlanta). Ele se lembra do seu pai, mãe e dois irmãos, sendo que um morreu aos dezenove anos. No entanto, essas memórias não são apresentadas de forma direta. Os eventos são lembrados como fragmentos não cronológicos e são pontos iniciais para reflexão sobre assuntos maiores – morte e vida. (PISTERS, 2016, p. 120).

À luz de Pisters, a memória de Jack é parte importante na história, pois é através dela que nós, espectadores, podemos entender algumas lacunas e inferir a personalidade de Jack e sua relação com a família, por exemplo. Essa elocubração dialoga com o conceito de consciência aqui esmiuçado, uma vez que a consciência é feita de experiências sensoriais e mentais (no momento presente, como no passado e numa projeção do futuro). Somos feitos de memórias e são elas que nos permitem transitar de um lugar a outro. De acordo com Pisters (2016):

³ O mito universal da Árvore da Vida, também chamada de Árvore do Mundo, está relacionado com a gênese do universo, da humanidade e do conhecimento. A Árvore da Vida era vista como a mãe primordial, um elemento feminino que gerava e distribuía a vida e tinha ainda o dom de atribuir a palavra.

Em *A árvore da vida*, essa subjetividade do ser está relacionada com as memórias de Jack – viajamos em suas memórias – e sua imaginação. Vemos Jack em sua presença como arquiteto em uma grande, porém vazia, cidade moderna. E vemos Jack em sua infância com seus irmãos, com seu pai e sua mãe. (PISTERS, 2016, p. 121).

O conceito de subjetividade está diretamente relacionado à consciência, principalmente no que se refere “às abordagens da consciência que têm sido associadas à questão dos estados mentais, ou à percepção subjetiva dos qualia” (NAGEL, 2005). E o que é mais instigante, considerando a narrativa do personagem Jack – que se distingue de tantas outras –, é que:

[...] mesmo que a estrutura anatômica ou a estrutura funcional possam ser equivalentes para muitos sujeitos e até mesmo as interações em nível cortical, a experiência de cada um com maçãs, laranjas e as cores dos semáforos pode fazê-los um pouco diferentes. (NAGEL, 2005).

Isto é, cada pessoa possui suas particularidades e sua perspectiva sobre um dado objeto. Isso pode ser expandido também para os animais e os microrganismos que experienciam o mundo à sua maneira.

Retomando o capítulo, hora de abordar um pouco o pampsiquismo. Segundo Koch (2019, p. 204), comum ao pampsiquismo em suas várias formas é a crença de que a alma (psique) está em tudo (pan) ou é onipresente; não apenas em animais e plantas, mas até os constituintes finais da matéria – átomos, campos, fios ou o que quer que seja. O pampsiquismo pressupõe que qualquer mecanismo é consciente, é feito de partes conscientes ou faz parte de um todo consciente maior. A TII compartilha muitos insights com o pampsiquismo, a

começar pela premissa fundamental de que a consciência é um aspecto intrínseco essencial da realidade. Ambas as abordagens argumentam que a consciência está presente em todo o reino animal, em vários graus. A filosofia analítica e o positivismo lógico, diferentemente das duas últimas apresentadas, não lidam com o mental.

Dessa forma, essa reflexão chega ao fim e, considerando o que foi discutido anteriormente, é possível afirmar que a experiência da consciência não diz respeito ao cérebro somente. Certos aspectos da experiência são internos, enquanto um vasto universo de sentimentos possíveis estão fora. Os seres humanos, mesmo com um aparato físico similar, conseguem atribuir sentidos múltiplos às experiências do mundo, o que os tornam sujeitos únicos ontologicamente falando. Em relação aos animais, eles também possuem consciência e experiência sobre si mesmos e o universo, não da maneira que conhecemos, por meio da recursividade ou das memórias que nos permitem refletir sobre as nossas ações e fazer projeções, mas através de inteligências que lhes possibilitam sobreviver, adaptar-se ao meio e ir em busca de alimento e proteção.

Referências

KOCH, Christof. **The feeling of life itself: why consciousness is widespread but can't be computed**. Cambridge: MIT Institute, 2019. 264 p. ISBN: 978-0-262-04281-9.

NAGEL, Thomas. **Como é ser um morcego?** Tradução de Paulo Abrantes e Juliana Orione. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, série 3, v. 15, n. 1, p. 245-262, jan./jun. 2005.

PAMPSIQUISMO. In: **WIKIPÉDIA**. São Francisco, CA: Fundação Wikimedia, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pampsiquismo#:~:text=O%20termo%20%22pampsiquismo%22%20tem%20origem,cora%C3%A7%C3%A3o%20e%20'sopro%20da%20vida'](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pampsiquismo#:~:text=O%20termo%20%22pampsiquismo%22%20tem%20origem,cora%C3%A7%C3%A3o%20e%20'sopro%20da%20vida'.). Acesso em: 3 dez. 2021

PISTERS, Patrícia. Uma guerra nas estrelas metafísica. Tradução de Lucia Leão, Fernanda Ceretta e Thiago Silva. In: LEÃO, Lucia (org.). **Processos do imaginário**. São Paulo: Képos, 2016. p. 115-136. Disponível em: https://www.patriciapisters.com/files/LivroCCM_PatriciaPisters.pdf. Acesso em: 3 dez. 2021.

Seção Livre

Temporalizações e temporalidades: sobre o tempo no acontecimento do dizer

Nádia Dolores Fernandes Biavati*

Gabriele Cristine Carvalho**

Resumo

O presente trabalho apresenta os modos como mobilizamos sentidos sobre o tempo nos acontecimentos de dizeres típicos da pandemia do SARS-COV-2. Destacamos formações, como “novo normal”, “dia D” e “hora H”, que caracterizam o referencial histórico da pandemia pelo olhar da Semântica da Enunciação. Propomos o foco na temporalidade do dizer, conforme Guimarães (2002, 2018), uma vez que o acontecimento temporaliza, ou seja, a enunciação produz o tempo, que se materializa no enunciado. Nesse ponto, discutimos uma proposta de olhar de separação didática dos sentidos que construímos sobre o tempo, realçando como a temporalidade do dizer acontece e o modo como temporalizações reconstroem e redefinem sentidos, imprimindo a nossa visão às significações e como elas se (re)moldam, produzindo os acontecimentos do dizer sobre/na pandemia, uma vez que os sujeitos são tomados pela linguagem na historicidade e constituem o logos. Desse modo, observamos como os discursos se dão a partir de referenciais, moldando o mundo pela linguagem que por vezes se delinea nas emergências.

Palavras-chave: Pandemia; Temporalização; Semântica da enunciação; Formação nominal.

* Professora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3119-793X>.

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Docente do IFMG – Campus Santa Luzia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9871-2895>.

Temporalizations and Temporalities: About Time in the Event of Saying

Abstract

This work presents the ways in which we mobilize meanings about time in the events of typical sayings of the SARS-COV-2 pandemic. We highlight formations, such as “novo normal”, “dia D” and “hora H”, which characterize the historical reference of the pandemic, through the Semantics of Enunciation. We propose a focus on the temporality of the saying referred by Guimarães (2002, 2018), since the event temporalizes. At this point, we discuss a proposal to analyse the didactic separation of meanings that we build about time, highlighting how the temporality of saying happens and the way temporalizations reconstruct and redefine meanings, placing our view on meanings and how they are (re)shaped, producing the events of saying about/in the pandemic, since the subjects are taken by the language in the historicity and constitute the Logos. Therefore, we can observe how discourses emerge from referentials, shaping the world through the language that is sometimes outlined in emergencies.

Keywords: Pandemic; Temporalization; Semantic of enunciation; Nominal formation.

Recebido em 01/02/2022. // Aceito em 22/09/2022.

Introdução

O presente trabalho apresenta os modos como mobilizamos sentidos nos acontecimentos de dizeres típicos da pandemia do SARS-CoV-2. Nosso foco se concentra em articulações intra e internominais que nomeamos como temporalizações em sua formação e efeitos de sentido, por meio da análise dos usos de formações, como “novo normal”, “dia D” e “hora H”, que caracterizam o referencial histórico da atualidade.¹ Propomos um olhar sobre a temporalidade do dizer a que se refere Guimarães (2002, 2018), uma vez que o acontecimento temporaliza, propõe uma reinvenção dos sentidos. Desse modo, quanto aos sentidos que produzimos no/sobre o tempo, preferimos uma subdivisão entre o que se nomeia em temporalidades e temporalizações produzidas nos dizeres na/sobre a pandemia, pois tal acontecimento nos mobiliza desde fevereiro de 2020.

Nossa concepção de linguagem nos leva, portanto, à observação de enunciados na historicidade do acontecimento, pois acreditamos que é pela Semântica da Enunciação que observamos o modo como se dá a regularidade dos sentidos e o modo como eles se acomodam no acontecimento da enunciação. Nosso recorte se dá a partir da observação de amostras dessa temporalidade, destacando o modo de reconhecer que o acontecimento temporaliza, pois gera um modo próprio de olhar para as emergências da pandemia, em sentidos pelos quais somos tomados, produzindo o acontecimento sobre a pandemia que produz a linguagem.

Nossa condição de observadores e atuantes nos coloca frente aos referenciais históricos da pandemia, por nos fazer

¹ Confira também: Guimarães (2018), Carvalho e Biavati (2021), os quais também tratam sobre temporalização.

alcançar fatos presentes e pertinentes à realidade que ora se impõe. Tomamos como tema de discussão especialmente as temporalidades no dizer, destacando em que medida elas temporalizam, considerando nossas vivências sobre um dado tempo – no caso, o tempo da pandemia.

Sendo assim, este trabalho se fundamenta nos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação, principalmente nos trabalhos desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002, 2018) e Luiz Francisco Dias (2015a, 2015b, 2018).

1 A enunciação

A Semântica da Enunciação propõe observar os sentidos que mudam ou se deslocam, tendo o foco voltado para os referenciais históricos que acompanham e ancoram a significação, convocando as unidades linguísticas em relação. Interessam os domínios de mobilização, ou seja, os aspectos que lhes propiciam as características enunciativas, produzindo condições para cada significação, pois cada produção de sentido carrega uma história e se entrelaça às outras produções de sentido num dado espaço de significação, possibilitando a manutenção e a movência dos sentidos.

É justamente o acontecimento da produção de sentidos – nessa rede, em que enunciações anteriores dão suporte para as enunciações do presente que projetam significações futuras – que constitui a enunciação, segundo Guimarães (2002). Quando enunciamos, participamos das formas da língua para produzir sentidos. Isto é, a enunciação é um ato histórico e, sobretudo, político nesse entendimento, visto que, conforme o autor supracitado, o acontecimento enunciativo ocorre em um

espaço de enunciação que é regulado pela relação desigual entre línguas e falantes, incontornavelmente político, já que esse é um espaço de divisão, baseado na contradição entre as posições normativas “que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (GUIMARÃES, 2002, p. 17). O político se instala no litígio dos desequilíbrios sociais por meio da palavra, porque os espaços são desigualmente divididos, provocando uma disputa pela significação, provocando redivisões. Nesse ponto, Guimarães (2002) confere o olhar ao que Rancière (1996) considera como político, apoiando a ideia de que os sentidos se constituem na enunciação, com a sucessão de enunciados imbuídos do histórico e atravessados pelas lutas e resistências.

Nessa perspectiva, Guimarães (2002) propõe que a temporalidade se produz em um presente que se abre em latência de um futuro, pois a linguagem ocorre a partir dessas projeções. A significação se dá com o interpretável, como um acontecimento que se faz a partir do histórico, em que os já-ditos se reformulam, reconfigurando um tempo que se instala diante do político /logos que se produz na enunciação da pandemia, porque o acontecimento enunciativo ocorre em um espaço de enunciação que é regulado pela relação desigual entre línguas e falantes. Segundo o autor:

[...] os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia, que organiza e distribui os papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19).

Dias (2018, p. 65) nos explica que, quando falamos, “[...] nos situamos numa relação com o espaço de enunciação que determina o alcance dos sentidos do que dizemos”. Dessa forma, organizamos enunciados que se guiam pela atualização temporal-sócio-histórica em um momento em que relações mundiais se tornam frágeis diante do vírus que, em 2020 e ainda em 2021, nos trouxe uma emergência, obrigando-nos, no processo de vacinação de 2021², a construir marcas para as quais produzimos nossa relação com o evento que comporta presente, passado e futuro, assim nos convocando a produzir dizeres a partir de nossas filiações institucionais.

Nossas escolhas são políticas, alicerçadas no *logos*, conforme propõe Rancière (1996). Discutimos que essa forma de política é alicerçada na palavra, porque nossas ações se desdobram em práticas cotidianas para reivindicar e garantir que a sociedade funcione adequadamente e reserve a todos a participação do sensível. O modo de lidar com o tempo mostra que a faceta política atravessa a sociedade e se torna efetiva quando é reservado a alguns o direito à palavra. Tomar a palavra com que se nomeiam perspectivas sobre o tempo – e com que se tematizam as temporalidades e as temporalizações – acaba por marcar posicionamentos. Por isso, acreditamos que as determinações temporais se constituem enunciativa e discursivamente.

Tomando como base os trabalhos de Eduardo Guimarães (2002, 2018), Luiz Francisco Dias (2015a, 2015b, 2018) também considera a enunciação como o acontecimento histórico

² A primeira brasileira a se vacinar contra a Covid-19 foi a enfermeira Mônica Calazans no dia 17 de janeiro de 2021. Em 30 julho de 2021, aproximadamente metade da população brasileira havia tomado a 1ª dose da vacina contra a Covid-19. Nesse mesmo período, aproximadamente 20% dos brasileiros já haviam tomado a 1ª e a 2ª doses da vacina. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-aplica-primeira-dose-de-vacina-da-covid-em-100-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em 22 jan. 2022.

da produção de sentidos, mas fundamenta sua teoria em torno de dois conceitos: o **referencial histórico** – derivado do conceito de “referencial” de Foucault – e a **pertinência enunciativa**.

O conceito de referencial histórico é inspirado nos estudos realizados por Foucault (2000) sobre os sistemas de regulação, delimitação, estabilização e sustentação das práticas discursivas. De acordo com Foucault, os sistemas de exclusão externos são a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade de uma época, a qual se apoia não apenas nas instituições, mas também na forma como os saberes são valorizados e distribuídos. Os sistemas internos se dão na ordem do dizer, com o autor, o comentário (as remissões aos textos dos autores) e as disciplinas³. Esses sistemas parecem positivos por mostrar as filiações discursivas, mas, por outro lado, excluem saberes não valorizados ou instituídos.

Para estudar o funcionamento desses sistemas mencionados anteriormente, Foucault, na edição de 2019, em *Arqueologia do Saber*, defende a necessidade de se estudar as formações discursivas, ou seja, descrever os enunciados, mesmo considerando que são lacunares e estão em dispersão. Propõe, então, que, da mesma forma que as frases têm como correlato um referente, os enunciados têm um referencial. Nas palavras do autor:

[...] o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das reações que são postas em jogo pelo próprio

3 Para Foucault (2000), existe um “desnívelamento dos discursos”, isto é, os discursos do dia a dia são transitórios, pois “passam com o ato mesmo que os pronunciou” e os discursos que originam os atos novos de fala, que teriam uma duração, “são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (p. 22). Os primeiros seriam comentários, “que repetem, glosam e comentam” e os segundos, os que requerem autoria, seriam “os discursos fundamentais ou criadores” (p. 23). As disciplinas também funcionariam como uma “polícia discursiva”, já que “cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber” (p. 33).

enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação [...]. (FOUCAULT, 2019, p. 110-111).

À luz desse conceito de referencial, Dias (2015a, 2015b, 2018) sustenta que os nossos dizeres possuem uma filiação baseada no funcionamento histórico da sociedade, no seu sistema de verdades, regulações e proibições. Portanto, o referencial histórico é “o domínio da ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais. Trata-se da filiação institucional dos nossos dizeres, quando a enunciação adquire suporte na constituição histórica da sociedade” (DIAS, 2018, p. 142).

Acreditamos que o referencial histórico acerca da experiência com a pandemia fez sentido, pois nos trouxe cenas enunciativas que acionaram nosso olhar a essa experiência, em uma memória criada na ordem das emergências, com linguagem própria para produzir acontecimentos.

As diversas demandas do presente nos mobilizam a participar das cenas enunciativas, seja respondendo, questionando, averiguando, elogiando etc. Essa participação, que é constitutiva do acontecimento enunciativo, e se relaciona com um conjunto de enunciações que nos cercam, é conformada pelos gêneros e tipos textuais, pelos atos de fala e pelos domínios discursivos. Essa atuação é considerada, por Dias (2018), **pertinência enunciativa**. Dessa forma, a enunciação para o autor é “um acontecimento de produção do enunciado, porque cruzam-se os referenciais de memória com as pertinências desses enunciados, tendo em vista uma presentificação no espaço enunciativo de dizeres” (DIAS, 2018, p. 107).

A produção dos discursos, desse modo, se dá por caminhos e um deles é o encapsulamento, quando atualizamos articulações ao considerar nossa experiência na busca pelo *logos*, mobilizando e produzindo léxico em uma ordem própria, para alcançar a dinâmica dos sentidos que resvalam a lógica do dicionário e tratar dessa nossa condição, produzindo um universo de formações apropriadas para extravasar “em palavras” o que nos toma em nossas vivências.

Nas condições da pandemia, a pertinência é construída por gestos representativos de posições, compartilhados a partir do que se acredita ser pertinente (DIAS, 2018, p. 23), tomando as razões enunciativas (DIAS, 2018) para a mobilização de dizeres ancorados nas discursividades, em um processo de formulação.

As formas linguísticas se projetam pelo acontecimento enunciativo em que se tornam mais ou menos visíveis motivações para significar em dada direção. Entendido como equivalente a “sentido”, o termo “significação” adquire novos contornos a partir dessa visão semântica não formal, pois cada forma significante se filia a um domínio de mobilização que lhe é pertinente. Há um movimento de valoração por meio do qual se dá a articulação das formas.

O diálogo entre os estudos discursivos e os estudos da Semântica da Enunciação, de Eduardo Guimarães e de Luiz Francisco Dias, nos trouxe possibilidades para analisar os enunciados como unidades linguísticas que guardam determinadas relações com o que entendemos como atravessamentos de uma ou várias historicidades. Cada enunciado carrega marcas de discursos em sua historicidade, contando com interdiscursividades que atravessam o caminho das formas linguísticas. Um dado conjunto de enunciados ou de formas pode ancorar relações a

partir das demandas geradas em linguagem como prática social. É na enunciação que se produzem as temporalidades. E é no conjunto de temporalidades que se projetam as vivências que, resultantes do que enunciamos, temporalizam os sentidos. Sendo assim, entendemos que a relação com o tempo e com a palavra se desenrola como a ação política de se manifestar sobre o bem comum e/ou suas implicações.

1.1 Temporalização e semântica da enunciação

A Semântica da Enunciação, para a qual o funcionamento da língua e da linguagem toma preponderância, indicou-nos modos de observar a potencialidade do dito, por quem é dito, no momento do dizer que nos orienta para postulações sobre o tempo físico e o modo como nos organizamos a partir dele. Quando tomamos o tempo pelo viés linguístico, construímos uma temporalidade própria sobre o que vivenciamos e como movimento do dizer que se dá com sua própria ordem (GUIMARÃES, 2002).

Guimarães (2002) define a enunciação como o acontecimento da produção de sentidos que cria uma temporalidade no presente do enunciar. O acontecimento é perpassado pela memória, gerando uma latência de futuro. Isto é, embora se fundamente em Émile Benveniste (1989, 1976) – o autor defende que, ao colocar a língua em funcionamento, o locutor instaura o tempo; e –, para Guimarães (2002) é o acontecimento que temporaliza. Para o autor, o sujeito, portanto, não é a “origem do tempo”, ele é “tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 12). Isso significa que, apesar de compartilharmos uma forma de instaurar o tempo e medi-lo, é a produção de sentido que opera com o tempo, é ela que governa o modo como produzimos e tomamos a temporalidade de nossa enunciação.

Sobre a temporalidade, Guimarães (2002) defende que ela, de um lado, “abre uma latência de futuro”, sem a qual nada é interpretável, porque “todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (GUIMARÃES, 2002, p. 12), e, por outro lado, esse acontecimento só é possível devido a um passado de significações que lhe permite significar.

Para nós, a percepção sobre o tempo atua de duas maneiras na língua que podem ser, didaticamente, divididas em temporalidades e temporalizações:

- Como **temporalidades** entendemos que a produção da significação projeta o modo de ver o tempo como sucessão linear de acontecimentos. Origina formações inter e intranominais que se relacionam à nossa capacidade para enumerar datas, contar os dias, nomear eventos na sucessão e tomar ações em sequência. É um tempo marcado, é a forma como enunciamos para lidarmos com o calendário.
- Como **temporalizações**, devido ao fato de que a linguagem nos toma, destacamos a visão sobre o tempo que burla a organização do enunciável em sucessão no calendário. Atualiza sentidos até então estáveis, projeta modos como vivenciamos um tempo marcado fora do cronometrável. Projeta formações nominais, intra e internominais que lidam com o enunciável constituído no plano morfossintático, tratando das suas especificidades.

A linguagem instaura temporalidade(s) e isso faz com que se instalem marcos linguísticos que projetam o viver, acontecimento passível de ser visto perenemente e presente no nosso cotidiano, pois produzimos dizeres que nomeiam dias, eventos situados no tempo e no espaço, medindo-os em tom e voz. Nesse ponto, nomeamos formações nominais que tomam essa sucessividade como temporalidade que se mostram em produções de linguagem que estão há muito no nosso cotidiano, obedecendo a essa cronologia.

De forma revisitada, decidimos estabelecer que, ao temporalizar os acontecimentos, produzimos, pelos dizeres, o

que denominamos como temporalizações, considerando que, no conjunto de discursividades, nos apropriamos do tempo, temporalizando sentidos que se dão nas urgências e nas frestas dos discursos, avançando para além de uma visão cronológica, destacando a nossa experiência interna humana produzindo sentidos. O acontecimento temporaliza, mas não somente como um eco do passado que produz novas significações; ele pode burlar o próprio tempo ao mesclar diferentes referenciais históricos, em um hibridismo ímpar.

As temporalizações se dão constituídas também na organização das relações historicizadas. Nesse ponto, uma faceta das temporalizações se mostra como enunciação de um tempo das urgências, de modo a lidar com as contingências de algo que nos foi imposto – como é o caso da pandemia do SARS-CoV-2. Essa produção de sentidos mudou nossa forma de pensar o mundo – e trouxe vários gatilhos relacionados aos dizeres sobre prazer e desprazer/desfrutar e reservar-se no tempo e no espaço que se manifestam nas mais diversas formações nominais que evocam temporalizações.

1.2 As formações nominais para compreender os caminhos dos sentidos

Ao defender uma forma não referencialista da linguagem, segundo a qual não existe uma relação direta entre linguagem e mundo, Dias (2015a) cria o conceito de **formação nominal** (FN) em oposição ao de **sintagma nominal** (SN). Se, para os adeptos do sintagma nominal, “enunciar é formular propriedades da realidade” (p. 116), propõe-se, em uma concepção enunciativa, que a constituição de uma forma linguística (e sua articulação

a outras formas nos processos de formação de palavras) ocorre por razões enunciativas e por conformações às regularidades linguísticas. Trata-se, portanto, de uma abordagem vertical dos grupos nominais e não de uma abordagem horizontal, como ocorre com o conceito de sintagma nominal (DIAS, 2015a; 2015b).

Na teoria, a nominalidade é estudada em três dimensões, sempre considerando as razões enunciativas que levam às articulações:

- **Articulações subnominais:** relacionam-se à análise da constituição dos nomes e sua estabilização na língua, como se observa na Figura 1.

Figura 1- Articulação subnominal: a FN “quarentena”⁴.



Fonte: Cazo (Diário Popular, 2020)

Na charge, a FN “quarentena” ultrapassa o sentido de recolhimento por 40 dias para impedir a contaminação por uma doença contagiosa. Essa FN é perpassada por referenciais históricos que criam novos efeitos de sentido. “Quarentena”, principalmente durante a pandemia (Covid-19), significou

⁴ Disponível: <https://pt-br.facebook.com/diariopopularRS/posts/3377093805651897/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

para os brasileiros um período de incertezas quanto à duração da pandemia/quarentena e quanto ao trabalho, ao estudo e às atividades de lazer. Na tirinha (Figura 1), essas incertezas e medos se somam à estadia da sogra que, assim como a pandemia, passa a ser indefinida. Acrescente-se a isso os referenciais que temos da relação entre sogras e genros/noras (que normalmente envolvem disputas e intrigas), os quais estão implícitos na tirinha e são sugeridos pelo uso da máscara-sorriso que a mulher pede para o marido utilizar.

- **Articulações intranominais:** relacionam-se à análise de nomes constituídos a partir da agregação de formantes (processos de composição e derivação), conforme se pode observar na Figura 2.

Figura 2 - Articulação intranominal: “quarentenar”.⁵

José Mateus Moreno - Fundador do diárioOnline Região Sul / Correspondente no Brasil

Milionários brasileiros procuram casas para 'quarentenar' versus viver em Portugal

José Mateus Moreno 27 Set 2020 19:04 Opinião

Locais de interior, que reúnam as condições essenciais para uma vida tranquila e isenta de poluições ambientais e humanas, são opções corretas para se viver

Fonte: José Mateus Moreno (Diário Online Região Sul, 2020)

Destacando especialmente a demanda do tempo presente, escolhemos a produção de sentidos a partir da pandemia. Para nós, o termo “quarentena”, na temporalização do dizer, atualizou-se, ultrapassando a cena de “estar recolhido(a)” durante o tempo de 40 dias, como vimos na tirinha (Figura 1).

⁵ Disponível em: <https://regiao-sul.pt/2020/09/27/opiniao/milionarios-brasileiros-procuram-casas-para-quarentenar-vs-viver-em-portugal/512809>. Acesso em: ago. 2021.

Produzimos sentidos com o termo “quarentena(ar)”, que se torna possível na língua, mas não é possível “pandemia(ar)”, pois, na historicidade do dizer, tornou-se possível a forma verbal “quarentenar” como uma temporalização, algo condizente com resguardar-se na pandemia durante um lapso de tempo. Já os sentidos construídos não tornam usual a forma “pandemiar”, considerando historicidades e articulações morfossintáticas internas envolvendo o termo “pandemia”.

Vejamos outro exemplo de articulação intranominal a seguir.

Figura 3 - Articulação intranominal: “quareterna”.⁶



Fonte: Veronica Smink (BBC News, 2020)

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53870868>. Acesso em: 07 jan. 2022.

Em “quareterna”, temos uma FN formada pela junção de “quarentena” e “eterna”, em que os referenciais de angústia (espera), devido ao período de isolamento, se mesclam com o de tempo ininterrupto (“eterna”) para discursivizar (discurso social) – “a quarentena ininterrupta mais longa do mundo”.

Essa mistura de referenciais se projeta na designação de um nome novo, capaz de encapsular o momento de indefinição e de tormenta dos argentinos.

- **Articulações internominais:** relaciona-se à análise das articulações entre unidades nominais para formar grupos nominais complexos. Observe a FN “quarentena negra” no trecho do texto a seguir.

Quarentena negra

A proposta de realizar a Live com tema pertinente à nossa realidade foi uma iniciativa do **“Elas por Elas MT”** e que, com certeza, aguçou a minha vontade de dialogar na perspectiva do recorte de gênero e de raça o tema que hora nos preocupa que é **“o impacto da Covid-19 na população negra”**.

Assim sendo, procurei dividir esse diálogo em partes: primeiro a situação das mulheres negras, visto a grande preocupação por conta da vulnerabilidade que é apontada nas pesquisas dos últimos anos, principalmente no **“Dossiê das Mulheres Negras no Brasil”**⁷ que aponta como causa principal dessa exclusão a condição econômica que essa mulher passa; pois a maioria vive em situação de pobreza e consequentemente são vítimas das diversas formas de violência por conta do racismo estrutural (sic)⁸.

7 O texto parece fazer referência ao Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, que foi organizado por Mariana Mazzini Marcondes, Luana Pinheiro, Cristina Queiroz, Ana Carolina Querino e Danielle Valverde (IPEA, 2013). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%3%aa_mulheres_negras-retrato_das_condi%3%a7%c3%b5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil. Acesso em 22 out. 2022.

8 QUARENTENA negra. **Mega Pop**. 13 nov. 2020. Grifos do autor. Disponível em: https://www.megapop.com.br/eventos/id-591383/live_27_de_abril_com_antonieta_costa_. Acesso em: 13 nov. 2020.

Em “quarentena negra”, FN em que se observam relações internominais, o nome “quarentena” sofre a perspectivização do adjetivo “negra”, isto é, o adjetivo tem o papel de evocar algumas memórias do substantivo e acioná-las no momento da enunciação⁹. A FN “quarentena negra” apresenta um referencial de tempo indefinido do nome “quarentena”, aliado ao referencial de raça, mostrando, por meio da articulação com a FN, o impacto da Covid-19 para a população negra, evidenciando assim que essa temporalização ocorre de forma diferente para essa parcela da população.

A seguir, analisamos outras formações, tendo por base o trabalho de Dias (2013) sobre as formações nominais, cuja abordagem se fundamenta não na descrição do sintagma nominal, mas no modo como os referenciais de sua produção se dão diante das articulações interna e externa. Conforme o referencial que se tem de “quarentena”, que é bem atual, faz-se possível tomá-la como forma nominal, cujos elementos posteriores ao substantivo na cadeia sintática tornam-se qualificadores.

2 Metodologia

Uma estratégia para análise que utilizamos com base na Semântica da Enunciação é o uso de redes enunciativas. Tomamos as redes enunciativas como possibilidade para lidar com a observação de articulações linguísticas, uma vez que formar redes consiste em comparar formas linguísticas, por contraste ou por semelhança, para observar como se dão os mecanismos que se entrecruzam nas articulações e, ao mesmo tempo/simultaneamente, moldar o cruzamento entre memória e atualidade.

⁹ Segundo Dias (2018, p. 155), “o conceito de perspectivização está centrado na tese de que os determinadores da FN exercem o papel de evocar o caráter memorável do substantivo e situá-lo no presente da enunciação”.

Essa efetividade das redes enunciativas como procedimento metodológico acontece porque tornamos visíveis os processos e a formulação. Essa condição de historicizar o movimento enunciativo pode também tornar efetivas e comparáveis as relações de sentido projetadas no acontecimento do dizer. Pelas redes, pode-se realizar um conjunto de testagens para compreendermos que é possível, por exemplo, que alguns enunciados sejam aceitos, outros não, e que alguns enunciados sejam condizentes com determinadas posturas, eventos e valores, outros não.

Para observar os modos de funcionamento de temporalizações em sua formação e efeitos de sentido, analisaremos redes enunciativas com os usos de “novo normal”, “dia D” e “hora H”, construídas a partir de textos retirados de pesquisas realizadas nas buscas do Google e em redes sociais.

3 O antes e o depois da pandemia: formações nominais “velho normal” e “novo normal”

Em Dias (2018, p. 119), a FN é concebida a partir da sua capacidade temática. As formações “velho normal” e “novo normal” ocorrem como tema de fala, quando os sujeitos experienciam hábitos anteriores e posteriores à pandemia. Vejamos a seguir essa forma de articulação internominal no título de uma reportagem e em um webinar (seminário online) sobre odontologia.

Figura 4 - Formação nominal “velho normal”.¹⁰



Fonte: Marcos Aurélio Silva (R7, 2020)

Figura 5 - Formação nominal “novo normal”.¹¹



Fonte: IMED

10 Legenda: A imunização não nos trará uma solução rápida e repentina. Sonhamos em (sic) voltar aos hábitos antigos, mas nos adaptamos a um novo cotidiano que dificilmente será desprezado pós-pandemia. Disponível em: <https://www.jornalopeao.com.br/colunas-e-blogs/ponto-de-partida-a-vacina-nos-devolvera-o-velho-normal-303116/>. Acesso em: 22 out. 2022.

11 Legenda: O “novo normal” em educação e práticas odontológicas: um panorama mundial. The “New Normal” in education and dental practice: a world overview. Disponível em: <https://imed.edu.br/Comunicacao/Noticias/webinar-debate-o-pos-pandemia-em-educacao-e-praticas-odontologicas>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Mas por que perspectivar o “normal” com os adjetivos “velho” e “novo”? O “velho normal” não seria apenas o que nós chamávamos de normal? É possível normalizar práticas e hábitos que destoam daquilo que chamávamos de normal? As FNs “velho normal” e “novo normal” acionam discursos que trazem uma reflexão sobre o que fazer e como proceder diante da pandemia e como tais ações se diferenciam ou se diferenciarão diante dessa realidade. Assim, as FNs “velho normal” e “novo normal” marcam um retorno à normalidade, mas aquela traz uma temporalização que aponta para o período de não normalidade, uma vez que o adjetivo “velho” é perpassado pelos referenciais do período pandêmico – o “velho normal” é diferente do “normal” –; já a FN “novo normal” indica a criação de outros parâmetros que visam estabelecer o que chamaremos de normalidade após um período de pandemia, parâmetros que diferem dos anteriores, especificamente no caso do webinar, relacionados às práticas odontológicas. Nos dois casos, os adjetivos sinalizam que o que chamávamos de “normal” tornou-se inalcançável depois do período pandêmico. A normalidade do passado é ressignificada e a do futuro é modificada.

4 “Dia D” e “Hora H”

A formação nominal “Dia D” é mundialmente conhecida. Trata-se do dia em que os soldados das tropas Aliadas desembarcaram nas praias da Normandia para começar uma ofensiva contra o exército de Hitler. O “Dia D” (Operação *Overlord*) ocorreu em 6 de junho de 1944, durante a Segunda

Guerra Mundial, e modificou não somente a história da Europa, mas, possivelmente, de todo o mundo. As origens do “Dia D”, portanto, aludem a um passado bélico de vitória contra o nazismo.

Essa expressão, que tem mais de 70 anos, adquiriu outro sentido no Brasil, passando a designar um tempo impreciso na fala do ministro da Saúde. Ao ser cobrado sobre o início da vacinação contra o novo coronavírus no Brasil, o ministro da Saúde Eduardo Pazuello tomou um referencial indefinido (para tal início), como se pode ver na matéria do *Correio Brasiliense* a seguir:

“Todos os Estados receberão simultaneamente as vacinas, no mesmo dia. A vacina vai começar no dia D, na hora H, no Brasil. No primeiro dia que a autorização for feita, a partir do terceiro ou quarto dia estará nos Estados e municípios para iniciar a vacinação. A prioridade já está dada, é o Brasil todo”. (CORREIO BRAZILIENSE, 11/01/21)¹².

A produção de tal acontecimento se definiu quando se percebeu a necessidade incontornável de responder à demanda de uma temporalidade definida que indicasse uma data para o início da vacinação. Tal afirmação não foi bem aceita, exatamente por manifestar tal indefinição, o que possibilitou a produção de muitos memes – alguns dos quais serão analisados a seguir.

¹² PAZZUELLO diz que vacinação começa no “Dia D, na Hora H”. *Correio Braziliense*. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/01/4899602-pazuello-diz-que-vacinacao-comeca-no-dia-d-na-hora-h.html>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Figura 6 - Formação nominal “Dia D e Hora H”.¹³



Fonte: Twitter (Estado de Minas, 2021)

O meme¹⁴ destaca o referencial da dúvida que ancora a articulação internominal em questão. No mapa (Figura 6) são apresentadas várias bandeiras e datas, que mostram países da América Latina que, naquele momento (final de 2020), já informavam a data para o início da vacinação, como México, Costa Rica, Porto Rico, Chile e Argentina. De forma contrária, o Brasil, no mapa, não mostra a data, mas sim a expressão “Dia D

¹³ Disponível em: https://twitter.com/em_com/status/1348822742515200001/photo/1. Acesso em: 02 ago. 2021.

¹⁴ Para mais informações sobre a análise de memes em uma perspectiva semântico-enunciativa, confira: SILVA e DALMASCHIO, 2021.

e Hora H”, enfatizando data indefinida do início da vacinação. A ilustração faz uma crítica ao dito do então ministro da saúde Eduardo Pazuello, de que o início da vacinação aconteceria no “Dia D e Hora H”. Ao mesmo tempo, destaca-se, no mapa do Brasil, o número de mortos pela doença em janeiro de 2021. O meme, portanto, insere, no referencial de dúvida que a FN mencionada carrega, o referencial de humor, ressaltando não somente a falta de precisão de uma decisão do Estado, mas, principalmente, seu caráter cômico quando comparado a outros países economicamente semelhantes. Ao mesmo tempo, a imagem (Figura 6) tenta expressar a tragédia na condução da pandemia, destacando, ainda mais, a falta de seriedade do governo brasileiro.

Vejamos outra imagem (Figura 7) que mobiliza para a FN “Dia D e Hora H”.

Figura 7 - Meme que aciona o referencial histórico da FN “Dia D e Hora H”.¹⁵



Fonte: Matheus Moreira (Folha de São Paulo, 2021)

¹⁵ Legenda: O meme repete/viraliza a cena em que o então ministro da saúde Eduardo Pazuello (representado pelo personagem Mestre dos Magos, do desenho animado “Caverna do Dragão”) enuncia que a vacina estaria disponível “no dia D e na Hora H”. Tal personagem é conhecido por expressar-se por meio de enigmas. Disponível em: <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2021/01/12/a-vacina-vai-comear-no-dia-d-hora-h-disse-o-m-da-s/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Na imagem (Figura 7), o personagem Mestre dos Magos do desenho *Caverna do Dragão*, famoso por anunciar presságios em linguagem cifrada, é representado no palanque do Ministério da Saúde (como podemos observar pelos símbolos expostos ao fundo). Na cena/no contexto, o personagem pode ser comparado ao então Ministro da Saúde, porque (no meme) Eduardo Pazuello se comporta como o personagem em questão, ao trazer o enigma e a dúvida para o discurso, enunciando que “a vacina vai começar no dia D e na Hora H”. Por isso que a imagem de Pazuello é substituída pela do personagem dos anos 80 e a informação viraliza.

Considerações finais

Partindo dos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação, que analisa a língua por meio de uma abordagem não referencialista, neste artigo analisamos as formações nominais “novo normal”, dia D” e “hora H” que expressam tempo e que, mais especificamente, apontam para o período pandêmico. Para isso, diferenciamos temporalidades e temporalizações. Na temporalidade, o tempo é instituído e institucionalizado, marcado pelas divisões em que há uma suposta linearidade em sua marcação. O conceito de temporalização, pelo qual optamos, apresenta o tempo como um acontecimento de linguagem, sendo historicizado e construindo sentidos em uma indicação própria. Aos olhos do tempo da pandemia, das vivências institucionalizadas por uma temporalidade específica, as formações nominais analisadas indicam as novidades vivenciadas no pós-SARS-CoV-2, ao enunciarmos “velho” ou “novo” normal. Nesse ponto, destacamos essas temporalizações que apontam para uma visão

sobre o tempo que burla a organização do enunciável, projetando sentidos historicamente situados, constituindo modos de dizer, de (re)significar o tempo.

Vale lembrar que as temporalizações coletadas sobre a pandemia se mostram como reflexo de uma futuridade que burla o cronológico: por elas, se instala o provisório, as enunciações que são tomadas a partir de referenciais, sejam eles positivos ou negativos, provindos de vivências nessa emergência mundial. De qualquer modo, se tomarmos os estudos enunciativos, podemos afirmar que o acontecimento mostra um modo de ver o mundo que se instala a partir do momento em que enunciamos sobre o vivido.

Pelas temporalizações construímos sentidos indefinidos que, de maneira imprecisa, nos trazem “novo normal”, “o velho normal”, “o dia D e a Hora H”. São formulações, portanto, que decretam as faces (e os dizeres) sobre o indefinido e que nos oferecem, ainda, muito a investigar.

Referências

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 1989.

CARVALHO, Gabriele C.; BIAVATI, Nádia D. F. Temporalizações na/da pandemia: a produção de sentidos como um marco linguístico e histórico. **Linguasagem**, v. 40, p. 227-248, 2021. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/1385/860>. Acesso em 22 out. 2022.

DIAS, Luiz Francisco. Acontecimento Enunciativo e Formação Sintática. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 35, p. 99-138, jan./jun. 2015a.

DIAS, Luiz Francisco. Língua e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. **Polifonia**, Cuiabá, v. 22, n. 31, p. 11-31, jan./jul. 2015b.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica, Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes, 2018.

SILVA, J. J.; DALMASCHIO, L. O meme sob uma perspectiva semântico-enunciativa. **Entretextos**, v. 21, n. 1, p. 51-88, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1519-5392.2021v21n1p51>. Acesso em 22 out. 2022.